

“COM QUE MORAL VÃO ME CASSAR AQUI?”

A TRAJETÓRIA DE IMPUNIDADE  
DE JAIR BOLSONARO

1988-2018

3

FACTÓIDES  
E ESPARRELAS

Rodrigo Cassis



mórula  
EDITORIAL

“COM QUE MORAL VÃO ME CASSAR AQUI?”

**A TRAJETÓRIA DE IMPUNIDADE**

**DE JAIR BOLSONARO | 1988-2018**

**3**

# **FACTÓIDES E ESPARRELAS**

Rodrigo Cassis



**mórula**  
EDITORIAL

Copyright © Rodrigo Cassis.

REVISÃO

Natalia von Korsch

FOTO (CAPA)

Brito Júnior

---

Este projeto depende da sua contribuição para existir.

Faça parte do nosso financiamento coletivo e nos ajude a continuar produzindo informação de interesse público.

[ <https://www.catarse.me/comquemoral> ]



---

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Elaborado por Meri Gleice Rodrigues de Souza — CRB 7/6439

---

C338f

v. 3

Cassis, Rodrigo.

Factoides e esparrelas [recurso eletrônico] / Rodrigo Cassis. – 1. ed.

– Rio de Janeiro : Mórula, 2022.

recurso digital ; 8 MB (“Com que moral vão me cassar aqui?” : a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro, 1988-2018 ; 3)

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-65-81315-31-3 (recurso eletrônico)

1. Brasil - Política e governo. 2. Bolsonaro, Jair, 1955-. 3. Políticos - Conduta. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

22-79464

CDD: 320.981



CDU: 32(81)



Rua Teotônio Regadas 26 sala 904

20021\_360 \_ Lapa \_ Rio de Janeiro \_ RJ

[www.morula.com.br](http://www.morula.com.br) \_ contato@morula.com.br

 /morulaeditorial  /morula\_editorial

*agradecimentos*

ANA CAROLINA

BEATRIZ

CARLA

CRISTINA

LAURA

PAULA

PÉROLA

*“É preciso cortar o mal pela raiz”*

**INOCÊNCIO OLIVEIRA (1993)**

# SUMÁRIO

7	INTRODUÇÃO À SÉRIE
37	INTRODUÇÃO
51	PARTE I   <b>BOLSONARO DE OUTRORA</b>
52	Antes das urnas
57	Jogo duro retórico
72	Grandes narrativas fantasiosas para se reverberar
75	Adversários fichados
79	O amanhã à espreita: ameaças diversas
81	<i>O amanhã à espreita: os baixos soldos e o retorno de Jedi</i>
85	<i>O amanhã à espreita: Amazônia e segurança nacional</i>
96	<i>O amanhã à espreita: a Ditadura do Proletariado (versão 2000)</i>
101	Um pequeno resumo
103	Um pouco de Bolsonaro e mídia
111	PARTE II   <b>A PATRANHADA DE UM NOVO TEMPO</b>
112	O “kit” original, seus filhotes e conseguintes
142	Novos investimentos LGBTQIA+fóbicos e a “realidade paralela”
166	1964 ontem e hoje
179	Quito, dezembro de 2014
217	O “debate” bolsonariano
236	Mais sobre voto impresso
248	Falsa escravidão, serial killers e outras histórias
265	Pedofilia: ainda e um tom acima
272	Reta final e “melhores momentos”
282	NOTAS

# INTRODUÇÃO À SÉRIE

ESTA SÉRIE<sup>1</sup> de livros é filha da estupefação.

O ano é 2022. O governo Jair Bolsonaro está constituído e opera há quatro verões. Contudo, um grande número de brasileiros segue tomado por uma perplexidade que teima em não os abandonar. No máximo lhes concede breves descansos.

A muitos, o absurdo contemporâneo, aquele que se inaugura em 2018 e subsiste até aqui, parece um tanto diferente de tudo que já foi experimentado. Não se trata do “olha isso, que absurdo!” com que se reage a cada notícia revoltante. Por vezes, tomou a forma de uma bruma estacionada diante das consciências, alimentando uma sensação de quase-delírio. “Como é possível? Como chegamos a esse ponto? Onde erramos? Como sair desse pesadelo?” Essas são todas perguntas que pulsaram no íntimo de tanta gente nos anos mais recentes. Conectam presente, passado e futuro, alinhavando o tempo com as linhas da incompreensão e da recusa.

“Eu ganhei. Eu, Johnny Bravo, Jair Bolsonaro, ganhou, porra! Ganhou, porra! Vamos entender isso”<sup>2</sup>. Poderia ser o próprio a chamar-nos à realidade. Mas de que adianta se é justamente por acompanharmos suas ações e palavras que o estarrecimento se renova? Para largos contingentes, é difícil acostumar-se com sua presidência. Atônitos seguimos.



Seu triunfo não era exatamente esperado. Houve sempre os exasperados com a possibilidade de sua vitória, é verdade, mas, de um modo geral, analistas, formadores de opinião e até integrantes da classe política lideravam a crença na inviabilidade da candidatura. Lendo retroativamente essas análises, vi como se dizia que o capitão reformado dialogava com um segmento da sociedade, não com a maioria. Que lhe faltavam propostas. Carecia, também, de palanque e de financiamento. E que, sobretudo, seu passado era uma incontornável fatura que cobraria o preço na hora H. Bastaria, então, que o processo eleitoral iluminasse seu vazio de ideias e suas nauseantes defesas do indefensável que ele morreria abraçado a um quinhão diminuto e radical do eleitorado.

Não foi o que se deu. Em outubro de 2018, dentre os que escolheram candidatos, a maior parte digitou o número de Bolsonaro na urna. Para esses, sua elevação ao cargo máximo significava a chance de “passar o Brasil a limpo” ou uma espécie de “ou vai ou racha” — a depender da convicção com que depositaram os votos no então candidato do PSL. Mas, à porção razoável dos concidadãos, aquele triunfo era especialmente difícil de engolir.

Para muitos, a consagração do capitão representava uma derrota histórica. A uns tantos, especialmente os mais velhos, poderia sobrevir a sensação de que o evento produzia um nó na marcha da história. A eleição do militar reformado, homologada no ano do cinquentenário do AI-5, bafejava um sinistro déjà-vu. Assistir à subida do mais conhecido defensor do regime de 1964 na rampa do Planalto em plena era democrática parecia um tanto paradoxal. Tinha ares de uma distópica volta ao passado.

Explicar a vitória de Bolsonaro tornou-se uma tarefa. Um serviço urgente e compartilhado. Os especialistas, os mesmos

que consideravam que ainda não tínhamos entendido o junho de 2013, ganhavam uma espinhosa encomenda em seu colo. Dentre os leigos em teorias, mas bastante experimentados de Brasil, a controvérsia também era livre. “*Fake news!*” ou “se não fosse a facada...”, agarraram-se alguns. Outros poderiam viajar no tempo e no espaço e procurar o porquê em épocas mais remotas ou no “Brasil profundo”. Em infindáveis debates, recentes viagens de um e de outro a Curitiba e a Paris eram lembradas.

Por certo, havia uma infinidade de caminhos para as conjecturas. O fundamental era dar sentido àquela barafunda. Mesmo que análises tais e quais não nos preenchessem em definitivo. O tempo, indiferente aos imbróglios humanos, seguia seu curso. E a necessidade de buscar respostas atravessaria os meses subsequentes ao fatídico outubro de 2018. Mesmo quando iniciado o mandato, parecia que colecionávamos poucos avanços na tentativa de entender como chegamos àquilo. Em meio à disrupção e às bizarrices do cotidiano, parte do país, incrédula, seguiria se dedicando à pergunta “como pode esse sujeito ter chegado aí?”.

Na clássica história do jabuti em cima da árvore paira o mistério de como o animal teria chegado a um ponto tão alto. O caso de Bolsonaro pode demandar explicação, mas não é semelhante ao da anedota. Diferentemente do simpático réptil que protagoniza a fábula, a trilha do então parlamentar fluminense até a cadeira mais importante da República em 2018 fez-se aos olhos de todos. Desde o início, décadas antes, até a reta final, tudo é fartamente documentado.

A mitologia do jabuti na copa da árvore também contempla uma outra dimensão marcante: é preciso que alguém o tenha levado lá, dada a absoluta incapacidade do bicho de galgar o tronco e os galhos. Muito embora seja grande o número de

brasileiros que duvida da capacidade de seu presidente — segundo pesquisa Datafolha de julho de 2021 a respeito<sup>3</sup>, 57% da população o considera pouco inteligente —, a pergunta que se costuma fazer é outra. O que não se compreende é “como deixaram que isso acontecesse? Como ninguém fez nada?”.

Indagações nessa linha também me atravessaram. E muito. Em 2018, ouvindo os fogos pela vitória do capitão reformado, o que mais me ocorria eram recordações da ECO-92. Era criança quando a Cúpula da Terra chegou ao Rio, cidade que me adotou, soprando uma brisa verde-esperança e apontando um norte para o planeta inteiro. Um quarto de século depois da conferência da ONU que tanto marcou vinha visão de mundo, Jair Bolsonaro era eleito presidente da República falando contra o direito dos povos originários do nosso país e sinalizando tolerância com crimes ambientais.

Me questionava como isso aconteceu. O homem do “a minoria tem de se curvar, obedecer, e ponto final”<sup>4</sup> tinha deixado muitas pistas do que pensava sobre o Brasil e a política. Seu acervo de barbaridades, atualizado a todo momento, era gigantesco. Aquelas coisas que, há décadas, ouvíamos o capitão pronunciar nos punham a projetar o que ele poderia pôr em prática de posse da caneta presidencial.

Naqueles dias, fiquei meditando e inclinado a revisar o passado. Além da Rio-92, avisei muitas outras memórias infantis. Uma delas foi a do primeiro autógrafa que pedi na vida — sim, jovem, sou desse tempo. Eu deveria ter oito ou nove anos de idade quando, em um restaurante, levei um pedaço de papel para que o médico sanitário e político Sérgio Arouca assinasse. O reconheci da TV. Em 1989, o havia visto repetidas vezes na TV, como candidato a vice-presidente na chapa do PCB. Arouca foi muito gentil com aquele menino que lhe interrompia o almoço em família. Espirituoso, me

devolveu o papel com um autógrafo e uma caricatura dele mesmo — os traços destacavam sua volumosa barba. Voltei à minha mesa alegre e seríssimo. A cena divertia os adultos.

O mundo era muito diferente. Era um tempo em que meus pais, eleitores do candidato do PSL em 2018, exibiam seu entusiasmo com a social-democracia de Covas em adesivos nas janelas, mas não hesitavam em elogiar comunistas que achavam especialmente valorosos — por certo, muito da minha simpatia pelo barbudão vinha daí. Tentei de todo jeito lembrar como a figura Bolsonaro me fora apresentada. Não creio que tenha ouvido falar do capitão em casa. Como eu compunha a nanica, mas fiel audiência infantil do horário eleitoral gratuito, creio que tenha vindo daí. Enquanto formava minha visão de mundo, aquele não era um personagem importante. Todavia, na condição de morador do Rio e interessado em política desde cedo, não teria como ignorar completamente sua presença.

Pelo menos até a pré-campanha à presidência, o que havia em minhas memórias sobre o então deputado era, basicamente, uma coleção de atrocidades. Como seria diferente? Foi mesmo pela via do impropério que Bolsonaro se notabilizou. Pela força dessas impactantes lembranças, acumuladas ao longo dos anos, para milhões de brasileiros sua vitória parecia o absurdo entronado. Uma insólita aposta de que a barbaridade poderia nos redimir. Um contrassenso em diversos níveis.

Me afinava no sentimento, mas sabia, digamos, o básico. Ninguém poderia, àquele ponto, desconhecer. Em 2018, a internet fora inundada com coletâneas de frases chocantes e vídeos de arrepiar. Em 2020, contudo, colaborei em um projeto que fez com que me debruçasse um tanto mais sobre a história que Jair Bolsonaro vinha construindo desde os anos

1980. Em meio àquele trabalho, tinha momentos próximos ao transe. Todas aquelas sensações e perguntas das quais falei acima — “meu Deus, como é que pode?” — passaram a pulsar ainda mais forte em mim.

Logo percebi como a história do homem mais poderoso do país havia sido pouco explorada e aprofundada. Em relação aos seus indecoros, meu faro me dizia que o país tinha visto somente a tal “ponta do iceberg”. Era possível ir mais longe e revelar muito mais casos. Mas não só isso. Ao invés de tomá-las de forma fragmentada, como havia sido até então, suas muitas afrontas a tantas coisas caras à nossa sociedade, vistas em conjunto, revelavam muito sobre sua figura, suas ideias, seu itinerário na política nacional e sobre a própria Nova República. Era preciso puxar alguns fios. E tecê-los.

Tomado por essas intuições e percepções, tive a ideia de escrever um livro. Abri uma página em branco no computador. Não tinha encomenda de ninguém. E só tinha experiência em publicar textos acadêmicos. Mas era preciso pesquisar, documentar, revelar, ligar os pontos e oferecer isso a um público mais amplo. Queria contribuir. A Covid-19 já havia matado 100 mil brasileiros. E a responsabilidade política do mandatário no morticínio era incontestável. Estava em isolamento quando tomei a decisão: iria viver a pandemia respirando Jair Bolsonaro.

Passaria em revista sua trajetória na política, dos primeiros anos até a assunção ao posto mais alto da nação, sempre guiado por aquelas indagações. Equilibrando a perplexidade inicial do “como isso é possível?” com o olhar frio de pesquisador, exploraria uma profusão de documentos para desvelar aspectos ainda obscuros nos caminhos do capitão até que se tornasse o cidadão mais poderoso e destacado da vida nacional. Me pus a ler transcrições de seus mais de

mil discursos, a assistir muitas e muitas horas de vídeos, a percorrer milhares de notícias, a me embrenhar em suas redes sociais. A esse ponto, posso dizer: tem sido uma experiência forte e definitiva.

Desde o início, me interessavam os episódios afrontosos e revoltantes de Bolsonaro. E, além deles, tudo mais que ajudasse a lhes dar sentido (contextualizar de alguma forma seus absurdos será uma parte especial desse projeto). Entre eventos já anotados e outros tantas ainda inauditos, tinha especial atenção a tudo aquilo que beirasse a transgressão parlamentar ou que pudesse lançar luz sobre os aspectos mais nocivos de sua conduta. Minha matéria-prima é tudo de mais espantoso que encontrei sobre o capitão antes de sua temporada com a faixa presidencial. Esta é uma obra sobre impérios, na sua dupla acepção: algo que não só suscita escândalo como, ao mesmo tempo, é (ou deveria ser) candidato à repreensão.

A esses ditos e sucedidos dedico um tratamento original. Pois, em que pese o valor de organizar um acervo de barbaridades da já histórica figura, este trabalho pretende ser muito mais que um inventário alongado de ditos e feitos revoltantes. Inevitavelmente, ao enveredar por casos conhecidos e revelar uma infinidade de outros (inéditos e impressionantes), isso decorrerá destas páginas. Contudo, pretendo ultrapassar a intenção de empilhar absurdidades e, com isso, suscitar a indignação mais primitiva.

Meu desafio é, ativamente, rejeitar uma apresentação da figura que considero verdadeira, importante, mas rasa. Com efeito, não se trata de, tal como se fez tantas vezes, justapor episódios. O efeito dessa abordagem é o de conferir a esses eventos a aparência de arroubos, descontroles, grosserias ou mesmo polêmicas protagonizados por um sujeito

especialmente sanguíneo. É preciso fazer melhor. O que me proponho com este trabalho é tentar o tal salto da informação ao conhecimento. E, adiante, quem sabe, oportunizar debates e contribuir em uma necessária jornada de aprendizado democrático. Afinal, o que fizemos e faremos disso que sempre esteve aí, e agora se multiplica, é uma questão-chave para nosso futuro. No fundo, este projeto pretende ser sobre Bolsonaro, a Nova República, e nós.

A escolha de usar seus ditos ultrajantes como insumo básico nesta obra tem uma explicação simples: as escabrosidades de Bolsonaro são a melhor janela disponível para caracterizá-lo. Tanto melhor seria para o país que o curso de seus mandatos fosse marcado por grandes projetos e articulações. Sem embargo, não é esse o caso. Estamos falando de um político de caminhos muito peculiares, cujos pontos altos na carreira são mais “polêmicas” do que proposituras. Estudando-o, percebi que, na falta de uma atuação parlamentar historicamente consistente e relevante, suas mais chocantes exclamações compunham a trilha mais apropriada para retratar sua figura. Usaremos seus impropérios como uma fresta para enxergar além, como trampolim para colocar-nos em movimento.

Quando saltarmos, a primeira vista que ofereço será para o oceano de indecoros protagonizadas pelo capitão reformado quando ainda era parlamentar. No entanto, após o salto inicial, quando mergulharmos fundo na história política de Jair Bolsonaro, cruzaremos esse primeiro nível. O que nos ocupará será o delicado e paciente trabalho de coser os mais diversos episódios. Apostaremos nesse entrecruzar e trançar de linhas até que elas tomem densidade incomum. Se o condutor dessas agulhas tiver êxito, ao fim, poderemos ter um retrato inédito do mais corrosivo político da Nova República brasileira. E, se não, no mínimo vamos saber de

uma profusão de coisas que hoje não sabemos. Nossa jornada atravessa um manancial de documentos com vistas a garimpar achados, encontrar os fios que os unem e, finalmente, alargar o que compreendemos sobre essa figura.

Ao longo de sua carreira, Bolsonaro atirou contra muitos alvos. Digo, afrontou violentamente valores que, ao mesmo tempo, são básicos e consagrados de nossa ordem social e política, mas também são muito diversos entre si. Em livros e capítulos, nos aproximaremos de um feixe de realidade por vez: seus nada litúrgicos xingamentos, suas manifestações homofóbicas, suas muitas legitimações de tortura e de execuções, seus pugilatos e escaramuças, sua complexa relação com os direitos humanos, seus ímpetos e pendores antidemocráticos, as suspeitas de malversações que se puder levantar, entre outras categorias.

Mediante esse enfoque, mais temático que cronológico, será possível também evidenciar a conexão entre eventos distantes no tempo. De cara, isso nos permitirá atravessar a primeira camada, demonstrando que não se trata de casos isolados ou meras “infelicidades”. Aberta essa brecha, de evento em evento, explorando a fundo nossos feixes temáticos, poderemos reconstruir elementos básicos da visão de mundo de Bolsonaro, assinalar idiosincrasias, relacionar suas ideias e ações aos contextos que o cercam, perceber padrões e compreender inúmeras dimensões de seu *modus operandi*.

A indagação que me inquieta, aquela sobre como sua ascensão foi possível, sobre como antes de ser eleito era sequer elegível, toma impulso na percepção de que se trata de um político transgressor — uma impressão que sai muito reforçada após me aprofundar em seu universo. A rejeição ao que o “polêmico deputado” representa está na própria motivação do trabalho.



Em um nível ainda mais profundo, é importante frisar que parto de algumas premissas. A saber: o regime inaugurado em 1964 neste país foi uma experiência ditatorial; estou na esteira de Ulysses Guimarães e de todos que à ditadura dedicam ódio e nojo; direitos humanos são universais (e não privilégio de “humanos direitos” ou estultices afins). Marcos civilizatórios são inegociáveis.

De modo que, entre premissas, recorte e pergunta-base, já fica estabelecido que esta não é, e não teria como ser, uma obra desapeadamente neutral. E o exprimo pagando tributo à integridade. Peço que se registre o fato. Dito isso, não se deve depreender, inversamente, que o que temos diante de nós é uma espécie de libelo acusatório, longo e leigo. Farei diversas ponderações ao longo deste volume. Honestidade intelectual e metodológica serão compromissos. Atravessando essas páginas, talvez o leitor chegue a perceber: me proponho a trazer muito ímpeto na costura factual, mas, em relação aos meus próprios comentários, guardo o verbo. Via de regra, preferirei que as aspas de Bolsonaro falem por si.



Os eventos que recupero são todos extraídos de documentos acessíveis ao público. Minhas fontes básicas são discursos do então parlamentar na Câmara dos Deputados, transcrições de eventos onde estive, matérias de mídia impressa e portais de internet, vídeos com entrevistas e participações suas em programas de TV, posts nas suas páginas e canais em redes sociais, livros e podcasts. A isso somo doses fartas de informações necessárias para contextualizar as ações. Tudo cuidadosamente apontado em notas de referência.

Não haverá “causos” contados em bastidores ou apurações outras. A pandemia de Covid-19 marca o projeto do início ao fim: do impulso de realizá-lo a todo o seu desenvolvimento. Este é o trabalho de um pesquisador-cidadão, em isolamento, dotado de um computador, um ponto de rede e acesso a documentos em bases de dados — públicas ou que exigem assinatura. Só isso. Tampouco há financiamento de instituições ou patrocinadores individuais. Trata-se de uma iniciativa e um trabalho independentes. O apoio com que contei foi, fundamentalmente, das tantas pessoas queridas com quem esbarrei nos bailes da vida.

Quando se trata de um personagem como Jair Bolsonaro, é impressionante o quão longe se pode chegar com esses recursos básicos. Há muito de sua trajetória que é insuficientemente iluminado. Aos poucos fui percebendo nosso espantoso desconhecimento acerca da história pregressa daquele que hoje governa os rumos da nação. Atualmente, as mídias fazem do capitão reformado uma figura quase onipresente no cotidiano do brasileiro. Contudo, em que pese ser figura longeva na política nacional, há um grande abismo entre a riqueza da cobertura das atividades presidenciais e a exploração do que ele fez em verões passados.

Quanto mais longe, menos parece se saber. Considerando somente as décadas em que atuou na política nacional, mas passava longe da faixa presidencial, há grande desigualdade em termos do que se conhece. O avanço da tecnologia e de sua popularidade, interessantemente lado a lado nesse caso, fez a atenção em torno do deputado-capitão crescer de modo vigoroso na década de 2010. Nesse período mais recente, temos facilidade em acessar o que Bolsonaro falou ou fez. O desafio é outro: a superinformação pode dificultar a visão do essencial e nos dispersar dos rastros que nos mantêm nas trilhas

mais profícuas. No que tange aos tempos mais recônditos de sua carreira, dos anos 1980 aos 2000, é preciso um tanto mais de insistência para desencavar.

De todo modo, meu trabalho foi (e está sendo) selecionar, em um manancial de documentos, o que há de mais relevante e/ou impressionante — e que, muitas vezes, estava adormecido — para, em seguida, estabelecer as conexões entre os bilhetes engarrafados boiando soltos nesse “info-mar”.

A esse ponto, é importante frisar o que este projeto não é. Não proponho a escrita de uma biografia. Tampouco de um livro com os cânones da história ou de qualquer outra cátedra. Ainda que minha matéria-prima básica sejam possíveis transgressões ao decoro parlamentar, meu trabalho também não deve ser confundido com uma obra de direito. Outro equívoco seria tomá-lo com um tratado da sociologia, área de minha formação. Ainda que, aqui e ali, um olhar treinado possa reconhecer o eco de noções próprias das ciências sociais — como “desvio”, ou “tipo ideal” —, esse é só o efeito de uma trajetória impressa na retina. Minha proposta é decididamente não acadêmica.

Nosso habitat será a planície. Nosso terreno, por seu turno, será o do chão comum. É ao espaço público que ofereço estas páginas. Tendo dito o que este projeto não é, resta dizer o que de fato é: trata-se de uma obra sobre temas de cidadania. O encontro que proponho é com interesses dos brasileiros em geral. Urge entender como nós, através de nossas instituições, lidamos com os desafios que, há tempos, um político como Jair Bolsonaro vem impondo a elas.

Não há dúvidas de que a política é um terreno acidentado e uma zona de conflitos. Todavia, em mais de três décadas de atuação, o capitão encontrou um (des)equilíbrio único na balança entre prerrogativas funcionais, por um

lado, e obrigações e “liturgias”, por outro. A verborragia, impetuosa e indecorosa, é uma marca de sua atuação. Com frequência, ela se voltou contra coisas caras à sociedade e à ordem democrática. Desde a urbanidade básica da política, quando ofende interlocutores, até a dignidade de toda a pessoa humana, quando elege os cidadãos que considera açoítáveis ou matáveis. Sejam essas as coisas em que acredita ou não, na prática, o belicoso político apostou pesadamente em pisar onde ninguém pisou.

Por meio de suas afrontas, desde seus primeiros passos na política, produziu uma dinâmica em que aviltava e chamava atenção para si. Minha peleja aqui é outra: quero chamar atenção para o que aviltou. Todo nosso trajeto será esse. No coração de tudo, valores que queremos proteger (queremos?), bens que a Nova República e suas complexas normas deveriam tutelar.

Jair Bolsonaro fez o mais elástico uso das prerrogativas parlamentares de que se tem notícia na história moderna do Brasil. Neste projeto, é como se pegássemos o político que mais testou os limites de sua função e fizéssemos dele o aporte para um estudo de caso. Trata-se de uma investigação aprofundada e necessária. Seu mandato presidencial, para muitos brasileiros, pode assumir o valor de trauma. Incapaz de proteger a vida de centenas de milhares, é competente para nos colocar a discutir incessantemente sobre os riscos ao nosso regime democrático. Desde que se agigantou no panorama de Brasília, muito se fala de Bolsonaro exercendo o “controle da agenda” ou “destruindo as instituições por dentro”. Penso que, do conjunto de fatos levantado neste projeto, decorrerá que, de certa maneira, com seus abusos, o militar reformado já vem reconfigurando o poder há tempos.



“Com que moral vão me cassar aqui?” Quem pergunta é o próprio Bolsonaro<sup>5</sup>. Esta frase, escolhida para dar título a todo este projeto, expressa um tanto a audácia com que o político guiou sua carreira. Acumulando episódios de desrespeito a códigos, gentes e instituições, muitas vezes conduziu seus mandatos no fio da navalha. Escorava-se na imunidade parlamentar enquanto debochava dos “freios e contrapesos” da democracia. Contava com o despreço da população por seu Congresso Nacional, notoriamente percebido como lugar de conchavos e corrupção, para lançar-se contra os limites que seus pares deveriam salvaguardar. Nas entrelinhas dessa nossa frase-título, dizia algo como “esse pessoal que rouba vai me cassar porque eu falo coisas que muitas pessoas pensam!?”. Aos microfones, através de impropérios mil, produzia uma forma de desmoralização do ofício nova, distintivamente sua.

Afrontar está na base da sua forma de fazer política. No indecoro, o militar reformado encontrou a via mais proveitosa para obter visibilidade e agradar um determinado eleitorado. Com ele, deu a volta nas instituições. Observei que, desde sempre, ele impôs um impasse entre ignorá-lo ou lançar luz aos seus absurdos. De um lado, não se desejava que seu discurso ganhasse campo, e para isso era melhor não dar holofotes às suas ações. Ao mesmo tempo, se desejava suscitar indignação e rejeição social ao que dissera ou fizera, e, para tanto, era preciso divulgar o que se passava. Muitos parecem ter batido cabeça entre essas alternativas. Hoje, vejo que aplicava um xeque no sistema toda vez que o roteiro levava a essa bifurcação. Nunca se tratou de um beco sem saída. Há um nó evidente. O cerne da questão está em sua histórica impunidade.

Quanto mais desencavo, mais me impressiono que Bolsonaro tenha escapado de problemas maiores, mais me alarmo que sua atuação tenha sido quase que normalizada. Diante de tudo que se viu, e que veremos mais a fundo nesta série, alguma punição era de se esperar. Investido de um mandato público, o capitão esticou muitas cordas, e, quase que na totalidade dos casos, recebeu sinal verde, sem que punição ou contenção se impusesse em contrário. Isso se deixou acontecer ao longo de 30 anos de atuação política.

A bem da verdade, o atual presidente do Brasil nunca foi levado muito a sério. Mesmo em 2018, quando seu crescimento já era algébrico, a opinião pública, em grande parte, tratava-o como o cavalo paraguaio que logo se veria morrer na praia. Meses depois, o capitão faria seu discurso da vitória falando em mandar seus inimigos para execução na “ponta da praia”. Era o desenlace surpreendente — e, para alguns, dramático — das três décadas em que, sem tanta relevância assim, Jair compôs a cena política do país.

Confinado ao papel de lateralíssima peça, por anos foi tratado como um folclórico político de nicho, ou mesmo como uma reminiscência de outros tempos, com pífia influência nos rumos do presente. Entre alguns abusos prováveis e efetivos escândalos, teve como resposta um tanto de “deixa estar”, outro tanto de “deixa disso”, um pingote de reações pertinentes (mas minoritárias), um pouco de “abafa o caso”, e, como não?, algumas porções de “é isso aí, tá certo e no seu direito”. Sem enfrentar constrangimentos ou ações que o obrigassem a alguma moderação real, avançou até consagrar seu modo de fazer política. Hoje ele é um modelo para muitos que ingressam na vida pública.

O “sistema”, a institucionalidade, a sociedade civil, as organizações e as gentes, este autor, você-leitor, talvez não tenhamos

exatamente parido Mateus. Não obstante, todos faltamos em lhe ensinar bons modos. Se, neste exato momento em que escrevo, as mais finas flores da democracia temem a poda e a praga, hão de reconhecer que as ameaças sempre estiveram ali, à espreita, na ponta de seu jardim. De sua investidura como presidente em diante, tudo pode acontecer. Inclusive nada. Todavia, o que muitos sentem ou podem reconhecer é que, se a dúvida está colocada, em alguma medida já falhamos. O Jair Bolsonaro que comete abusos e aviva incertezas sobre o futuro é hoje uma expressão do possível justamente porque, lá atrás, não se obstou sua conduta.

Onipresente no noticiário, o presidente da nação suscita, desde sua eleição, angustiadas perguntas e duradouros debates a respeito de nosso amanhã. Por mais que existam larguíssimos contingentes de satisfeitos com os rumos do país, uma dúvida razoável sobre as chances de esgarçamento das instituições democráticas brasileiras é um fato inegavelmente posto, seja entre cidadãos, estudiosos e observadores estrangeiros. Em meio a dramáticas incertezas a respeito da continuidade do regime, não profetizo respostas sobre o futuro. O que proponho é expandir significativamente o que se sabe a respeito do passado.

O enredo começa no seminal ano de 1988. Jair Bolsonaro ganhou seu primeiro mandato político, como vereador, exatamente 40 dias após a promulgação da Constituição. No clímax da Assembleia Nacional Constituinte, em seu histórico discurso, Ulysses Guimarães ressaltava as lutas e sacrifícios para que se chegasse a publicar o Magno Texto. Naquele ato inaugural, em meio ao clima festivo, deixou o alerta: “A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca!”<sup>8</sup>. Dois anos depois, o jovem vereador

chegaria à capital federal. Não exatamente se afinaria com o que o “Doutor Diretas” expressara.

Escudado no artigo 53 da Constituição Federal — que institui que os parlamentares “são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”<sup>7</sup>—, divergiu de seu espírito e, ao meu juízo e de tantos outros, por anos a fio, afrontou a Carta incontáveis vezes. Paradoxalmente, enquanto violava os pactos de civilidade e agredia valores basilares de nossa Lei Fundamental, fazia dela seu abrigo. Contou com a anuência de seus pares e de instituições para sua corrosiva atuação. Fez do indecoro sua escada ao posto mais alto da República.

Já morando no Palácio da Alvorada, estreando no novo cargo, Bolsonaro jurou ser fiel ao texto constitucional e defendê-lo<sup>8</sup>. Ao que tudo indica, convém desconfiar. Para ficar em um único e emblemático exemplo: quando, diante do quartel-general do Exército, discursando para manifestantes favoráveis a uma “intervenção militar”, bradou que “não queremos negociar nada [com as outras instâncias de poder]”<sup>9</sup>, e, no dia seguinte, comentou o fato dizendo “eu sou realmente a Constituição”<sup>10</sup>, não se sabe exatamente a que prometeu fidelidade e o que está a defender.

Dito isso tudo, reconheço que, em seu livre juízo de cidadão, pode haver quem não veja, na atuação e na fala do político, qualquer traço de abuso, afronta, atrocidade, barbaridade, escabrosidade, indecência, impropério, indecoro ou transgressão. Brasileiros que, nas nuances das sensações de cada um, nunca tenham experienciado nada do que o capitão reformado fez ou disse como absurdo, chocante, arrepiante ou revoltante.

É sabido que o presidente Bolsonaro conta com fileiras de simpatizantes e apoiadores. Esses, mesmo quando tomam conhecimento de algo com que não concordam inteiramente,



podem justificar que o “Mito” é perseguido pelo “sistema”. Ou, alternativamente, podem alegar que o capitão é interpretado ao pé da letra quando estaria fazendo uso de “força de expressão”. Encaro essas, no mais das vezes, como interpretações possíveis vindas de pessoas bem-intencionadas. Entretanto, entendo que elas não resistem a um exame sistemático como o que proponho aqui. A esse grupo convido a acompanhar o que levantei.

Há, contudo, o subgrupo dos inabalavelmente apegados à figura de Jair Bolsonaro. Aos olhos de uma parte deles, tomando por base a gramática que utilizam nas redes, intuo que este trabalho pode parecer tinta gasta para escorrer em um grande choro dos perdedores. Com esses as pontes são menos prováveis. Assim como, por certo, serão por demais esguias com aqueles que se apegam ao Messias que Jair Bolsonaro tem entre seu prenome e seu sobrenome e o percebem como um Abençoado por meio de quem o Todo Poderoso opera sua Obra aqui na Terra. Aos dois tipos anteriores, bom, ofereço o trabalho mas não me ocupo em fazer acenos.

Identifico, ainda, um terceiro grupo cujo entusiasmo por esta obra pode não ser muito grande, mas com quem a troca de ideias me interessa especialmente. São os ultraliberais da expressão. Esse estrato de concidadãos é muito importante para o raciocínio que desenvolvo.

Bolsonaro, entre 1988 e 2018, foi um parlamentar. Em um regime democrático, o ofício parlamentar é um exercício de liberdade. O que a sociedade deseja de alguém que exerça esse papel é que dê voz a segmentos da população, reconhecida como plural e diversa; que represente suas aspirações e busque validá-las; que tome parte em amplos debates de posições a respeito das matérias que compõem o chamado “interesse nacional”; que produza, pelo diálogo mais desembaraçado

quanto possível, as leis que nos guiarão; que crie as regras que balizam a ação dos demais Poderes da República e que os fiscalize duramente, estabelecendo os tais “freios e contrapesos”, coibindo abusos e garantindo harmonia<sup>11</sup>. Nada disso se faz sem salvaguardas que efetivamente protejam a ação dos parlamentares na conflituosa arena pública. Não há dúvidas: é de real interesse da sociedade que seja assim.

É neste espírito que foi redigido o artigo 53, mencionado acima. O dispositivo protege a liberdade dos parlamentares em opiniões e votos. Inapelavelmente, esses são dois fundamentos da democracia. As votações dos legisladores são elementos básicos para a operação do regime (e cá passamos longe de discutir isso no que tange Bolsonaro ou qualquer outro político). Em relação às suas opiniões, o referido artigo dá amparo a interesses reais da sociedade, mesmo em usos que parecem extravagantes aos olhos do cidadão comum. Por exemplo, deputados e senadores podem chamar um presidente de corrupto tendo como base suas próprias suspeitas, sem precisar apresentar provas ou esperar a conclusão de um devido processo legal. Lançarão a acusação e permanecerão imunes aos riscos de serem processados por ela. Essa tal liberdade, nesse caso, pode estar direcionada a um zelo das coisas republicanas, uma vez que os cidadãos têm direito a um governante em cuja probidade possa confiar. Logicamente, espera-se que os legisladores utilizem seu direito com responsabilidade, em favor do bem comum.

O direito de expressão alargado com que contam os legisladores, tal qual todas as outras liberdades da vida republicana, não são licenças absolutas, pairando acima de tudo. Na prática, as prerrogativas consagradas ao parlamentar têm de conviver com outras normas. Dois exemplos imediatos para o que desenvolvemos aqui são o Regimento Interno da

Câmara Federal e seu Código de Ética e Decoro Parlamentar (este, promulgado só em 2001). A interação entre essas muitas normativas é complexa. Os problemas devem ser avaliados caso a caso e não escaparão de querelas em torno de qual interpretação deve valer para a situação concreta.

A própria noção de “decoro parlamentar”, central para um debate a respeito de Bolsonaro, é fugidia. É possível dizer que o conceito técnico consagra a noção, compartilhada entre a gente mais comum, de que os representantes da sociedade devem ter determinada compostura, agir com recato e decência, transpirar dignidade e a conceder aos demais, se comportar com seriedade, cultivar uma respeitabilidade pública em torno do cargo e se nortear por ela no trato com os colegas, autoridades e cidadãos. Nada disso é muito a cara do último escolhido para comandar a nação. Entretanto, é uma exigência posta e normatizada.

Como resultado, entre uma desejadíssima liberdade de opinião e os limites impostos por essas regras sociais desenha-se em algum ponto, de modo bastante fluído e a depender de circunstâncias concretas, uma fronteira entre o aceitável e o inaceitável para a conduta de um parlamentar. E aqui não falo especificamente de Bolsonaro, embora ele constitua uma espécie de caso-limite de teste dessas fronteiras. Por ora, chamo atenção para este importante problema cívico de uma maneira geral e abstrata.

Há quem entenda, fundamentadamente, que essa liberdade é amplíssima. No que se refere ao nosso personagem, para citar dois casos tão famosos quanto agudos, contemplaria que ele tenha expressado sua opinião de que um presidente da República devesse ser fuzilado (Fernando Henrique Cardoso, em 1999), ou que era inteiramente cabível louvar um torturador condenado em duas instâncias como parte de

seu anúncio da aurora de um novo Brasil quando da queda, por impeachment, de outra mandatária do Executivo (Dilma Rousseff, em 2016).

Pode revirar alguns estômagos, mas essas são posições defensáveis à luz de argumentos legais, de teoria democrática ou de simples apego a valores liberais modernos. Para esses, que estou tratando como liberais ortodoxos em matéria de opinião, se o capitão só falou em fuzilar e não fuzilou, tudo bem; se só louvou quem torturou, mas não seviciou ninguém, é da vida; se só falou em fechar o Congresso e não trancou ele mesmo as portas do Parlamento, segue o jogo.

Há, por outro lado, aqueles que, assim como este autor, sentem e entendem que é desejável que as ações e expressões parlamentares esbarrem em limites quando se entrechocam com pilares da institucionalidade e da civilização. Aos que permanecem do outro lado desta contenda, seguros na terra firme do ultraliberalismo a respeito deste ponto, mas dispostos ao diálogo de boa-fé, convido especialmente a navegar pelos capítulos adiante. Vamos acompanhar muitos e muitos mais casos envolvendo Jair Bolsonaro. Alguns conhecidos, como os mencionados acima, e outros tantos pouco falados ou mesmo inteiramente desprezados.

Convido os leitores a fazerem intimamente o exercício de estimularem sua percepção com as passagens da trajetória do capitão-parlamentar aqui recuperadas e organizadas, experimentando-as no choque com limites de tolerância que possam ter dentro de si. Digo, tomar os casos e vivenciá-los em termos de “ué, tá certo de falar mesmo”, “ah, nada demais”, “segue o jogo”, “é... isso aí já é complicado”, “sério isso?”, “mas que absurdo, isso é inadmissível!”. A prática que sugiro pode ser feita nessa ou em outra escala, contemplando os muitos matizes que cada alma é capaz de alcançar.

É esse tipo de diálogo que mais me interessa neste longo projeto. Quando falei em, humildemente, contribuir para nosso aprendizado democrático como sociedade, é a isso que me refiro. Olhando o passado, pensarmos em nosso futuro.

O amanhã, seja que cara tiver, desponta à nossa frente. A esse ponto, é necessário olhar para trás e fazer o balanço: as liberdades garantidas, as instituições que regulam os ofícios políticos, os mecanismos de “autocorreção” do sistema, tomados em seu conjunto, favoreceram o bem comum? O que queremos de fato proteger? Como reagir diante de eventuais assaltos? É desejável que alguém faça como Bolsonaro, golpeando pilasstras de sustentação de nossa ordem liberal democrática, e, ao fim, não só passe incólume como ainda seja capaz de lucrar politicamente com isso? No tocante ao capitão, pode-se aceitar que aquilo que concretamente se deu entre 1988 e 2018 (e, depois, ao longo de seu mandato) se repita em tempos vindouros?

O convite, em boa medida, implica olhar para nós mesmos. Ressalto, contudo, que essa mirada no espelho deve passar longe do autoflagelo. Afinal de contas, atualmente é preciso estar atento e forte. O que é primordial é que essa disposição reflexiva anime uma discussão sobre democracia. Um debate que vislumbre possíveis, digamos assim, “inimigos internos” do regime. Exploraremos aquilo que pode vir a representar — pode vir, pois só a história o dirá — a pré-história dos mais concretos riscos de erosão que o sistema virá a enfrentar. O que está em jogo é a aceitabilidade da gestação, à luz do dia, desses perigos.

É um rumo singular. Percebe-se que o caminho pretendido é um tanto distinto do que foi tentado mais proximamente às últimas eleições presidenciais. Naquele pleito, como seria de se esperar, nosso personagem teve sua trajetória averiguada e analisada. Grosso modo, dois movimentos ficavam ressaltados.

De um lado, se verificou a cristalização de determinados chavões a respeito de sua biografia: “mudou x vezes de partido”; “era um deputado pouco produtivo”; “não pode ser considerado um outsider”; “não é um autêntico liberal, tem passado estatizante e ligado às corporações” — foram alguns dos lugares-comuns repetidos à exaustão para descrevê-lo.

Porém, houve um impulso em sentido oposto também. Quando da subida fulminante do “Mito”, se deu uma corrida por remexer o que de mais espantoso o candidato do PSL tivesse protagonizado em sua bruta trajetória. Em paralelo à frenética cobertura da campanha presidencial, diversas reportagens e iniciativas de midiativismo buscavam desenterrar e apresentar aos cidadãos eventos pouco abonadores na trajetória do capitão reformado. O material reunido, combinado e recombinação, era deveras impressionante. Todavia, aquela foi uma cruzada apressada, no calor da última hora. Seu alcance era limitado. Ademais, teve resultado frustrante — o autor de “jamais iria estuprar você porque você não merece” e escabrosidades afins acabaria mesmo eleito.

Antes disso, no entanto, havia uma boa medida de convicção de que, diante de tal matéria, mesmo que veiculada de modo incompleto e fracionado, qualquer apoio ao candidato da extrema-direita cederia — manchete de O Globo, em 2017, resumiu e estampou a ideia: “Bolsonaro amplia discurso, mas passado deve cobrar fatura”<sup>12</sup>. A suposição era razoável. Todavia, em uma acidentada campanha, o que se viu foi o inverso; a preferência do eleitorado pelo militar reformado avançou a galope. Conquanto as intenções de voto no capitão cresciam de maneira consistente, ficavam desautorizadas as ingênuas acepções de que a revelação de absurdos quaisquer resultariam automaticamente em rejeição ao “Mito”.

Eu, que compartilhava dessa visão, anotei a lição. Um projeto que investigue arrepiantes eventos pretéritos da atuação de Jair Bolsonaro não pode nem se limitar a inventariar e elencar casos escabrosos, nem ter qualquer pretensão de eficácia para uma meta política determinada.

Obviamente, se o que levo aos meus concidadãos contribuir, como grão de areia, para um malogro do capitão em eleições, considero um serviço de utilidade pública — posso ouvir com urbanidade quem pense o contrário, mas, na minha visão, Jair Bolsonaro representa um perigo para pessoas e instituições. No entanto, o que me ocupa não é criar um grande panfleto pré-eleitoral. O que pretendo com este projeto é algo distinto. O aprendizado democrático que almejo e proponho é diferente de tentar fazer com que ele não seja eleito. Meu ofício tem sido olhar para trás. Me dedico a desencavar o que já foi. E, agora já sabemos, seu passado definitivamente não tem o valor de uma fatura encantada que, ao ser apresentada, magicamente barrará seus avanços.

O passado de Jair Bolsonaro segue como um baú de disparates. Contém muitas novidades a serem reveladas; há vastíssimas regiões sob penumbra. É preciso iluminá-las. Desejavelmente, não como parte de um empreendimento individual — escrevo sempre torcendo para que, além do que já foi feito, inúmeros esforços para esquadrihar a trajetória do atual presidente da República estejam sendo realizados nesse mesmíssimo momento. De toda sorte, seguirei em um investimento de energia para que liguemos os pontos e avancemos consideravelmente em relação às pílulas de investigação já publicadas e os chavões conhecidos. É mais necessário do que nunca alargar a compreensão que se tem de Bolsonaro e de seu contexto.

Nesta obra, esse esforço se dá em diversos níveis. Em primeiro lugar, a partir de absurdidades, vou reconstruindo

elementos básicos da visão de mundo do militar reformado. A primeira contextualização, portanto, é a do personagem em seu próprio pensamento. Sob a premissa de que a vasta coleção de improperios por ele enunciados, além de chocante, pode ser muitíssimo reveladora, aproximo suas palavras mais duras nas horas mais agudas, até que os sentidos que teceu e os símbolos que mobilizou ganhem relevo. Isso compreende passar pela arquitetura de seus argumentos, por seus apoios fundamentais, pelos incômodos e calos que lhe gritam, pelas pontes que faz entre os tópicos, pelos vilões e mocinhos que habitam suas ideias. Com tudo isso, vou, aos poucos, compondo aos olhos do leitor o arco sem o qual as tantas flechas que disparou não têm propriamente sentido.

Em um segundo nível, tendo em conta que aquelas flechas voam contra certos alvos em determinadas circunstâncias, delinheio aspectos do contexto social e político diante do qual o capitão agiu tão caracteristicamente. Sob determinada ótica, é a própria Nova República que se vê ao fundo.

No intuito de contribuir para expandir o que se sabe sobre o político e militar reformado, delinheio ainda um terceiro nível. Perseguindo o aprofundamento, abrindo trilhas em direções variadas, acabo por identificar e desenrolar fios importantes e desconhecidos de sua história. Haverá inúmeros exemplos ao longo da série.

Por fim, é possível falar, ainda, em quarto e último nível. Ele é o efeito da soma das camadas anteriores. Episódios, contextos, sistemas de ideias e segmentos de história, quando cruzados, confluem para a criação de um rico e detalhado retrato de Jair Bolsonaro. Esse amplo painel será nossa última fronteira.

Contarei essa história de abusos começando pelo tema teoricamente mais leve, o das “palmadinhas”, e concluo com o mais abstrato e geral, a respeito de seus ultrajes à democracia e ao



Estado de direito. Contudo, ao longo dos capítulos e volumes, não imponho um percurso linear em termos de gravidade. Isso sequer seria possível sopesar com precisão. Tratemos esses pontos como marcos de início e fim na criação de uma cartografia de possíveis indecoros e transgressões. O itinerário decerto favorecerá que se faça uma profusão de descobertas. Almejo que, ao fim, se abra espaço para que façamos mais e melhores perguntas sobre o mais poderoso e destacado personagem da vida nacional na atualidade.

Para tanto, não necessariamente o leitor precisará varar todos os volumes desta série. A bem da verdade, quando comecei, nem de longe pretendia redigir (ou cometer) uma série de livros a respeito de Jair Bolsonaro. Tinha uma pretensão mais modesta. Vislumbrava escrever um livro. O primeiro plano era de me concentrar nos casos conhecidos, descrevê-los, contextualizá-los rapidamente e acompanhar como foram processados nas instâncias de controle da atividade parlamentar (no Legislativo e no Judiciário).

Seguindo esse formato, contabilizei que, no que tange ao Conselho de Ética, constituído em 2001, ficaria circunscrito a quatro casos, todos da década de 2010<sup>13</sup>. O próprio Bolsonaro tinha outras contas. Já externou que respondia a “mais de trinta processos”<sup>14</sup> e também já falou em milhares<sup>15</sup> — sem deixar claro o que exatamente estava computando (casos correndo na Justiça comum, representações que chegaram à Mesa da Câmara ou à Sala de Atendimento ao Cidadão do MPF, entre outras possibilidades). Em todo caso, percebi que sendo quatro, trinta ou mesmo mil, se limitasse o trabalho às situações em que alguém achou por bem impetrar uma ação contra o parlamentar fluminense, acabaria por deixar muita coisa importante de fora. Em uma primeira pesquisa exploratória, me aprofundando entre impropérios e fatos diversos, havia me deparado com uma paisagem opulenta

em termos de atrocidades. Havia muito que não lhe valeu processo, mas que o público brasileiro se beneficiaria em saber que aconteceu. Defini que era preciso ir mais fundo e, tão tenazmente como me fosse possível, seguir tecendo ligações entre o que encontrasse.

Por outro lado, me preocupava que esse ir fundo me levasse a ficar confinado a um recorte muito delimitado. Quero dizer, não queria que, neste trabalho, o apuro fosse proporção inversa de sua amplitude. E havia muito o que cobrir. Se, historicamente, aplicou-se a Bolsonaro tantas e tantas vezes a expressão “metralhadora giratória”<sup>16</sup>, é porque é um cospe-fogo que dispara em múltiplas direções. O intento de avançar nesses largos campos sem perder de vista os seus detalhes é o que explica um resultado de tantas páginas. No cruzamento entre a abrangência e a minúcia, o rebento é o volume. Não é por outro motivo que preparo uma série de cinco livros. Cobrir as absurdidades de 30 anos de vida pública do atual presidente da República, compondo um retrato extensivo, exigiu muito papel e tinta (além de fôlego).

A quem quiser se embrenhar só até certo ponto, limitando o quanto de sua mente ficará povoada por 30 anos de Jair Bolsonaro em ação, tranquilizo que todos os livros são projetados para que possam ser lidos em separado. Tentei segmentá-los de modo a não prejudicar a organicidade da reflexão, mas também propiciando que os volumes contemplassem interesses mais específicos dos diversos públicos. Há quem queira saber sobre os impulsos antidemocráticos do atual presidente, sua LGBTQIA+fobia e, ainda, sobre sua coleção de mentiras. Mas pode haver quem mire algum desses assuntos somente. Sirvam-se.

Caminhando para os finais de nossa introdução, quero registrar alguns limites no escopo. O recorte dado

de partida já implica que aqui, com nosso foco voltado ao Bolsonaro parlamentar, ficam de fora dessa investigação seus escândalos presidenciais — talvez os de ontem ajudem a entender os de hoje, mas não me ocuparei de demonstrar. Tampouco cobrirei a campanha presidencial. Em verdade, tiro o pé do acelerador já um tanto antes dela. Essa escolha se dá porque nossa pergunta de fundo tem a ver com as transgressões do capitão. Tendo passado ileso de tudo que fizera desde os anos 1990, só o casuísmo possibilitaria que, nos seus últimos dias como parlamentar, em face de uma expectativa de poder, alguém viesse a reunir a tal “moral” para cassá-lo. Conta também que, objetivamente, ele mesmo levava a cabo uma tentativa de mostrar-se mais moderado naquele período. A taxa de escabrosidades/dia, acredite, cai de fato. De modo que me restringirei a alusões esporádicas ao que se passou em 2018, focando naquilo que ajude a clarear o que se deu antes daquele ano eleitoral.

Também deixarei de fora tudo aquilo que é anterior à sua eleição ao Planalto, mas foi descoberto *a posteriori*. Em um caso concreto, hoje, quando escrevo, se avolumam denúncias sobre possíveis esquemas de “rachadinhas” que teriam ocorrido em seu gabinete de deputado. Até 2018, minha linha de corte, essa não era uma questão. Penso aqui com meus botões que, ainda no curso de seus mandatos legislativos, pode ter faltado atenção a indícios de pouca probidade na conduta pública de Jair quando eles surgiram. Quero dizer, por exemplo, talvez, e só talvez, se alguém fosse atrás de saber mais da vida financeira de um homem público que ia à TV dizer “conselho meu, e eu faço, eu sonego tudo que for possível”<sup>17</sup>, elementos de possíveis negociatas poderiam ter surgido antes, em tempo de se tornarem questão para a Câmara Federal apreciar. Mas não o foram. Logo, não trato

dessas coisas aqui. Passa o mesmo em relação a “Zapgate” ou outras possíveis irregularidades em sua campanha presidencial: o sucedido se deu dentro do recorte 1988-2018, mas só tomou forma como questão pública depois que ele ganhou a faixa presidencial. Vamos com o de outrora, sabido desde aquele tempo, sobre o qual, quem sabe, poderia haver sanção enquanto era um parlamentar como outro qualquer.

Me parece oportuno registrar também limites que são nossos, demasiadamente humanos. Minhas buscas em tempos recônditos, principalmente do século XX, recuperarão fatos que destoarão e parecerão menos prováveis de se passarem hoje em dia. Quando tratarmos de eventos pretéritos, naturalmente, o autor e os leitores tomarão os fatos à luz das fronteiras morais do presente.

É com olhos de hoje que olharemos para eventos escandalizantes de ontem. Isso pode ser um problema, pois muito tem mudado rapidamente (e não estou me referindo somente à menor aceitação atual de manifestações flagrantemente racistas, machistas e homofóbicas). Para essa questão, a rigor, não há contorno. Só o que se pode fazer é ter em conta essa interação entre o tempo e a condição humana.

Penso que, dentre as possibilidades, a melhor estratégia para lidar com este ponto é ter como nossos guias os princípios que inspiram a Constituição e estão expressos em seu texto. Estão lá desde 1988, ano em que Bolsonaro entrou na política e começou a fazer das suas. São eles, afinal, que estão em causa em todo este projeto. É em nome deles que essas páginas ganham vida.

# INTRODUÇÃO

ESSA É UMA OBRA NÃO FICCIONAL a respeito de ficções.

Bolsonaro mente em profusão e não há qualquer dúvida no tocante a isso daí. Na sua condição atual, de presidente da República, há quem se ocupe em colocar em números. “Bolsonaro: 1682 mentiras em um ano”<sup>18</sup>. Ou “Bolsonaro disse cerca de sete informações falsas ou distorcidas por dia em 2021”<sup>19</sup>. Os microfones apontados a todo minuto ao seu queixo, as *lives* assistidas por milhares, amplificam o alcance de seu mendaz desserviço.

Nem sempre foi assim. Talvez em muitos pontos de sua trajetória, em manobras decisivas e em horas comezinhas, o capitão se escorasse em quimeras. Os registros existem. Mas a audiência do político era substancialmente menor. De modo que parece inevitável que muitas de suas trucagens e diversos de seus engodos escapem ao observador presente.

Em minha pesquisa, passei por muitos eventos com todo jeito de postiçaria política por parte do militar reformado. Enquanto remexia documentos antigos percebia que lançar um olhar sobre as prováveis falsidades que o capitão enunciou também seria uma forma de contar sua verdadeira história.

Bolsonaro adentrou a vida pública em 1986, assinando o artigo “Os salários estão baixos” na revista Veja. Quando cometeu aquela indisciplina de levar à imprensa uma versão acerca do que se passava intramuros da caserna diferente da oficial, o capitão de artilharia dizia fazê-lo “em nome da verdade”<sup>20</sup>. Numa tacada só desmentia imprensa e governo. Por ter colocado a boca no mundo, consta, ganhou enorme respeito junto à tropa<sup>21</sup>. É bem possível, então, veja você, que a força da verdade tenha sido seu impulso inicial.

Décadas depois, em 2018, já um político profissional aclimatado ao ambiente de Brasília, chegou ao auge: foi eleito presidente da República. De saída, seu mandato seria questionado. O motivo? Acusações formais de que teria feito da falsidade a base de sua campanha ao posto mais alto da nação<sup>22</sup>. Se havia quem acreditasse nessa alegação no interior das instituições responsáveis em salvaguardar a lisura do processo eleitoral, entre os cidadãos comuns, talvez, os que acreditavam na tese fossem algo da ordem de dezenas de milhões.

Hoje é sabido que mais da metade dos brasileiros não confia em nada do que Bolsonaro diz — um número que vem se expandindo<sup>23</sup>. Em face dessas cenas acima e do quadro presente, seria simples oferecer ao leitor a visão de que o jovem capitão de 1986, destemido porta-voz de verdades inconvenientes, foi se desvirtuando e se convertendo, paulatinamente, ao longo de três décadas, em um exímio trapaceiro. Traçar entre o fim dos anos 1980 e a corrida eleitoral de 2018 uma singela reta que ligue A até B é uma forma de contar essa história. Haverá quem prefira assim. Mas não é exatamente isso que obtive em minha investigação. Por onde quer que se olhe, o tema é complexo.

A história não é retilínea. E tampouco é palco do duelo de dois únicos personagens principais, a Verdade e a Mentira,

eternas antagonistas. Passando por um sem-fim de declarações de Jair Bolsonaro, tomando em vista tudo aquilo que não parece exatamente verdade-verdadeira, o que se tem é uma multiplicidade de formas. Das meias-verdades às invenções, dos exageros às pantomimas, da distorção à mistificação, do “aumentar um ponto” à calúnia, do factóide à fábula, da imprecisão à bravata, da contradição à patranhada, da ladainha à adulteração, do blefe à conspiração, aprendi que a vida é tremendamente rica em possibilidades mesmo quando o assunto é aquilo que não é. Existem muitas formas tortas de se lidar com a verdade.

De princípio, não enxergava uma gama tão variada. Quando comecei, preciso confessar, tinha a noção corrente de “*fake*” ou “*fake news*” em mente. Era só o que me ocupava. Logo percebi o problema: na introdução geral tinha feito questão de dizer que essa é uma obra não acadêmica. Por deferência ao intrincado de algumas discussões, decidi me esquivar de noções que estudiosos passam tempos para dominar. Era justamente esse o caso de “*fake news*”. Quero dizer, pela peculiaridade desses nossos tempos, cof-cof, “desafiadores”, em meio a Trumps, Bolsonaros, WhatsApps, “Foices de São Paulo” e “Globolixos”, é fácil se esquecer desse fato e falar de “*fake news*” — ou alguns de seus correlatos, como “pós-verdade” e “desinformação” — com o desembaraço do senso comum. Para usar o jargão dos sociólogos, é um conceito que “espiralou”.

Contudo, apesar do “*fake*” estar na ordem do dia, apesar de ter me ocorrido tão imediatamente para falar dos assuntos que nos ocuparão, não queria perder de vista que, partindo dessas categorias, estaríamos falando de fenômenos conceitualizados por especialistas<sup>24</sup> e discutidos em colóquios. Convinha deslocar o eixo e mudar a lente. Ou melhor, abrir a janela para que se visse mais coisas.



Ficarei bastante feliz se esse meu mergulho em documentos puder colaborar com o trabalho dos experts. E estarei igualmente satisfeito se minha ignorância em um campo de estudos complexo não prejudicar nossa reflexão. Não quero, por outro lado, fazer parecer que a deferência de que falei acima demarca a adulação de um inferior. Sob determinada ótica, a ignorância conceitual nos confere algo a nosso favor. É evidente que revelaremos bem menos do que poderíamos caso estivéssemos a par de todo o trabalho intelectual desenvolvido coletivamente pelos estudiosos das coisas desinformacionantes e pós-verdadeiras. Todavia, por outro ângulo, ganharemos uma liberdade sem igual para explorarmos e percebermos questões de interesse.

Conceitos são molduras. Alguns fenômenos se enquadram e ficam elegíveis à análise, enquanto outros... não. Assim que é. Hoje me é claro que há muito que considerarei adequado para constar neste trabalho e, me parece, não caberia no balaio das *“fake news”*. Foi mergulhando que descobri. Conquanto me provocasse com meus dados de pesquisa, fui percebendo que o jeito chapado e categórico da palavra importada podia ceder espaço para uma visão mais diversa do inautêntico. O capitão me mostrou que, em 30 anos de trabalho em uma profissão cuja base é a palavra, cabem muitas formas de não ser exatamente verdadeiro.

O leitor acompanhará como, nos diferentes casos protagonizados por Bolsonaro a serem mencionados, parece haver uma qualidade própria. Sem o apoio dos compêndios, temos a vantagem de poder ir com tudo. Basta que um dito (ou um não dito) tenha soado “estranho” e digno de nota a este escriba e poderemos encarar. Adicionalmente, na hora de perceber e relatar o caso, sarcasmos e outras esbórnias da linguagem negadas aos acadêmicos estarão ao nosso dispor.

Por essas e por outras razões, nessas páginas e no tratamento de nossos dados, falaremos mais de engambelação do que de “*fake news*”, mais de história da carochinha do que de “desinformação”, mais de patranhada do que de “pós-verdade” (quando utilizadas, frequentemente marcaremos alguma distância desses cânones com o uso de aspas como essas). Perceber uma marota levantada de bola ou uma senhora forçada de barra será coisa nossa. Ver a malícia e atinar para o macete estarão em nossa jurisdição. Entre intuições e entrelinhas, avançaremos na caracterização de nosso personagem. Não escaparão de nossa consideração as muitas facetas e mutretas. Suas nuances nos interessam.

Naturalmente, nossa ampla gama não há de contemplar todas as lorotas contadas pelo capitão. Estudos tais falam em seres humanos contando até 200 mentiras por dia<sup>25</sup>, pesquisas quais informam que nossa espécie falta com a verdade uma vez a cada dez minutos de conversa<sup>26</sup>. Não posso precisar se o “Mito” puxa a média para cima ou para baixo — embora tenha meu palpite. Seja como for, o que é importante registrar é que vamos focar em balelas enunciadas na arena pública e que pareçam relevantes. Quero dizer, as lendas que conta aos seus em sua vida privada não nos pertencem.

A pretensão tampouco é a de colocar a lupa em cada fala suspeita que o político lançou aos microfones. Cataloguei uma batelada de dados em milhares de documentos para, a seguir, selecionar, compilar, e entremear informações em texto com começo, meio e fim. Meu intento é o de reduzir a complexidade desse mundaréu de informações, subir degraus na escada da abstração com eles debaixo do braço, e, depois, daquele ponto de vista, escrever respeitando a complexidade das coisas como são. Acreditar que isso é possível é parte do meu ofício.

Em nosso trajeto, nos ocuparão mais as farsas — ou melhor, as talvez-farsas, a ver — que foram centrais na trajetória do militar reformado. Incorporaremos as outras que parecem favorecer que se entenda seus procederes na política. Há, ainda, um grupo das possíveis burlas que não entraram no enredo deste volume mas o leitor poderá conhecer em outros livros desta série, como sua justificativa falsa para citação a Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (volume I). O baú de imposturas é espaçoso e não cabe todo aqui.

Outra observação importante sobre recorte é que nada disso que trago neste livro se refere ao submundo de informações falsas que, em 2018, circularam pelas redes e beneficiaram sua candidatura. Aqui a matéria são as afirmações saídas da boca de Jair Bolsonaro e verificáveis em documentos acessíveis a todos. Interessam os falseamentos, imprecisões, trucagens, mistificações, historietas, conspirações, distorções e alegações impossíveis de serem comprovadas que o capitão botou a sua cara para dizer.

Pensando no eletrônico, excluindo esse submundo sem rosto, a concessão que posso fazer é ao que Bolsonaro publicou em suas redes sociais oficiais, com seu *avatar*. Há fortes razões para acreditar que Carlos Bolsonaro ou assessores empregados no gabinete de Jair escreveram muitas daquelas coisas, mas as incluo uma vez que valem como expressões do mandato público de nosso personagem.

Em relação ao escopo deste projeto, investigar essa matéria representou uma espécie de limite. Ainda que estejamos na seara das impropriedades da conduta de Bolsonaro, as ideias de impunidade e cassação, sagradas no título, ficam um tanto prejudicadas. Pesquisando milhares de documentos, encontrei uma infinidade de enunciados, digamos, duvidosos, na

retórica de Jair Bolsonaro. No entanto, não me lembro de, em nenhum momento, topar com a ideia de que o militar reformado deveria ser de algum modo punido por isso. Na atualidade, o Parlamento pode estar se movimentando para disciplinar as chamadas “*fake news*” e o Tribunal Superior Eleitoral pode estar firmando jurisprudência com a cassação do ex-deputado Fernando Francischini por propagar desinformação<sup>27</sup>. Mas são novidades destes tempos. Considerando o mundo que tínhamos até 2018, fazendo da mentira bolsionariana um tema poderia me traír e me afastar da coluna vertebral do projeto.

Alguém poderá lembrar o caso de Eduardo Cunha. Em um não tão longínquo 2016, vimos o então poderosíssimo deputado, já acossado por denúncias diversas, acabar cassado por ludibriar seus colegas por conta de uma informação falsa apresentada durante um depoimento. Mas é que a mentira era dirigida aos nobres parlamentares em uma circunstância tal. Se fosse dirigida aos cidadãos, no curso do mais importante debate público, com metodologia própria para fraudar o bom senso, não haveria punição alguma. Isso é um fato: na década de 2010, assistiu-se a Bolsonaro falsificar fatos sistematicamente sem que houvesse uma compreensão de parte relevante da sociedade de que limites estavam sendo cruzados.

É um tanto deprimente o que vou dizer, mas, de alguma maneira, tomamos como normal que a inverdade apareça no centro da luta e da retórica política. Na delimitação entre o aceitável e o inaceitável em política, a mentira contada a quem sustenta a “*feita da democracia*” parece ficar ali na prateleira do “é, fazer o quê, né? Sempre foi assim”.

Há décadas, humoristas retratam nossos mandatários como, além de corruptos, embromadores competentes e mentirosos sem-vergonha. De Sucupira aos cinemas lotados

pelo “Candidato Honesto” de Leandro Hassum, passando por aquela praça que se diz que é nossa, é nítido como, em cada uma dessas tramas, há uma boa medida dos traços que citei acima nos tipos apresentados como políticos profissionais. E parece que é assim mesmo. Vida que segue. Ainda que, nos últimos anos, a falsificação pareça vir ganhando espaço na política real, o riso permanece como o remédio mais acessível.

Nos últimos anos aprendemos de forma duríssima que as tais “*fake news*” podem matar uma porção de gente. Hoje, a sombra da fábula em torno do voto eletrônico ser auditável ou não nos espreita do horizonte. Desde a eleição de Trump já sabíamos que a tal da “desinformação” define destinos de nações inteiras. E com isso não se pode brincar. Idealmente, a verdade não é monopólio de ninguém, mas deveria ser um esforço de todos. Em não sendo, havendo quem, deliberadamente, reme ao contrário, é preciso apontar as fraudes e ressaltar os fatos.

Aqui somo no esforço. De início, fiz uma varredura em minhas anotações de pesquisa em busca de verdades, mentiras e (muitas) incógnitas. Daí, tomei os registros que organizei de 30 anos de mitadas do “Mito”, separei um sem-número de afirmações que me soaram estranhas e busquei o contraste com aquilo que é fato documentado sobre as coisas como são. Muitas vezes será possível asseverar que estamos diante de uma falsidade. Em outras tantas, o martelo passa longe de poder ser batido.

O leitor não deve esperar deste livro um trabalho de *fact-checking*. O interesse está em investigar o falseamento e a mistificação como possíveis procederes seus. A diferenciação pode parecer sutil, mas logo ficará claro como há uma distância.

O método sistemático dos checadores, balizados em regras internacionalmente testadas, poderia inclusive ser

posteriormente empenhado naquilo que trago e registro nas páginas que virão. Seria bem-vindo. Entretanto, o caminho que faremos é um tanto diferente. Nele, trabalhos de *fact-checking* serão usados como apoio, estarão no meio e não no fim. Isso se dará em alguns casos. Infelizmente, não são tantos assim os conteúdos de checagem disponíveis para o que Bolsonaro dizia antes da campanha presidencial — por razões compreensíveis, que discuto mais à frente. Todavia, existem alguns trabalhos nessa linha e nos serão úteis.

Seja com eles ou com as minhas próprias tentativas de apontar o que é fato e o que não é, tudo deve servir à nossa pergunta de fundo. Na verdade e na mentira, nosso horizonte será o de caracterizar os modos de agir de nossa personalidade. Perseguiremos o conteúdo das intrujices do político e, pela repetição, poderemos chegar a desnudar algumas de suas mais mendazes artimanhas no debate público. Ao fim, pretendo reunir informações e gerar conhecimento para que, como sociedade, possamos debater melhor possíveis abusos de nossos representantes políticos.

O exercício de ponderar segue sendo de nosso interesse. Neste livro, voltado às esparrelas e factoides de Bolsonaro, opero duas formas básicas de sopesar. A primeira delas está relacionada a minha intenção de ser justo com a fala do capitão. Quando for perceptível que sua comunicação saiu truncada e tenho condição de entender o que quis dizer, anotarei. Há, também, enganos de sua parte que me parecem de boa-fé. Indicarei quando entender que é o caso.

A segunda forma de ponderar estará expressa em uma pergunta que farei em diversas oportunidades: isso aí, uma lorota como essa, é “do jogo”? É estranho escrever isso, mas há falsidades plenamente aceitas como parte do fazer político. Quero dizer, não é só que normalizamos que políticos sejam

mentirosos. Há mentiras que se dirá “ah... mas isso aí, tsc, bobagem”. Por exemplo, se um mandatário levanta a própria bola, inflando um ponto ou outro em seu cartel de feitos, pode até aparecer quem aponte o exagero. Mas é mais ou menos aceito que todos vivem de vender o seu peixe e isso “é aceitável”.

Esse tipo de meditação é parte da proposta que faço ao leitor. Na introdução geral fiz um convite aos que acompanham minhas mal traçadas linhas: a cada caso novo que tomar conhecimento através desta série, exercitar dentro de si seus limites do que lhe parece aceitável e do que não. Essa segunda classe de ponderações tem a ver com isso. Porque, claramente, em algum lugar (que não tenho a pretensão de determinar) há uma fronteira separando as “mentirinhas” da efetiva fraude ao debate público.

Essa pergunta, se determinada inverdade é do jogo ou não é, tende a aparecer mais no início que no fim do livro. Há uma razão para tal. Pesquisando e escrevendo, fui desenvolvendo inúmeras hipóteses. Algumas delas acabam se reforçando enquanto descubro mais e mais coisas. Talvez a principal dessas hipóteses seja a de que, em novembro de 2010, por assim dizer, nasceu um novo Bolsonaro. O político passava a ser menos “sindicalista da caserna”, ocupado das questões materiais dos militares, e mais “polêmico deputado”, falando de gays e contra o PT em programas de auditório. Tenho chamado isso de “Grande Virada”. E, bom, minha investigação indica que os novos temas não foram a única mudança do capitão quando deu essa virada em sua carreira. Talvez a própria relação dele com a verdade tenha sido transformada. Tenho a sensação de que há algo, digamos, epistemicamente novo a suceder ali.

Neste volume, nosso trajeto terá diversos trechos com organização marcadamente cronológica. Advirto que o recorte

temporal da obra é ligeiramente diferente de outros livros da série. É um pouco esticado nas pontas. Acabarei contando de talvez-mentiras de seu passado antes que entrasse na política e, excepcionalmente, trarei algumas patranhas contadas na campanha presidencial. Nesse arco, passando por diversos momentos de sua trajetória, veremos como o capitão sempre contou histórias duvidosas. No entanto, há muitas indicações de que uma chave foi virada em seus últimos mandatos. Me parece justo dizer que, naqueles anos, a inverdade se tornou mais central e mais claramente engendrada. É notável também como suas embustices cada vez mais se articularam em redes, favorecendo a estruturação de narrativas políticas fantasiosas e o surgimento de uma, por assim dizer, “realidade paralela” bolsonariana.

Em tudo isso, o “kit gay” é um marco absoluto. Essa história, que o próprio Bolsonaro admite que foi a grande catapulta de sua carreira<sup>28</sup>, tornou-se um “fato” político. Uma vez lançada, nunca mais seria abandonada. A trama, que envolvia homossexuais “fundamentalistas”, o governo petista e materiais didáticos, com vistas a, pretensamente, multiplicar o número de crianças gays e favorecer que fossem violentadas sexualmente por pedófilos, foi base da afirmação política do deputado-capitão como político nacionalmente conhecido. De 2010 em diante, seguiu sendo utilizada e gerando filhotes. Como veremos, há muitos falseamentos neles todos. E cada novo sucesso parecia sinalizar ao militar reformado que a fabulação era o caminho.

Quando chegou a hora H, Bolsonaro se apresentava usando versículo bíblico como bordão: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. O tom cristão era novidade, mas, a rigor, pela forma como historicamente conduziu seus mandatos, para milhões Bolsonaro era o sujeito “sem papas na língua”,



aquele que diz o que deve ser dito e ninguém tem coragem. No entanto, na visão de outros tantos milhões tudo se passa muito ao contrário: a mentira seria parte fundamental de seu método e a libertação da qual fala é o inverso do que enuncia. Efetivamente, significaria a instauração de um regime de exceção e arbítrio. E, uma vez nele, sabe-se lá quais verdades seriam censuradas. A quem pensa assim, o que resta discutir é se, para levar o país até lá, ele teria bala na agulha ou não passaria de um sujeito dado a bravatas, operando à base de gogó e blefe. Em suma, o que é autêntico e o que não é estão sempre em causa quando o assunto é Jair Bolsonaro.

Esses retratos acima, absolutamente divergentes, são mais contemporâneos. Dizem respeito ao político do século XXI. Quando se olha para suas origens na caserna, também se detecta ambivalências. É possível que elas estejam na base de seu modo peculiar de caminhar entre o fidedigno e o enganoso. Em discursos, já se ouviu Bolsonaro dizer que “a primeira e mais grave das transgressões disciplinares de um militar é faltar com a verdade”<sup>29</sup> – algo de que ele foi acusado em boletim interno de notícias do Exército no fim dos anos 1980, gerando ressentimento<sup>30</sup> – e que os pegos na mentira eram punidos com a obstrução de sua ascensão a postos mais altos<sup>31</sup>. Ao mesmo tempo, socializado em meios militares em um contexto em que informação e contrainformação eram centrais tanto no plano interno (Regime Militar) como externo (Guerra Fria), é de se levar em conta que, seguramente, ele foi questionar como ele foi formado para pensar estrategicamente sobre quais verdades devem ser mantidas em segredo e quais engodos podem ser usados para ludibriar adversários.

A esse respeito, em um discurso de 1999, Bolsonaro atribuiu ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um

proceder que talvez ele próprio tomasse como uma forma de exercer o poder político. Discutindo reajustes de servidores públicos, disse o então deputado do PPB-RJ: “Costumo fazer uma analogia entre o que o Governo faz e o que aprendi em minha vida militar como capitão. O Governo aplica a estratégia de guerra da inquietação. Quando não se tem munição ou meios suficientes para vencer determinada batalha, mantém-se o inimigo — no caso nós, servidores civis e militares — sob constante tensão”<sup>32</sup>. Vejamos bem. Nesse caso, o dado de realidade, o fato, é um pelotão em desvantagem bélica. Para gerar tensão e inquietação do outro lado, é preciso incutir nos inimigos a ideia de que algo ruim pode lhes passar a qualquer instante. O leitor já percebeu: na guerra de inquietação, a arma, por excelência, não parece ser a verdade.

Para resumir o nosso problema: estamos falando de verdades, aquilo que, em última instância, ninguém domina, na vida de um personagem que é controverso em múltiplos níveis, incluindo o de suas fidedignidade e autenticidade. Tomando o personagem ao longe, o de ontem e o de hoje, já ficou claro acima o quanto veracidades e falsidades se embaralham. Olhando mais detidamente para o que levantei, ou para o que outros levantaram a respeito da trajetória de Jair, há muitas formas distintas do inautêntico. Algumas invencionices evidentes, outras dúvidas razoáveis e uma fartura de gradações e categorias. Atravessemos elas todas nesse, por assim dizer, estudo de caso que vem pela frente.

PARTE I

# **BOLSONARO DE OUTRORA**

## ANTES DAS URNAS

TODO MUNDO SABE: no tempo em que Don Don jogava no Andaraí nossa vida era mais simples de se viver. Se não tinha nem tanto tititi, imagina se haveria um presidente da República apontado como bastião de um negócio chamado pós-verdade e especialista em outro chamado *firehosing*. Jair Bolsonaro, o próprio, pode ser a cara do presente, mas se criou nesses tempos remotos em que, dizem, era pão-pão, queijo-queijo. Para começarmos nossa jornada, retornemos à época em que Jair era o adolescente apelidado de “Palmito” ou o militar conhecido como “Cavalão”.

Essa é uma rara concessão desta série a tratar de tempos anteriores a 1988, ano de sua entrada na política. É que, para um político, a biografia é um ativo. Pode ser orgulhosamente contada, recontada — aumentando um ponto ou só meio — e ofertada aos eleitores como um esteio para que tenham confiança naquele que tem ou almeja ter um mandato público. Por outro lado, como quem está na chuva é para se molhar, essa mesma biografia pode ser passada em revista por terceiros. O medo está em que venham dar as caras o esqueleto guardado no armário, o varrido para debaixo do tapete, o podre

soterrado na camada mais funda. De um modo ou de outro, a história de um político será assunto para si e para os outros. Verdades, mentiras, revelações, falsas acusações, tudo cabe uma infinidade de vezes na hora de contar o que se passou com cada um que existe ou existiu nessa Terra.

É bem possível que haja muitas inverdades incutidas na vida do “Palmito” e outras tantas na do “Cavalão”. Investigações indicam que existem algumas que ele sustentou no calor dos fatos passados, tentando se resguardar de graves punições na caserna. Parece haver ainda aquelas que só vieram a aparecer *a posteriori*, quando o capitão reformado discorria sobre seu passado e contava vantagens e glórias que talvez não tenham sido bem assim. Algumas podem ser tomadas como uma simples ornamentada no currículo (quem nunca?). Outras já são, digamos, mais complicadas.

Entre as ladainhas contadas no laço e as maquinadas muitos anos depois, as patranhas mais graves e as menos, as afirmações flagrantemente avessas aos fatos e as que deixam aberto o espalho para dúvida, entre outras variações, é fora de dúvida que a falsidade tem mesmo muitas faces. Ela pode, a princípio, parecer ser parte de um jogo de 0 e 1, sim e não, falso ou verdadeiro, mas, como a maior parte das coisas desse mundo, em suas manifestações concretas se vê nuances e entretons, além de atributos muito próprios. A trajetória de Bolsonaro nos ajudará a ver isso.

Olhemos para aqueles tempos de outrora, dourados para uns, de chumbo para outros. Em seu livro “O Cadete e o Capitão”, Luiz Maklouf de Carvalho<sup>33</sup> explorou muito do que se passou na vida de Bolsonaro antes de ele vir a ingressar nos palácios dos Poderes da República — isto é, investigou um período anterior ao de nosso recorte básico nesta série. Olhando para a juventude e a carreira militar de Bolsonaro, Maklouf pôs

em dúvida alguns episódios contados por Jair Bolsonaro e seus filhos. Vamos a eles.

O capitão reformado gosta de se apresentar como alguém impetuoso, que encara quem tiver que encarar em nome do que é certo e do que acredita. Há um pequenino episódio com essas feições que a apuração do histórico jornalista e escritor acaba por lançar desconfiança. Quem originalmente contou o incidente foi Flávio Bolsonaro, em seu livro “Mito ou Verdade”, uma biografia do patriarca assinada pelo filho.

Segundo Flávio, ainda cadete seu pai teria acusado um superior de estar mentindo sobre o exame odontológico ao qual Jair fora submetido. O fato prosaico poderia ter alterado profundamente a trajetória do “Cavaleiro” no Exército: se a cárie em seu pré-molar existisse de fato, ele não poderia fazer o curso de paraquedismo que ambicionava; se sua acusação de um superior hierárquico ter faltado com a verdade não fosse bem recebida, poderia ser desligado da vida militar. Como conta o “01”, fica a impressão de que, naquele verão de 1977, no microcosmo intramuros da Academia Militar das Agulhas Negras, seu pai abraçou-se à verdade e, sem temer as consequências, bancou-a diante de um coronel, impondo-se ao arbítrio dos poderes constituídos. O que Maklouf levantou sugere que, quem pode ter mentido a respeito do caso, talvez tentando pavonear uma postura de enfrentamento aos poderes constituídos em nome da verdade, é o próprio Jair. Teria um quê de “A invenção de Bolsonaro”.

Dado que o obturado 41 anos depois se tornou presidente do Brasil, a cárie poderia até, com sorte, ter logrado à condição de fato histórico relevante. Mas, se lorota for, o caso não há de ficar no panteão da mendacidade bolsonariana. É coisa boba. Um evento menor. Se o embate com o coronel em torno da saúde de um dente é um caso ficcional não sabemos. Para quem correu atrás de saber, a história não bateu.

Subindo um degrau, há um outro evento que, até de forma mais clara que o anterior, o político usa para tentar criar uma mitologia em torno de si mesmo e talvez contenha uma burla. A situação já evade um pouco as fronteiras de pequeno incidente da vida privada de nosso personagem. Ela tem a ver com um possível artifício através do qual Bolsonaro pinta seu autorretrato como o de um inimigo do comunismo desde tempos imemoriais. Foi ele quem, na tribuna da Câmara dos Deputados e em outros espaços, por diversas vezes<sup>34</sup>, fez questão de contar a história de que, com 15 anos, teria auxiliado o Exército na caça a Carlos Lamarca. Conforme seu próprio relato, seu papel teria sido o de indicar caminhos para as forças do regime nas buscas realizadas nas densas matas do Vale do Ribeira. Por coincidência, a região em que Jair passou sua juventude foi a mesma que, por um determinado período, Lamarca usou de esconderijo e base de treinamento de militantes<sup>35</sup>.

Maklouf dedica algumas páginas ao caso e considera esta uma “história mal contada”. Carol Pires, no podcast “Retrato Narrado”<sup>36</sup> observa algo complementar: o próprio relato do parlamentar fluminense sobre aquela circunstância foi mudando ao longo dos anos, caminhando sempre na direção de atribuir a si próprio um papel cada vez mais ativo na perseguição. É muito provável que, em algum desses momentos, a “história mal contada” tenha sido também um tanto floreada.

Ainda no quesito biografia precedente à entrada do capitão na política, não se pode deixar de lado o caso que é a própria razão de ser do livro de Maklouf. Esse, sim, tem a cara de um evento fundamental na trajetória do capitão em que a inverdade pode ter sido grave e decisiva. Resumidamente, em 1987, Bolsonaro, ainda como militar da ativa, foi denunciado pela revista Veja como um dos autores de um plano terrorista.

Seriam espalhadas bombas em diversos pontos do estado do Rio de Janeiro com o objetivo de assustar autoridades e convencê-las a conceder um aumento mais polpudo aos militares. O jovem capitão teria sido fonte da revista, detalhando os planos a ponto de desenhar croquis com esquema da detonação. Ele sempre negou tudo.

O caso, estrondoso na época — protagonizado por militares de baixa patente, mas motivo de manifestação de ministro de Estado<sup>37</sup> —, foi julgado por diferentes órgãos oficiais. Inicialmente, no Conselho de Justificação do Exército a avaliação foi que laudos periciais nos croquis evidenciavam que o capitão Bolsonaro mentiu durante todo o processo. Na instância máxima, o Superior Tribunal Militar, ele acabaria inocentado. Segundo Maklouf, o que encaminhou a absolvição de Jair teria sido uma litigância de má-fé. O escritor não tem dúvida de que a trapaça tem as digitais do capitão, uma vez que ele mesmo redigiu sua defesa. Na apuração e no argumento de Maklouf, as perícias nos croquis indicariam que o jovem capitão estava envolvido nos planos e foi fonte da Veja, mas ele teria usado uma artimanha em sua defesa para convencer os juízes de que haveria um empate entre laudos. Com isso, acabaria beneficiado pelo preceito do *in dubio pro reo*. Foi absolvido, mas, de acordo com Maklouf, teria usado de artil para sustentar sua mentira inicial.

Aqui temos um genuíno entroncamento da história. Foi depois desse julgamento que o capitão Bolsonaro entrou para a política. Ele mesmo admite que, depois do escândalo, apesar da absolvição, teria ficado sem clima na caserna e necessitava sair de lá<sup>38</sup>. Caso tivesse sido punido, caso tivesse o carimbo de culpado por planos terroristas, muita coisa poderia ter sido diferente. Talvez tivesse seguido sua vida trabalhando com limpeza de cascos de navios ou consertando geladeiras e



máquinas de lavar roupa — de acordo com a biografia publicada por Flávio Bolsonaro, esses eram os seus planos “b” para sustentar a ele e aos dois outros “*hamsters*” (que é como os amigos de Jair se referiam a seus filhos quando pequenos)<sup>39</sup>.

Dois anos antes, a publicação de um artigo na mesma revista *Veja* com possíveis verdades pode ter dado o impulso inicial a Bolsonaro, ainda no posto de capitão da ativa. Aqueles escritos teriam rendido a ele imenso respeito entre aqueles que viriam a ser sua base eleitoral. Dali a dois anos, a mentira pode ter sido um apoio importante para que o político Jair Bolsonaro viesse a existir. Prováveis verdades e talvez-falsidades se embaralham desde o princípio de sua carreira.

Ela começou a se desenhar em meados de 1988, com a reversão de sua condenação na primeira instância de seu julgamento militar. As apurações de Maklouf apontam para uma absolvição possivelmente baseada em uma chicana do réu. Considerando aquela investigação, a pergunta que decorre é: teria a “família militar” eleito um terrorista boquirroto e trapaceiro para os representar? A investigação do histórico jornalista deixa a chance em aberto. Seja como for, ele adentrou a política institucional. Olhemos para ela.

## JOGO DURO RETÓRICO

OS DOCUMENTOS MAIS ANTIGOS sobre a atuação do jovem parlamentar me surpreenderam em diversos aspectos. Um deles, importantíssimo aqui, é que eles evidenciam uma outra relação do político com a verdade: o desafio e a contestação às verdades alheias. Nos primórdios era bastante comum vê-lo fazendo requerimentos, alardeando dados e questionando os quadros pintados pelo Executivo<sup>40</sup>.

Em seus primeiros anos na vida pública, ainda quando a hiperinflação enevoava a discussão salarial, era frequente que discursasse ou falasse a jornais contraditando as contas dos reajustes definidos pelo Planalto<sup>41</sup>. Pode-se dizer que exercia sua função de fiscalização, fundamental ao equilíbrio entre os Poderes. Para este trabalho, li muita coisa nessa linha do Bolsonaro que inspecionava os cálculos do Executivo. Não refiz suas contas. Ele confiava nelas e já chegou a tirar onda com o governo: “Quero me colocar à disposição do Governo, para assessorá-lo, não politicamente, mas tecnicamente, quando for preciso, porque o servidor não pode continuar sofrendo por incompetência dos assessores do Planalto”<sup>42</sup>.

No entanto, há imprecisões muito nítidas: “Por ocasião da implementação do Plano Real, em fevereiro de 1994, perdemos 100% do nosso poder aquisitivo”<sup>43</sup>. Isso simplesmente não é possível. Como li muitos discursos, sei que quando falou isso o deputado fluminense se referia aos números da inflação de janeiro e fevereiro de 1994. Nas suas contas, o índice inflacionário para esses dois meses era de 97%. Segundo o capitão, essas perdas do primeiro bimestre de 1994 teriam sido ignoradas na hora de reajustar os soldados<sup>44</sup>. É daí que, interpreto eu, teria vindo seu alarde de que nossos oficiais e praças teriam perdido 100% de seu poder de compra.

Seria um exagero retórico politicamente usual? Um erro simples ou arma de uso aceitável, comum a pessoas que sobem em palanque, no exercício de seu papel? Perguntas como essas nos acompanharão. Nem sempre com respostas claras. Fato é que Jair Bolsonaro contestava informações como parte de seu papel de representar determinada fatia da população no Congresso. Fosse em relação a salários ou outras questões, o deputado-capitão pisava no Congresso deixando claro que estava ali para esgrimir quem fosse em nome dos seus.

Com o exemplo anterior não quero deixar a impressão que Jair era um espadachim absolutamente equivocado. É possível que, em questões como aquelas, em suas contas e pleitos, acertasse na matemática, no direito e na distribuição de responsabilidades muitas e muitas vezes (no decoro e na urbanidade, o volume I evidencia que não). O que me interessa sublinhar é que, àquele tempo, o jovem deputado parecia discutir em torno de pontos muito determinados, compartilhando premissas daquele debate – dali algumas décadas, veremos, a coisa mudaria de figura.

A imagem do duelo de espadas remete a algo em disputa em um jogo com regras aceitas por ambas as partes. A tenho como adequada em parte. O “jogo duro retórico” do deputado-capitão não tinha o espírito do *en garde*, *florete*, *touché*. Não há dúvidas que eram muitos os seus excessos. Sem embargo, seu jogo não tinha o descolamento da realidade como um de seus fundamentos. Essa é a questão. Bolsonaro gerava confrontos em torno de querelas concretas. E, muitas vezes, os levava a níveis críticos. O que parecia existir, contudo, era um desejo de apresentar-se como radicalmente comprometido com os interesses reais de seus eleitores.

Um ponto a se levantar acerca disso é que, em diversas circunstâncias, parece bastante razoável a dúvida sobre se colocava a defesa dos interesses de seu público acima de seu compromisso com a verdade.

Lendo um grande volume de documentos, percebi que caso gente de sua base estivesse em alguma contenda, lá estava ele no palanque em sua defesa. Me pergunto: será que checou o caso das dezenas de militares sob prisão disciplinar que defendeu em discursos<sup>45</sup>? Ou, por vezes, só acusou irresponsavelmente comandantes militares por pretensos abusos? De um modo mais geral, olhava mais pelos seus do que para os fatos?

Falando de alguns casos concretos: quando um grupo de militares foi acusado de promover um trote que incluiu práticas de tortura, a convicta e forte defesa que Bolsonaro fez dos acusados era embasada<sup>48</sup>? E no caso dos jovens alunos de colégios militares que escolheram Hitler como figura mais admirada, ele estava certo de que tudo não passou mesmo de uma brincadeira, como alegou na tribuna da Câmara<sup>47</sup>?

Em seu primeiro ano de Câmara Federal, verificou-se algo nessa linha com um familiar seu na caserna. Em 1991, seu irmão Renato Bolsonaro foi acusado de passar a Jair documentos internos e confidenciais do Exército. Acabou preso e transferido<sup>48</sup>. O parlamentar fluminense ocupou a tribuna para protestar contra o que estava sendo feito com seu irmão. Qual é a verdade naquele caso? Vale o que o capitão reformado expressava em seus primeiros discursos<sup>49</sup>, aceitando o que o comando da Força alegava<sup>50</sup>? Ou, como ele tentou emplacar em dezembro de 1991<sup>51</sup>, o motivo da punição de seu irmão teria sido uma retaliação à denúncia que Jair fizera sobre corrupção no Exército? Ou então, como ele alegou em 1992<sup>52</sup>, a questão se deu porque Jair visitou o irmão no trabalho para, inocentemente, pedir o carro de Renato emprestado e o alto comando não teria gostado do acesso do deputado às dependências internas? Indiscutivelmente, em algum momento alguém faltou com a verdade no episódio.

Um outro caso de empenhada defesa a um indivíduo da “família militar” que chama atenção tomou curso muitos anos depois. Em 2005, Bolsonaro fez do julgamento do policial militar e miliciano Adriano da Nóbrega um caso para ser levado à tribuna da Câmara. O deputado estava certo de dizer a verdade quando, em público, alegou que, no caso em que Nóbrega era investigado, o que se passou foi uma incursão policial normal em uma favela que acabou vitimando

um traficante<sup>53</sup>? Havia algum indício real quando dizia que Adriano fora preso somente para atender a uma meta percentual de detenções de policiais imposta pela ONG Anistia Internacional ao governo do Rio<sup>54</sup>? Ou isso era algo inventado por sua cabeça? E por aí vamos.

Poderia seguir e passar por inúmeras defesas de ações policiais discutidas em tribunais por crimes graves, como sua defesa das ações em Eldorado dos Carajás, por exemplo. Entretanto, já ficou bastante claro que, historicamente, Bolsonaro fez firme defesa de sua base de eleitores nas Forças Armadas e forças auxiliares. O que não é tão transparente é: ele fazia um sacrifício da verdade para cumprir seu papel?

Do congressista se espera que represente segmentos sociais em debates com outros representantes. Idealmente, dessas trocas, após rodadas de argumentações, de muitas teses e antíteses, a sociedade, ali representada, chegará às melhores soluções para os seus problemas. A tal da verdade, presume-se, deve estar no ponto de partida, embalar os meios e consagrar-se ao fim. É por demais evidente que um debate público pautado por embustices é um debate fraudado. Por outro lado, somente um lunático, daqueles que moram no lado escuro do satélite, creria que é isso que se passa na política.

O que são armas do debate, da persuasão pela retórica, e onde começa a pantomima? Talvez seja difícil precisar. Todo e qualquer político serviria como estudo de caso. Por certo, há os intelectualmente mais honestos e os menos. Aqui nosso objeto é Jair Bolsonaro.

Esse nosso personagem, por exemplo, na condição de político profissional, costumeiramente levanta sua própria bola e vende seu peixe. Qual político não o faz? Em minha pesquisa, uma das ocasiões em que isso me chamou atenção foi quando, nos anos 1990, ele contava todos os avanços dos militares,

enquanto categoria, como resultado de suas próprias ações. Como tábua desse universo bolsonarocêntrico, levava ao público uma cronologia de vitórias atribuíveis a ele que começava antes mesmo de ter mandato — a pedra fundamental dos triunfos da classe dos militares seria seu artigo de 1986 na *Veja*<sup>55</sup>. É correto? No volume I desta série<sup>56</sup> o leitor pode ver que já teve até gente saindo no braço com ele disputando paternidade de projeto que beneficiava militares. Quem estava certo, não se sabe. A escaramuça certamente é um excesso. Mas, em política, vender-se como o mais dourado dos alecrins, mesmo que se aumente alguns pontos, tem sido do jogo.

Ao mesmo tempo, tem sido do jogo o contrário: abaixar a bola alheia. Neste ponto, a liberdade que as leis concedem a parlamentares podem favorecer lances mais duros. Em tese, pode ser salutar que homens públicos apontem colegas, grupos sociais, cidadãos, instituições, como a causa de um problema ou como responsável pelo que de ruim se passa. Não obstante, se espera que ajam prudentemente. É importante que tragam fatos ou indícios de veracidade que, minimamente, possam ser uma trilha que nos leve à raiz do problema. Se a Política se torna um festival de acusações infundadas deixará de lado os problemas reais vividos pela população. Um *bang bang* de balas de festim movido pela obsessão de fazer tombar adversários produz um tanto de ruído e fumaça, mas nada faz pela promoção do bem público.

Todavia, é precisamente isso que pode ter ocorrido em muitas situações protagonizadas pelo deputado-capitão. Como se verá, especialmente, no quinto livro desta série<sup>57</sup>, Bolsonaro fez muitas acusações de corrupção nos mandatos alheios. Elas todas se sustentavam minimamente ou havia muita fumaça? Ou, em outra linha de exemplos possíveis, quando, nos anos 1990, o parlamentar insistia que “toda e

qualquer demarcação de terras indígenas [pela Funai] no País é precedida por descobertas de jazidas minerais”<sup>58</sup> isso tinha alguma base fática? Ou, ainda, como registrei no volume IV<sup>59</sup>, anos mais tarde, quando passou a dizer que os crimes mais violentos e com requintes de crueldade eram praticados por jovens entre 16 e 18 anos, havia alguma preocupação com a fidedignidade de seus argumentos?

Temos aí um dos procederes mais típico de Bolsonaro em seus anos como legislador: é o que vou chamar de se defender atacando. Em 1993, quando falou pela primeira vez sobre o fechamento do Congresso Nacional, em um caso exposto com destaque no volume V<sup>60</sup>, o capitão reformado tratou sua atuação como legítima. E, ato contínuo, apontou como espúria a conduta de parlamentares que o criticavam, lançando sobre eles acusações de corrupção, nepotismo e tráfico de drogas<sup>61</sup>. Perceba, quando foi acossado por ter cometido uma transgressão contra a “Casa do Povo”, promovendo inclusive uma crise institucional, sua defesa era um contragolpe à conduta pessoal de colegas. Seria de se esperar afirmações de que se tratava de um mal-entendido, que estava comprometido com o regime democrático, mas não se viu nada assim.

Nesse caso acima, defendia sua própria conduta. Às vezes, o deputado-capitão ligava o modo contra-ataque para defender as instituições que pretendia representar no Legislativo brasileiro. Um exemplo foi quando, em 1999, a CPI do Narcotráfico investigou o transporte de cocaína em aviões da Força Aérea Brasileira. O militar reformado não teve dúvidas e partiu para cima da sub-relatora da comissão, a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ)<sup>62</sup>. As denúncias de envolvimento de militares no transporte da carga avaliada em US\$ 3 milhões se provariam verdadeiras<sup>63</sup>, mas a Bolsonaro interessava lançar suspeitas sobre o apartamento que Carneiro havia comprado.

Aparentemente mais leal aos seus do que aos fatos e ao erário, executava sua manobra de se defender atacando.

Sua reação ao chamado “caso Celso Daniel” tem um tanto disso também. Como aponto no volume inaugural desta série<sup>64</sup>, o caso ganhou importância na retórica do parlamentar fluminense quando, em 2008, já se percebia o início dos movimentos de investigação das graves violações de direitos humanos durante o regime militar. Nas ocasiões em que fazia referência à morte do político campineiro, muitas vezes ficava evidente que o intuito do deputado-capitão não era de contribuir para apurar a verdade. O que parecia pretender era, em um momento difícil para si ou para os seus, na antessala da investigação de assassinatos e outras violências, tentar ressuscitar um caso que havia deixado de lado para, no grito, tentar neutralizar avanços do governo sobre a caserna e/ou lançar granadas de tumulto para o outro lado do *front*.

Outra manobra característica de Jair Bolsonaro, e correlata à anterior, é a de acusar seus adversários da mesma coisa pela qual está na berlinda. Esse também é um artifício com, digamos, função neutralizadora. Sua operação é um tanto curiosa pois, frequentemente, para que seja posta em prática, exige uma boa dose de metáforas forçadas e de gosto duvidosíssimo. A seguir, trago exemplos para clarificar como funciona.

Um deles é de uma ocasião em que discursou para negar que Vladimir Herzog tivesse sido torturado nos porões da ditadura. Naquele dia, o capitão saiu-se com um “quem está sendo torturado há anos são os militares, que livraram todos aqui de uma ditadura como a de Cuba e que, por isso, hoje estão pagando alto preço”<sup>65</sup>. Um outro exemplo dentro do mesmo tema dos “anos de chumbo” foi quando defendeu os 50 anos do golpe no plenário da Câmara: “Vocês vão ser



torturados com algumas verdades”<sup>66</sup>. Em outra situação, logo após elogiar o que chamou de “Revolução” de 1964, provocativamente, emendou dizendo que, desde a redemocratização, “o militar vem sofrendo golpe em cima de golpe”<sup>67</sup>. É como se quisesse desviar o assunto, evitando algumas verdades, e, ao mesmo tempo, criar fatos que não exatamente condizem, numa tentativa de trocar quem está na posição de algoz pela posição de vítima.

Ainda nessa linha de metáforas forçadas, cabe lembrar o que costumava dizer quando trazia o (muitíssimo sensível) assunto do “fechamento do Congresso”. Ao longo de sua trajetória, por diversas vezes verbalizou sua sanha em fechar o Legislativo nacional<sup>68</sup>. Por vezes, ele próprio voltava ao caso dizendo coisas como: “O que se vota nesta Casa é o que o Executivo quer. (...) No passado, alguns idiotas tentaram cassar meu mandato quando disse que o Congresso deveria ser fechado. (...) O Congresso, agindo dessa maneira, já está fechado há muito tempo”<sup>69</sup>. Esse exemplo é de 1998. Em 2005, em entrevista a Jô Soares, inquirido sobre o tema e suas declarações passadas, justificou sua posição pela suspensão das atividades legislativas no país com essa: “Um Congresso que não vota com consciência é um Congresso fechado”<sup>70</sup>. O apresentador fez troça do argumento com o qual Bolsonaro tentava tirar o problema do seu colo e jogar na conta alheia.

Nesse seu proceder básico de forçar a barra para se defender atacando há muito mais. Pois é frequente que, no afã de atirar a bomba para o outro lado, o parlamentar fluminense use analogias precaríssimas. Em 23 de outubro de 1992 ele subiu à tribuna para defender-se “das acusações, que estão se tomando constantes, do Deputado Gilvam Borges [PMDB-AP], do Amapá. Segundo Sua Excelência [Gilvam] eu e mais alguns companheiros seríamos os exterminadores de índios do nosso País. Penso

que quem tem exterminado índios neste País são os demagogos como o Sr. Gilvam Borges, que defendem a demarcação de enormes áreas de terra nas quais possam enclausurar os índios, quando eles não têm mais condições de, após o contato com a civilização, viver isolados do nosso mundo”<sup>71</sup>. É difícil estabelecer uma relação entre demarcar maiores extensões de terra aos povos originários e seu extermínio, mas o cacoete do contra-ataque fazia Bolsonaro dizer essas coisas. Não raro falava grosso, mas se distanciava da verdade.

Na família dos expedientes usados reiteradamente por Bolsonaro e que não pareciam lá muito honestos, consta o de colocar palavras na boca alheia. Em 1999, em meio à discussão sobre o que fazer com os sequestradores de Abílio Diniz, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) teve que interromper um discurso do capitão reformado no meio para fazer devidas correções<sup>72</sup>. De fato, não havia dito nada do que o capitão atribuiu a ele. Poderia ter passado batido, mas o próprio estava presente e atento. Quantas vezes coisas assim podem ter se passado, não se sabe.

Um caso célebre pode ser arrolado aqui, ainda que a questão em si seja passível de disputa. Me refiro ao que se passou com a deputada Maria do Rosário (PT-RS), em 2004, no Salão Verde da Câmara. Bolsonaro estabeleceu-se como “mito” na internet fazendo como se, naquele espantoso entrevero, estivesse reagindo bruscamente para repelir uma, digamos, “injusta agressão” da petista a ele. Segundo o parlamentar direitista, Rosário o teria acusado de ser um estuprador. Discuto a querela no volume I<sup>73</sup>.

Lá e aqui, admito que outras interpretações são possíveis, mas, em face das imagens e dos documentos disponíveis, a esse escriba é muito perceptível que, enquanto a deputada gaúcha sugere que Bolsonaro, com seu *modus operandi*,

promove discursivamente (!) a violência, o deputado-capitão vai colocando na boca de Rosário as imputações que o permitirão atacar. O mandatário fluminense parte de um “eu que promovo estupros?” e logo está pedindo ao câmara que produza (pretensas) provas: “Grava! Grava aí que eu sou estupra...”. De promover atrocidades pelo peso da sua fala a ser um esturador, tem uma distância. Entendo que, em que pesem as fortes acusações de Rosário, não é isso que ela diz. A deputada nunca acusou o militar de ter realizado qualquer ato de estupro. No entanto, Bolsonaro vai, degrau a degrau, fazendo com que a cena assim seja percebida. Desse modo, interpreto eu, cria as premissas para sua conduta agressiva, a ser lançada a seguir.

Há um outro expediente, primo desse anterior, que observei algumas vezes ao longo dos anos. Não se trata de colocar palavras inexistentes na boca alheia para se impor em um debate com um adversário político. É um estratagema que envolve terceiros, sempre sujeitos ausentes e anônimos, referidos por Bolsonaro por terem dito algo que vai ao encontro de suas teses. Notei diversas ocasiões em que parece razoável suspeitar que o deputado-capitão possa ter atribuído determinadas palavras a outrem para favorecer seus discursos políticos e iniciativas. Veja bem, se o arдил é inventar pessoas que nunca existiram minha pesquisa não permitirá dizer. Entretanto, até onde se pode ir, a suspeita permanece legítima.

São duas as formas básicas desse possível truque. Em uma delas, o político faz referência a alguém que, seja em um encontro pessoal, por telefone, fax ou e-mail, disse algo que é congruente com seus argumentos. O parlamentar cita essa troca na tentativa de dar sustentação ao que diz. Com isso, cria a impressão de existir na sociedade eco e apoio aos seus pontos. Outra vertente, essa mais rara, típica do início dos

anos 1990, é das iniciativas em que há indícios ou motivos para crer que possam ter partido de seu gabinete mas interessaria ao “sindicalista da caserna” fazer parecer que foram ações espontâneas, nascidas dos cidadãos, para as quais, só em um segundo momento, ele teria sido convidado a participar. Veremos exemplos das duas variações.

Começemos pelo segundo tipo. Em 1992, houve importantes atos públicos com esposas de militares. Na ocasião, Bolsonaro tentava sustentar a impressão de que não era o organizador das ações. Dizia ter sido contatado por essas senhoras para que integrasse o esforço em favor dos militares. Elas teriam vindo a ele com muitas demandas e uma espécie de manifesto chamado “Marcha pela dignidade da família militar”. Bolsonaro discursou na Câmara afirmando que “a partir do momento em que fui procurado e me foi entregue este documento, considero-me um de seus autores”<sup>74</sup>. Os pontos do manifesto pareciam todos extraídos dos pronunciamentos que o capitão vinha fazendo no plenário naqueles tempos. A iniciativa partiu dele? Difícil precisar.

Não há certidão de nascimento do movimento. Mas é fato que, dali a dias, depois de se dizer procurado pelas autoras do manifesto, ele relataria como vinha promovendo “palestras” com esposas de militares<sup>75</sup>. A palavra sugere que se posicionava como alguém que as instruía. Talvez, quem sabe, também tenha se traído quando chamou a ação atribuída às senhoras de “nossa marcha”<sup>76</sup> ou “nosso movimento”<sup>77</sup>. Naquela mobilização, ao meu juízo, parecia mais motor do movimento que parceiro de segunda hora. O leitor que se aventurar pelas páginas dos volumes I e V desta série poderá ter ainda mais indícios que apontem nessa direção.

Um novo caso similar se daria dali a pouco. Concretizado aquele ato, meses depois, falando na tribuna, Bolsonaro contaria

a seus pares estar realizando reuniões cujo “objetivo único é o de prepará-las [as esposas de militares] para, democraticamente, fazerem no Congresso Nacional o famoso *lobby* [em torno de questão do interesse dos militares]”<sup>78</sup>. Novamente se posicionava como instrutor. Porém, de modo similar ao que passou com a manifestação, quando a legislação em questão foi votada, discursou dizendo que as senhoras é que eram responsáveis por detonar o processo<sup>79</sup>. Mais uma vez, era difícil crer que aquilo não era uma ação nascida do mandato dele na qual as esposas de militares se engajaram após o seu chamamento. No entanto, era assim que o capitão reformado contava a história.

Na outra das vertentes que mencionei acima — aquela em que vejo possibilidades de o parlamentar ter inventado ou distorcido trocas que teria tido com cidadãos para mostrar que suas ideias tinham ressonância social — há fatos de um alcance político aparentemente menor. Seja como for, observei que em seus discursos por vezes foram mencionados personagens anônimos que teriam feito contato com o deputado para apoiá-lo em um determinado ponto. Ele menciona, por exemplo, pessoas com quem teria se encontrado<sup>80</sup> ou depoimentos que teria recebido por escrito, mas estaria impedido de revelar a fonte<sup>81</sup>.

Um exemplo, referido no volume precedente a este<sup>82</sup>, foi quando Bolsonaro teria recebido a ligação de um pai que queria relatar como sua filha acabou urinando em si mesma. O escatológico incidente teria ocorrido por consequência de um ato do governo Dilma em que ficou determinado que as escolas poderiam conceder a adolescentes transgêneros o direito de usar banheiros de acordo com sua identidade de gênero. Daí, conforme reportado pelo mandatário, esse pai teria relatado que na escola de sua filha “tem menino

malandro de plantão [no banheiro]. Então a menina de 10 anos que tem um corpinho de mocinha não foi ao banheiro; fez xixi nas calças! Governo imoral! Governo de canalhas!”<sup>83</sup>.

Pode ter acontecido? Sim, pode. Mas, de um modo geral, os pontos que essas pessoas teriam trazido a ele frequentemente parecem desenhados sob medida para ilustrar os discursos do parlamentar. Como Dona Lúcia, a torcedora anônima que seria fã do técnico Felipão e, em 2014, teria escrito para enaltecê-lo logo após o 7 a 1<sup>84</sup>, não se pode provar a existência ou inexistência de nenhuma dessas pessoas. Sem embargo, não é desprezível a chance de alguns deles serem artifícios de discurso do deputado.

Outro expediente genérico que utilizou para discutir diversos temas<sup>85</sup> foi o de forçar a mão em hipóteses, com vistas a criar cenários que fundamentassem suas críticas. Por certo, o reino das punições impostas por superiores hierárquicos em nome da disciplina, sem direito a recurso, tem tudo para ser uma nesga da realidade em que o arbítrio e o abuso bailam. Todavia, se o próprio Bolsonaro ficou preso 15 dias por ter escrito artigo em que desmentia altos comandos das Forças Armadas e investia contra o governo, tenho dificuldade de acreditar que, conforme ele relatava, existiam muitos militares que eram presos durante um mês por não terem feito a barba pela manhã<sup>86</sup>.

No livro que precede este na série<sup>87</sup>, registrei como esse não é um recurso usado só por Bolsonaro — como ocorre com muitos outros tratados aqui. Naquele volume, trouxe a hipótese de que Jair, quando se somou aos esforços para barrar o avanço do projeto de criminalização da homofobia, parece ter aprendido alguns argumentos do tipo com o senador Magno Malta. É do jogo? Bom, vale lembrar um caso que se tornou parte do folclore político brasileiro: o exagero da propaganda

da candidata Dilma Rousseff, em 2014, sobre como a independência do Banco Central, então defendida por Marina Silva, tiraria comida da mesa dos brasileiros é referido contemporaneamente como exemplo de “*fake news*”<sup>88</sup>. Em alguma medida, se reconhece que criar hipóteses fantasiosas a respeito dos resultados de medidas propostas por outros políticos pode ser, sim, um problema importante. De toda sorte, na década de 2010, é possível que, quando Bolsonaro fizesse uso desse expediente, inserisse mais uma camada de falsidades em uma complexa geologia de outras intrujices que já produzia e manejava. Chegaremos lá.

Relatei um sem-número de técnicas que Bolsonaro usou em debates e não necessariamente parecem primar pelo compromisso com a verdade. Todas elas são armas no jogo retórico. Pode-se dizer que algumas parecem menos limpinhas do que outras (escolha, leitor, seu vencedor na categoria “mais detestável”). Todavia, perceba, em todos os tipos e exemplos que elenquei acima, está em causa um expediente para se sair melhor em uma situação específica.

Contando casos, muitas vezes nem tão importantes assim, tratamos da manipulação de verdades e inverdades, em porções variáveis, para duelos e curtas apresentações. Com o recurso de tais artifícios, o capitão pode até ter tentado fortalecer uma argumentação maior ou mesmo contribuir naquilo que em política denominam “narrativa”. No entanto, até agora, com isso que vimos, não temos nada que chegue a cimentar o arcabouço de algo que mereça esse nome.

## GRANDES NARRATIVAS FANTASIOSAS PARA SE REVERBERAR

NESTA SEÇÃO vamos além dos truques de situação. Trataremos de debates mais amplos em que as falsidades parecem ser centrais para que sigam com o status de “questão polêmica”. São discussões que não ficam reservadas ao Congresso, que pulsam verdadeiramente na sociedade, e nas quais, segundo os instrumentos de conhecimento que dispomos hoje, um dos lados da contenda só subsiste se apoiando em mistificações.

Uma análise baseada em fatos refuta a ideia de que mais armas em poder dos cidadãos aumenta sua segurança. Não obstante, a crença de que cospe-fogos nos livrarão dos piores males resiste. É uma retórica bem estabelecida no debate público e, reiteradamente, elege quem a represente. O mesmo poderia ser dito a respeito do conhecido refrão “direitos humanos só serve para defender bandidos”. Trata-se de algo que não tem lastro na realidade. Porém, está na praça. É coisa em que enorme porção da população brasileira acredita<sup>89</sup>. Com longa história e caudaloso apoio, essas não são matérias sobre as quais uma postagem de uma agência de *fact-checking* dê conta de disputar.

Em relação a esses dois exemplos, no quarto volume desta série<sup>90</sup> o leitor pode acompanhar como Bolsonaro abordou os temas em décadas de atuação. Suas colocações não parecem prontas a resistir ao exame especializado. Ainda assim, são quimeras com base social consistente. E não seria o caso de implicar o deputado-capitão como o seu sujeito produtor por excelência — como parece ter sido de um bom número de falsidades concretas que ele enunciou. Para os fins de uma série como esta, em que a responsabilização do deputado-capitão é um norte, há uma diferença bastante importante entre propagar uma leitura equivocada da realidade e ser autor de factoides e ainda se empenhar para disseminá-los.



Nessa categoria de cantilenas, digo, a das realmente grandes, em que o capitão reformado mais parece reproduzir argumentos do que os concatenar, os assuntos relacionados ao regime militar de 1964 compõem um capítulo à parte. A defesa daquele regime é feita, até hoje, por muitos concidadãos — a sensação é que esse contingente tem crescido. Apesar disso, a causa nunca foi propriamente abraçada por uma organização politicamente relevante nem nunca foi identificada com qualquer partido. Nas instituições da Nova República, ela encontrou no deputado-capitão Jair Bolsonaro um dos seus mais vocais paladinos. Para defender aquele regime, no entanto, o parlamentar se apoiou em um sem número de lorotas. Sobre isso, um tanto excepcionalmente nessa seção, trarei uma quantidade razoável de aspas posteriores a 2010 — que é quando ele parece ter ficado com mais gana e mais à vontade na defesa do regime.

Começemos do começo, porque a própria noção de que houve um golpe e uma ditadura é algo que leva Bolsonaro a fazer as mais ousadas piruetas para tentar refutar a verdade histórica. As trucagens podem vir nas premissas que estabelece ou no olhar que lança sobre a realidade fática. “Que golpe é esse, a partir do momento que o presidente João Goulart foi deposto por uma votação no Congresso?”<sup>91</sup>; “Então não teve golpe!”<sup>92</sup>; “Prefiro chamar de Revolução Democrática de 1964”<sup>93</sup>. Conforme o “sindicalista da caserna”, não teve golpe nem ditadura: “O período militar foi *apelidado* de ditadura”<sup>94</sup> [grifo meu]. O leitor bem sabe que apelidos pegam, não é mesmo? Afinal, “o que que é ditadura? Ditadura começa com a privação de seu direito de ir e vir” — conceituava de sua cabeça. Ato contínuo, na cara dura, lançava: “Ninguém era proibido de ir e vir no nosso Brasil, de sair do Brasil”<sup>95</sup> — sair, ele disse. Uma revolução democrática.

Nesse tópico, da natureza do regime, Bolsonaro não pararia por aí. Traria diversos outros pontos. Sabe-se lá em nome de quem, dizia que “o militar não fechou o Congresso em 1964, quem fechou foi o povo”<sup>96</sup>. E se perguntava: “Que ditadura é essa? Toda ditadura tem um único partido. Nós tínhamos o bipartidarismo”<sup>97</sup>. Investindo a fundo na carreira de questionador de questões tortas, insistia: “Que ditadura foi aquela que nenhum tiro foi dado, não tivemos paredão”<sup>98</sup>; “Nunca houve ditadura! (...) Esse pessoal falava em democracia... devia de joelhos agradecer o trabalho dos militares e das forças auxiliares que mantiveram a democracia a partir de 2 de abril de 1964”<sup>99</sup>. Transmitidas para largas audiências, essas adulterações da verdade histórica mais básica por vezes podem ganhar corações e mentes.

Além do falseamento sobre a natureza “democrática” do regime, sobram exageros a respeito de seu desempenho: “O Brasil só é hoje o que é graças aos 20 anos em que os militares estiveram no poder”<sup>100</sup>; “Não havia desemprego, fome e miséria”<sup>101</sup>; “O povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos”<sup>102</sup>. Conforme Bolsonaro, esse Éden, plenitude de direitos na Terra, foi perturbado somente pela tola demanda por escolher seus governantes: “O povo foi às ruas pedindo Diretas Já, não pediu saúde, educação e segurança... porque isso já tinha”<sup>103</sup>.

Pouquíssimo disso pode ser sustentado com base em evidências. E, claro, além das engabelações puras sobre o que se passou, há tudo aquilo que é importante e se omite, como o rebaixamento dos salários e o aumento da desigualdade. O capitão reformado evitaria tais assuntos. Se levantados por outrem, desviaria. Foi o que fez quando o apresentador de TV Ratinho fez um contraponto ao regime, perguntando sobre o endividamento que provocou. O capitão respondeu: “Não endividou tanto assim. Teve... teve o retorno”<sup>104</sup>. Ah, tá!

No capítulo à parte burlas 1964-1985, torturas e assassinatos ocupariam espaços especiais. O leitor pode ir ao primeiro livro desta série<sup>105</sup> e ler mais sobre como Bolsonaro trata os temas. Poderá perceber como o parlamentar fluminense pode lançar mão de todas as manobras do seu repertório para defender os seus. Para promover uma imagem ilibada dos militares, seria capaz de negar a todo custo indícios e provas, fazer a manobra de contra-ataque jogando as violações de direitos humanos para o terreno adversário, descredenciar os que apontam os fatos, entre outras. Com base no que aprendi escrevendo aquele volume, acredito que se o capitão reformado resumisse em uma frase o que, historicamente, sustentou a respeito dos mais graves crimes perpetrados pelo Estado brasileiro no período ditatorial, seria algo como: “Quase nada se passou, brabo mesmo foi do outro lado; o pouco que, porventura, podemos ter feito, era necessário e foi merecido por quem sofreu”. É evidente que nada disso se sustenta.

## ADVERSÁRIOS FICHADOS

NESSA INVESTIGAÇÃO sobre o papel que verdades e ficções têm no proceder político de Bolsonaro, preciso colocar um outro elemento. Trata-se de algo que faz parte de sua praxe e pode ser observado em muitos momentos distintos de sua trajetória. Me refiro ao que parecem ser arquivos ou dossiês sobre os adversários de que, de tempos em tempos, em situações agudas, o militar reformado lança mão. Essa técnica política não é nem um pouco inédita. Mas, ainda sim, consegue ser um tanto intrigante. Em termos da fidedignidade em relação aos fatos, costuma jogar-nos em uma faixa de indeterminação, pois nem sempre quem escuta a história extraída dos ficheiros

do capitão tem como confirmar o que ele diz. O efeito mais básico dessa manobra parece ser o de despejar um imenso suspense na cena em que se insere.

Quando se tem em conta muitas das informações que saca da manga para jogar contra adversários, vê-se que grande parte disso remete a 1964. Não fica claro se o deputado-capitão produzia dossiês em seu mandato ou se tinha acesso a arquivos de órgãos de inteligência militares. Ou se ocorriam as duas coisas. Lendo milhares de discursos, percebo que ele tinha o hábito de leitura de jornais e assistia a telejornais, especialmente o “Bom Dia Brasil”<sup>106</sup>. Pode ser que, com sua equipe, fosse montando fichas e arquivos para serem usados no futuro (como se deduz aqui: “... o Deputado José Genoíno – tenho uma fita gravada do Programa Bom Dia Brasil em que ele se autodeclara ateu”<sup>107</sup>).

Por outro lado, em face do conteúdo de seus ataques contra outros agentes políticos, parece plausível que, por algum meio, tivesse acesso a dados acervados pelas Forças Armadas. Um exemplo pode ser quando afirmou ter “um álbum de fotografias muito extenso”<sup>108</sup> sobre crimes de militantes da luta armada nos tempos de militarismo. Ou, então, quando ofereceu: “Quem quiser, é só me ligar que mando a ficha da Dilma, antes de votar nela”<sup>109</sup>. Perceba o leitor, inclusive, que todas essas informações remetem a tempos anteriores à sua entrada nas Forças Armadas.

Algum histórico de contato com documentos internos por parte de Jair era conhecido desde 1991 – pelo que teria vindo das mãos de seu irmão Renato Bolsonaro<sup>110</sup> no primeiro ano do deputado-capitão no Congresso. De um modo ou de outro, é nítido como em suas entrelinhas se pode perceber a existência de sistemas paralelos de informação e contrainformação, prontos a serem utilizados como bombas de fumaça em situações de tensão ou enfrentamento.

Não obstante, no tópicos dos seus ficheiros nem tudo gira em torno de assuntos correlatos às Forças Armadas. O caso do apartamento de Laura Carneiro, por exemplo, poderia ser incluído aqui, assim como outros já referidos. No entanto, é notável como essas informações, que mais parecem cartas que Bolsonaro está pronto a sacar da manga e baixar à mesa quando em desvantagem, frequentemente apontam para o período do regime militar.

Em 1994, criticando o General Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército com quem tinha uma longa história de entreveros<sup>111</sup>, sacou da manga: “Leônidas é o nosso saudoso Leônidas Pires Gonçalves, de triste memória, aquele mesmo que entrou em licença especial no dia 28 de março de 1964 para não participar da revolução democrática de 31 de março”<sup>112</sup>.

Algumas das colocações que fez ao apresentar essas espécies de “fichas corridas” de adversários podem conter verdades factuais ou, ainda, meias-verdades. Outras dependerão de interpretações. Difícil imaginar que também não existam integrais falsidades levadas a público como se fossem extraídas de um arquivo fidedigno e bem catalogado. De todo modo, seja qual for seu teor de veracidade, dado que muitas vezes são histórias que não são autenticadas por nada além da fala de Bolsonaro, seu efeito imediato parece ser gerar suspense e tensão. O objetivo do capitão, creio, está mais à frente, quando, diante da acusação, seu oponente pode calcular que aquele embate não vale o desgaste público que poderá vir a gerar. Assim, o parlamentar parece pretender bloquear avanços alheios ou, ao menos, sobreavistar quem está do outro lado que o chumbo virá e será grosso.

A Fernando Henrique, tratando dos tempos ditatoriais, o capitão se referiu assim: “Afinal, o que poderíamos esperar de um professorzinho gaiato que se dizia progressista, mas que na hora do perigo se autoexilou, deixando seus amigos para

trás?”<sup>113</sup>. Embora essa versão do autoexílio pareça popular entre militares<sup>114</sup>, é documentado que FHC era fichado no DOPS como comunista e chegou a ter pedido de prisão expedido em 1965<sup>115</sup>, quando já estava fora do território nacional.

Quando Bolsonaro acusou Tarso Genro de “terrorista”, em 2008, anotei que muitos vieram em defesa do petista dizer que ele não havia participado de luta armada<sup>116</sup>. Já no caso de Dilma Rousseff, que, sim, integrou organizações de resistência ao regime de força imposto pelos militares, o parlamentar fluminense dizia outras coisas. Antes de passar a negar sistematicamente que ela houvesse sido torturada, Bolsonaro falava em sevícias aplicadas a ela nos porões em razão de uma misteriosa crise de “abstinência”<sup>117</sup>. Há, ainda, um tanto de crimes e mortes que o militar reformado coloca na conta de Dilma. Uma penca de outros são atrelados ao passado de José Dirceu<sup>118</sup>. Isso sem falar em sua campanha contra José Genoíno, tratando-o como delator do Araguaia e negando que tivesse sofrido qualquer arranhão por parte do regime<sup>119</sup>. E por aí vai.

Mais ou menos exatos, mais ou menos comprováveis ou refutáveis, muitos desses casos geram aquele efeito de deixar algo no ar. E, por vezes, em razão das acusações feitas por Bolsonaro, o adversário de fato vai à berlinda. Foi o que se viu com Genoíno. O petista acabou sendo levado, em diversas oportunidades, a gastar energias defendendo-se dos petardos do deputado-capitão<sup>120</sup>. Baseando-se em coisas que inventou, em informações que recebeu, em fichas organizadas por seu mandato, em cochichos da caserna ou em documentos internos das Forças Armadas a que porventura pode ter tido acesso, o capitão reformado, em sua atuação escanteada e incendiária, semeava dúvidas no espaço público, dava trabalho a adversários e/ou dissuadia outros políticos da ideia de mexer consigo ou com aquilo que protegia.

## O AMANHÃ À ESPREITA: AMEAÇAS DIVERSAS

FALAMOS UM TANTO DE DOSSIÊS e arquivos sobre o passado. Porém, há muito de duvidoso que Bolsonaro lançou a respeito de nosso futuro. Diz o ditado que ele, o futuro, a Deus pertence. Campo aberto pela sua própria natureza, sua enunciação não é monopólio de iluminados ou iluministas.

No entanto, mesmo na hora de formar conjecturas, honestidade não é coisa que se possa prescindir. Se eu lhe digo que vi na TV que mais tarde vai chover, talvez você leve um guarda-chuva. Se saio por aí jurando que Jesus finalmente voltou, está encarnado em um tamanduá que perambula na Rio-Santos e elevará aos céus todos que, logo mais à noite, fizerem uma parada para comer um croquete em Mambucaba, é provável que ninguém me dê bola (para a tristeza dos vendedores de croquete). Já se meu relato for sobre uma estranha reunião de maçons em que estive mais cedo e acabei presenciando a articulação de um plano para derrubar o governo... bom, talvez você até duvide de mim, mas, contando para mais gente, poder ser que eu consiga quem acredite. Agora, se eu descolar um vídeo em que se vê algo que parece ser os tais membros da maçonaria tramando em segredo, é provável que eu balance você também.

Estudiosos chamam atenção para como, contemporaneamente, gerir riscos, fomentar medos e promover pânico moral podem ser formas de governar o presente. Algumas análises, de cunho político, evidenciam como a história recente está cheia de lideranças que, para ampliar seu poder, se valem de um temor que elas próprias ajudam a instilar na população.

Para essa linhagem de estudos, o fato político que praticamente inaugura esse século é o exemplo por excelência<sup>121</sup>: depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, o governo dos

EUA afirmou ter descoberto um plano de Saddam Hussein para construir armas de destruição em massa. Foi assim que conflagrou a chamada “Guerra ao Terror”. Para tanto, a comunicação atemorizante com o público foi chave. A população, devidamente assustada com o que poderia se passar se nada fosse feito para deter os planos de Bagdá, não pensou duas vezes antes de anuir que a administração George W. Bush obtivesse os recursos e autorizações legais necessários para colocar seus planos bélicos em curso.

No entanto, como se sabe hoje, os cidadãos estadunidenses foram amedrontados por informações falsas que os fizeram crer que uma guerra era a melhor ideia naquela circunstância. Os esquemas apresentados pelo general Colin Powell, com apoio dos mais prestigiados serviços de inteligência do mundo, estavam repletos de dados inverídicos<sup>122</sup>. O governo queria a guerra. Por meio de mentiras e promoção do medo, a fizeram. Escusado dizer o quanto de tragédias humanas foram produzidas.

Perto da embustice de nível global levada a cabo por Bush e seu vice, Dick Cheney, Jair Bolsonaro é apenas um rapaz latino-americano que bate continência para a bandeira dos EUA. Mas no Florão da América também é real que as lorotas de um político, por patéticas que possam parecer, podem ter graves consequências.

O deputado-capitão Jair Messias Bolsonaro, decididamente, trabalhou muitíssimas vezes instilando medo do futuro. Posso dizer até que, talvez, esse proceder represente a sua forma mais básica de atuar na política. Quando ligado no modo “criar alarde”, Bolsonaro frequentemente pinta um quadro de horror e caos à nossa espreita. Para quem não tem muitos aliados, amedrontar pode ser uma forma acessível de tentar conseguir coisas. Com vistas a chegar a elas, usa de indícios falsos, exagerados ou duvidosos.



## **O amanhã à espreita: os baixos soldos e o retorno de Jedi**

PENSO QUE O MAIS ELEMENTAR desses quadros de caos pintados por Bolsonaro a respeito do futuro fala de suas causas políticas mais ancestrais: militares e seu salário. Por anos, um componente muito importante no discurso do capitão reformado era o de que a insatisfação nos quartéis era tão grande que se prenunciava uma grande crise militar de, digamos, consequências imprevisíveis. Quando dizia coisas assim, o capitão reformado esperava que houvesse quem entendesse suas meias-palavras.

Quando da frustração em sua campanha pela isonomia salarial, em 1993, o jovem deputado discursou: “Caso outro golpe nos seja aplicado, alguma atitude deve ser tomada pela família militar”<sup>123</sup>. Em 1994, subiu um pouco o tom para expressar seu entendimento de que os militares estariam sendo tungados com a transição para o Plano Real: “Não quero pagar para ver, acredito que ninguém quer pagar para ver. Mas a paciência dos militares, no meu entender, está chegando ao fim. Então é bom que esse impasse, essa migalha de 28% seja dada de uma só vez”<sup>124</sup>.

Nem sempre as palavras eram tão meias assim e a referência a um golpe promovido por militares pauperizados e revoltados ficava mais explícita como horizonte. Por exemplo, ele não tinha seis meses de mandato na Câmara Federal quando, em 1991, discursou aos colegas dizendo que os militares estavam sendo mantidos como cães de caça esfomeados e “logicamente esta caça, nobres colegas, um dia poderá ser quem sabe nós, parlamentares”<sup>125</sup>. Ou essa fala, de 1992, em que a sutileza passa longe, com os cães de caça apontando para o Executivo ao invés do Congresso: “Não posso em hipótese

alguma concordar com o atual contracheque dos membros das Forças Armadas. (...) O recado que gostaria de enviar ao Sr. Presidente é o seguinte: o que faz paladar é o apetite, é a fome, e há muitos militares, não da cúpula, mas de baixo, com uma vontade terrível de devorar esse Presidente da República peçonhento que temos”<sup>126</sup>.

Por muitos anos, parte significativa da atuação do deputado-capitão era meter medo das baionetas na classe política com vistas a arrancar caraminguás para sua base eleitoral. A rigor e concretamente, com todas as dificuldades para controle da tropa que certamente existem, nunca se viu ocorrer nada parecido com isso na Nova República. Não temos histórico de levantes no atual regime. Mas, entrou presidente, saiu presidente, lá estava Bolsonaro para anunciar a grande crise militar que estava pronta a nos engolir com voracidade.

Há um outro medo que, historicamente, o parlamentar instilou para tentar convencer sobre o aumento dos soldos de militares e policiais: esses homens treinados e armados poderiam passar para o lado do crime caso não tivessem os pleitos atendidos. Nesse caso, que depende de escolhas individuais, não se pode dizer que não há um tanto de verdade. Os exemplos documentados são muitíssimos. A rigor, há umas boas notas de chantagem aqui também. Contudo, estamos diante de um temor que é, de algum modo, fundamentado.

Nessa linha, quando militares ou policiais eram punidos e desligados, Bolsonaro poderia salientar que se tornariam “presa fácil de ser arrebanhada para as fileiras do exército do crime organizado”<sup>127</sup> ou que em breve “estariam procurando emprego nas ruas, como procuram hoje em dia os ex-presidiários”<sup>128</sup>. Quando o debate era a respeito de recrutas não aproveitados, na tentativa de garantir que ficassem empregados nas Forças, alertava: “Apesar de sua boa formação

moral, esses homens são, potencialmente, bandidos de alta qualificação técnica”<sup>129</sup>. Diante de um programa de redução de efetivo, de 1996, declarou a O Globo: “Eles sabem fazer tudo o que tenha relação com destruição. Dispensados, vão ficar desempregados e revoltados. Podem não pensar duas vezes antes de se meterem com a criminalidade”<sup>130</sup>.

De fato, nenhum cidadão razoável quereria esses senhores da destruição atuando à margem da lei. No entanto, o parlamentar fluminense parecia estar de olho era nos dividendos políticos que esse medo poderia acabar trazendo para as categorias que, mais tradicionalmente, iam às urnas de quatro em quatro anos depositar votos em seu favor.

Nitidamente, lançar a ameaça interessava mais ao deputado-capitão do que qualquer outra coisa. Estava mais preocupado com obter vantagens para sua base de eleitores do que, de fato, com o cometimento de crimes. Tanto é que, quando crimes eram atribuídos a militares, frequentemente se punha a defendê-los<sup>131</sup>. O fazia com ardor e quase que sistematicamente. E quando a situação era de tal modo flagrante que não havia como fazer essa defesa, podia mostrar, ao seu modo, uma espécie bissexta de sensibilidade social. Em face de um sequestro e assassinato de criança conduzido por PMs de São Paulo, fez o diagnóstico de que “aqueles que têm procurado a carreira de policial militar ou civil, lamentavelmente, pertencem às classes menos favorecidas da nossa sociedade. Não podemos exigir de homens mal preparados, mal-formados, que convivem com a marginalidade no dia a dia, que nasceram naquele meio, de repente, ao serem aprovados em concurso público e ao vestirem uma farda, já comecem a tratar com cidadania e respeito aqueles que carecem do serviço da segurança pública”<sup>132</sup>. Está claro que falava da condição periférica. Era preciso melhorar os salários até que os “nossos

filhos e os filhos daqueles que se preocupam com educação”<sup>133</sup>, “pessoas com melhor nível cultural, social e econômico”<sup>134</sup>, se interessassem pela carreira policial. Quero dizer, crimes poderiam acontecer que, de um modo ou de outro, tudo voltava à sua plataforma salarial.

Nos anos 1990, Bolsonaro parecia reconhecer que o assédio do crime a policiais já era um fato posto. Via com gravidade policiais tornando-se “vítimas fáceis para o narcotráfico e o crime organizado, chegando-se ao ponto de, em quase todos os crimes, encontrar-se um policial militar ou civil envolvido”<sup>135</sup>. Mostrava receio que o fenômeno chegasse às Forças Armadas. Em uma ocasião em que apareceram notícias nos jornais implicando integrantes das Forças em crimes, discursou: “As medidas governamentais relativas ao arrocho salarial (...) estão empurrando também os militares das Forças Armadas para a marginalidade”<sup>136</sup>.

Aliás, em minha pesquisa percebi que suas referências sobre a migração de policiais para a criminalidade se dão mais nos anos 1990. Depois, ocorrências como essas vão deixando de aparecer em seu discurso. Achei curioso.

Todo esse gênero de cenários desfavoráveis para a sociedade brasileira era factível. O horizonte do possível ingresso de homens treinados pelo Estado na via criminoso encerrava uma anomalia bastante preocupante e indesejável. Porém, aquilo já se verificava na prática. Em meio a um processo de banditização de homens da lei, o deputado-capitão não carregava um discurso catastrofista, com um corte a indicar que, dali em diante, em breve, o Exército ou a PM se tornaria uma falange criminoso engolindo a vida tal qual conhecemos.

A bem da verdade, faria sentido e poderia ter até uma boa medida de fundamento fático. Afinal, policiais criminosos estão, por exemplo, na base do fenômeno da milícia, que se

alastrou no Rio nas últimas décadas. A Bolsonaro, quando se voltava ao tema da cooptação de agentes do Estado pelo crime, interessava a ansiedade gerada em torno da deterioração do quadro da segurança pública para argumentar por melhores salários aos seus. Apesar do tom por vezes extorsivo, tinha lá sua razão.

## **O amanhã à espreita: Amazônia e segurança nacional**

HÁ UM OUTRO TIPO DE SEGURANÇA que, ao longo dos anos, levou Jair Bolsonaro a tecer considerações que ficam entre o bastante discutível e o inteiramente refutável: falo da tal da “segurança nacional”. O tema, fundamental para a vida no Estado-Nação moderno, é preocupação central dos militares. A defesa do território e do interesse nacional, historicamente, nas falas de Bolsonaro, esteve muito atrelada à questão da Amazônia.

No início dos anos 1990, Bolsonaro chegou à Câmara Federal já vocalizando a preocupação corrente entre militares a respeito dos riscos de internacionalização do território amazônico. A ocupação da fronteira e garantia da soberania na região é um velho e importante problema. Em boa parte da carreira parlamentar do capitão reformado, o tema militar que o interessava mais detidamente era o quanto os praças e oficiais ganhariam no fim do mês. Contudo, a grande questão militar que mais o interessava, nitidamente, era o projeto Calha Norte e o objetivo de consolidação da integridade territorial na fronteira amazônica. Na visão que expressava, esse objetivo se opunha a uma noção de “cobiça internacional”. Por certo, havia um tanto de elementos concretos que autorizavam sua preocupação com olhos gulosos de outras nações sobre a Amazônia. No entanto, suas falas também vinham

carregadas de outros aspectos um tanto vagos, imprecisos ou mesmo inverídicos.

Desde 1991, seu primeiro ano no Congresso, em meio aos alertas de militares do alto escalão sobre internacionalização da Amazônia, ele já frequentava os microfones para falar de alegados perigos assumidos pelo país com a demarcação das terras dos Yanomami<sup>137</sup>. Desconfiava do que considerava terra demais para pouco índio<sup>138</sup>. E ficava ainda mais cismado por entender que essas terras se localizam em cima de reservas minerais que, segundo seus cálculos, poderiam resolver a vida do nosso povo<sup>139</sup>. Na segunda metade da década de 1990, ficou um tanto mais cabreiro. A globalização comia solta e o Brasil tinha um presidente tão internacionalizante que era chamado de “Viajando Henrique Cardoso” por programa humorístico popular na época. Se havia temores imemoriais com a área, agora eles estariam redobrados.

Há muitas dimensões e detalhes no temor que o militar reformado propagou em relação a este tópico. Aqui vamos ao sumo do que dizia sobre o tema mas não seria capaz de provar. Conforme o capitão, essa história de preocupação com desmatamento e terras para povos originários seria historinha para boi dormir. Argumentava que não havia como os indígenas terem organizado um *lobby* que fizesse sua causa ser atendida<sup>140</sup>. Logo, o que explicaria as demarcações de grandes extensões, necessariamente, teria de ser outra coisa. Mas o que? No discurso bolsonariano, indígenas estariam sendo usados como massa de manobra para reservar terras vastas e ricas em recursos para os países do G-7 explorarem no futuro<sup>141</sup>. ONGs internacionais operando em solo nacional fariam a representação desses interesses<sup>142</sup>.

Bolsonaro dizia, sem provar, que existia um roteiro bem definido: descobria-se minerais, logo a seguir demarcavam-se

terras. Tratava como causa-efeito. Via relação, também, entre as viagens de FHC a países do G-7 e demarcações<sup>143</sup>. Na sua (nem sempre organizada) retórica, o cronograma de demarcações variava, então, entre descobertas de jazidas e visitas presidenciais a países desenvolvidos — talvez imaginasse até que essas coisas estivessem amarradas, vai saber. O parlamentar fluminense desconfiava mais especialmente dos EUA<sup>144</sup>. Sugeriu que um antropólogo americano que trabalhou junto a indígenas e à Funai nos anos 1970, de nome Kenneth Taylor, teria dado impulso a um trabalho antinacional<sup>145</sup> que seguiria até aquela data, com ex-veteranos do Vietnã trabalhando na área disfarçados de missionários<sup>146</sup>.

No fim da década, apontava o “sindicalista da caserna”, com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e uma pretensa docilidade que enxergava em FHC, os americanos não precisariam mais invadir o território para se apossar dele e explorar seus recursos<sup>147</sup>. Soava ligeiramente esquerdista, descrevendo o capital quase como uma força capaz de realizar pilhagem legalizada em nosso periférico território.

Apesar dessa via pacífica de dominação, por mais vezes o deputado-capitão asseverou que assistiríamos, aos poucos, ao Brasil perdendo territórios formalmente. O interesse estrangeiro se converteria em ação de força. Nosso destino seria tornarmo-nos um “queijo suíço”<sup>148</sup>. Segundo ele, logo veríamos ser promovida a independência de territórios “filé mignon”<sup>149</sup>. A demarcação desses espaços para indígenas se destinaria para o escuso fim de guardá-los para grandes potências<sup>150</sup>. Bolsonaro localizava o plano mais exatamente no G-7 — ou o “Primeiro Mundo”.

De acordo com o parlamentar fluminense, a defesa dos direitos humanos dos povos indígenas diante de violações cometidas por brasileiros serviria como a desculpa perfeita

para intervenções estrangeiras em nosso território<sup>151</sup>. O assalto dos estrangeiros a nós viria com o pretexto de cuidar melhor de nossa população autóctone. Haveria apoio da ONU para a manobra<sup>152</sup>. Do que Bolsonaro falava, se deduz que, em um segundo momento, após essa ocupação territorial liderada pelos países ricos com a justificativa de proteger os povos originários, a “massa de manobra” indígena seria alijada das terras em favor dos gringos<sup>153</sup>.

Além dos direitos humanos, outras ignições deste processo de internacionalização poderiam ser o desmatamento ou queimadas na mata. Para o capitão, quando o chefe do Executivo narrava dificuldades nesses pontos, o que estaria a ocorrer é que “o próprio Presidente FHC faz propaganda interna, como se a Amazônia devesse realmente ser gerida pelo Primeiro Mundo”<sup>154</sup>. Mas, mais que isso, afirmou, em mais de uma oportunidade, que quando Fernando Henrique Cardoso falava publicamente dos problemas envolvidos no combate a danos ambientais naquela área o presidente estaria dando a senha para a invasão estrangeira<sup>155</sup>.

Nessa leitura particular de entrelinhas feita por ele, o militar reformado enxergava senhas sendo enviadas pelo lado de lá também. Frases de líderes internacionais eram citadas por ele como prova de uma sanha já posta em curso. Algumas, de fato, pareciam invasivas à soberania. Outras, entretanto, dependiam de uma interpretação um tanto quanto forçada<sup>156</sup>.

Na versão bolsonariana da história, no plano interno a armarção de forças estaria pronta ou em gestação. O presidente seria um entreguista corrupto<sup>157</sup> que, segundo sugeria, já teria compromissos assumidos com os países do Primeiro Mundo<sup>158</sup>. O Congresso, que ele tratava como vendido ao Executivo<sup>159</sup>, abriria mão de prerrogativas que teria para deter demarcações<sup>160</sup>. O Parlamento, submisso ao Executivo e repleto de



deputados que não viveriam de seus salários<sup>161</sup>, estaria ignorando aquele que, na visão de Bolsonaro, seria o assunto mais importante que já passou às suas vistas<sup>162</sup> — qual seja, o de nossa soberania.

Nesse plano terrível, o governo estaria também se impondo ao braço armado. Quero dizer, como o parlamentar fluminense pintava o quadro, os civis estariam, com habilidade, dobrando as Forças Armadas nessa questão fundamental. O capitão, que frequentemente tratava os ministros militares como submissos ao Executivo<sup>163</sup>, de vez em quando atacava os comandantes de Exército, Marinha ou Aeronáutica por pretensamente estarem alinhados à agenda (entreguista) do governo<sup>164</sup>. Além disso, via os paisanos comandando uma longa campanha de “desmoralização” das Forças com vistas a alcançar seus objetivos<sup>165</sup>.

O coroamento, pintava o deputado-capitão, viria com a instauração do Ministério da Defesa comandado por um civil<sup>166</sup>. O parlamentar fluminense temia, especialmente, que fosse nomeado para o cargo justamente o secretário de Direitos Humanos, José Gregori<sup>167</sup>. Sua assunção ao cargo criaria, na visão do deputado, um eixo de nossa Defesa com os ditames da ONU e a doutrina dos direitos humanos, abrindo ainda mais flanco para a invasão e a usurpação da soberania nacional<sup>168</sup>.

Olhando para isso tudo, é importante fazer a ponderação de que é, sim, bastante salutar que políticos tenham desconfiança. No jogo duro da geopolítica internacional, talvez ainda mais. No entanto, qual é a fronteira entre isso e uma promoção de paranoia sem base real? No caso específico, há, principalmente entre os militares, base social importante e informada a respeito de perigos que existem para a soberania nacional na questão amazônica. Percebê-los, é verdade, exige não tomar pelo valor de face as intenções declaradas pelos

potenciais ameaçadores da integridade do território — sabe como é, nem sempre quem invade comarca alheia manda um telegrama avisando que chegará às cinco da tarde com seu batalhão para tomar um chá. Por certo há um limite entre, por um lado, estar alerta, vigilante e disposto a promover um diálogo público importante à luz do que se sabe, e, por outro, disseminar teorias conspiratórias sem pé nem cabeça.

A respeito disso, é difícil determinar em que ponto desse contínuo o deputado-capitão se localiza. O desenrolar dos fatos aponta inequivocamente: nada sequer perto disso se passou. Não há notícia de um movimento relevante por “independência” de territórios indígenas. Desconhece-se investigação que aponte como os órgãos envolvidos em demarcações trabalharam secretamente para os EUA ou outro país. O Ministério da Defesa está aí, foi comandado por civis por quase vinte anos, e nada de vilipendiarem a integridade territorial. Há mais sinais de genuína preocupação da comunidade internacional com os povos indígenas do que o de seu uso como “massa de manobra”.

Aliás, em relação a esses povos e suas terras, é certo que há cobiça pelos minérios e outras riquezas que se encontram em suas áreas. Porém, muitas vezes a pilhagem parte de brasileiros. Como se sabe, ela é violenta. E, embora povos originários vivam em guerra com não indígenas que teimam em invadir e saquear terra demarcada, não se vê a ONU desembarcando tropas a título de defender seus direitos. Quanto mais para impor a autonomia do território em questão.

De longe se vê que a estrutura da historietta como um todo era ruim. Mas, de mais perto, havia ainda detalhes eivados de exageros. Grosso modo, nos dizeres de Bolsonaro, a cobiça internacional miraria nossa água potável, nossa biodiversidade, os grandes “espaços vazios” (com vistas a alocar

os pretensos excedentes populacionais desses países), as reservas energéticas locais e, mais do que tudo, uma infinidade de tesouros escondidos na forma de minérios<sup>169</sup> (“Assim entendo, como o homem perdeu o paraíso através de uma maçã, os brasileiros vão perder o paraíso que é esse atual território, do tamanho de Portugal, não através de uma maçã, é lógico, mas através do nióbio, da cassiterita, do diamante, etc.”<sup>170</sup>). Em seus discursos, esses itens eram apontados como riquezas que teriam mais valor no mercado futuro e nós não estaríamos atentando devidamente a isso.

Bolsonaro falava, por exemplo, que os países desenvolvidos estariam de olho nas reservas amazônicas de tório em face do “fim do Urânio”<sup>171</sup>. O leitor provavelmente não sabe, eu não sabia, mas dos anos 1990 até hoje a produção mundial de urânio cresceu imensamente<sup>172</sup>. Com naturalidade, o capitão se referia também a uma descoberta maravilhosa que poderia ser decisiva na história planetária: “uma enorme bacia de gás” em que, segundo ele, “muitos consideram” existir “a maior reserva de gás do planeta, que poderá servir como energia de transição quando o ciclo do petróleo tiver chegado ao fim, por volta do ano 2020”<sup>173</sup>. Hoje, 2022, a produção de gás na Amazônia existe, mas não lidera o quadro nem no plano doméstico. Fica atrás da produção que vem das bacias de Rio e Santos<sup>174</sup>. Imagine, então, como fica longe de ter impacto relevante quando pensamos em termos globais.

Claro, poderiam ter circulado estimativas que depois se mostrariam furadas. Contudo, olhando os jornais da época, não parecia haver nada compatível com um entusiasmo desse tamanho — pelos dizeres do parlamentar, seria de se esperar algo superior ao da descoberta do pré-sal, em tempos mais recentes. Mas, um “muitos consideram”, jogado de forma vaga e imprecisa, pode significar qualquer coisa. Inclusive “quase ninguém”.

Há ainda as tais “imagens subliminares” que o legislador gostava de apontar. Em 1999, ele se pôs a fazer o que chamou de um “um alerta aos meus companheiros”. Discursou informando que os EUA lançaram uma “nova moeda de 1 dólar, na qual uma das faces tem a imagem de uma índia e, embaixo, escrito ‘liberdade’”<sup>175</sup>. Encaixou com sua argumentação, já posta e reposta, de que os direitos humanos seriam usados pelos países do Primeiro Mundo para promoverem guerras de independência das nações indígenas em nosso território (e depois explorá-lo). A nota de dólar deixava claro. Índio, liberdade. Elementar. Só não via quem não queria.

Podia também ecoar detalhes igualmente fascinantes percebidos por outrem: em 1995, pediu a inclusão nos Anais da Câmara de um artigo do jornalista Carlos Chagas na Tribuna da Imprensa, de 18 de agosto daquele ano, em que o signatário pedia que os militares assistissem a mais televisão. O motivo? É que assim perceberiam que na série “Robocop”, em dois capítulos, o ciborgue de Detroit mencionava que esteve sumido pois estava lutando na Guerra da Amazônia<sup>176</sup>. Uma guerra. Na Amazônia. Perceberam? Hollywood estava dando o aviso. Era só ouvirmos com atenção.

A globalização dos anos 1990, como momento de expansão capitalista, tinha características novas. Mas Bolsonaro seguia pensando em termos de guerra de conquista de espaço físico de colonização. O que habitava suas ideias não era um mundo crescentemente interdependente, intensificando os fluxos de pessoas e mercadorias. O “sindicalista da caserna” se ocupava de impulsionar a ideia de que nosso território seria tomado à força para alocação de uma pretensa “população excedente existente no Primeiro Mundo”<sup>177</sup>. Essa não foi, nem de longe, a tônica da geopolítica mundial de então. Em verdade, um grande número desses países passou a necessitar importar mão de obra de imigrantes para manter suas economias rodando.

Alguns debates que, ao longo de anos, propôs no Parlamento são fortemente marcados por uma pretensa “explosão demográfica” que estaríamos vivendo. O deputado-capitão passaria anos batendo nessa tecla — a sua ideia fundamental mais esquecida. No entanto, o faria baseado em uma premissa falsa. Durante sua carreira como parlamentar, apesar de seus alardes sobre brasileiros (pobres) sendo paridos em demasia<sup>178</sup>, a taxa de fecundidade brasileira caiu enormemente. Não havia “explosão demográfica” alguma. Em verdade, a discussão em anos mais recentes passou a ser o que estaríamos ou não fazendo com nossa condição demográfica favorável passageira (o tal “bônus demográfico”).

No que tange à sua quimera amazônica, quando se trata das populações dos países do G-7, aquelas cujos “excedentes” ele temia que viessem a ocupar a área após sua “internacionalização”, os dados mostram um quadro de declínio populacional. Entre 1990 e o presente é nítida uma linha geral de queda (algo que também se passa com a China, citada pelo deputado-capitão em meio a seus argumentos demográficos)<sup>179</sup>. O parlamentar fluminense insistiu por décadas que, tanto aqui como nos países mais ricos do planeta, estaríamos à beira de um colapso por excesso de pessoas e falta de recursos sem muito se importar com o que diziam os fatos demográficos e econômicos.

Ainda a respeito de Amazônia, um caso de meados de 2000. Àquele tempo, circulou freneticamente na internet brasileira o boato de que as escolas dos EUA estariam ensinando geografia às suas crianças com mapas em que a Amazônia já apareceria como área internacional. Bolsonaro não inventou essa “fake news” clássica. Ela circulou em meios científicos e até foi publicada no Estado de S. Paulo antes de ele tratar do assunto<sup>180</sup>. Todavia, quando o deputado-capitão recebeu a

denúncia por fax, imediatamente levou a história à tribuna do plenário Ulysses Guimarães. Parecia acreditar nela de boa-fé, como ocorreu com muitos brasileiros, mas, uma vez que combinava perfeitamente com as histórias conspiratórias que ele próprio vinha fustigando há anos, logo se pôs a fazer alarde.

Em seu discurso, o militar reformado trazia ainda a informação de que “em algumas escolas [dos EUA] estariam os professores pregando e pedindo aos alunos o apoio para uma possível intervenção futura aqui, no Brasil, para defender a região amazônica, acusando-nos de destruidores da natureza”. Não havia muito o que pestanejar. Referindo-se a Jaques Wagner (PT-BA), que comandava a sessão na Câmara, lançou: “Sr. Presidente, essa é apenas uma prova de que já estamos entrando na fase operativa deste interesse norte-americano”. O fax era a prova. A ameaça já estava em curso. O militar reformado até pediu mais averiguações a órgãos competentes, mas já tinha claro: “No meu entender, isso é uma verdade”<sup>181</sup>.

Há uma clara concentração de seus discursos sobre o tema Amazônia na década de 1990<sup>182</sup>. O deputado-capitão ainda se referiria a essas histórias depois, às vezes em programas de TV na década de 2010, mas nunca mais o alarde teria a mesma centralidade. Jamais em outra oportunidade chegaria ao extremo de falar em uma invasão (imminente ou em “fase operativa”).

Por vezes, podiam dar as caras observações esparsas sobre uma tal “indústria da demarcação” e o “crime” que representariam. No entanto, a bem da verdade, na sua última década como parlamentar, estava olhando para outras direções. Por exemplo, localizei falas suas que se referiam à necessidade de reformarmos o currículo escolar de modo a favorecer a formação de pesquisadores e empreendedores dispostos a, entre outras coisas, explorar melhor a Amazônia<sup>183</sup>. Quero dizer,

mesmo quando falava sobre aquele território, olhava mais para um discurso na linha “Escola Sem Partido” do que para uma pretensa emergência em termos de soberania nacional.

Nessas falas podia incluir ainda notas de religiosidade, uma outra marca do seu pós-2010 (argumentava, por exemplo, em favor de explorar a floresta amazônica para “alavancarmos esse país para o primeiro mundo com as riquezas que Deus nos deu”<sup>184</sup>). Depois dos anos 1990, mesmo uma outra face de suas colocações a respeito da Amazônia, a do aprisionamento selvagem de criminosos em florestas<sup>185</sup>, também perderia espaço no seu discurso. Por onde quer que se olhe, suas prioridades e plataformas haviam se transformado.

A respeito dessa propalada história da internacionalização de parte de nosso território, falta anotar ainda que, naquela década, em algumas oportunidades, Bolsonaro caminhava como que para uma fase posterior ao alarmismo. Nos anos 1990, há frases suas dando conta de uma derrota já consumada ou em vias de sê-lo. Por exemplo, em 1996: “Acho que já perdemos uma parte considerável da Amazônia”<sup>186</sup>. Em 1999: “Nós perdemos a Amazônia praticamente”<sup>187</sup>. Nada disso era verdadeiro, como se sabe. Mas um juízo desse emitido por um parlamentar tem peso e ele o lançava a microfones disponíveis.

A que serviria? Difícil dizer. A promoção do medo pode ser paralisadora. Por outro lado, o alarmismo pode gerar alvoroço e despertar a coletividade para a ação. Essa era, inclusive, a região em que melhor trabalhava. Mas uma declaração de derrota — total ou parcial, consumada ou já em vias de se completar — pode desalentar e levar à prostração. A não ser que seja encarada como uma batalha em uma guerra maior, que ainda se tem como vencer. No mesmo maio de 1999 em que disse as frases acima em uma rede de televisão, ele declarou o seguinte na Comissão de Direitos Humanos da

Câmara: “O militar não quer dar golpe, queremos o melhor para o Brasil. Porém, da maneira como se conduz a política neste País, vamos perder a Amazônia, que seria a solução para o mundo e que acaba se tornando um problema nosso. A meu ver, perderemos nossa entidade. E, no futuro, com toda a certeza, só resta ao Brasil uma guerra civil”<sup>188</sup>.

## **O amanhã à espreita: a Ditadura do Proletariado (versão 2000)**

APROVEITEMOS O ENSEJO e enveredemos sobre o que o deputado-capitão alardeava em termos de riscos à democracia brasileira. Claro, não falava de si. Voltava-se aos riscos que os vermelhos representavam para o regime. De modo geral, a relação de Bolsonaro com as instituições basilares da Nova República, a tal da democracia concreta, operando com suas virtudes e problemas, é bastante complexa. Na Era FHC, por exemplo, praguejou muito o sistema político implantado pelos civis. No entanto, só sob o mandato de presidentes petistas o deputado-capitão promoveria a ideia de que havia um fio que poderia virar e um caldo que poderia entornar. Estou falando dele, o fantasma da “ditadura do proletariado”.

Há pedaços dessa história em toda a série. O comunismo será uma espécie de tema transversal nessa obra sobre o militar reformado. Para contextualizar, traço linhas muito resumidas de sua visão da democracia brasileira até que chegasse a falar da assombração a pairar sobre ela. Lá pelos idos de 1992, Bolsonaro começava a demonstrar bastante impaciência com o novo regime<sup>189</sup>. Para o capitão reformado, ele simplesmente não se mostrava capaz de entregar o que ele e sua base eleitoral esperavam. Em 1993, isso deságua em fortíssimos ataques ao regime<sup>190</sup>.



Com a presidência de Fernando Henrique Cardoso, permaneceu a tônica da impaciência a respeito das mudanças que efetivamente se poderia levar a cabo sob o manto daquelas instituições. Mas agora ela estava acrescida da ideia de que o Executivo havia se imposto de tal modo ao Legislativo, abusando de medidas provisórias e aprovando leis com base no método da barganha, que, ao fim, viveríamos “uma grande farsa no País”, uma “pseudodemocracia”<sup>191</sup>. Segundo o parlamentar fluminense bradava naqueles anos, “tudo que vem é aprovado. Existe Congresso para dizer que existe democracia”<sup>192</sup>.

Bolsonaro fazia uma forte crítica às instituições democráticas tal qual operavam. Não via ali uma democracia verdadeira e deixava escapar o desejo por uma democracia pura e de resultados<sup>193</sup>, seja lá o que isso significasse. Contudo, até aquele ponto suas falas dão conta de uma frustração com um regime aquém das promessas, distante de sua forma modelar — de novo, seja lá o que isso significasse em sua mente. O que lastimava, no entanto, parecia ser mais a condição presente do regime. Com efeito, quando o petismo sobe a rampa do Planalto, isso muda de figura.

Bolsonaro viveu algum entusiasmo com a chegada dos “companheiros” ao poder<sup>194</sup>. Ele durou pouco. E logo deu lugar a uma crítica mais profunda do que aquela que fazia quando Fernando Henrique Cardoso ocupava o Planalto. Não era que o governo petista tinha alcançado uma base parlamentar de tal modo robusta que, mediante alguns acordos, fazia da aprovação de leis quase uma formalidade, como sugeria que se passava com os tucanos. É que com os petistas, na sua perspectiva, a própria essência do sistema poderia se transformar profundamente. E seria para muito pior.

Quando a discussão do Estatuto do Desarmamento esquentava na Câmara, em 2003, Bolsonaro já havia passado à oposição

ao petismo. Ali já falava no MST como um exército do PT pronto para impor, a um país desarmado e indefeso, a “ditadura do proletariado”<sup>195</sup>. Em 2005, no pós “mensalão” e nas discussões sobre o Referendo das Armas, voltaria à carga. MST e “MSTeto” – nome pelo qual ele designava o MTST – estariam interessados no desarmamento como oportunidade de subverter a ordem<sup>196</sup>. Naquele ano começava a falar em um “projeto de poder” (absoluto) do PT<sup>197</sup>. Essa noção, mais ampla, podia contemplar a via armada, mas também falava na imposição de uma “ditadura pelo voto”<sup>198</sup> – em uma dualidade a respeito dos desígnios petistas que persistiria organizando o discurso do capitão ao longo dos anos.

Durante a administração anterior, a cargo do PSDB, mesmo que criticasse a ampla base aliada do governo Fernando Henrique Cardoso como um esvaziamento democrático, o capitão não chegava a aventar um risco real de fechamento do regime por parte dos governistas. Reconhecia uma diferença. Olhando tucanos graúdos, como FHC, Sérgio Motta e José Gregori, lembrava-se dos que estavam do lado de lá da trincheira no regime militar. Contudo, quando olhava para o PT, mesmo nos anos 1990, a forma como identificava a agremiação com os que faziam a resistência ao militarismo era totalmente distinta.

Em seus primeiros mandatos na Câmara, poderia elogiar a atuação do partido em “questões morais” – em um sentido de ética, honestidade –, afirmar que os acompanhava em votos, para depois ressaltar, de modo importante e pontual: “Não sou do PT por questões ideológicas”<sup>199</sup>. Com isso, falava de comunismo mesmo. No seu dizer, os tucanos até tinham um apoio no Legislativo que acabava conferindo a eles um poder demasiado grande na condução dos destinos do país. Mas isso não o sobressaltava da mesma maneira. Ao Partido

dos Trabalhadores atribuía mais decididamente a aspiração de “tomada do poder pela via do voto por parte daqueles que não o conseguiram pelo uso da guerrilha, no passado”<sup>200</sup>. É como se aí morasse o real perigo (nesse discurso, aliás, de 1996, Bolsonaro também cita os sem-terra como parte do esquema de tomada do poder).

Quero dizer, mesmo que falasse em uma “pseudodemocracia” com FHC, o deputado-capitão identificava o fantasma da “ditadura do proletariado” muito mais no petismo do que com os tucanos de velha guarda. Aos membros do PSDB que tiveram passagem pela luta armada o militar reformado parecia dispensar mais ataques individuais<sup>201</sup>. Reservava o seu pé atrás com o “projeto de poder” aos vermelhos.

Voltando aos mandatos de Lula, é fato que, naquele tempo, sobretudo de 2005 em diante, Bolsonaro usava um tom mais grave em seus alertas do que na administração FHC. Discursando aos colegas na Câmara, falava aos que se aliavam ao governo barganhando apoio por cargos: teriam ganhos imediatos, algumas migalhas, mas seriam alijados na próxima rodada<sup>202</sup>. Sob a ideia da “ditadura pelo voto”, insistia em alertar os congressistas que integravam a base aliada, incluindo colegas de partido, de que o apoio era uma arapuca. Trazia números. Tanto no primeiro quanto no segundo mandato de Lula, deu o mesmo aviso delirante aos colegas: na eleição seguinte o PT alcançaria até 300 dos 513 deputados<sup>203</sup>. Como se sabe, isso não se concretizou. Nem em 2006, nem em 2010, nem nunca (o último partido a obter a maioria dos assentos na Câmara, veja você, foi a ARENA, o partido instituído pela ditadura militar para lhe dar sustentação<sup>204</sup>).

Bolsonaro falava de um dos dois braços de sua paranoia sem nunca esquecer completamente do outro. Além de promover essa imagem de um Legislativo dominado por

vermelhos, não esquecia da vertente armada pela qual o totalitarismo de esquerda se imporia: “O exército do PT não é nosso Exército verde-oliva, mas o MST”<sup>205</sup>. Até se lembrava do “MSTeto” (MTST) — “facilitará a invasão da área urbana em nosso País”<sup>206</sup> —, mas, em sua descrição dos planos tirânicos do governo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra parecia mais central. Chegaria mesmo a lançar a seguinte lenda insensata: “O Chávez acabou de incorporar 35 mil milicianos ao seu exército. O sonho dos que defendem o MST é que o movimento se incorpore, quem sabe, à Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo PT”<sup>207</sup>.

Não tinha dúvidas: “O MST, ou melhor, o PT, prepara, no meu entender, a ditadura do proletariado!”<sup>208</sup>. Para que a história não se repetisse, era preciso agir contra o “MST, precursores do que ocorreu em 1964 em nosso País”<sup>209</sup>. Na Era Lula estaríamos assistindo a um “quadro semelhante” a 1964 e um eixo importante disso seria “o MST provocando desordem social”<sup>210</sup>.

Seu diagnóstico, implicitamente, parecia querer chamar a ação dos que poderiam conter os avanços do petismo. Uma alegada sanha incurável da parte dos derrotados nos anos 1960 e 1970 deveria ser contida — era esse, no fundo, seu alerta. Talvez o cálculo compreendesse termos como hegemonia (“ditadura pelo voto”), revolução (com o “exército do PT”), e, *voilà*, “necessidade” de uma “contrarrevolução”. Talvez.

Nas últimas páginas venho me mantendo fiel aos seus termos de antes de 2010. Na década seguinte, seu anticomunismo, vitaminado por temas morais e pelos entreveros em torno da Comissão Nacional da Verdade, ganharia mais elementos.

## UM PEQUENO RESUMO

ANTES DE TOMARMOS ESSA CURVA e chegarmos à década de 2010, tratando do que pode haver de ficcional nos discursos e narrativas de nosso personagem posteriores à sua “grande virada”, vamos recapitular um pouco do que vimos neste volume até aqui. O objetivo é olhar a carreira de Jair Bolsonaro do ponto de vista das possíveis falsidades que, ao longo de décadas, emitiu ou pode ter emitido. Recuperei alguns aspectos sobre o papel da verdade antes que ele entrasse para a política, em sua formação militar e nos retratos básicos que, ao longo dos anos, o público foi formando a seu respeito (o Bolsonaro-gogó e o Bolsonaro-sem-papas-na-língua). E dali em diante abri a passarela para inverdades flagrantes, afirmações duvidosas e diversas outras modalidades da relação de Bolsonaro com a verdade.

Passamos por sua esgrima fiscalizadora com órgãos do Estado, desafiando asserções e as contraditando. Percorremos sua defesa aparentemente incondicional de seus eleitores em maus lençóis, assim como das instituições que busca representar. Salientei como, em casos envolvendo suas corporações, não parecia muito preocupado em apurar quando o angu tinha caroço ou não. Observamos também o contrário: suas muitas acusações a inimigos imemoriais ou conjunturais, sem necessariamente se obrigar a comprovar. Observei seu hábito de se defender atacando e neutralizando o avanço alheio sobre o seu quadrado. Numa faixa próxima, notei como, baseando-se em arquivos próprios ou emprestados, sacava cartas da manga para usar contra adversários em momentos de enfrentamento.

Além desses estratégias, passamos por macetes diversos de Bolsonaro: suas devolutivas com metáforas descabidas e de gosto duvidoso (o Congresso que já estaria fechado, a tortura

que vai operar ao dizer umas “verdades”, etc.); colocar palavras na boca de adversários; talvez ter colocado as suas próprias palavras na boca alheia, de modo a disfarçar a autoria e/ou transparecer que suas ideias tinham eco; formular hipóteses claramente forçadas sobre os males ou risco de determinadas medidas; entre outros.

Não paramos por aí. Sobre si próprio, foi possível notar algumas possíveis inverdades a respeito de sua biografia, alguns desencontros de versões de casos vividos por ele mesmo, narrativas que “levantavam sua bola”, mas podem ter sacrificado a fidedignidade. Passando por suas formas de contar sua própria trajetória, há, sobretudo, os pontos relacionados ao conteúdo dos debates em que se engaja. Tratei de argumentos pontuais aparentemente sem base ou um tanto frouxos (ex: a “explosão demográfica”) e também de como se engaja em debates que, de um modo mais amplo, subsistem se apoiando em falácias basilares, ainda que grandes contingentes creiam nelas (ex: o armamentismo como promotor de segurança).

Pensando em fatos e mistificações, prognósticos e prestidigitações, salientei como Bolsonaro colore um passado sombrio e carrega de tintas cinzas o futuro que não segue os trilhos de seus ditames. Me voltei especificamente ao seu 1964 glorioso, democrático e sem violações em termos de direitos humanos, em que a cidadania estaria em sua plenitude.

Já no que toca o amanhã, trouxe, principalmente, quimeras amazônicas. Para o capitão, como vimos, esse papo de floresta, se não fosse sob domínio dos seus, se incluísse povos originários respeitando seus modos de vida, não seria. Mas também aludi à sua inquietação demográfica, repleta de explosões e colapsos que, embora talvez tenham feito sentido um dia, ele não soube abandonar quando os fatos já desautorizavam. Nesse aspecto podem ser contabilizadas suas ameaças de

que a Nova República poderia vir a ser engolida por uma crise militar caso os soldos da classe não fossem majorados. Ou, alternativamente, o papo que, em sua boca, já tem quase 20 anos, de que o PT e seus asseclas poderiam tomar o Estado para si, impondo sua “ditadura do proletariado” ou, então, sua “ditadura pelo voto”.

Via de regra, me centrei em histórias e argumentos anteriores a novembro de 2010, quando, segundo defendo aqui, a atuação de Jair Bolsonaro passa a obedecer a uma nova carta de navegação. Entre tantas referências, incluí excepcionalmente um ou outro fato posterior ao marco de novembro de 2010 — o fiz quando julguei que compunham o quadro de maneira elucidativa.

A mais importante e substancial exceção nas páginas acima são suas falas sobre um suposto caráter democrático do regime militar. Esse ponto parece ter sido mais referido pelo deputado-capitão em um contexto pós-2010, em que 1964 voltava aos debates em função dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. De resto, nas páginas anteriores temos um painel dos exageros, trucagens, dubiedades, mistificações e histórias da carochinha contadas por Bolsonaro quando seu alcance ainda era outro, bem menor. Coisas de tempos em que ainda era mais “sindicalista da caserna” na Câmara do que o “polêmico deputado” dos programas de auditório.

## **UM POUCO DE BOLSONARO E MÍDIA**

NESSE PAINEL QUE VENHO DESENVOLVENDO até aqui, levantei diferentes matizes na relação de Bolsonaro com as coisas do mundo. O que encontrei e registrei costuma ficar localizado em algum ponto entre as verdades incontestáveis e a mais postiça das

invenções. Concretamente se vê: nesse intervalo, há muitíssimas possibilidades. Por outro lado, todas essas formas que tracei a partir dos dados a respeito de Bolsonaro, parecem apontar para três regiões básicas: os argumentos e o conteúdo dos debates; os modos de debater; e o que diz sobre si, sobre os seus (o “nós”) e sobre os outros. O que está completamente ausente até agora é o meio. Uma discussão sobre o *fake*, hoje, não se faz sem referência à tal da “plataforma”.

A imensa parte do que trouxe nesta obra consta em discursos de Jair Bolsonaro. São palavras escolhidas por ele para serem levadas ao público por meio de uma tribuna. Há, também, um bom quinhão de materiais que recolhi em jornais e registros de programas de televisão. Tivemos, ainda, o que foi reconstruído por outrem, em livros e podcasts, com base em documentos e testemunhos. Pensando a questão dos meios, me ocorre fazer uma referência pontual ao curioso caso do boato que circulava em e-mails, chega a ele num fax e ele leva à tribuna, mais ou menos como se o parlamentar desse um *forward* à nação.

Uma diferença em relação ao que virá é que não tivemos nada de rede social nesse nosso mergulho nos materiais pré-2010. Elas até já existiam e tinham penetração na sociedade. Mas o que quer que os Bolsonaro tenham aprontado nos Orkut's da vida — encontrei registros de uma comunidade que, em abril de 2011, chegou a ter 4 mil pessoas<sup>211</sup> –, ficou inacessível.

Apesar disso, é preciso dizer que, muito antes de se tornar um fenômeno no Facebook e no WhatsApp (hoje, quando escrevo, se agiganta no Telegram<sup>212</sup>), o mandato de Jair Bolsonaro produziu sua própria comunicação. De aporte físico e eletrônico, esses meios podem ter sido palco para muitas ligeiras distorções e/ou colossais tresvarios. Vai saber. Aqui, fiquei com o que é público.



Em algum lugar desta série voltarei ao tema que desenvolvo a seguir. Mas, de imediato, precisamos entender um pouco como Bolsonaro construiu e lidou com seus canais de comunicação com eleitores. Lá na frente nos reencontraremos com o fio dos conteúdos que fez circular por eles, mas avancemos, aqui, sobre a questão dos seus meios.

Começemos pelo mais arcaico: o papel. Nos primórdios de seus mandatos, muitas notícias davam conta de Bolsonaro panfletando em eventos militares<sup>213</sup>. Em março de 1991, findado seu primeiro mês de mandato na Câmara, o deputado-capitão lançou seu boletim número 1, com a notável tiragem de 30 mil exemplares<sup>214</sup>. Eles seguiriam sendo publicados, numerados (ex: Boletim Informativo n. 2/97<sup>215</sup>), e distribuídos em caixas de correio de áreas residenciais militares (no Rio<sup>216</sup> e em Brasília<sup>217</sup>, ao menos) e na saída de edificações militares<sup>218</sup> (por vezes, até entre os que não eram de carreira mas prestavam serviço militar obrigatório<sup>219</sup>).

Não tive acesso a seu conteúdo e, por isso, não os analisei. No entanto, pelas falas do parlamentar fluminense, percebe-se que os informativos tratavam de questões de interesse da classe, especialmente as de salário e ganhos materiais<sup>220</sup>. Por vezes, poderiam trazer ataques a autoridades, como os ministros militares<sup>221</sup>, e indicações de como os militares deveriam fazer para recorrer às instâncias que lhe assegurariam seus direitos<sup>222</sup>.

No ano de 2000, em um discurso na Câmara, o militar reformado fez referência a ter uma página na internet<sup>223</sup>. Seu pronunciamento chamou minha atenção. Quis logo fazer um levantamento na base de discursos da Câmara para verificar o quão inovador aquilo poderia ser. Pois bem, esse é um dado notável: pelo que pude recuperar através daquele banco de dados, Bolsonaro pode perfeitamente ter sido o primeiro

deputado federal brasileiro a ter um site próprio. Pelo menos foi o primeiro a mencionar um.

De acordo com as informações que consegui levantar, Paulo Paim (PT-RS)<sup>224</sup> e outros petistas<sup>225</sup> faziam referência a terem colocado um pé na web logo depois do militar reformado. Mais adiante, o expediente se espalharia um pouco. Quando escrevo “um pouco” é um pouco mesmo. Até novembro de 2010, com duas renovações de legislaturas no meio, localizei menos de 50 deputados que aludiam a páginas e blogs próprios em seus pronunciamentos. Naturalmente, há enorme probabilidade de que muitos mais tivessem sites, sobretudo com o avanço do tempo e a digitalização crescente da vida. Mas não o mencionarem de quando em quando era sinal de que seus endereços na www ocupavam menor espaço em sua estratégia se comparado ao que o deputado-capitão vinha fazendo.

Não saberia dizer se o que trago a seguir foi só uma auto-levantada de bola e uma tirada de onda ou, alternativamente, um dado real. Mas fato é que, em 2008, o próprio Bolsonaro falava como se o uso da ferramenta como um canal com o eleitor não fosse um fato comum na Câmara: “Não sei se sou o único aqui – e espero servir de exemplo aos companheiros em alguma coisa, modestamente falando – que tem uma página na Internet, [www.bolsonaro.com.br](http://www.bolsonaro.com.br), em que disponibilizamos todos os nossos pronunciamentos. Já houve dias com 17 mil consultas. Talvez outros Parlamentares tenham página na Internet, mas desconheço-as. Trabalhando dessa maneira, talvez consigamos não só cativar o eleitor, mas dar uma satisfação sobre o nosso trabalho nesta Casa, que é profícuo”<sup>226</sup>.

O capitão, cuja carreira começa colocando a boca no mundo através das páginas da Veja, que havia emitido e distribuído boletins periódicos aos seus, e que muito reclamou ao longo dos anos do pouco espaço que obtinha na mídia<sup>227</sup>, parecia ter

esboçado alguma estratégia digital. Não poderia dizer se era uma ação sua, ou com participação decisiva de outros atores (em um capítulo vindouro anoto que, muitos anos depois, em 2015, ele chegaria a dizer: “Eu mal mexo na Internet aqui. Está o.k.?”<sup>228</sup>). Contudo, o importante é registrar os caminhos de seu mandato. E há algumas razões para acreditar que o pessoal do gabinete 482 na Câmara investisse mais fortemente no meio eletrônico que os demais.

Oportunamente, trago mais um ponto a respeito da atuação virtual de Bolsonaro: sua comunicação não era uma via de mão única, com uma página para que sua base de eleitores acessasse. Não. Em uma história a qual voltarei no quinto volume da série, o parlamentar fluminense, a partir de 2001, falava de uma base de mais de 10 mil e-mails sob seu poder<sup>229</sup>. Ela o permitia manter uma “linha direta” com militares, como gostava de ressaltar<sup>230</sup>.

Ao que tudo indica, essa base se expandia. Em 2002, já falava em 20 mil endereços eletrônicos<sup>231</sup>. Em 2006, uma rodada eleitoral depois, a base já teria quase dobrado. Naquele ano, quando percebeu que o orçamento não estaria contemplando reajuste para os militares, avisou: “Hoje, estou oficiando o fato ao Ministro, assim como aos comandantes militares, que, tenho certeza, já o sabem, e vou dar publicidade do documento junto à tropa, em especial na Internet, onde tenho uma mala direta com 38 mil militares, cujo custo é zero, comunicação que chega a todos os quartéis do Brasil”<sup>232</sup>.

O deputado, cujos gastos postais seriam posteriormente revelados como excepcionalmente altos<sup>233</sup>, tinha uma malha comunicacional bem definida para fazer chegar aos seus a sua versão dos fatos. É possível que seus boletins informativos tivessem migrado para o digital (se alguém tiver comunicados pretéritos em seu acervo, os de papel e, mais

provavelmente, os eletrônicos, saiba que é material de interesse para esse escriba e uma infinidade de estudiosos). Essa é uma informação que não tenho.

Espera-se que a digitalização da comunicação ofereça, além de ganhos de eficiência e custo, um vigoroso acréscimo em termos de interatividade — ele dizia receber muitas cartas de eleitores<sup>234</sup>, mas a troca de conteúdo e informação é imensamente facilitada pelo meio eletrônico. Bolsonaro mostrava grande interesse em estreitar laços com seus eleitores. Historicamente, atendia eleitores em seu gabinete em Brasília ou nos gabinetes do clã no Rio<sup>235</sup>. Mas parecia querer lançar mão de todos os canais possíveis. Nos idos de 1998, em público, insistia que a TV Câmara, no momento dos pronunciamentos na tribuna, inserisse arte com o telefone do gabinete do deputado. É “para que exista um contato mais pessoal”, fundamentava<sup>236</sup>. E enquanto isso não era feito, podia dar seu número em meio a um discurso. Deixava evidente que estava em busca de se comunicar com suas bases.

Quando o digital surgiu parecia querer dar mais passos na direção que já de muito seguia, qual seja, a da interação mais próxima com eleitores. Esse espírito provavelmente estava presente quando, logo mais, veio a desbravar o mundo da comunicação eletrônica. Estamos falando daquele que, possivelmente, foi o precursor na Câmara em criar um site para o seu mandato, daquele que tinha um *mailing* eletrônico que provavelmente era um ponto fora da curva (não pesquisei profundamente por *mailings* de deputados, mas como os seus colegas nem site pareciam ter, após breves buscas sem resultados, estou me permitindo assumir). De modo que, quando chegarmos a 2010 e notarmos que seu filho Carlos criou um perfil no Twitter para seu pai<sup>237</sup>, que havia um blog aqui e um canal de YouTube acolá, não pensemos que se tratasse de um neófito digital colocando o pé na web. Longe disso.

A seguir, veremos a convergência desse tópico com o assunto mais geral deste livro, chegaremos ao ponto em que começam a se entrecruzar plataformas e possíveis falsidades. Antes delas, uma anotação: Bolsonaro, na década de 2000, se considerava vítima de “campanha difamatória na Internet e nas ruas”<sup>238</sup>. Conto essa história no volume I. Resumidamente, atribuía à CUT e ao PT a votação mais baixa obtida no pleito de 2002 – 88 mil votos, ao invés dos habituais 100 mil<sup>239</sup>. Ele fora incluído em materiais que listavam parlamentares que tinham votado pela flexibilização da CLT proposta por FHC e se dizia vítima de cartazes mentirosos e difamação online.

Não esqueceria aquele episódio. Alguns anos adiante, o capitão o rememoraria como parte da narrativa de que o PT era mais esperto que todos ali, que estava fazendo tudo por seu objetivo de eleger centenas de deputados e impor uma “ditadura pelo voto”. Em 2005, candidato à presidência da Câmara (naquele pleito em que obteve um total de zero votos), separou um trecho dos discursos para recordar e alertar: “Meus companheiros, não esqueçam os mortos de 2002, naquela campanha insidiosa da CUT, braço direito do PT, em que estampavam cartazes nas ruas e divulgavam matérias na Internet, acusando-nos de que teríamos votado para acabar com o décimo terceiro, férias, licença-maternidade”<sup>240</sup>.

Pode-se perceber como, de alguma forma, reconhecia o papel da web como propagadora eficiente de difamação, com consequências para eleições. Em 2006, o nome dele e de outros parlamentares circularam na Lista de Furnas<sup>241</sup>. Na ocasião, Bolsonaro comunicou que acionou as autoridades para que apurassem. Em seguida, lembrou a campanha de 2002, da qual se considerava vítima, e afirmou: “Não dá para ficar só na defensiva. Não estou recomendando, nem dizendo que vou fazer isso, mas, com toda a certeza, vão aparecer novas

listas com nomes de petistas envolvidos no mesmo crime”<sup>242</sup>. As frases mostram uma abertura para a ideia de caluniar adversários. Não que fosse fazer nada, mas ali ele já tinha 38 mil e-mails e um site estabelecido.

Em sua “Grande Virada”, um quadriênio depois, começaria a bombar como nunca na mídia tradicional e mergulharia de cabeça na web 2.0. A pauta não seria Lista de Furnas, soldos de militares, Amazônia ou qualquer coisa que o marcava até então. Assistiríamos a uma verdadeira transformação.

PARTE II

# A PATRANHADA DE UM NOVO TEMPO

## O “KIT” ORIGINAL, SEUS FILHOTES E CONSEGUINTES

O ÚLTIMO BIMESTRE de 2010 é um marco fundamental para a compreensão da trajetória de Bolsonaro. Em sua linha do tempo, aquele momento tem inúmeras implicações.

De pronto, quando o então deputado Jair Bolsonaro, ao fim de seu quinto mandato na Câmara, deu seu cavalo de pau propondo-se a mergulhar em temas de sexualidade e identidade de gênero, não parecia haver qualquer sinal de que falsidades poderiam estar na base do novo modo de atuar.

Ao contrário, naqueles primeiríssimos movimentos de novembro de 2010, tudo parecia querer passar como ponto de vista alicerçado em valores conservadores. Algo como “homossexuais? Não acho legal e não quero que venham a existir mais. Vamos tomar providências, tá ok?”. Lógico, ainda que pretenda passar por mera opinião, o conceito faz jus à contestação de que se trataria de uma “mera opinião” bastante homofóbica. Ainda assim, não se percebia o investimento em alardear inverdades em seus primeiros movimentos. Antes de esbarrar com o seminário “Escola Sem Homofobia”, naqueles primeiros dias de sua nova fase, o que o parlamentar fluminense parecia querer fazer era convocar as tensões públicas



a respeito dos direitos e proteção da comunidade LGBTQIA+ em meio à discussão todo e qualquer assunto, aproveitando o espaço que ele mesmo criava para afirmar uma visão de mundo conservadora. Nada muito além.

Quando falo de seus primeiros movimentos, estou me referindo a dois eventos concretos. O primeiro é “Veados & Guepardos”, seu discurso proferido na Câmara em 11 de novembro de 2010 (de tão importante, nesta série ele ganha nome). Naquela ocasião, Bolsonaro fez um pronunciamento, presumivelmente, falando sobre segurança pública e argumentando por medidas mais duras no enfrentamento de criminosos. Usava as metáforas do mundo animal: os bandidos eram como guepardos vorazes que, em bando, atacavam os brasileiros que tinham “comportamento de veado”<sup>243</sup>. Em tese, falava de cidadãos que eram alvos fáceis para “marginais”.

Obviamente, não era só isso. Seu “enquanto houver no Brasil pessoas com comportamento de veado, continuaremos a ser abatidos e a chorar os inocentes mortos” não deixava dúvida que havia mais. Propositadamente, em algum lugar entre o precário e o astucioso, estava fazendo com que uma questão pública totalmente distinta do campo sexual fosse atravessada pelo conjunto de valores da masculinidade. Era como se dissesse “nada de viadagem no Brasil, vamos encarar os bandidos como homens”.

Trata-se de algo bastante problemático, para dizer o mínimo. Contudo, perceba, esse não é um postulado que se baseia em distorção de fatos. Afirma uma homofóbica visão de mundo sem necessariamente falsear um dado objetivo da realidade. O ponto, que parece ser sutil diante da revolta que essas coisas ensejam, é um dado importante na discussão feita neste livro.

Algo similar pode ser dito a respeito daquilo que apontei como o segundo movimento do deputado-capitão depois

de sua “Grande Virada”. Ainda naquele novembro de 2010, Bolsonaro passou a dizer algo inteiramente novo para sustentar sua oposição ao projeto de lei (mal) apelidado de “Lei das Palmadas”. O capitão vinha marcando o passo do projeto na Câmara e fazendo resistência àquele texto há alguns anos. Em fins de 2010, contudo, passou a argumentar contra o PL de um modo diferente: as palmadas seriam um recurso educacional importante para dar um “corretivo” em filhos “delicados demais”<sup>244</sup>.

Em congruência com o novo momento que inaugurava, o capitão agora atrelava o projeto, originalmente voltado à questão da violência doméstica, ao campo da sexualidade. Como em seu discurso sobre segurança pública (“Veados & Guepardos”), a intrusão do tema parecia um tanto forçada. A LGBTQIA+fobia havia sido posta na mesa, mas no que diz respeito à relação com a verdade e o falseamento, não havíamos mergulhado em engambelações. O que Bolsonaro dizia é que, até para salvaguardarem a masculinidade dos infantes, para que fossem machos de verdade, ele era a favor do direito de os pais aplicarem palmadas em seus filhos. Simples assim. Ou melhor, “simples” assim.

A coisa muda totalmente de figura quando os dias de novembro avançam e Jair Bolsonaro trava contato com o que foi discutido no seminário “Escola Sem Homofobia”. Minha pesquisa indica que nunca mais sua relação com a verdade seria a mesma. Dada a importância que o então deputado alcançaria no cenário político nacional dali a alguns anos, dá para defender que estamos falando de um marco na história epistemológica do Brasil.

Com o seminário e o sensacionalismo que o “polêmico deputado” fez em torno dele, se vê um quadro novo. Ali, as fronteiras entre o que é fato, o que pode pretender passar

por “mera opinião” e o que é flagrante distorção ou inverdade são mais complexas.

Pode ser que o leitor deste livro não esteja familiarizado com o tal do “kit gay”. Permita-me recuperar esse caso, com muito mais consequências para a República do que se poderia imaginar à época<sup>245</sup>. Dias após topar com o seminário referido acima, o parlamentar fluminense passou a fazer do caso um grandessíssimo escândalo. Na versão de Bolsonaro acerca do projeto “Escola Sem Homofobia”, sem grande alarde e devida atenção pública, as escolas estariam recebendo materiais – livros, filmetes e cartazes – criados pelo governo federal (em conjunto com “grupos homossexuais radicais”) com o objetivo de transformar crianças, a partir dos 6 anos, em homossexuais.

Os recursos didáticos antiLGBTfobia do projeto, propalados como “pornográficos”, teriam o condão de atiçar a sexualidade dos jovens ao mesmo tempo em que os convenceria a seguir um padrão de comportamento gay. Além de aumentar o número de não-heterossexuais no país, haveria ainda um outro objetivo, esse mais oculto: com tantas crianças gays, “pedófilos” teriam mais vítimas para violentarem. Os predadores sexuais infantis fariam a festa, com a anuência de um governo imoral e canalha, enquanto as famílias sofreriam essa espécie de violenta ação anti-macheza por parte do Estado.

Como costuma contar, Bolsonaro teria trombado com sua “mina de ouro” ao acaso<sup>246</sup>. A história de que descobriu o seminário “Escola Sem Homofobia” passando em um corredor e estranhando vestimentas das pessoas presentes pode ser verdadeira. Nada nos autoriza a dizer que não foi o que se passou. Ainda assim, é razoável que se desconfie que um evento tão anunciado, realizado em formato semelhante ao de uma audiência pública<sup>247</sup>, alicerçado em tantas medidas e iniciativas públicas, voltado a um tema tão dentro do escopo

do que ele parecia querer priorizar naquelas semanas, tenha sido descoberto por coincidência.

Em todo caso, uma coisa é clara: ainda que não tivesse conhecimento, não dá para dizer que o “Escola Sem Homofobia”, anunciado antes e noticiado depois na mídia, foi gestado “na moita”, como o parlamentar fluminense gosta de sugerir<sup>248</sup>. Enquadrar o seminário assim só parecia servir à narrativa do militar reformado de que uma política insidiosa estava sendo colocada em curso. Vale um salutar ceticismo.

Apesar dessa desconfiança posta desde o início, é preciso dizer que, dentro daquilo que Bolsonaro enunciaria a respeito do evento, havia verdade também. Sobre o seminário “Escola Sem Homofobia”, é inescapável, por exemplo, que existia um material didático, além de uma pesquisa e um programa de treinamento de docentes, centrado em questões de gênero e sexualidade de menores de idade (note que eu não escrevi “crianças” ou “jovens”, pois aí já há querela).

Em relação a coisas sobre as quais Bolsonaro fez alarde, ele poderia, em alguns momentos, estar ao lado dos fatos. Era o caso de quando aludia a uma frase de André Lázaro, então secretário da Secad/MEC sobre os longos debates que os criadores dos vídeos tiveram para definir seu conteúdo. O trecho usado pelo “polêmico deputado” do secretário dizendo que houve indefinição e discussão sobre até onde entraria a língua das personagens em uma cena de beijo entre duas jovens é absolutamente real. Digo, não há nenhum truque quando o capitão se refere à frase de Lázaro sobre como, em uma cena que mostraria esse beijo, “um dos filmes tinha um beijo lésbico na boca, e a gente ficou uns três meses discutindo até onde entrava a língua”. Essa citação pode ser vista em vídeo, sem que haja edição maliciosa, e aparece na transcrição do evento publicada no site da própria Câmara Federal<sup>249</sup>.

Talvez um debatedor excepcionalmente generoso pudesse até se preocupar em apontar que a fala de Lázaro demonstrava um cuidado na produção de imagens e uma atenção das instituições no tratamento de temas sabidamente sensíveis (depois de falar dos três meses de discussão sobre a volúpia do beijo, a apresentação de Lázaro seguiu com “quis contar esse detalhe menor para saberem da delicadeza com que tratamos o assunto”<sup>250</sup>). Similarmente, seria possível que alguém interessado em apresentar o quadro todo viesse a observar que, ao fim, não constava tal cena no material apresentado. No entanto, quando o “polêmico deputado” se referia à fala do secretário do MEC, tentando promover escândalo com a possibilidade de uma cena mais carnal entre homossexuais ser apresentada a crianças, o que estava dado e jogado na arena política era um fato.

Havia, ao mesmo tempo, pontos falsificados. Um deles — que, aliás, não vi apontado em qualquer tipo de checagem — se deu logo quando Bolsonaro começou a denunciar o caso. Já de início, deu amplo destaque a uma balela. Quando subiu à tribuna da Câmara pela primeira vez para “tratar de um assunto que, no meu entender, em 20 anos de Congresso Nacional, é o maior escândalo de que já tomei conhecimento”, começou a relatar os perigos do material: “Primeira história: um garoto de mais ou menos 14 anos, de nome Ricardo, vai ao banheiro fazer pipi, olha para o lado, vê um coleguinha dele fazendo pipi também e se apaixona por esse colega. Vocês da galeria estão ouvindo?”<sup>251</sup>.

O parlamentar fluminense falava de um dos vídeos do kit anti-homofobia do “Escola Sem Homofobia”, a peça “Encontrando Bianca”, sobre transfobia. Dito isso, alguém que conhecesse o material poderia objetar o discurso do capitão transcrito acima dizendo que a cena é protagonizada por Bianca, uma vez que

essa era a identidade da jovem trans (batizada e registrada na escola como Ricardo). Mas o caso não é nem esse. Não se trata de fazer um reparo. É que essa cena simplesmente não existe no material. Trata-se de pura invenção.

O deputado havia dito coisa similar na Rede TV dias antes<sup>252</sup>. Mas quando se assiste ao vídeo “Encontrando Bianca” — seja na versão que, naqueles dias, ele próprio publicou em sua página no YouTube<sup>253</sup>, ou mesmo na versão que levou para ser apresentada durante o “Programa do Ratinho”<sup>254</sup> — não há qualquer traço de cena como essa. No material, o dilema de Bianca no uso dos banheiros é representado, mas a cena é sutil e apropriada: ela aparece sozinha na frente das portas dos sanitários feminino e masculino, como que em dúvida. O que se vê de fato no vídeo são muitas representações do *bullying* escolar sofrido por adolescentes trans. Nenhum romance é exibido. Quanto mais um que comece com bisbilhotadas a pipis alheios em banheiros escolares. O primeiro destaque do capitão era um engodo puro e simples.

Do mesmo modo, não havia qualquer traço na trama de que, como disse Bolsonaro, a “lição de moral” do vídeo é que “esse comportamento do Ricardo ou da Bianca passa a ser um comportamento exemplar para os demais alunos”<sup>255</sup>. Inclusive, no material, o que se vê é Bianca falando sobre as diferenças: “Todo mundo é diferente de todo mundo, (...) cada um tem uma maneira diferente de viver a vida”. E, para não deixar dúvidas de qual era a questão ali, depois de falar sobre o *bullying* que sofre e o apoio que tem, ela encerra com algumas palavras sobre como pretende viver sua vida: “Respeitando e lutando para ser respeitada por quem eu sou... Bianca!”<sup>256</sup>. Fim.

Quando chamo atenção para esses pontos específicos, quero salientar três coisas. A primeira é que, desde o início, a narrativa

do “kit gay” se vale de alguns fatos reais. A segunda é que, apesar do que é dado da realidade, de partida ela se ampara em falsificações. É, portanto, um edifício de fatos, distorções e invenções. Seu desenho final será, inevitavelmente, uma tapeação, uma vez que, por princípio, a verdade não se apoia na mentira. A terceira coisa a pontuar é que há mais patranhas nessa história do que as já apontadas anteriormente.

Com o banheiro e Bianca, mencionei acima um caso que não foi notado por agências de checagem. Também, pudera. A maior parte das agências e iniciativas nesse ramo especializado tomariam forma depois de 2013<sup>297</sup>. E, ademais, mesmo que operassem a pleno vapor, seria compreensível que não se concentrassem no que dizia o deputado-capitão. Em novembro de 2010, Jair Bolsonaro era somente o deputado escolhido por cerca de 1% dos eleitores fluminenses para representá-los na Câmara. O militar reformado não tinha a importância que alcançaria em anos subsequentes.

Por força de circunstâncias como essas, a maior parte das agências de checagem veio a se ocupar de produzir materiais sobre o “kit gay” somente na eleição de 2018. Como Bolsonaro, em entrevistas e debates para o pleito daquele ano, ainda citava o caso que o catapultara, as agências se punham a trabalhar em cima dele. Mas analisavam especificamente as declarações dadas no contexto da pré-campanha e da campanha eleitoral à presidência. Em 2010-11, no auge do caso, eu, os checadores e o leitor estávamos nos ocupando de outras coisas. O jornalismo tradicional tentava separar o joio do trigo, mas em meio a tudo mais no país e no mundo, não dava conta de alcançar grande parte do que o eleito por 100 mil moradores do Rio estava a dizer por aí.

O que, *a posteriori*, as agências de checagem auferiram a respeito dessa história de “kit gay” é muita coisa. Há desde

apreciações mais gerais a detalhes citados pelo capitão reformado. Nos voltemos a esses materiais, buscando neles o apoio. Especificamente voltadas ao “kit gay”, encontrei checagens de Fato ou Fake (G1), Agência Pública, Aos Fatos, Agência Lupa, Estadão Verifica, E-Farsas e Boatos.org<sup>258</sup>, que trazem apontamentos de verdades, mentiras e as outras gradações de suas escalas. Há, ainda, reportagens de HuffPost, Nova Escola e Gazeta do Povo que caminham na linha da checagem e agregam ao que buscamos. Como se verá, a da Gazeta do Povo destoa, e, por isso mesmo, é de interesse.

A maior parte desse conteúdo é do ano de 2018, alguns mais marcados por aspectos próprios daquelas eleições. Podem, por exemplo, se voltar ao livro que o parlamentar fluminense exibiu na bancada do Jornal Nacional afirmando compor o tal “kit gay”, ou discutir sobre o tamanho da participação de Fernando Haddad no caso — o adversário de Bolsonaro no último pleito presidencial era o ministro encarregado do projeto “Escola Sem Homofobia” em 2010. Passaremos pelo que dizem esses materiais concentrando-nos menos nos elementos ligados à eleição daquele ano e mais naqueles relativos à narrativa em si.

De princípio, é bom observar que um bom número dessas checagens se refere ao “kit gay” como um termo pejorativo e logo indicam que o que está em questão é uma política cujo nome real é “Escola Sem Homofobia”. Via de regra, com a exceção da Gazeta do Povo, um caso do qual falaremos depois, os textos jornalísticos consideram que o projeto visava às intenções declaradas por seus criadores. Quero dizer, nesse conteúdo são listados como objetivos reais do “Escola Sem Homofobia” a promoção de debates sobre orientação sexual e identidade de gênero, o favorecimento da tolerância, a afirmação da diversidade, o respeito às diferenças, o incentivo



a atitudes de não discriminação, entre outros. É importante ressaltar que nenhum checador encontrou elementos de um plano oculto para, a partir das escolas, transformar as crianças em homossexuais e favorecer a ação de pedófilos.

Algumas dessas reportagens traçam a história do projeto em questão, explicando que o “Escola Sem Homofobia” perseguia medidas previstas no plano “Brasil Sem Homofobia”, de 2004. Dentre elas, há as que salientam que o seminário “Escola Sem Homofobia” ter sido realizado em 2010 era o sinal de que havia um considerável atraso na implementação do plano de 2004. Por sua vez, estudiosos costumam apontar que o desenvolvimento dos recursos pedagógicos que seriam usados nas escolas havia começado em 2008<sup>259</sup>. Apesar dessa longa história, o deputado-capitão se referia àquela política pública como algo desenvolvido “na moita”, em tempos em que ninguém estaria prestando atenção — a não ser ele, fazendo-se de defensor das criancinhas<sup>260</sup>. Difícil sustentar que era esse o caso.

É costumeiro também que os conteúdos de checagem apontem a multiplicidade de envolvidos para a consecução do projeto: a iniciativa do Legislativo para obtenção de verba através de emenda (de Fátima Bezerra, PT-RN); o convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia do Ministério da Educação; o trabalho de ONGs com apoio da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais); e, em um segundo momento, o apoio ao uso dos materiais por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da Unesco, em concordância com orientações técnicas estabelecidas sobre educação e sexualidade.

Bolsonaro tratava o projeto como responsabilidade do governo e de “grupos fundamentalistas homossexuais”<sup>261</sup>. A narrativa, em alguma medida, deturpava e simplificava um quadro institucional complexo, excluindo a chancela

de atores como a Unesco e o CFP. Fazia parecer que havia um conluio. Como também aludia a supostas más intenções dos envolvidos e a um desenvolvimento do projeto às escondidas, estavam postas as bases de autêntica conspirata. Nessa história de um complô de gente do mal agindo nas sombras não há muito que se sustente.

Posteriormente, o “kit gay” viraria uma espécie de entidade com muitas formas, capaz de se transmutar em novas versões de si mesmo<sup>262</sup>. No entanto, nas primeiras formulações do militar reformado, ele dizia que o “kit gay” era uma coisa concreta: um conjunto de materiais composto por filmetes, livros e cartazes. Essa alcunha de “kit” criada por Bolsonaro para aquela política pública poderia até parecer razoável. Porém, também esconde malícias. Como formulado pelo capitão, parece que se trata um conjunto de materiais didáticos entregues aos alunos como ferramentas que operariam sua “conversão”.

Uma coisa é fato: não havia um livro didático ensinando ou convidando a ser gay. Quando Bolsonaro o apresentasse, dali a alguns anos, estaria mentindo. Os checadores nos informam que o material mais complexo do kit, a cartilha, era destinada somente a educadores e gestores — havia, ainda, um cartaz, três vídeos e seis boletins para atividades em sala de aula — e ressaltam que nada ali era obrigatório. Nem para os professores. O material apresentava-se textualmente como “um convite a gestoras/es, professoras/es e demais profissionais da educação para um debate, oferecendo instrumentos pedagógicos para refletir, compreender, confrontar e abolir a homofobia no ambiente escolar”. As atividades que constavam na cartilha e nos boletins eram sugestões. E, em relação aos vídeos, era recomendado aos educadores “assistir/ouvir e verificar se o material é adequado à reflexão sobre o tema e a seu público”.

Em suma, ao invés de um kit entregue a cada criança pelo Estado para que, como em um *“Another Brick in The Wall”* gay, saísse ao fim da linha devidamente conformado aos (maus) exemplos pintados pelos “homossexuais fundamentalistas”, o que havia era outra coisa. O projeto trazia uma série de propostas e recursos a serem disponibilizados a educadores, e seria conferido a eles autonomia na decisão sobre o uso desse material. O intuito é que tivessem ferramentas para dirigirem um debate sobre diversidade e não discriminação que avaliassem como apropriado ao público.

Perceba quantas camadas de falsidade já temos. E ainda não chegamos a uma querela fundamental em tudo isso: o público-alvo do projeto serem crianças ou não. As agências de checagem pautavam-se em declarações de Bolsonaro dando conta de que o material se destinaria a crianças de seis anos de idade. Contudo, o capitão reformado chegou a falar em uma carga proposital do governo contra a (presumida) heterossexualidade de crianças de cinco, quatro e até três anos de idade<sup>263</sup>. À época, o ministro da Educação, Fernando Haddad, chegou a dizer que o material do “Escola Sem Homofobia” era para alunos do ensino médio, o que também não condiz.

Bolsonaro falava de um kit que seria usado com crianças ainda sequer alfabetizadas. Quando abordava esse assunto, de 2011 em diante, frequentemente deixava pouco claro se estava se referindo ao “kit gay” ou ao que viria chamar de “kit gay 2”, do qual já trataremos. A bem da verdade, a precisão parecia importar pouco. Certa feita, quando contestado ao vivo, na televisão, sobre a informação de que a idade indicativa era tão baixa assim, se apegou à expressão “infanto-juvenil”<sup>264</sup> e estabeleceu que “infanto é até 10 anos de idade”<sup>265</sup>. Ainda que se aceitasse sua tabela de classificação etária, a expressão “infanto-juvenil” não existia na cartilha (ao menos

na versão que seria divulgada em 2015), nem foi mencionada no seminário “Escola Sem Homofobia”. O dado era central para sua argumentação e não tinha amparo.

O material distribuído aos educadores, naturalmente, era para adultos. Já passamos pelo fato de que os profissionais de educação estavam habilitados a julgar a pertinência das atividades e dos materiais em relação ao público. Naquilo que era para ser usado com os educandos, as classificações indicativas não eram idênticas para todos os materiais. E, a rigor, veremos, não existia coisa de um kit voltado a uma idade tal.

A esse respeito notei, contudo, um detalhe intrigante: O Globo noticiou, em 2011, que teve acesso ao material e destacou que frase da cartilha apontaria para 11 anos como a faixa etária<sup>266</sup>. O texto reportado pelo jornal carioca dizia: “Essas dinâmicas podem ser aplicadas à comunidade escolar e, em especial, a alunas/os do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio”<sup>267</sup>. Onze anos, portanto (diferente de checagens que viriam anos depois, o jornal não salientou a autonomia dos educadores para avaliar a pertinência dos debates e atividades ao seu público). Todavia, em 2015, quando a revista Nova Escola trouxe ao público a íntegra do material<sup>268</sup>, havia uma frase praticamente idêntica a essa de O Globo, mas que não incluía o trecho “ensino fundamental”. Falava-se em “comunidade escolar e, em especial, a estudantes do ensino médio”<sup>269</sup>, sem referência ao ensino fundamental. Não encontrei em qualquer lugar a indicação de qual era, dentre as cartilhas a que a imprensa teve acesso, a versão “correta” do material.

Analisando o material didático, a maior parte das agências de *fact-checking* que mencionei se concentrou na classificação indicativa dos vídeos. Enquanto para os outros recursos pedagógicos era preciso observar os aspectos acima, os filmetes

eram destinados a faixas etárias precisas. Eram três vídeos que, ao contrário do que a versão de Bolsonaro fazia transparecer, eram recomendados para jovens de idades diferentes. “Boneca na mochila” tinha recomendação para maiores de 10 anos. “Medo de quê?” era indicado para jovens de 12 anos. Já o terceiro material audiovisual era uma coletânea. Em geral, é referida como “Torpedo”, mas reunia três histórias diferentes: a própria “Torpedo”, “Encontrando Bianca” e “Probabilidade”, todos com indicação livre.

O “polêmico deputado” já mencionou um tal de “Beijo Lésbico”<sup>270</sup>. Não havia cena de beijo entre meninas no material (no filme “Torpedo” discutiu-se a inclusão de uma cena de beijo entre meninas, mas houve veto da Secad/MEC<sup>271</sup>), quanto mais um filme com esse nome. Diante dessa lista de títulos, tendo lido e ouvido tantas e tantas falas de Bolsonaro, posso afirmar que, concretamente, ele se referia mais a dois dos recursos audiovisuais: “Probabilidade” e “Encontrando Bianca”. Este último abordava a transgeneridade, assunto que parecia mexer mais com Jair<sup>272</sup> (o que talvez tenha colaborado para que se detivesse em criticá-lo e, quem sabe, pode ainda ter dado combustível extra para que deturpasse seu conteúdo antitransfóbico).

O vídeo “Encontrando Bianca” era o que o “polêmico deputado” carregava debaixo do braço. É provável que a cópia do filme que, em dezembro de 2010, exibiu no “Programa do Ratinho” e logo subiu em seu canal no YouTube, fosse uma filmagem do telão do seminário “Escola Sem Homofobia”. O filme fora o único exibido durante o evento. Como todos os três incluídos na coletânea “Torpedo”, aquele se tratava de um conteúdo original. “Boneca na mochila” e “Medo de quê?” eram produções já em uso, datadas de 1995 e 2005, respectivamente<sup>273</sup>. Bolsonaro não se ocuparia delas.

Talvez o leitor já esteja um tanto confuso com tantos materiais. Não nos percamos. No projeto “Escola Sem Homofobia”, pejorativamente chamado de “kit gay”, não havia livro didático. Havia, sim, uma cartilha para educadores, com sugestões de ações e tarefas, e boletins para os alunos poderem desenvolver as atividades. Em relação à brochura, apontei a dúvida na faixa etária que seria o alvo das atividades — fica a questão se eram considerados somente adolescentes do ensino médio ou se jovens do 6º ao 9º ano do ensino fundamental também poderiam ser engajados nas dinâmicas. E, claro, além de cartilha e boletins, havia os vídeos. Os dois que já eram usados há anos em ações educacionais tinham indicações bem definidas: eram para estudantes maiores de 10 ou 12 anos. As novas produções, três novos vídeos reunidos numa coletânea, tinham classificação livre. Em todos os casos, era dada autonomia para os educadores decidirem pela utilização ou não dos materiais, além de conselho para verificarem adequação entre público e as atividades.

Ainda sobre o corte etário, como informa a checagem da agência Aos Fatos, “na época da apresentação do projeto Escola Sem Homofobia, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura) emitiu um parecer informando que os materiais apresentados estariam “adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam” e de acordo com a orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade, publicada pela própria organização em 2010. O Conselho Federal de Psicologia também emitiu um parecer técnico, também aprovando o projeto e dizendo que o mesmo estaria de acordo com as faixas etárias destinadas”<sup>274</sup>.

Acima, quando escrevo que era difícil saber a versão “correta” da cartilha, uso aspas porque o que foi apresentado

no seminário “Escola Sem Homofobia” nunca foi um kit fechado. Se tratava de uma política pública em desenvolvimento. Esse é um fato que me parece pouco explorado pelas agências de checagem. É algo que fica evidente mais pela leitura de trabalhos acadêmicos, em palavras de autores que acompanharam mais longamente o processo<sup>275</sup>.

Naturalmente, o que se apresentou em novembro de 2010 na Câmara Federal não era um rascunho ou uma primeira versão. Muito já se havia caminhado na elaboração do “Escola Sem Homofobia”. Entretanto, mesmo na leitura da transcrição daquele seminário, não é possível formar outra impressão senão a de que havia um debate aberto, poroso em relação à política concreta.

A fala de André Lázaro que Bolsonaro fez famosa, a tal sobre o “beijo lésbico”, chama atenção para que se tenha noção das tensões que o projeto encontraria ao desaguar no marzão da vida real. Depois de tempos circulando entre instituições e gabinetes envolvidos em sua construção, já atrasada em anos em sua execução, a iniciativa tinha um encontro marcado com as pessoas que detém poder em Brasília. Precisaria ser aprovada. É razoável pensar que, tal qual fazem políticos com seus projetos de lei, os materiais fossem apresentados na forma que seria mais próxima do ideal segundo seus proponentes, mas já esperando encontrar restrições e cortes antes de chegar a um formato final.

No seminário, o próprio André Lázaro, então secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, ao invés de parecer o ponta-de-lança de uma conspiração governamental, como sugeria Bolsonaro, soa como alguém que está fazendo uma mediação entre as demandas vindas de fora do governo e sua estrutura interna. Parecia ciente que, como secretário, teria de enfrentar setores do Executivo

e outras resistências que poderiam vir de todo lado. É o que fica evidente em trecho da fala de Lázaro: “Pode ter beijo num filme que vai ser passado para o ensino fundamental? (...) Há um grau de tensão entre nós pelo lugar que ocupamos que é fundamentalmente necessário. Nós não vamos avançar sem tensão. Seria ilusório eu chegar aqui e dizer que o MEC vai acolher tudo. Seria mentira, e ninguém merece mentira. Há um grau de tensão. Qual é esse grau? Qual é o ideal desse grau de tensão? Acho que vamos aprofundar o assunto no diálogo e no respeito”<sup>276</sup>. O material, fica claro, nascia destinado às nem sempre amistosas mesas de negociações da capital federal.

O antropólogo João Gabriel Maracci cita, em sua dissertação de mestrado, outros estudiosos e reforça que todo o caminho fora acidentado: “De acordo com Nardi, Rios e Machado (2012), as polêmicas sobre o projeto iniciaram-se ainda na fase de construção, à medida que se carecia de dados públicos sobre suas formas de subsídio e elaboração. Segundo os autores, o Governo Federal nunca explicitou publicamente ‘o modelo de seleção para a produção do kit (se foi um edital ou outra forma de seleção pública), nem das formas de financiamento e do montante, nem tampouco quais os responsáveis pelo acompanhamento do projeto no MEC’ (Nardi; Rios e Machado, 2012, p. 257). Nesse sentido, a ausência de informações explícitas sobre o programa já o anunciam como objeto de tensões entre estado e sociedade civil, servindo de base para muitas críticas que viria a receber nos anos seguintes, quando foi associado à má administração pública dos governos petistas”<sup>277</sup>.

Quando esse processo, nada retilíneo, vem desaguar no seminário “Escola Sem Homofobia”, de novembro de 2010, o kit não era, de forma alguma, o destaque absoluto do evento. Na exposição dos que compunham a mesa do seminário, uma



grande parte da atenção seria dedicada à apresentação de resultado de pesquisa sobre homofobia nas escolas. Naquela data, Toni Reis, presidente da ABGLT, assim referiu-se ao que fariam ali: “Nós vamos apresentar os resultados da pesquisa, os materiais que nós temos – nós temos os guias, nós temos os manuais –, e isto para nós é uma grande honra”<sup>278</sup>. Note-se que os vídeos sequer são mencionados. Só apareceriam na fala da representante da ONG ECOS, responsável por coordenar a criação do material educativo que compunha o projeto. Assim disse Lena Franco, da ECOS: “Ele [o material] é composto por um caderno - Escola sem Homofobia; um conjunto de seis boletins; cinco audiovisuais, que estão nessa caixinha provisória com *versões demo*; uma versão em cartaz para a escola, que eu não tenho aqui agora” (grifo meu)<sup>279</sup>.

As “versões demo” depositadas em uma “caixinha provisória” dão a dimensão de que não estava tudo resolvido. Isaias Batista de Oliveira Junior e Eliane Rose Maio, autores de trabalhos que são referência sobre a história do projeto, relatam que ali eram apresentados os “*protótipos* dos materiais didáticos que comporiam o ‘Kit de Combate à Homofobia’” (grifo meu)<sup>280</sup>. Seriam aceitos? No seminário propriamente dito correu a notícia de que, sim, tudo estava aprovado<sup>281</sup>. A certo ponto, fala Carlos Laudari: “Eu gostaria de saber, depois, como poderemos fazer com que não somente as políticas, mas o material que foi criado e que – acabei de saber – foi totalmente aprovado vai poder ser implementado”<sup>282</sup>. Nos meses subsequentes, se diria algo diferente: que nunca chegaram a ser validados<sup>283</sup>. Difícil dirimir se o que sucedeu foi um curto-circuito na informação ali no seminário, não restando nada homologado de fato, ou se foi a repercussão, em muito liderada por Jair Bolsonaro, que impeliu o governo a recuar de uma decisão sacramentada no evento.

Embora os envolvidos parecessem cientes de que a aprovação não era algo tomado como certo e simples, ainda que expressamente preocupados com tensões sociais que tornavam delicado o equilíbrio entre enfrentamentos, contornos e concessões, ninguém no seminário parecia poder imaginar o furacão que viria. Jair Bolsonaro solicitou as fitas<sup>284</sup> e, em meio a uma mudança na sua linha de atuação, aproveitou-se do que se passava ali e elevou as polêmicas que poderiam existir a um nível inimaginável. Compondo uma narrativa a partir de fatos e engodos, alcançou projeção midiática e apoio de colegas, num alarde que, persistentemente, manteria aceso por anos dali em diante.

Durante o seminário havia a expectativa de que, assim que aprovados os materiais, se partisse logo para a ação: “Num segundo momento, o MEC precisa colocar essas 6 mil cópias, que a princípio vão ser impressas, à disposição das escolas”, disse Lena Franco, da ONG ECOS<sup>285</sup>. Diversas notícias e estudos posteriores falariam em planos com termos próximos, a ideia seria distribuir o material a seis mil escolas públicas de ensino médio<sup>286</sup>. O encaminhamento da situação, contudo, é sabido: em meio a balelas e pressão social, o projeto jamais foi implementado.

No futuro, em uma ocasião ou outra, Bolsonaro soltaria algo como “o Governo na época mandou recolher esse material, e agora está soltando a conta gotas”<sup>287</sup>. E, mais importante, via de regra, falaria do “kit gay” de 2010, o projeto “Escola Sem Homofobia”, como um fato histórico real, repassando a narrativa que criou como se fosse uma descrição fiel da realidade. A rigor, com o passar dos anos, o “kit gay”, factóide político criado por Jair Bolsonaro, deixaria de ser um discurso só do parlamentar fluminense. A história ganharia vida própria.

É o que se depreende, por exemplo, lendo a reportagem-checagem da Gazeta do Povo<sup>288</sup>. Em meio ao clima eleitoral

de 2018, buscou apurar o que de real haveria na história do “kit gay”. Com tal enfoque, aquele texto poderia ser de grande interesse dos leitores da Gazeta. Naquele ano, experimentando franco crescimento junto ao público conservador, o jornal paranaense inclinava-se pela candidatura de Jair Bolsonaro<sup>289</sup>. É nítido como sua apuração sobre o “kit gay”, fato central na trajetória do capitão reformado, é dissonante das realizadas por outros dos meios mencionados anteriormente.

Para começo de conversa, a notícia da Gazeta do Povo não trata “kit gay” como uma nomenclatura pejorativa. O texto informa que é assim que “ficou conhecida” a cartilha do projeto “Escola Sem Homofobia”. Tomando a existência de um “kit gay” como um fato, assevera, desde o início, que “há farta documentação e registros públicos de que o material de fato existiu, (...) de que o MEC supervisionava e discutia a elaboração do material e de que ele seria recomendado para o Ensino Fundamental II (crianças a partir de 11 anos)”. Adiante, avalia: “Pode-se até discordar do nome pelo qual a cartilha foi batizada por seus opositores à época, mas não sobre sua existência, que pode ser confirmada abaixo”. O jornal paranaense, assim como fazia Jair Bolsonaro, transmite a ideia de que “kit gay” é algo que de fato aconteceu na vida brasileira. Não parece ver problema em que seja tratado por esse nome e com esse enquadramento.

A reportagem da Gazeta do Povo sublinha a participação de diversas instâncias do governo e ressalta indícios de que Fernando Haddad, opositor de Bolsonaro no pleito que se avizinhava, e ministro da Educação em 2010, acompanhava em alguma medida a elaboração do material. O jornal anota que “a cartilha não era uma iniciativa isolada, como o próprio Jair Bolsonaro afirma no vídeo que o TSE mandou tirar do ar [em decisão de outubro de 2018], mas era parte de uma iniciativa

mais ampla do Ministério da Educação, o Projeto Escola sem Homofobia, gestado a partir das diretrizes lançadas no Programa Brasil sem Homofobia, de 2004, e da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a População LGBT, ocorrida em junho de 2008”.

O periódico paranaense descreve que “mesmo com o objetivo oficial de combater a homofobia, a cartilha ‘Escola Sem Homofobia’ é permeada de ideologia de gênero”. E, dali a pouco, mantém um link “Confira: O que é ideologia de gênero?” – dando validade a um corpo de ideias crescentemente influente, mas que hoje, ao que tudo indica, tem adesão muito minoritária entre estudiosos do tema. A seguir, o jornal sulista avalia que a cartilha “ataca concepções morais e religiosas sobre a personalidade humana”. Veja, há uma clara discrepância entre o que seria oficialmente o objetivo do projeto e suas intenções reais.

O conteúdo da Gazeta do Povo desce ao nível concreto e descreve cenas dos vídeos em que assuntos de sexualidade e gênero são trabalhados. Aponta que há referências ou alusões a atos sexuais ou de masturbação, sugerindo que a apresentação dos temas poderia ser imprópria (o faz sem mencionar as classificações indicativas dos vídeos, que eram públicas). A matéria discorre sobre vídeos que Bolsonaro deixava de lado em suas explanações, como “Medo de quê?” e “Boneca na Mochila”. Em relação a “Encontrando Bianca”, aquele vídeo sobre transgeneridade que o “polêmico deputado” mencionava de quando em quando, a Gazeta define a história como sendo a de “um adolescente chamado José Ricardo [que] está inconformado com o próprio sexo”. Afinal, de seu ponto de vista, tratar a personagem como Bianca seria se dobrar à ideologia de gênero. E daí vai.

Por fim, o jornal divulga estudo sobre “ideologia de gênero”, traduzido por ela própria, e alude a especialistas estrangeiros

sobre o tema. Não traz opiniões ou avaliações de qualquer especialista ou instituição que tenha avaliado os materiais concretamente. Não há menção à Unesco, ao Conselho Federal de Psicologia ou a qualquer outra instância de saber especializado que, como sabemos, tinham chancelado o material.

Pode-se dizer que, de modo mais geral, a Gazeta do Povo parece se concentrar em demonstrar um “fundo de verdade” na história. Além do desmentido a respeito do livro “Aparelho Sexual e Cia.” ser parte do “kit gay”, a reportagem não traz rechaço assertivo a falsidades enunciadas pelo capitão. Não há checagens de frases do parlamentar fluminense, como no formato *fact-checking*. Digo, não se lê um “não há nenhuma menção a crianças a partir de seis anos”, como em Fato ou Fake (G1), ou um “[o material] não mostrava crianças ‘se acariciando e meninos se beijando’ como afirmou o presidente eleito”, como registrou a Agência Pública. Essa falta de interesse de pôr a teste as afirmações do então candidato do PSL é algo que chama atenção. Contudo, é bom que se diga, de modo algum implica, por si, que aquele material tem menor validade que os demais. Trata-se de uma exploração mais livre.

Além disso, percebendo diferenças com o que foi publicado por outras fontes, vê-se que elementos mencionados pelas agências, como o caráter facultativo do uso dos tais recursos pedagógicos ou a autonomia dos profissionais de educação para verificar a adequação do material ao público, não ganham destaque. O próprio objetivo do projeto, de promover tolerância à diversidade sexual na escola, é posto em dúvida pela matéria da Gazeta. A ideia de que algo está sendo incutido nas crianças subsiste em seu texto. Assim como a mensagem de que existe, sim, uma iniciativa “mais ampla” por parte do governo de turno.

É importante que se registre essa voz dissonante na mídia brasileira sobre o tópico em questão. Assim como é igualmente importante apontar um fato eloquente: nem uma checagem acolhedora aos termos de Jair Bolsonaro sustentaria aquela história por inteiro. Ora, balizemo-nos no que dizia o capitão acerca do “Escola Sem Homofobia”. Façamos alguns contrastes entre seu discurso e o validado pelo jornal. Foram encontrados elementos de que o material se destinava a promover o aliciamento e a conversão de crianças a conversão de crianças a não-heterossexualidade? Havia uma descrição de como o material poderia “escancarar as portas para a pedofilia”? Apontamento de que homossexuais “fundamentalistas” queriam ensinar “homossexualismo” e converter crianças para o seu “time”? Indícios que corroborassem minimamente que o material se destinaria a crianças de três, quatro, cinco ou seis anos? Razões para chegar a ponto de classificar o material como “pornografia”? As afirmações de Bolsonaro sobre os materiais concretos ganhavam amparo ou sustentação? Evidências de que não heterossexuais eram retratados no material como modelo de comportamento ou exemplo a ser seguido por crianças (presumidas como) heterossexuais? Algum rascunho de demonstração que o PT pretendia esculchar a família e destruí-la? Qualquer prova mínima de que a política pública era desenvolvida “na moita” e de forma insidiosa? Evidente que não, não e não.

São muitas as pernas curtas nessa fábula. Tomada a sério, não tem como ficar de pé. O que se percebe com a matéria da Gazeta do Povo é que, considerando o que o militar reformado de fato falava sobre o “kit gay”, simplesmente ninguém que pretendesse checar o caso com mínima seriedade poderia sustentar a história que foi a catapulta política de Jair Bolsonaro.

A narrativa do “polêmico deputado”, somada a um conjunto de circunstâncias concretas daqueles meses entre 2010 e 2011,

levaram o governo a suspender o projeto “Escola Sem Homofobia”. A narrativa não seria deixada de lado. Provavelmente, porque seu objetivo não era deter a execução daquela política pública específica. Com a história do “kit”, o capitão reformado havia alcançado um sucesso que jamais tivera. E, dali em diante, tentaria engatar a onda surfada em outras.

Antes mesmo de Dilma bater o martelo em desfavor do projeto, Bolsonaro já havia lançado a ideia de que o governo lançaria mais “kits gays”. Era tamanho o sucesso de sua criação que, dali em diante, pareceria uma realidade autônoma: Bolsonaro poderia falar de “kit gay” mesmo em casos em que não havia nenhum kit, digo, quando não havia nenhum conjunto de materiais concretos.

Em março de 2011, quando o discurso do “kit gay” parecia colar entre parlamentares conservadores, o deputado-capitão denunciava o que viria a chamar de “kit gay” de Maria do Rosário. Concretamente, falava do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”<sup>290</sup>. A rigor, era uma invencionice o papo de que havia um novo “kit”, que o governo o estava preparando como uma nova investida após a denúncia do “Escola Sem Homofobia”, e também que o “kit” fosse responsabilidade de Maria do Rosário.

É óbvio que o plano não era, de modo algum, um kit. Tratava de consolidar políticas públicas diversas e integradas. E, em sua capa, deixava estampado que fora concebido na gestão de Paulo Vanucchi na Secretaria de Direitos Humanos, antes da antiga inimiga do deputado-capitão assumir o órgão. Além de que a cronologia é falsa. A sequência, narrada em discurso do segundo semestre de 2011, só existia na sua cabeça: “O kit gay 1 foi recolhido ao armário por ordem da Presidenta da República lá no MEC. Agora, o kit gay 2 é da Secretária Maria

do Rosário”<sup>291</sup>. O “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)” resultava da 1ª Conferência Nacional LGBT, ocorrida em 2008<sup>292</sup>, e era um documento público desde 2009. O plano é, portanto, uma iniciativa posta na rua antes dos materiais levados a público no seminário “Escola Sem Homofobia”, em novembro de 2010 – materiais que, lembremos, no fim de 2010 ainda eram versões demo, sem garantia de que seriam aprovados. Portanto, o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT” seria atacado só depois da “Grande Virada” de Bolsonaro, entre 2010 e 2011, mas era uma política que a precedia. Agora, nesse novo momento, seria recuperada.

No tocante a esse “kit gay 2”, era o básico do básico que não se sustentava. Não obstante, o sucesso da narrativa possibilitava um descolamento da realidade tamanho que o próprio conceito de um segundo “kit gay” era um engodo. Mais importante ainda era a questão do seu conteúdo. O “kit gay” original, aquela historieta que não se sustentava quando examinada cuidadosamente, ainda estava vivíssimo quando o capitão encontrou um novo espantalho. Antes mesmo que fosse decidida a suspensão do “Escola Sem Homofobia”, o “polêmico deputado” já começava a falar do “kit gay” como algo mais abrangente, que transcendia aqueles materiais, e se manifestava agora na forma do tal “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT”.

Em maio de 2011, o STF reconheceu, por unanimidade, que os casais homossexuais tinham direito de estabelecer união estável assim como os casais heterossexuais<sup>293</sup>. Eram semanas em que a narrativa do “kit gay” original estava bombando na praça. Em meio a isso, o mandato de Jair Bolsonaro preparou o passo seguinte. Foram rodados e distribuídos panfletos



sobre uma nova ameaça à espreita. Em lugares como porta de escolas e de templos evangélicos, cidadãos recebiam prospectos cuja capa estampava, em letras grandes, a seguinte mensagem: “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”<sup>294</sup>. O parlamentar fluminense lançava uma versão renovada da denúncia já testada com sucesso. Não se ocuparia de prová-la. Bastava o alarde.

Agora, usando o aporte do plano publicado pela Secretaria de Direitos Humanos, seguiria contando a mesma história sobre uma suposta intenção do Estado de usar as unidades educacionais para transformar crianças heterossexuais em gays e deixá-las mais suscetíveis à ação de abusadores sexuais. O panfleto era claro: “Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC em parceria com grupos LGBTs, na verdade, incentivam o homossexualismo nas escolas públicas de 1º Grau, bem como, tornam nossos filhos presas fáceis para pedófilos” (sic).

Havia um tanto de novidades, mas, no sumo, era uma nova versão da mesma história. Com ela, criava campo para sua própria ação farsesca. O “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs” que existe na vida real era um documento muito detalhado. Seus 180 itens pareciam um latifúndio para Bolsonaro deturpar.

Não temos agências de checagem que tenham analisado um punhado dos pontos levantados pelo parlamentar fluminense sobre o material. Naqueles conteúdos de checagem, em maioria de 2018, ficava evidente que o, digamos, “kit gay 1”, ficou para a história como a espinha dorsal da narrativa do “kit gay”. No que concerne ao Plano, somente um ou outro aspecto comparecem nessas checagens. Entretanto, o, digamos, “kit gay 2” foi muitíssimo importante para que o “polêmico deputado” mantivesse o pulso de sua narrativa.

Ao longo dos anos, o ponto que Bolsonaro mais fabularia naquele documento era sobre um item a respeito da “desconstrução da heteronormatividade”. Dizia que aquela expressão estava ali para registrar a intenção do governo de incutir nas crianças a ideia de que “se você está com uma mulher do seu lado, está errado; você tem que estar é com um macho do seu lado!”<sup>295</sup>.

No que concerne a esse ponto, o Fato ou Fake do G1 afirma que o plano em “nenhum momento menciona que um relacionamento heterossexual, entre homem e mulher, está errado”. E assinala que o “documento menciona a palavra ‘heteronormatividade’ apenas uma vez, no item 1.2.20, quando diz que o Sistema Único de Saúde (SUS) precisa reconhecer e incluir nos sistemas de informação e no planejamento familiar, ‘todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com base na desconstrução da heteronormatividade’. Heteronormatividade é um conceito usado pra tratar a relação homem e mulher como norma e as demais, como desvio”<sup>296</sup>. A Agência Lupa, checando a mesma coisa, aponta que “o objetivo fixado por esse tópico é fazer com que famílias formadas por casais homossexuais, travestis e transexuais sejam incluídas no sistema de informação do SUS, assim como acontece com as formadas por casais heterossexuais”<sup>297</sup>.

O panfleto que Bolsonaro distribuiu não só trazia a mensagem mais geral, qual seja, a de que havia um plano governamental para aliciar crianças, como pretendia detalhar esse projeto. O prospecto se debruçava sobre o que seriam pontos específicos do documento da Secretaria de Direitos Humanos. Fora construído de modo a aparentar que operava uma tradução do texto do documento governamental para a “língua do povo”. Alguns trabalhos acadêmicos perceberam o fato e

anotam como essa pretensa explicação na verdade deturpava completamente o sentido das políticas públicas consolidadas no plano. O que vimos antes Bolsonaro fazer com o ponto sobre a “desconstrução da heteronormatividade”, o panfleto efetuava com um grande número de itens.

As professoras Carla Lisbôa Grespan e Silvana Vilodre Goellner, por exemplo, dispõem um longo quadro em que se vê a simplificação dos itens do plano no texto do panfleto: alguns eram razoáveis e outros produziam deturpações evidentes<sup>298</sup>. João Gabriel Maracci explica como o conteúdo é disposto no panfleto e elege o item 2.1.11 como exemplo<sup>299</sup>. O item diz: “Estabelecer política pública para assegurar o respeito à orientação sexual e identidade de gênero nas casas estudantis mantidas pelo poder público e pela iniciativa privada, garantindo a hospedagem de travestis e transexuais, respeitando sua identidade de gênero”. No folheto de Bolsonaro: “2.1.11. Casas estudantis para hospedagem de travestis e transexuais (República Gay)”.

Em outros itens o procedimento era similar. Logo acima desse anterior, no item 2.1.9, o panfleto do deputado fala como se o Plano Nacional fosse criar ou favorecer um “MST Gay”. Aliás, colocar “gay” como adjetivo das políticas públicas, de um modo pejorativo, é uma das marcas do panfleto do militar reformado. Assim, teríamos um Plano Nacional criando políticas de “República Gay”, “MST Gay”, “Programa Primeiro Emprego Gay”, “Bolsa Gay”, “Turismo Gay”. A criação de uma mensagem curta e emblemática parecia importar mais do que tudo.

Por exemplo, o material de Bolsonaro dava a entender que se criaria o “0800 LGBT” ou “disque lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. Quando se lê o Plano Nacional vê-se que o item em questão falava em capacitar os profissionais da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e de outros

canais de atendimento a mulheres vítimas de violência para atenderem sem discriminação mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais em atendimentos relacionados à Lei Maria da Penha. O “0800 LGBT” de Bolsonaro não corresponde à realidade. E até pouco sentido faz. No limite, quem lesse desavisadamente poderia interpretar que, sei lá, o governo criaria um “Super Papo” ou “Disk Amizade” gratuito para a população LGBTQIA+. Evidentemente, a intenção não era a de explicar a política pública à população.

Em discursos e entrevistas o parlamentar fluminense desvirtuaria ainda outros itens do plano. Por anos falou de algo assim: “Um outro item – olhem só o absurdo: campanha nacional de sexo seguro para adolescentes LGBT, usando personagens adolescentes. Eu quero saber como é que, às 4 da tarde, a uma mãe que esteja em casa, porque talvez o marido esteja trabalhando, ou vice-versa, de repente vem um menino de 15 anos falando algo parecido: ‘Meu companheiro gay, você quer fazer sexo no teu ânus com o teu outro companheirinho? Você tem que usar camisinha e gel lubrificante, senão você pode contrair uma doença, ou seja lá o que for’”<sup>300</sup>. O item 1.3.16 até previa uma campanha. Mas não se tem notícia da dona de casa brasileira sendo surpreendida por assuntos anais em meio ao programa da Sonia Abrão.

Gerando alarde em torno de inúmeras linhas daquele plano, o “polêmico deputado” expandia sua narrativa. Não se tratava mais somente de materiais didáticos. Os filmetes, livros e cartazes seguiriam na linha de frente de sua narrativa. Mas o “kit” não era mais um kit. Tinha se tornado, digamos, uma ideia.

No mundo criado por Bolsonaro, parecia que uma bruma colorida e sufocante invadia o Brasil. Em questão de meses de suas primeiras denúncias, logo após a aprovação da união civil de homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal, em

maio de 2011, o parlamentar fluminense fazia brotar gays por toda parte: no campo com o “MST Gay”, nos rincões pobres com o “Bolsa Gay”, nas escolas, nas polícias, nas empresas, nas propagandas de TV e sabe-se lá mais onde.

Era quase como se o “kit gay” fosse tomando vida própria. Para “existir”, precisava de pouco lastro na realidade factual. Se valia como fábula. Na sua segunda encarnação, não necessitava de um corpo definido. Na fala de Bolsonaro kits poderiam ser materiais didáticos, mas logo se viu que um programa de ações coordenadas era passível de ser chamado assim. Muito mais poderia aparecer na fala do político sob o signo de “kit gay”. Ele usou a expressão para se referir a um artigo no Estatuto da Juventude ou a um evento público. Também tratou a edição de 2011 da “Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” como se o próprio evento fosse um “kit gay”. Qualquer política nesse campo, com o tempero certo, “à la Bolsonaro”, podia virar “kit gay”<sup>301</sup>.

Em maio de 2011, quando a expansão de sua narrativa já estava em curso, na ocasião em o STF votou por reconhecer a união estável entre casais homossexuais, Bolsonaro, sem dar qualquer explicação, apostou na histeria: “O próximo passo será a adoção de crianças por casais homossexuais e a legalização da pedofilia”<sup>302</sup>. Há uma nítida desproporção entre esses “próximos passos”. Enquanto a adoção por casais homoafetivos tinha tudo para ser uma questão discutida nas instâncias de governo, a legalização da pedofilia, necessariamente, era uma absoluta impossibilidade. Não havia e não haveria, em hipótese alguma, qualquer espaço para discussão de uma medida bizarra e ignóbil como essa. Mas, surfando forte no primeiro “kit gay”, distribuindo panfletos e discursando sobre a chegada do “kit gay 2”, parecia disposto a lançar patranhas sem fim.

Suas declarações ao Estadão não dão muito espaço para maiores explicações. Estaríamos nesse caminho e ponto. Concatenando com outras entrevistas suas da época e de depois, acredito que, provavelmente, se fosse perguntado sobre essa bizarrice, o capitão diria que a legalização da adoção por casais homossexuais seria como que uma “legalização” da pedofilia. Em seu discurso, apareciam como causa e consequência: se fosse possível a gays adotarem filhos, assistiríamos a um apoio do Estado à pedofilia no conforto dos lares. Obviamente, não há qualquer relação entre esses fatos. Mas esse era um ponto que o mandatário sustentava. Conforme disse, algumas semanas depois, ao português Jornal de Notícias (para um incrédulo repórter): “Muitas das crianças que serão adotadas por casais ‘gays’ vão ser abusadas por esses casais homossexuais”<sup>303</sup>(sic).

É importante pontuar ao leitor: esse sou eu tentando buscar sentido. Pode ser que a reportagem tenha optado por uma edição de sua fala que acabou prejudicando o entendimento. Ou, então, pode ser que, em um dia histórico, Jair Bolsonaro disse isso sem tirar nem pôr, simplesmente jogando uma bomba sobre um (inverossímil) futuro catastrófico para crianças brasileiras. A bem da verdade, não seria a única declaração nessa linha. O “kit gay” já era, em muito, uma narrativa sobre pedofilia. O deputado voltaria ao tema de diversas formas até 2018.

## **NOVOS INVESTIMENTOS LGBTQIA+FÔBICOS E A “REALIDADE PARALELA”**

o “KIT GAY” era uma narrativa original de Bolsonaro que acabou lhe valendo uma inédita proximidade com a bancada evangélica. No volume II detalho essa aproximação inicial e conto

como, por caminhos específicos, aqueles deputados embarcaram em sua história e deram a ela um outro peso político<sup>304</sup>. Outro elo nessa sua valência com aquele grupo de parlamentares se deu logo depois, quando foi a vez do capitão somar em um determinado movimento dos evangélicos. Esses já estavam dedicados há tempos à crítica do PLC 122/2006, projeto que tramitava no Senado e criminalizaria a homofobia. Bolsonaro incorporaria aquela luta à sua plataforma.

O “polêmico deputado” parecia compartilhar argumentos especialmente com o senador Magno Malta, de quem se aproximava. Além de aliado ao grupo como um todo naquela atuação, Bolsonaro parecia estar na esteira de Malta quando se punha a repetir que, uma vez aprovado o projeto, digo, tão logo a homofobia fosse tornada crime, os LGBTQIA+ se sagrariam uma “classe privilegiada”, de semideuses, e então, “ninguém poderá contrariá-los”<sup>305</sup>.

O ponto de vista que Bolsonaro apregoava é que, segundo diz, para “nós, héteros” (ou “nós, normais”<sup>306</sup>) a lei anti-homofobia significaria discriminação. Conforme ele e seus novos aliados alardeavam, os LGBTQIA+ ganhariam “superpoderes” e teriam como produzir pretextos para enviar heterossexuais para a cadeia quando algo os contrariasse. Até as transações econômicas ficariam moldeadas ao gosto dos não heterossexuais (ou por quem, malandramente, se passasse por um). Em toda relação contratada, seja nos empregos ou na simples compra e venda de um relógio usado, a incriminação por homofobia poderia ser acionada. Como o deputado-capitão falava, parecia que heterossexuais ficariam de joelhos diante dos novos reis do pedaço<sup>307</sup>.

Aqui já estamos no reino das hipóteses bolsonarianas. O “polêmico deputado” criava diversos cenários inverossímeis segundo os quais, de súbito, com a nova lei, não heterossexuais

levariam vantagens às custas dos heterossexuais. Segundo a conjectura mais exagerada, um olhar torto para um LGBTQIA+ levaria a risco de prisão. Imagine isso. Juristas críticos ao projeto — e, por certo, eles existem aos montes — poderiam ver no PLC 122/2006 uma porta aberta para abusos. Todavia, Bolsonaro claramente fazia interpretações forçadíssimas dos riscos de sua aprovação. Tudo jogando livremente com hipóteses para as audiências de milhões de pessoas nos programas de TV que passou a frequentar.

Aquela pergunta que já fizemos tantas vezes se aplica aqui: é do jogo e deveria ser do jogo político? Ou não? Esse é um caso a se pensar. Difícil escolher outro termo que não desonestidade intelectual quando alguém traça cenários como aqueles. Todavia, é forçoso reconhecer que o procedimento é diferente do “kit gay”.

Poderia até haver o estabelecimento de premissas tortas (semideuses! superpoderes!) colocadas sob uma lente que distorcia o projeto de lei em questão. Os possíveis efeitos danosos daquela proposta poderiam estar majorados — o deputado-capitão era vezeiro em superestimar perigos quando lhe interessava. No entanto, quando aludia àquelas hipóteses extravagantes, não efetuava uma completa falsificação do que estava previsto no texto da proposição legal em debate. Na sua atuação contra o “PL da Homofobia”, não havia nada páreo a inventar cenas que não existiam em vídeos educacionais ou falar em “0800 LGBT” bancado pelo contribuinte.

Aliás, até onde minha pesquisa alcançou, o PLC 122 nunca foi, na fala de Bolsonaro, retratado como mais um “kit gay”, seja o volume 1, 2 ou 3. Na descrição do capitão, o PLC fazia parte de uma “série de propostas que tramitam em Brasília que levam a um todo”, como parte de uma “uma coisa muito bem orquestrada”<sup>308</sup>. Mas não era um novo “kit”. Nos “kits”,



Bolsonaro parecia fazer uso de uma criatividade, digamos assim, sua. Reservava o termo para os problemas que ele próprio apontasse. A narrativa crítica ao PLC 122, por outro lado, não era uma composição original do capitão. Naquele consórcio de legisladores, o militar reformado absorvia premissas de uma linha de crítica estabelecida pelos seus novos aliados, os parlamentares evangélicos.

Segundo alegavam, o ponto fundamental desses legisladores era a manutenção do que entendiam ser sua liberdade de culto. A compreensão que faziam (e fazem) de sua fé exigia manter aberta a possibilidade de pregar contra a homossexualidade e a transgeneridade. LGBTQIA+ com suas orientações e identidades protegidas por lei eram para ele um obstáculo à expansão de sua visão do Evangelho. Daí, preferiam esses cidadãos soltos na planície, sem salvaguarda legal contra discriminação. Se as tivessem, estariam ganhando um status diferenciado do Estado, como “uma casta especial na sociedade”, nas palavras de Magno Malta<sup>309</sup>.

Foi precisamente nessa estação que Bolsonaro catou o trem. O capitão temperou a crítica ao PLC 122 ao seu modo e a integrou nessa “coisa muito bem orquestrada” que “leva a um todo”, cuja pedra fundamental era o seu “kit gay”. Na narrativa, então, se agregavam.

Contudo, na relação com o binômio verdade e falsidade, me parece haver uma diferença nos procedimentos. Em sua ação diante do problema que pegou emprestado dos parlamentares evangélicos, vejo premissas tortas fabricando hipóteses inverossímeis. Se fôssemos checadores, poderia merecer o selinho de coisa “fake”? Talvez sim. Mas o caso mostra algo distinto de uma trapaça material.

Em 2011, o deputado-capitão, aquele que passou a vida dedicando mandatos principalmente aos temas de interesse

da caserna, havia emplacado toda uma teia de questões no debate público. Eram todas do âmbito da sexualidade e do gênero e com porções maiores ou menores de falsidades. Inventou um “kit gay” que converteria crianças ao “homossexualismo” e as tornaria alvos fáceis para abusadores sexuais. Percebendo o sucesso, sacou da cartola um “kit gay 2”. Em verdade, eram vários coelhos: algo como um “kit gay 2-A” (Plano da Secretaria de Direitos Humanos para os LGBT), um “kit gay 2-B” (o tal artigo no Estatuto da Juventude), o “kit gay 2-C” (a edição de 2011 da Conferência Nacional LGBT) e assim por diante. E, aos poucos, eles iam se agregando em uma dança, presumivelmente “bem orquestrada”. A cada ato, ela ficava povoada de mais elementos. Sob bases frequentemente engabeladas, criava a impressão de algo maior e mais denso se formando.

Nessa dança, havia os convidados de outras companhias, como as críticas ao PLC 122. Ou os extras, que não ocupavam a ribalta a todo momento mas poderiam dar suas voltinhas. Bolsonaro não falaria da legalização da pedofilia todo dia, mas ela podia dar as caras em seu discurso. Mesmo a adoção de crianças por casais não heterossexuais, uma medida de fato discutida oficialmente, poderia vir eivada de tapeação. A respeito disso, ele espalhava o dado de que “uma criança adotada por um casal gay é 90% de chances que vai ser gay também”<sup>310</sup>, mas quando perguntado pelo que o dava base para fazer uma afirmação como essa, respondia que não tinha “base nenhuma, isso aí é inferência. Com toda certeza a tendência é ser como eles”<sup>311</sup>.

Ainda em 2011, poderiam aparecer casos menores, com teor de verdade duvidoso, como que dando suporte às colunas que sustentavam sua narrativa. Em setembro daquele ano, Bolsonaro contou ter recebido um e-mail de um pai relatando

que, na escola, pediram à sua filha de oito anos que levasse uma cenoura para que ela tivesse aulas de sexo seguro<sup>312</sup>. Era razoável que se suspeitasse. Levando em conta os procedimentos de que vinha lançando mão, considerando casos igualmente duvidosos no passado, em que também apareciam personagens anônimos que pareciam feitos sob medida para os seus argumentos, vai saber se o e-mail veio, se o pai era esse, o vegetal era aquele, se a criança tinha aquela idade mesmo. Inclusive, pode-se dizer o mesmo com aquele caso de 2015, mencionado em capítulo anterior, do pai que lhe teria telefonado relatando que a filha urinou em si mesma por medo de entrar no banheiro feminino e encontrar um “malandro de plantão” que dissesse estar ali por “se sentir menina”<sup>313</sup>.

Coisas como essas poderiam pontuar seus discursos. Em relação à veracidade ou à falsidade das coisas, eram, digamos, talvez-engodos, talvez não. Poderiam servir de apoio à grande história que ele vinha colocando de pé. A ecoavam, emprestando concretude, e, de algum modo, exerciam a função de atestá-la (ainda que tudo pudesse ser invencionice). Quando me refiro à narrativa propriamente dita não se dá o mesmo. Ela precisa se amparar em uma mistura de fatos, distorções e lorotas. Necessita dessa mistura para, efetivamente, se passar por realidade. Contudo, para que alcançasse o efeito desejado, para que fizesse grande sucesso, parecia precisar de um bom impulso no trampolim da fantasia.

Foi isso que se deu em meados de 2012. O “kit gay” nasceu de um evento na Câmara. Mais precisamente, um seminário. Em meados de 2012, um outro seminário entrou para o anedotário mendaz de Jair Bolsonaro. Foi realizada, no mês de maio, a nona edição do “Seminário LGBT no Congresso Nacional”. Em falas posteriores, o “polêmico deputado” se referiria ao encontro como “Seminário LGBT Infantil” ou “9º Seminário

LGBT Infantil”. De partida, havia um problema aí: sugeria que havia nove edições de um evento voltado à não heterossexualidade de crianças. No entanto, isso que ficava subentendido não seria, nem de longe, a única vez em que ludibriaria o público quanto àquele evento.

A nona edição do “Seminário LGBT no Congresso Nacional”, o real, tinha como tema “Respeito à Diversidade se Aprende na Infância: Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência”<sup>314</sup>. Seu lema: “Todas as Infâncias são Esperança”<sup>315</sup>. No requerimento, havia mais detalhes: as discussões girariam em torno de *bullying* e violência doméstica sofrida por crianças e adolescentes que escapavam dos papéis de gênero definidos pela sociedade<sup>316</sup>. Jean Wyllys, que assinou o termo, exemplificou à Rádio Câmara: “Ou seja, aquele garoto que, com 6, 7 anos de idade, quer brincar de boneca e os pais batem”<sup>317</sup>.

Bom, Jair Bolsonaro estava aí para dizer que era isso mesmo, que pais têm que dar um “couro” em filhos “delicados demais”<sup>318</sup>. Carregado de opiniões, o “polêmico deputado” poderia ter ido ao seminário debater com os convidados. Era anunciada a presença de especialistas em Direito, Educação, Sexualidade, Psicologia e Cultura. Estava aberta a chance de ir lá marcar posição, talvez dizendo algo na linha de “que todas infâncias são esperanças o quê!? Tem uns anormaizinhos que querem fazer sexo com órgão excretor. Tem que dar um corretivo neles, tá ok?”. Mas, não. Talvez já ciente do evento e de seu tema, deixou passar. Pelo que viria a se dar depois, fica parecendo que interessava a ele o registro limpo e a lenda que poderia criar a respeito.

Só um mês depois, Bolsonaro subiu à tribuna da Câmara para falar do seminário. Em seu tom denunciante, voltou-se ao público que, depois da “família militar”, queria fazer de sua

base política: “Quero agora dirigir-me à família brasileira”, demarcou. E assim seguiu: “Não sou pastor evangélico, não sou padre. Sou apenas um homem, um Parlamentar que tem uma família. Mais do que isso, tenho uma família e respeito quem tem família. Esperava não ter mais que voltar a este assunto. (...) O que aconteceu aqui no dia 15 de maio próximo passado foi o 9º Seminário Nacional LGBT para a infância. Repito: 9º Seminário Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais para a infância. Dá para entender isso? Dá para entender? O que foi tratado lá? (...) O próprio tema diz: Seminário LGBT para infância, ensinando crianças a partir de 6 anos de idade como serem homossexuais. (...) Prezados companheiros, não podemos aceitar o falso discurso de combater a homofobia que, na verdade, cada vez mais, estimula os nosso meninos e meninas a partir de 6 anos de idade a serem homossexuais”<sup>319</sup>.

Não era o “kit gay” mais. Entretanto, a estrutura básica do “kit” estava presente em espírito: o governo inoculando homossexualidade na candura dos infantes que deveriam estar se alfabetizando. A história, agora, parecia autoexplicativa. Não parecia precisar de um suporte material ou algo assim. Era algo já posto que ele só rememorava à população. Tratava como se fosse algo em que o governo insistia e ele, lamentavelmente, era obrigado a voltar a denunciar.

Nesse caso, há um aspecto extremamente marcante: a denúncia já nasceu multimídia. Quando Bolsonaro fez seu relato na tribuna da Câmara, não era como se ele, irado, em um rompante, gritasse ao auditório sobre o “maior escândalo” que já presenciou, como fizera em 2010, com o seminário “Escola Sem Homofobia”. Nem que estivesse buscando espaços nas televisões para fazer sua denúncia chegar ao público. Agora, o digital estaria no centro. Quando o “polêmico deputado” falou ao plenário, já tinha deixado tudo pronto na internet.

No discurso em que levou o caso a público, mais de um mês depois do evento, assim narrou o seu proceder: “Depois de aproximadamente 8 horas de debates, junto com meu gabinete peguei as fitas, porque não vou participar de um ato desses, e fizemos um resumo em 7 minutos de tudo que aconteceu. Já disponibilizei no YouTube e está na minha página [bolsonaro.com.br](http://bolsonaro.com.br). (...) Eu queria até botar um pouco mais na fita, mas não é possível, porque senão poderia não ter muita aceitação, dado o tempo extremamente longo dessa fita. Mas 7 minutos são mais do que suficientes”<sup>320</sup>. Sem essa de debater com colegas e especialistas. O negócio era deixar rolar e distribuir digitalmente uma versão que deixasse 99% do conteúdo de fora e caprichasse no 1%. Uns poucos minutos editados “à la Bolsonaro”.

Entendo que o vídeo é de uma significância histórica tremenda. Ele não se encontra mais no canal de Jair Bolsonaro. Segundo o político declarou à VICE<sup>321</sup>, o vídeo foi retirado do ar pelo próprio YouTube (seria o primeiro em uma longa batalha que atravessaria anos?). A peça ainda pode ser recuperada em outros canais pelo seu título original: “DEUS SALVE AS CRIANÇAS”<sup>322</sup> — assim mesmo, com maiúsculas, como são muitos títulos de vídeos do nosso personagem. Presumo que fez sucesso pois, da parte do parlamentar fluminense, ganharia ainda uma continuação — “DEUS SALVE AS CRIANÇAS II”, de 2014, atacando o plano nacional de 2009, que segue disponível<sup>323</sup>. O fio da narrativa do “kit gay” vertebrava os vídeos da série. Um kit ameaçando as crianças. Deus as salve. Jair (Messias) Bolsonaro estava com elas.

Pois bem, o vídeo de sete minutos, aquele sobre o seminário de 2012, trazia falas de 14 pessoas. Haja condensação. A edição teria que ser boa. Talvez tenha sido, mas visando a um fim outro que o mero reportar. O vídeo era, em muito,

produção de sentido(s). Havia trechos de falas de parlamentares, de expositores do seminário e de participações do público. Havia, também, uma introdução e uma conclusão do próprio Bolsonaro, além de *flashbacks* com frases recuperadas do seminário “Escola Sem Homofobia”, de 2010. A mão do editor era pesadíssima. E artes em letras garrafais interpunham-se no meio das falas, como se tentassem traduzir o vídeo para os termos da narrativa bolsonariana.

Aquele 1% de seminário (e *flashbacks* de outro evento) tentavam passar algumas ideias fundamentais: o “kit gay” estava voltando às escolas; crianças muito novas seriam o alvo e acabariam estimuladas a se tornar homossexuais; na trama, havia dinheiro público; ele era usado por pessoas imorais, que odiavam a fé cristã, e tinham no clã Bolsonaro seus maiores inimigos.

Como se pode verificar pela transcrição do evento no site da Câmara, é verdadeiro, por exemplo, que houve defesa do “Escola Sem Homofobia” e que houve momentos de falas bastante fortes contra o fundamentalismo religioso<sup>324</sup>. O centro das discussões, contudo, foram outras coisas: especialistas explicando a sexualidade infantil, o *bullying* na escola e os direitos das crianças e dos adolescentes que escapam aos papéis de gênero heterossexuais. Em “DEUS SALVE AS CRIANÇAS” nada disso é claro. O essencial do encontro passa ao largo. O vídeo tenta impor ao espectador o alarde com a imorredoura ameaça do aliciamento das crianças, pela mão do Estado, nas escolas. É tudo questão de enquadramento.

A introdução e a conclusão, com depoimentos de Bolsonaro em seu gabinete, dão a linha e a costura final daquilo que foi filmado no dia do evento. O recheio do vídeo é todo feito de falas dos expositores e debatedores da plateia. A mensagem se constrói em muito pelo uso que se faz das colocações feitas pelos participantes.

Além das artes garrafais, que mal dão espaço para o espectador prestar atenção no que está sendo dito, a técnica mais impressionante utilizada é na fala da psicóloga e professora Tatiana Lionço. Depois de falas curtas do parlamentar fluminense, que cumprem a função de dar uma moldura ao que viria, e do deputado Newton Lima, meramente abrindo o evento, aparece um par de frases de Jean Wyllys. O psolista critica o fato de jovens não heterossexuais pararem nas mãos de “psicólogos charlatães e pastores curandeiros” e terem de se submeter às suas terapias. Logo a seguir, vem Tatiana Lionço. A versão do deputado-capitão, com 14 personagens em sete minutos, dá mais de um minuto de fala a Tatiana. Colocada logo no início, a edição de sua apresentação é chave na construção do sentido do vídeo.

Recomendo ao leitor buscar o vídeo e assisti-lo. Nada tinha me preparado para um grau tal de adulteração e distorção. Em minha pesquisa, tinha lido reportagens sobre aquela deturpação. O Congresso em Foco reporta que, “no seminário, Tatiana abordou o tema [da sexualidade na infância] de forma didática. No entanto, o vídeo publicado pelo parlamentar utiliza uma frase do início da fala da psicóloga, uma outra, no meio da explanação e uma declaração do final da palestra, dando a entender que a psicóloga defende a pedofilia e estimula a homossexualidade entre crianças”<sup>325</sup>. Já a VICE afirma que Tatiana, “pesquisadora na área de sexualidade humana e gênero, usava conceitos freudianos para abordar a sexualidade infantil enquanto uma atividade comum e humana”. E que, no “vídeo postado por Bolsonaro, as falas da professora são totalmente editadas, dando a entender que seu discurso traz contornos que simpatizam com a pedofilia”<sup>326</sup>.

Tudo isso que as reportagens dizem é a verdade. Mas, quando se assiste ao vídeo, o que se vê é uma edição inacreditavelmente



sórdida — me sinto obrigado a escrevê-lo, ainda que esse projeto não seja afeito a adjetivações desse tipo. Na peça há cinco cortes. E eles são feitos em conectivos das frases, ou em pausas, de modo que o que se fala engate em um próximo trecho, e então se crie, a partir dos retalhos de frases, um raciocínio diferente do que a psicóloga fazia. Em meio à apresentação, artes aparecem no vídeo desvirtuando ainda mais o que, pela mão da edição, Tatiana aparece dizendo. É exatamente esse o caso quando surgem na tela inscrições como “estimulando o homossexualismo infantil” ou “meninos gays são mais inteligentes que os héteros”, coisas que a psicóloga não disse, mas fica como se tivesse dito. A edição também nitidamente se preocupa com a movimentação de seu corpo, evitando que os cortes sejam muito bruscos. Esse fato, somado às conexões das frases, são fortes indícios de que a intenção era mesmo fazer passar despercebido que aquilo era uma colagem e não um “resumo”. O resultado final é uma fala nova sobre sexualidade infantil saindo da boca de Tatiana.

Passados o preâmbulo de Bolsonaro, a fala curta de Jean, e a colagem de Tatiana, já são dois minutos de vídeo. O internauta que ficou já está imerso na narrativa. Trechos de falas pinçados e descontextualizados vão surgindo, frases criadas pelos produtores do vídeo vão tomando a tela e *flashbacks* com falas no seminário “Escola Sem Homofobia” aparecem. São os casos de André Lázaro e a língua no beijo entre duas meninas e Indianara Siqueira, com seu “minhas melhores professoras foram justamente as prostitutas”<sup>327</sup> — *hits* da descontextualização bolsonariana.

Em menor medida, a fala de Lígia Melilo, então estudante de Psicologia, autora de pequena intervenção, sofre algo similar ao que se passou com Tatiana Lionço. Melilo ressaltava a importância de fazer chegar às escolas um “kit anti-homofobia”.

Referiu-se ao apelido de “kit gay” para dizer que o epíteto era impróprio. Mas, aproveitando-se que ela dissera a palavra mágica, o editor de “DEUS SALVE AS CRIANÇAS” utilizou o trecho. No vídeo, sua manifestação é editada de modo a fazer parecer que ela advoga para que as crianças recebessem um “kit gay”, no sentido criado por Bolsonaro.

Quando chegamos aos trechos com a participação do Reverendo Márcio Retamero, da Comunidade Betel, naquele seminário LGBT da Câmara de 2012, a edição não constrói frases. Para criar o efeito, bastou selecionar trechos de sua carregada fala contra o fundamentalismo religioso e em favor do Estado Laico. O reverendo advogou no evento por uma releitura “histórico-crítica” da Bíblia e uma “teologia inclusiva”. Em sua exposição falou, por exemplo, na retirada de símbolos cristãos das escolas, em fundamentalistas religiosos “desgraçados” e usou frases como “pegar em armas, se preciso for, se se instalar uma teocracia no Brasil”. O trabalho ficou mais fácil para o encarregado da edição.

Ao fim desse entrecortar de frases (ou trechos de frases), depois de serem concatenadas falas capazes de escandalizar quem não tinha como ter qualquer dedo de contexto do que se tratava aquilo, voltamos a ver a imagem de Jair Bolsonaro. Ele encerra o vídeo afirmando que havia um movimento que “busca acabar com a família e as religiões” e pedindo que os seus se mobilizassem<sup>328</sup>.

Um mês depois, possivelmente após finalizada a edição e definido o esquema de divulgação do material, o militar reformado discursaria na tribuna da Câmara chamando audiência para os vídeos que disponibilizou em suas plataformas<sup>329</sup>. Perfis nas redes sociais e blogs, como “Defesa Hétero”, o replicariam<sup>330</sup>. Logo o material viralizou<sup>331</sup>. Tatiana Lionço, em diferentes oportunidades, contou sobre a campanha de

ódio e difamação que enfrentou na internet<sup>332</sup>. Severamente ofendida por desconhecidos na web, sofreu intimamente por esse processo violento, e ainda teve de explicar o caso aos filhos. Rastreou publicações nas redes e provocou autoridades a agirem. Concluiu sua jornada frustrada com apoios e respostas que não vieram ou foram insuficientes.

O “polêmico deputado”, por outro lado, seguiu energizando sua narrativa junto a seu público. Ele falaria vez por outra do tal “Seminário LGBT Infantil” — esse evento que jamais existiu. No contexto da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, se referiria ao seminário como exemplo das coisas que ficaram para trás quando os conservadores passaram a presidir o colegiado, em 2013<sup>333</sup>. E não esquecia Tatiana Lionço. Em TV aberta, chegaria a citar, também por mais de uma vez, “uma psicóloga” (“não quero citar o nome dela para evitar processo”<sup>334</sup>), para aludir ao que ela teria dito em sua exposição sobre sexualidade infantil. Tatiana havia falado de modo amplo do brincar, de Freud e da sexualidade infantil, da constituição psíquica das crianças, mas para Bolsonaro tudo era sobre meninos (homens) tocando os órgãos uns dos outros<sup>335</sup>. O vídeo “DEUS SALVE AS CRIANÇAS” não estava mais no ar, porém a distorção seguia livre.

Considero que o vídeo pode, ao menos simbolicamente, ser tomado como um marco. Se há algum ponto em que se possa dizer que Bolsonaro fez a curva e se empenhou para, de modo mais definitivo, conduzir seu público para uma espécie de “realidade paralela”, me parece justo fincar essa estaca naquele junho de 2012.

Não era a primeira de suas curvas marcantes. Nesta série de livros, tenho argumentado que novembro de 2010 marca a “Grande Virada” de Jair Bolsonaro. Estabelecendo uma linha de ação completamente nova, é como se nascesse politicamente

de novo ali. O “sindicalista da caserna” em Brasília se tornaria o “polêmico deputado” da TV aberta. Já evidenciei que, nessa manobra, iniciada um pouco antes do seminário “Escola Sem Homofobia”, a criação da figura do “kit gay” é central. Esses são marcos temporais bem definidos. Já no caso disso que proponho estabelecer com o vídeo “DEUS SALVE AS CRIANÇAS”, nem tanto. Todavia, em relação aos modos de se relacionar com a verdade factual e com sua divulgação, parecemos chegar a um novo reino.

O “kit gay”, vimos, era uma farsa. Em “DEUS SALVE AS CRIANÇAS”, no entanto, estamos uma estação além. A curva foi dada porque a farsa está estabelecida e agora é a premissa de uma trama. O público a está seguindo. Bolsonaro fala diretamente a uma audiência consolidada por ele nos 18 meses anteriores. O cenário é uma ocasião inventada, o “Seminário LGBT Infantil”. O evento é feito palco da volta de uma política governamental que nunca existiu: o estímulo do poder público para crianças se tornarem homossexuais. Para sustentar sua trama, não há mais suportes materiais como livros ou vídeos que exhibe em programas de TV. A história se expressa por falas que não existem. A trama se sustenta com colagens desenvolvidas no gabinete do deputado. É criação em cima de criação em cima de criação.

Pelo seu caráter de quase-ficção, “DEUS SALVE AS CRIANÇAS” é um material que não é publicável em meios tradicionais. O “Programa do Ratinho” colocaria a versão demo de “Encontrando Bianca” no ar com gosto, mas jamais poderia levar à sua audiência aquela edição da fala de Tatiana Lionço. Diferente de tudo até aquele momento, a denúncia nasceu para a web. Só era possível ali. O caso é conhecido um mês antes, mas só é levado ao público quando está devidamente preparado “à la Bolsonaro”.

No lançamento do material para a internet interessa, mais que tudo, alcançar o público que já ouviu falar da ficção inicial de onde se partiu (o “kit gay”) e o público cristão do qual vinha se aproximando estrategicamente (lembre-se, um aspecto importante do vídeo é indicar que era um evento anticristão). Era *fake*, era web, era segmentado e era serial: feitinho para quem comprou uma mentira e estava disposto a seguir a história contada pelo deputado-narrador. É possível que existisse uma aposta no potencial de o material se espalhar. A via da invencionice já havia sido devidamente testada pelo mandato de Jair. A narrativa em questão era sólida e reconhecida como nenhuma outra que Bolsonaro contou na vida. Os canais de distribuição vinham se consolidando há muitos anos e agora se multiplicavam. Estava aberto o caminho para isso que estou chamando de “realidade paralela”. Brasil, junho de 2012.

Não tardaria que essas galáxias de falseamento se aproximassem da realidade eleitoral. Bolsonaro havia começado a lançá-las logo após o pleito de 2010. E, desde então, trabalhava na sua expansão. Em 2012 teríamos eleições municipais. O parlamentar fluminense parecia pouco interessado na escolha do novo prefeito do Rio. Eduardo Paes (PMDB), Marcelo Freixo (PSOL), Rodrigo Maia (DEM), Otávio Leite (PSDB), Aspásia Camargo (PV) e os demais postulantes ao cargo não o animavam a discursar. Já quando o assunto era um certo candidato à prefeitura de São Paulo, a coisa muda de figura.

Sua oposição a Fernando Haddad em 2012, na campanha do petista pelo Palácio do Anhangabaú, talvez represente o maior envolvimento do parlamentar fluminense com uma eleição municipal até então. Ao menos avaliando por seus discursos na Câmara, não me ocorre nada parecido. A meu ver, aquele engajamento só seria superado em 2016, quando Flávio Bolsonaro, seu filho mais velho, candidatou-se à Prefeitura do Rio.

Em outubro de 2012, o deputado-capitão subia à tribuna para discursar: “Atenção, povo paulistano, vocês vão votar no pai do kit gay, no homem que não tem compromisso com a família. E, para o PT, esculhambar a família é o caminho para se perpetuar no poder. (...) Ao assumir a Prefeitura, [Haddad] vai impor o kit gay, estimulando crianças de 6, 7, 8 e 9 anos de idade a serem homossexuais”<sup>336</sup>. No dia seguinte a essas palavras, voltou à carga contra Fernando Haddad, o ministro da Educação responsável pelo “Escola Sem Homofobia”: “Haddad tem uma política de estímulo à pedofilia, e isso está publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2010. (...). Povo paulistano, se quer que o seu filho aprenda a ser homossexual, que a sua filha aprenda a ser lésbica, que seu filho de 6 anos, 7 anos de idade aprenda a ser gay, vote no Haddad em São Paulo!”<sup>337</sup>.

Não havia “kit gay”, não havia uma didática aliciadora, não se conhecem indícios de um fechamento do regime baseado no ataque às famílias, nem nada disso. Imagine uma política de estímulo à pedofilia publicada no Diário Oficial? Isso foi falado no Plenário Ulysses Guimarães, como se fosse um exercício adequado do artigo 53 da Constituição — aquele sobre a liberdade de opinião dos parlamentares. Eram falsidades empilhadas.

Difícil dizer se havia um interesse real em impedir que o petismo chegasse ao comando da maior cidade do país. Talvez o que interessasse ao capitão reformado era a oportunidade de reavivar sua narrativa de sucesso. Ou ainda, aparecer como alguém que discute questões nacionais. Afinal, já no primeiro semestre de 2014 descobriríamos que o militar reformado tinha planos de candidatar-se à Presidência da República no pleito daquele ano ainda<sup>338</sup>. A visibilidade que, com todas as armas, se esforçava em granjear, poderia estar a serviço dessa meta.

Fato é que esses discursos não eram um rompante de outubro de 2012. No fim de 2011, já mostrava que estava mirando os rumos eleitorais do ministro da Educação: “Será que Haddad, como Prefeito de São Paulo, vai implementar a cadeira de homossexualismo nas escolas de primeiro grau?”<sup>339</sup>. Em tempo, perceba-se que, na fala de Bolsonaro, um recurso pedagógico antidiscriminação, de uso eletivo, virava ensino de homossexualidade para crianças em caráter obrigatório, com previsão na grade. No verão de 2012, com a campanha eleitoral ainda longe, em uma entrevista que concedeu a Danilo Gentili na TV Bandeirantes, fez questão de gastar tempo falando do petista: “Quero lembrar ao povo paulistano que ele [Haddad] é o pai do kit gay”<sup>340</sup>.

Por algum dos motivos que elenquei (ou outros, ou todos eles), o deputado cujas bases eleitorais mais fortes, tradicionalmente, estavam na área da Vila Militar do Rio e no município de Resende, sede da Academia Militar das Agulhas Negras<sup>341</sup>, se ocupava agora da política paulistana — fato sem par em sua trajetória, de acordo com o que pesquisei. Nada de falar da candidatura do socialista Marcelo Freixo ao posto de alcaide carioca. Haddad é quem lhe dava escada e que permanecia na alça de mira. Concretamente, a candidatura municipal do ministro petista permitia a Bolsonaro desfilar quimeras às audiências.

No início de 2013, com as eleições para as comissões na Câmara, Bolsonaro ganharia novas oportunidades de disseminar suas narrativas. Quando se associou ao deputado e pastor Marco Feliciano e os conservadores tomaram o controle da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, ele gostava de dizer que havia acabado a “farra gay”<sup>342</sup> ou o “reduto gay”<sup>343</sup> no colegiado. A rigor, tratava-se de uma informação que não primava pela verdade a respeito do, até que

se prove o contrário, amplo e sério trabalho na comissão. Na ocasião, o deputado-capitão teria uma pauta mais extensa, incluindo elementos de punitivismo, como a redução da maioria penal e um forte discurso contrário aos “defensores de Direitos Humanos”<sup>344</sup>. No entanto, seus engodos sobre políticas públicas antiLGBTfóbicas teriam ali um palco importante.

O próprio capitão salientava o novo contexto da comissão: “É diferente daquela de anos anteriores, que defendia gay, kit gay, tudo quanto é sacanagem para a sociedade”<sup>345</sup>. Havia novas prioridades: “A maior defesa desta Comissão, eu tenho certeza, está na mente e no coração de todos os que agora estão aqui: é a defesa das crianças. Nós não assistiremos aqui a seminários LGBT infantil, com pessoas estimulando crianças de 5, 6 anos a fazer sexo – já seria um absurdo se fosse do sexo oposto – com uma pessoa do mesmo sexo. Nós não veremos mais isso aqui. Eu me lembro do meu tempo de garoto, Sr. Presidente – meu pai é católico –, eu tinha quadro enorme da imagem de Deus, com os braços abertos, dizendo: Vinde a mim as criancinhas’. Esta Comissão aqui... pelo amor de Deus! O alvo eram as criancinhas. Queriam inseminar a semente da discórdia nas famílias substituindo as crianças nas escolas”<sup>346</sup>.

A comissão foi um tenso palco de disputas entre Bolsonaro e cidadãos e autoridades. A própria Tatiana Lionço, deturpada e difamada por vídeo do deputado, conta de uma ocasião em que fez o enfrentamento às novas diretrizes e àquelas pessoas na base do grito<sup>347</sup>. Depois de um desses entreveros, Cristiano Lucas Ferreira, professor de ensino fundamental no Distrito Federal, acabou se tornando estrela de um dos vídeos no canal do parlamentar fluminense.

Cristiano – que, como Tatiana Lionço, era militante da “Companhia Revolucionária Triângulo Rosa” – trouxe sua



versão do enfrentamento. Disse que houve empurrões ao seu grupo de militantes, foi feito uso da força contra um jovem de 14 anos, ele partiu em sua defesa e ouviu ofensas homofóbicas. Seria o próprio Bolsonaro quem filmava tudo. “Foi aí que gritei ‘Sou viado, sim. Sou viado e com orgulho’. Nisso, o Bolsonaro olha para mim e quebra a mãozinha. Sabe quando você quer pejorativamente chamar alguém de gay? Aí fui e mostrei o dedo para ele. E deu no que deu”<sup>348</sup>. O “deu no que deu” era um vídeo no canal de Jair, devidamente viralizado e assistido por milhares de pessoas. Em “ENSINO PÚBLICO E MACONHA DE QUALIDADE”, o deputado dizia que o “Plano Nacional de Cidadania LGBT” (“kit gay 2”) faria com que aquele tipo de professor fosse modelo para toda a rede<sup>349</sup>. Havia imagens de Cristiano se dizendo viado, mostrando o dedo para a câmera, em fotos de protestos fora dali com cartazes como “Queremos maconha e ensino público de qualidade” e “Meu cu é revolucionário”, e fazendo intervenções durante o “9º Seminário LGBT no Congresso Nacional” (aquele de 2012). O “polêmico deputado” teria também divulgado a matrícula funcional de Cristiano Ferreira. Em razão dessa exposição, centenas de e-mails teriam chegado à Secretaria de Educação de Brasília pedindo sua exoneração<sup>350</sup>.

O vídeo é feito por um parlamentar, com uso de recursos públicos, para atacar Cristiano. O impacto na sua vida deve ter sido enorme. Havia muito de oportunismo, elementos persecutórios e outros absurdos no material. Segundo publicou o professor em seu Facebook, “se já não bastasse insinuar que sou pedófilo e incentivador da homossexualidade na infância, agora [Bolsonaro] tem utilizado imagens de minha participação na Marcha da Maconha em Brasília para me colocar como um apologista do uso de drogas”<sup>351</sup>. Não havia qualquer contextualização de informação. As intenções pareciam mesmo questionabilíssimas.

Todavia, em relação ao fio que seguimos neste livro, atendendo para falsificações e pantomimas, é preciso anotar diferenças, ainda que seja de graus. Nesse sentido, um dado da realidade é que, embora publicar um vídeo como esse seja grave, não havia uma montagem flagrante (beirando o inacreditável) como a que foi feita com Tatiana Lionço. É flagrantemente questionável, por exemplo, que Cristiano fosse “o modelo de professor” eleito pelo Plano Nacional de 2009. Afinal, o plano era justamente sobre diversidade e pluralidade, não sobre um padrão de educador, no singular. No entanto, em que pese o efeito devastador em suas vidas pessoais, para fins do que viemos desenvolvendo nas últimas páginas, o procedimento em relação à veracidade das coisas é distinto. O digo fazendo questão de anotar que não estou discutindo a gravidade do que cada um sofreu. Cristiano teve uma informação verdadeira sobre si divulgada que poderia ter lhe valido consequências gravíssimas — me refiro à sua matrícula profissional. Aqui, no entanto, me interessa tratar de veracidades, falsidades e as infinitas nuances desse universo.

É difícil precisar quais táticas embusteiras e quais falcatruas se passaram nos canais de Jair Bolsonaro. Seu investimento em plataformas digitais e redes sociais teve um salto na década de 2010, justamente o tempo em que o parlamentar fluminense achou uma trilha para um sucesso inédito tendo por base uma narrativa mentirosa e LGBTQIA+fóbica (o “kit gay”)<sup>352</sup>. Na introdução deste volume, indiquei como investi mais pesadamente na pesquisa de discursos, notícias de jornal e participações do deputado-capitão em programas de TV. Aproveitando-me de sua disponibilidade e fartura, fui fundo nesses tipos de documentos. Há, por outro lado, aquela classe de materiais não contemplados somente porque são inacessíveis. Já citei o exemplo específico de seus boletins

informativos, enviados a seus potenciais eleitores desde os anos 1990. Com seus canais digitais o que passa é distinto: o volume de informação é tamanho que a capacidade de processamento desse escriba não é suficiente. Há um tanto explorado, mas muito ainda a ser repassado por pesquisadores do futuro.

Em seu canal no YouTube, entre o início das atividades na plataforma, em 2010, até o começo de 2018, há cerca de 600 vídeos do deputado Jair Bolsonaro. Excluído o ano de sua candidatura à presidência e todo o resto que se seguiu, quando já morava no Palácio do Planalto, aquilo que foi publicado nesse intervalo, e segue disponível, totaliza mais de 57 horas de material. Mais da metade do que foi postado (e foi mantido lá até hoje) são clipes de até três minutos. Há uns poucos de uma ou duas horas de duração.

No que tange às visualizações, os números podem ter crescido com espectadores mais recentes se ocupando de assistir a vídeos antigos de seu presidente. Em dezembro de 2021, esses 600 e poucos filmetes alcançaram 48 milhões de visualizações. O valor é puxado por vídeos que viralizaram e alcançaram audiência na casa dos milhões. Só o pódio formado por “Bolsonaro Presidente: imperdível” (2014), “Bolsonaro escova Maria do Rosário” (2014) e “O que aconteceria se um homossexual fosse humilhado em voo da TAM?” (2015) soma mais de 10 milhões de visualizações. Em termos de quantidade de vezes que foram assistidos, a mediana desses cerca de 600 vídeos fica na casa de 22 mil *views*.

É possível dizer, então, que a maior parte dos vídeos publicados por Jair Bolsonaro em sua página, quando deputado, é de duração curta e assistida por um grupo de poucas dezenas de milhares de pessoas. Sabe-se, contudo, que, até mesmo por serem arquivos digitais leves, eles podem ser distribuídos por outros canais, alcançando um público maior.

Não passei por todo o conteúdo, assisti a algumas dezenas de vídeos. Uns especialmente longos, em que são reproduzidas participações suas em programas de televisão, por exemplo. Há, ainda, entre os vídeos publicados no canal, aqueles que são a reprodução em imagem de discursos feitos pelo deputado-capitão na Câmara. Pelo que auferi, creio que centenas tenham essa característica. E é possível que, no formato de texto, eu tenha passado pela totalidade ou imensa maioria de seus discursos na tribuna da Câmara durante minha pesquisa. No entanto, do resto, um tanto pode ter me passado despercebido. O que implica que muitas outras farsas, dubiedades e amplificações podem ter sido publicadas nesse formato e escapar a esse e a outros livros desta série.

Inclusive, registre-se, aquela minha proposta de estabelecer um marco (metafórico) para o momento em que o capitão reformado convidou cidadãos a fazerem a curva para uma espécie de “realidade paralela”, avançando em um mundo de coisas que só existem lá, pode se mostrar furada. É possível que tenha ocorrido algo mais digno de ser apontado como marco simbólico antes de “DEUS SALVE AS CRIANÇAS” e o assim nomeado “9º Seminário LBGT Infantil”, de junho de 2012.

Tabulando informações do canal, agregando dados e olhando para os títulos dos vídeos, verifiquei padrões semelhantes ao que tinha encontrado pela análise dos discursos. Uma proposição feita no volume II desta série se reforça: Jair Bolsonaro chega à ribalta com o estandarte da LGBTQIA+fobia, conquista os palcos, e, dali a uns anos, sem abandonar o “kit gay” e outros elementos de sua narrativa, passa a focar em outros temas. Considerando os títulos dos vídeos, em 2010 e 2011, as tensões em torno da não heterossexualidade e as ações do poder público eram tema central em 30% dos vídeos. Entre 2012 e 2015 essa taxa fica em torno de 10% do conteúdo ali

postado. Em 2016 e 2017, apenas um em cada 100 vídeos foi publicado com um nome que remetesse a temas de sexualidade.

Provavelmente, como auferi por outras fontes, a LGBTQIA+fobia de Bolsonaro foi sendo, ao mesmo tempo, suavizada e integrada a um discurso mais amplo. Quero dizer, aquilo que chamo<sup>353</sup> de “super narrativa”, que descrevia o governo petista como um projeto de ataque às famílias e agigantamento do Estado, em vias de, pretensamente, tornar-se uma “ditadura do proletariado”, já o ocupava um tanto mais. As questões públicas em torno da sexualidade passavam a ser abrigadas sobre um guarda-chuva maior.

Avaliando as métricas do canal do parlamentar fluminense, percebi que aqueles vídeos que, pelo título, consigo categorizar como centralmente voltado a questões LGBTQIA+ até ostentam números melhores que o conjunto geral. Em termos de visualizações, têm média quase 100% maior e mediana quase 50% maior do que o que se auferi quando considerados todos os 600 e poucos vídeos. É oportuno lembrar aqui que o discurso que denominei “Veados & Guepardos”, proferido em 11 de novembro de 2010 na Câmara, é a pedra fundamental que marca o início do canal. Digo, é possível que o canal tenha sido desenhado inicialmente para dar vazão a conteúdo LGBTQIA+fóbico. Apesar disso, na estratégia geral de Bolsonaro, claramente esse tipo de conteúdo vai perdendo espaço ao longo dos anos.

A história *fake* do “kit gay” foi o motor de arranque do canal, mas logo ela cederia espaço para outras tantas cantilenas. Vídeos como “O PL 122 NÃO MORREU”<sup>354</sup> (2014) ou “BOLSONARO: SEXUALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS POR INFLUÊNCIA DA ESCOLA”<sup>355</sup> (2017) manteriam a narrativa LGBTQIA+fóbica do parlamentar fluminense viva e sem grandes alterações. Politicamente, entretanto, ela se tornaria cada vez mais uma carta a compor uma canastra um tanto mais variada.

## 1964 ONTEM E HOJE

EM SETEMBRO DE 2011 a discussão sobre a Comissão Nacional da Verdade esquentou de vez no Congresso. O deputado-capitão, que ocupava um assento na Câmara desde a legislatura que seguiu à Constituinte, seria a mais estrondosa voz em defesa do que fizeram os militares quando tomaram a República. O fato, externo a qualquer estratégia que tivesse, mas ao qual ela deveria reagir, foi ensejo para que, por anos a fio, passasse seus argumentos pró-regime.

Ainda que tenham ocorrido antes dos marcos de novembro de 2010, neste livro acabei trazendo alguns eventos relacionados à atuação antes da seção que marca essa “Grande Virada”. O fiz no trecho em que me refiro a discursos que Bolsonaro absorvia de outros, sem ser seu principal organizador. Sobre o regime militar ele aprendeu, mais que tudo, em seus muitos anos de Exército. Sua visão sobre a ditadura de 1964 era moldeada pela caserna. Em seu discurso, a reproduzia.

O golpe, para Bolsonaro, teria sido uma “Contrarrevolução” de caráter democrático; que atendia o clamor popular; que era necessário diante de um plano de “comunização” (posto em prática pela esquerda desde 1961, e que lançava as bases de uma “guerra suja” à qual os militares estariam somente reagindo). Teria se sagrado um regime em que havia não só educação, saúde e emprego, mas plenitude de direitos humanos e de liberdades; em que tortura e mortes de opositores não eram política de Estado e, sim, “fatos isolados” (tomados como necessários e/ou merecidos quando eventualmente admitidos); em que não havia “perseguidos políticos” e só “bandidos comuns” (tratados com a “devida autoridade”); entre outros pontos.

A maior parte dos elementos que trazia — aprendidos em meios militares, embora disputados socialmente no Brasil há décadas — não encontrava eco no que foi apurado pelos historiadores. O falseamento, por vezes, era gritante. Havia, também, a névoa que ele lançava a respeito de pessoas concretas. Páginas atrás, mencionei suas referências ao que seria o passado de alguns personagens da política nacional, petistas em sua maioria. O capitão citava pontos nem sempre fidedignos de suas atuações políticas nos anos 1960 e 1970 como se revelasse ao público o conteúdo de dossiês inquestionáveis.

Sem embargo, no uso dos seus ficheiros o mandatário não se atinha somente àqueles que disputavam com ele os palmos do chão dos prédios oficiais de Brasília. Há muitos personagens mais. E, como de costume, no seu contar, há muito que adultera. Sua versão sobre o caso Herzog — “suicídio acontece, pessoal pratica suicídio”<sup>356</sup> — é um exemplo claro. O volume I traz uma porção de casos análogos<sup>357</sup>. Uma historieta que o capitão parece ter um papel especial em promover, e vale desenvolver mais aqui, é sobre uma suposta conexão entre Carlos Lamarca e Rubens Paiva.

O militar reformado, que por muitas vezes contou de sua suposta colaboração contra a esquerda na adolescência, ajudando na caça dos militares a Lamarca nas matas do Vale da Ribeira, aproveitava a história para alfinetar a família Paiva. Dizia que aquela gente, influente na região em que cresceu, teria dado apoio à organização guerrilheira de Lamarca. No jeito Bolsonaro de contar, a morte de Rubens Paiva seria um justicamento da organização por algum desentendimento entre “companheiros”<sup>358</sup>. A história enganava a boa-fé de quem a dava ouvidos, fazendo confundir Rubens Paiva e Jaime Paiva, pai e filho, afastados justamente por convicções políticas<sup>359</sup>, além de tentar escamotear o fato de que Rubens Paiva fora assassinado pelo regime<sup>360</sup>.

Antes de voltar à Comissão Nacional da Verdade e a 1964, recupero uma ideia explicitada no livro anterior a este<sup>361</sup>. Lá contei como, aos poucos, Bolsonaro foi integrando as políticas antiLGBTfóbicas dos governos petistas, ou a versão fantasiosa que fazia delas, em uma espécie de “super narrativa” de fundo anticomunista. As raízes do discurso do deputado-capitão sobre um “projeto de poder” petista remontam ao Estatuto do Desarmamento, na década anterior. Naquele volume II demonstrei como a convergência entre essa linha discursiva anticomunista e tudo aquilo que ele vinha falando, desde novembro de 2010, a respeito de questões sexuais, foi intrincada e precisou de uma lapidação. Político experimentado, mesmo que na base da tentativa e erro, acabou achando um caminho.

Apesar de falar em “projeto de poder” há tempos, foi em seus últimos anos na Câmara, mais notavelmente após a eleição de 2014, que investiu na ideia de que o PT faria tudo para se manter no poder e implantar uma ditadura comunista. Como veremos aqui, tudo que viesse a dizer, com alguma adaptação, era convertido em um alerta de que as intenções tirânicas dos vermelhos estavam sendo colocadas em curso. Isso, a que chamo de “super narrativa”, pela sua capacidade de colocar tudo mais sob sua alçada, implicava que era preciso suspeitar do governo em tudo e se juntar a quem estivesse disposto a fazer a mais dura oposição — leia-se, ele mesmo.

A Comissão Nacional da Verdade, um fato externo a que teve que reagir, começou seus trabalhos depois de sua “Grande Virada” e chegou ao seu fim um pouco antes que tivesse alinhado todo seu discurso na “super narrativa”. Entretanto, é inegável que ela ofereceu trilhas para que passasse do foco em LGBTQIA+fobia para uma ênfase discursiva em um feroz anticomunismo. Com sua oposição aos trabalhos da CNV, o que veríamos ficaria muito além de suas primeiras críticas ao



“projeto de poder” petista. A comissão multiplicava as oportunidades de o parlamentar fluminense levar às tribunas e mídias a versão da caserna sobre 1964. Nela, desde tempos imemoriais, os socialistas eram o inimigo por excelência.

A inevitável crispada entre o governo petista e militares, em meio à disputa pela verdade histórica ensejada pela comissão, dava ao deputado-capitão muita munição para retratar os vermelhos de hoje como uma cópia dos vermelhos de ontem. Sustentava que uns e outros, no fundo, sempre nos quiseram levar para (os rumos de) Cuba. “Cubanização” é uma expressão que Bolsonaro citou mais vezes em seus discursos do que “saneamento básico”, por exemplo<sup>362</sup>. Nesse retrato, repetindo como farsa embates de cinquenta anos antes, ele e os seus surgem como os cruzados que poderiam impedir a “ditadura do proletariado” e manter a salvo as pessoas de bem e nossas criancinhas. Nessa guerra a verdade seria vitimada muitíssimas vezes e de muitos modos.

A fase de enunciar farsas em torno de coisas específicas como livros e filmetes já tinha ficado para trás faz muito tempo. A abstração crescente era a condição para contar tantas histórias e fazê-las se encaixar em uma narrativa grandiosa. Uma boa conspiração tem esse quê de intangível. E pode ganhar uma infinidade de braços tal que quem a escuta e nela crê se vê cercado por uma legião de inimigos. As fabulações de Bolsonaro cada vez mais se localizavam em planos como esses. Naturalmente, se valeriam de elementos concretos. Não obstante, quando esses nacos de realidade (ou “realidade”) eram mencionados, logo seriam posicionados no discurso como que para apontar para algo mais grandioso. Toda vez que surgissem logo seriam agregados e se tornariam novos capítulos de uma denúncia fundamental, constantemente reiterada e atualizada — qual seja, a de que o PT surrupiaria as liberdades e imporia uma ditadura.

Em todas as vertentes dessa história levantadas pelo capitão, poderia haver um razoável quinhão de engambelação. Falsidades postas no nível concreto, no abstrato ou no que os intermediasse. Ou, senão falsidades, um entremeado de afirmações que, se por um lado seriam difíceis de comprovar, por outro também se mostram difíceis de refutar. Distintas classes de não verdades-verdadeiras que, juntas, cimentavam-se. Para quem comprasse algumas dessas histórias, o passo subsequente poderia ser, além de ampliar sua confiança no emissor, ver na fábula seguinte mais um ponto a reforçar o argumento mais geral de que havia um risco iminente para o país e que só Bolsonaro seria capaz de nos salvar.

Na década anterior, o “sindicalista da caserna” alertava que o PT preparava arapucas e logo teria a maioria do Congresso, impondo uma “ditadura pelo voto”. O pretenso fechamento do regime pelos petistas sem recurso à violência se apoiaria em coisas como barganhas com cargos em troca de apoio congressual<sup>363</sup>, o Bolsa Família (para ele, um programa que fidelizava os “que pensam apenas com o estômago”<sup>364</sup>) e medidas como a reforma política (expressava aguda desconfiança do voto em “lista fechada”<sup>365</sup>). Em outra linha, o capitão afirmava que o partido agia para desarmar a população e, logo depois, usar seus braços armados como MST e MTST para subverter a ordem e instaurar seu poder absoluto<sup>366</sup>.

Na década de 2010, em especial em sua segunda metade, essa história ganharia contornos mais complexos. Com todos os novos elementos, a ambiguidade fundamental de seu discurso permaneceria: a tirania petista poderia ser imposta por meios eleitorais convencionais ou pela foice. Algo que, de acordo com o que sinalizou certa vez na Câmara, provavelmente remete à oposição verificada nos anos 1960 entre PCB e PCdoB no que tange à opção ou não pela luta armada<sup>367</sup>. No novo momento, o perigo vermelho ainda teria duas faces.

No entanto, agora, no retrato que Bolsonaro apresentava, a trama era mais elaborada e se afigurava muitíssimo mais conectada a outros países, envolveria mais medidas governamentais, táticas mais sofisticadas, entre outras inovações discursivas do deputado-capitão.

Nas páginas seguintes, tentarei chegar às linhas gerais das ideias que veiculava. Haverá uma exceção importante, de um aprofundamento muito necessário. Contudo, a intenção mais geral é sintética. É bem verdade que nem todos os elementos surgiram em seu discurso ao mesmo tempo, mas a ideia é alcançar uma estrutura básica do que, em seus últimos cinco anos de Câmara, constava em seu discurso. Estamos no intervalo de tempo em que a “super narrativa” bolsonariana se torna mais aprumada.

Dado que a fala de Bolsonaro, por vezes, parece um tanto desarranjada, e aqui trago os ramos organizados, em um formato resumido, o leitor pode estranhar o arranjo. A rigor, ao capitão parecia interessar mais o caos mental causado por uma miscelânea de ameaças imaginárias do que a formatação de uma dissertação coerente sobre eventuais riscos, devidamente ponderados. Além da coerência, a fidedignidade também seria sacrificada por ele nos púlpitos e auditórios.

Conforme pregava Bolsonaro, o PT, partido que vinha alcançando sucessivas vitórias no Executivo Federal, não deixaria o poder. Ao contrário, conforme o capitão, expandiria seu jugo até imperar sobre indivíduos, famílias e demais grupos. Havia um norte claro: a implantação de um regime socialista ou comunista – as diferenças, para o parlamentar fluminense, pouco importavam. Bolsonaro falava também em “ditadura do proletariado”. Por vezes tratava esse totalitarismo como um horizonte possível, por vezes como um fato iminente, e em outras ocasiões ainda falava como se fosse algo que já

estávamos vivendo. Portanto, nesse arcabouço havia os maus, havia um destino terrível e havia uma urgência.

Já de antes, mas sobretudo depois do advento da Comissão Nacional da Verdade, Bolsonaro retratava os petistas como um prolongamento no tempo dos comunistas revolucionários que, nos anos 1960 e 1970, haviam pegado em armas para subverter a ordem. Lembrava 1964 e traçava linhas de continuidades e paralelos. O MST exerceria o papel das Ligas Camponesas e por aí vai: “Sinto que o atual momento do Brasil está pior do que o pré-1964”<sup>368</sup>. Quando revivia o passado (ou o seu modo próprio de contá-lo), o militar reformado não falava tanto de Moscou ou Pequim. Havana é que parecia a coluna comuna fundamental do globo terrestre. O exemplo próximo da ilha unificava presente e passado. Quando Lula visitou Cuba, em fevereiro de 2010, Bolsonaro pareceu ter avivado sentimentos anticomunistas<sup>369</sup>. E, nos anos seguintes, falaria muito de Cuba e de cubanos.

Mas não só. Os países latino-americanos com presidentes de esquerda apareceriam frequentemente em seu discurso: Uruguai, Argentina, Bolívia, Equador... e, claro, Venezuela — a maior parte deles mais frequentemente lembrada em pronunciamentos de 2013 em diante<sup>370</sup>. O capitão reformado se referia a esses países como se fossem entes federados em unidades maiores, em uma cooperação sorrateira para levar o continente na direção do mesmo regime comunista que aprendeu a odiar. O Foro de São Paulo, os “países bolivarianos”, ou mesmo a Unasul (União das Nações Sul-americanas), eram tratados como redes ou *bureaus* inteiramente voltados às estratégias para instauração de “ditaduras do proletariado” por todo solo sul-americano.

O parlamentar fazia parecer que essas instâncias, além de obscuras, no fundo eram a mesma coisa: “Minha grande

preocupação é com o Foro de São Paulo, com os países bolivarianos que se ajudam”<sup>371</sup>. Ou, sobre a Unasul: “Não tem muita diferença do pessoalzinho do Foro de São Paulo”<sup>372</sup>, “Cuba não faz parte deles, mas está no bolo”<sup>373</sup>. Nunca vi Bolsonaro citando as Internacionais, por exemplo. O socialismo era algo que nos cercava nas fronteiras imediatas ou em terras próximas e era difundido (sub-repticiamente) pelo poder central brasileiro.

Ainda tem um tanto mais nesse plano externo. Pois não bastava a ideia de que toda a esquerda sul-americana cooperava para impingir aos patriotas a “ditadura do proletariado”. Bolsonaro convocava outros aliados para esse Eixo do Mal. No clube de amigos do governo, incluía regimes de países muçulmanos. Essa manobra poderia a princípio soar estranha, mas fazia parte de uma tentativa de associar o PT ao “terrorismo”. Se o que houve em 1964, segundo ele, eram “bandidos comuns” praticando “terrorismo”<sup>374</sup>, em seus discursos o deputado-capitão atualizava essa lógica<sup>375</sup>. Ainda que menos citados que os vermelhos latino-americanos, Irã, Líbia, ISIS, “norte da África”<sup>376</sup>, entre outros, podiam surgir em seus discursos e entrevistas, como tentativas de conectar o PT ao “terrorismo”. Nos encadeamentos do capitão, as FARC, da Colômbia, também podiam cumprir esse mesmo papel.

Ficava posta, por sua parte, uma certa salada no tempo e no espaço, como a dessa frase: “Dilma Rousseff, inclusive, pertenceu a várias entidades criminosas semelhantes às FARC ou à Al-Qaeda, como a VPR, a VAR-Palmares, a Colina”<sup>377</sup>. Nessa outra, descreve um plano que conecta os médicos cubanos chegados ao país ao mais sanguinário terrorismo fundamentalista islâmico: “Após a possibilidade de termos, no nosso Brasil, atentado terrorista praticado possivelmente pelo Estado Islâmico, esses [médicos] cubanos poderiam potencializar o caos em nosso Brasil. A quem interessa o caos?”<sup>378</sup>.

Referia-se ao PT. Havia um nítido esforço de aproximar – se possível, na mesma frase, de forma encavalada – a esquerda brasileira, de ontem e de hoje, a regimes e organizações, tudo sob o totem do terrorismo.

Em tempo: quando citava esses países, costumeiramente o deputado aproveitava a ocasião para afirmar que lá mulheres eram consideradas cidadãs de segunda categoria e homossexuais eram condenados à morte. Já buscando apresentar-se como nem tão inimigo das causas assim, sugeria que o PT, sendo (pretensamente) aliado dessas nações, não deveria ser tão defensor das causas femininas e LGBTQIA+ como queria fazer parecer<sup>379</sup>.

No balaio de povos que, segundo Jair Bolsonaro, poderiam colaborar para, com base no terror, desestabilizar nosso regime em favor do PT, cabia um tanto mais de gente. Lá pelos idos de 2015, quando passou a paquerar a xenofobia como vertente de seu discurso<sup>380</sup>, podia se referir a haitianos, senegaleses, bolivianos, venezuelanos, angolanos, “gente do Estado Islâmico”<sup>381</sup> e outras “escórias” como ameaças para nossa paz.

O caso dos haitianos era referido de modo mais concreto: eles estariam em São Paulo, concentrados em muitos milhares, incluídos no Bolsa Família do PT pelas mãos do então prefeito Haddad (na verdade, a inclusão de estrangeiros se tratava de uma ação do Ministério do Desenvolvimento Social<sup>382</sup>), e já apontados para engrossar as fileiras da bandidagem terrorista vermelha: “Agora se está dando Bolsa Família para haitiano. Dinheiro do povo, de imposto do povo, para haitiano... que pode ter certeza, vão engordar o exército do MTST”<sup>383</sup>.

Essa era só uma das histórias xenófobas que o deputado-capitão sustentava para alimentar o medo de um caos iminente e de uma ditadura porvir. A principal delas, no entanto, envolvia os cubanos em nosso território. De acordo

com a narrativa bolsonariana, o programa “Mais Médicos”, instaurado em 2013<sup>384</sup>, tinha duas funções. De um lado, ajudava a sustentar a ditadura castrista, com envio de dinheiro brasileiro para Havana<sup>385</sup>. Afinal, supõe-se, em uma cooperação internacional deste porte, uma mão tem que lavar a outra. O militar reformado chegaria a dizer que o dinheiro do “Mais Médicos” enviado a Cuba era retribuição por Havana ter financiado a luta armada no Brasil nos anos 1960-1970<sup>386</sup>; diria, também, que os valores iriam para o “fundo partidário” de Fidel Castro<sup>387</sup>. Por outro lado, o programa seria uma ardilosa trama de inteligência para trazer ao nosso território agentes infiltrados “fantasiados de médicos”<sup>388</sup> e ajudar o PT a alcançar seus objetivos, algo similar ao que teria ocorrido no Chile de Pinochet e, naquele tempo, de acordo com ele, estaria ocorrendo na Venezuela.

O militar reformado desafiava o governo a provar que os médicos que chegavam ao país eram médicos e não agentes ou militares<sup>389</sup>. Partia do princípio de que se tratava da imigração de um “exército de cubanos infiltrados”<sup>390</sup>. E, como tropa, estavam aqui para uma missão. Segundo dizia o capitão do Exército Brasileiro, os caribenhos não teriam muita opção a não ser pôr em curso o plano, uma vez que, consoante Bolsonaro, essa legião teria seus familiares mantidos como reféns do regime castrista<sup>391</sup>. O parlamentar fluminense realçava que Cuba teria colaborado no Araguaia, enviando uma centena de homens para a guerrilha, e agora infiltrava milhares com o propósito de vermelhar o verde-louro de nossa flâmula<sup>392</sup>.

Assim afirmou o deputado-capitão em audiência pública na Câmara: “Qualquer cubano, antes de ter qualquer profissão, é um agente do Estado. E vocês querem lotear centenas de municípios com células de agentes do Estado que têm um compromisso com a ditadura cubana. (...) Por que Cuba, um

país miserável (...) forma tantos médicos? (...) Por que vocês querem impor esses agentes cubanos no nosso país? Para ter células de centenas de Araguaias pelo Brasil adentro?”<sup>393</sup>. Em outra ocasião, em seu Facebook, falou que além dos que estariam no campo, Brasil adentro, haveria os camuflados no interior do “Palácio do Planalto no assessoramento ao PT”<sup>394</sup>.

Bom, logo adiante na história, o PT saiu impichado e perdeu eleições presidenciais. O capitão dizia que, com a derrocada do Partido dos Trabalhadores, “o Brasil está na iminência de mergulhar em um banho de sangue”<sup>395</sup>. Não se tem notícia de ações de cubanos ou haitianos engajados em arapongagens ou barricadas para manter o partido no poder. São histórias levantadas e nunca sequer perto de comprovadas. Nem os serviços de inteligência do governo Bolsonaro, hoje a cargo de um general tão anticomunista quanto o capitão reformado que o comanda, externaram evidências dessas teias. Como os haitianos do MTST e os cubanos infiltrados via “Mais Médicos”, havia, na retórica do “perigo vermelho” enunciada pelo capitão, uma porção de outras histórias que conectavam o governo petista a terroristas ou comunistas — o que, no fundo, como Bolsonaro pintava, seriam a mesma coisa.

Passemos por diversas supostas conexões petismo-terrorismo. Um primeiro exemplo pode ser o das circunstâncias em que o militar reformado recuperava a sugestão de Lula de que as FARC deveriam formar um partido e disputar eleições, para sugerir um apoio do líder esquerdista a que terroristas (pretensamente aliados) chegassem ao poder<sup>396</sup> em um país vizinho. Na verdade, na fala do ex-presidente havia um incentivo para que a organização colombiana abandonasse a luta armada, que seria coisa do passado na América Latina<sup>397</sup>.

Um outro caso se deu depois de a ABIN localizar um post no Twitter, publicado em português por integrante do



Estado Islâmico (ISIS, da sigla em inglês), fazendo ameaças ao país<sup>398</sup>. O deputado-capitão, sem se preocupar em atestar, falava da presença do Estado Islâmico em nosso território<sup>399</sup>. Aproveitava-se do escorregão de Dilma, que, em meio à crise do Estado Islâmico na Síria, lamentou o bombardeio dos EUA defendendo o “diálogo, o acordo e a intermediação da ONU”<sup>400</sup>, para passar uma impressão de proximidade entre PT e ISIS<sup>401</sup>. A proximidade de Lula e Kadafi também era explorada. Referia-se a uma doação que o ditador líbio teria feito ao PT em 1981<sup>402</sup>. Nesse caso, excepcionalmente, citava dado objetivo: as aspas de depoimento do líder indígena Marcos Terena no Senado, em 2008, mencionando a tal contribuição financeira nos anos 1980<sup>403</sup> (não confundir com relato do que seria outra doação de Kadafi ao PT em 2002, história que constou na delação de Antonio Palocci, em 2017<sup>404</sup>).

Também entrava no mesmo saco do terrorismo islâmico-petista outra polêmica valência de Lula no Oriente Médio: a aproximação do então presidente brasileiro e Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Irã, que havia se dado em meio às negociações internacionais a respeito do programa nuclear de Teerã. A Bolsonaro, claro, não interessava a alegação do governo brasileiro de que trabalhava pelo uso de urânio para fins pacíficos<sup>405</sup>. O que interessava era colocar lado a lado o petismo e “terroristas”.

Aliás, com esse nexo Irã-Brasil, de quebra e de forma politicamente astuta, o capitão reformado tornava o petista sócio de um plano de “varrer Israel”<sup>406</sup>. E não parava por aí. Quando foi assinado acordo de isenção de vistos para diplomatas iranianos, Bolsonaro passou a referir-se ao acordo<sup>407</sup>, subtraindo o fato de que se tratava de uma facilidade para o corpo diplomático oficial. Queria insinuar que terroristas

poderiam viajar daquele país “amigo” para o Brasil e teriam entrada facilitada por uma política do PT.

Os casos, todos muito distintos entre si, eram empilhados em discursos como provas de conexão entre “terroristas” pátrios, latino-americanos e árabes. Nesse consórcio, costurado, até que se prove o contrário, somente pela narrativa do deputado-capitão, os latino-americanos pareciam destinados a contribuir mais com ações de inteligência e os árabes com explosões e caos — à exceção, talvez, do que dizia a respeito dos haitianos.

Em 2015, Bolsonaro falou muitas vezes sobre uma passagem do livro “Uma ovelha negra no poder”, biografia do ex-presidente do Uruguai José Mujica. O trecho se referia à documentação enviada por Dilma para convencer Mujica a aceitar a retirada do Paraguai do Mercosul e a inclusão da Venezuela no bloco. Do livro, extraía: “Dilma Rousseff usa de espões venezuelanos e cubanos para tomar decisões de Estado”<sup>408</sup>. A checagem feita pelo site HuffPost Brasil observava: “De acordo com o livro, é verdade que a presidente Dilma usou informações do serviço de inteligência venezuelano e cubano, mas ela também usou do serviço brasileiro. Os autores não esclarecem qual tipo de dado foi apresentado, o que significa que as inteligências dos outros países poderiam ter o mesmo material da brasileira”<sup>409</sup>.

Amontando uma miscelânea de pequenas histórias, o “polêmico deputado” formava a imagem do petismo associado a uma densa rede global de comunistas e/ou terroristas, todos prontos a ajudá-lo a perpetrar o Grande Mal.

## QUITO, DEZEMBRO DE 2014

A UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (Unasul), iniciativa de integração dos doze países do continente, havia sido projetada inicialmente em 2004 e firmada em 2008<sup>410</sup>. Por muitos anos ganhou nenhuma ou quase nenhuma atenção real de Jair Bolsonaro<sup>411</sup>. Aquele esforço de cooperação entre países da América do Sul, amplo e ambicioso desde o princípio, tocava, entre outros temas, os da defesa. Também, pudera. O organismo havia nascido em meio a uma grave crise diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela. Uma ação militar colombiana contra tropas das FARC que estavam dentro do território equatoriano gerou fortes tensões na região<sup>412</sup>, favorecendo que a Segurança Regional se tornasse tema do novo grupo. Nem esse aspecto militar fez com que o capitão olhasse para o novo órgão. Em 2011, enquanto o capitão reformado Jair Bolsonaro focava em “kit gay”, o Conselho de Defesa da Unasul discutia temas como crime organizado transnacional e o desenvolvimento de tecnologias de aviões não tripulados e satélites<sup>413</sup>.

No momento em que o organismo elegia e sedimentava seus assuntos e suas razões de ser, Bolsonaro apontava para outras direções. Nada ali parecia ser de seu interesse político. Em 2013, quando mencionou o órgão pela primeira vez, não demonstrou familiaridade: criticou Dilma Rousseff pelo que seria uma “atitude patética (...) no Unasul”<sup>414</sup> [grifo meu]. Sequer sabia flexionar. A União das Nações Sul-americanas parecia mesmo distante de seu radar.

Esse seu desprezo pelo organismo logo mudaria. Em dezembro de 2014, em meio à Cúpula Extraordinária da Unasul, realizada em Quito, o capitão reformado mergulharia no tema politicamente. Em breve estaria fazendo alarde a respeito desse encontro de chefes de Estado até no palco do programa Raul

Gil<sup>415</sup>. Naquele dezembro de 2014, quando foi realizado o tal evento, Bolsonaro ganharia espaço na mídia pela reedição de seu terrível ataque à deputada Maria do Rosário, na linha “não te estupro porque você não merece”<sup>416</sup>. Quem se puser a ler aquele discurso verá que o “polêmico deputado” menciona a Cúpula Extraordinária da Unasul em Quito. Só com muita pesquisa descobri que o retrato que Bolsonaro faria do encontro teria repercussões de uma importância para o país que ninguém poderia prever ali.

Desde meados de 2014, meses depois de perder a eleição para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o parlamentar fluminense vinha investindo mais pesado contra o Foro de São Paulo. Mencionava a organização transnacional de movimentos e partidos de esquerda, no mais das vezes, para criticar acordos para compra de bananas do Equador<sup>417</sup>. Protestava pelo prejuízo à bananicultura brasileira. Seus discursos deixavam a impressão de que, em grande parte, falava em nome do seu Vale da Ribeira, já que a região onde ele tinha crescido liderava a produção nacional de bananas<sup>418</sup>. Algum tom conspiratório parecia posto desde sempre, mas ainda era morno em relação ao que viria nos anos subsequentes.

A influência do pensamento de Olavo de Carvalho ficaria cada vez mais inegável. Em novembro de 2010, marco que vez por outra reaparece aqui, Flávio Bolsonaro falava a seguidores no Twitter de seu interesse em se inscrever nos famosos cursos de Olavo. Pois bem, no ano de 2012<sup>419</sup>, o filho “zero um” de Jair, na qualidade de deputado estadual no Rio, já tinha se aproximado do ideólogo e dado a ele a medalha Tiradentes — a comenda mais importante do Estado. Em 2014, o livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, escrito por Olavo e lançado um ano antes, já era um *best*

*seller* estabelecido e influente no Brasil, levando as ideias do autor para além do público que o acompanhava na internet<sup>420</sup>. E, embora não se tenha registro de encontro pessoal entre eles, Olavo de Carvalho, radicado nos EUA, e Jair Bolsonaro já tinham tido pelo menos uma conversa pública em fevereiro de 2014.

O papo, promovido pela Rádio Vox e pela página Bolsonaro Zuero 3.0, em 13 de fevereiro de 2014, está disponível online. Tem a presença, ainda, de Flávio e Carlos Bolsonaro. O “zero dois” abre a conversa tratando o escritor como uma referência “para a nossa família em diversas opiniões e colocações”. Conforme disse Carlos, Olavo seria um expoente para todos os que se interessam em “expor o outro lado da moeda, porque nós estamos sendo massacrados pela ditadura da opinião imposta pelos comunistas”<sup>421</sup>. Assistindo a isso, a mim não pareceu nem um pouco fortuito que o Foro de São Paulo, mencionado mais de 50 vezes no *best seller* de Olavo, começasse a surgir com mais força nos discursos de Jair Bolsonaro justamente no ano de 2014.

E onde entram a Unasul e a Cúpula Extraordinária de Quito? Não creio que quando Jair se voltou à iniciativa tivesse em mente o artigo “Uma nova fachada do Foro de São Paulo”, publicado por Olavo de Carvalho em 2008, ano da fundação da Unasul. Naquelas linhas o escritor dizia que a União das Nações Sul-americanas foi constituída para ser “uma autoridade supranacional, um órgão do governo mundial, com poderes para impor o socialismo a todo o continente sem que os povos e nações envolvidos possam deter o processo ou interferir nele no mais mínimo que seja”<sup>422</sup>. A lógica de Bolsonaro era menos ordenada e sistematizada. Empilhava e atravessava fatos e factoides. Mas se afinava no espírito desconfiado e anticomunista.

Esses não eram traços só dos pensamentos dos dois. Um adensamento do que se chamou de “nova direita” já era perceptível. Nos idos de 2013 e 2014, o Foro de São Paulo não era um assunto exclusivo de fóruns de internet e coisas assim. Talvez não estivesse na “boca do povo”, mas se via, por exemplo, nas páginas de uma revista de grande circulação e importância histórica como a *Veja*.

Nas edições e no site da revista, a organização canhota aparecia citada em textos de articulistas como Felipe Moura Brasil<sup>423</sup>, Rodrigo Constantino<sup>424</sup>, Augusto Nunes<sup>425</sup> e Reinaldo Azevedo<sup>426</sup>. Moura Brasil, autor de prefácio ao *best seller* de Olavo, se destacava na centralidade que dava ao Foro quando comentava os assuntos nacionais. Seu artigo “Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil”<sup>427</sup>, de março de 2014, deixa isso evidente. Em todo caso, não parecia ser necessário ser um “olavista” para apontar o Foro de São Paulo como uma questão de interesse público.

Curiosamente, nesse mesmo universo não se via muitos articulistas dando atenção à Unasul. Aliás, embora tenha escrito sobre ela em seu nascimento, Olavo de Carvalho era outro que não parecia estar marcando os passos da União das Nações Sul-americanas. Ao menos não a encontrei citada em “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”. Aparentemente, era possível encontrar Olavo para fumar um cachimbo e caçar bisões na Virgínia sem conhecer a Unasul e não ser tomado por ele como um mentecapto.

São muitos os indícios de que Bolsonaro tentava fazer com a Cúpula Extraordinária de Quito algo similar ao que fizera com o seminário “Escola Sem Homofobia”, quatro anos antes. Claro, eram assuntos muito distintos um do outro. Livros e vídeos que favoreceriam o aliciamento de crianças eram uma coisa, os complôs internacionais dos comunistas eram outra.

No entanto, o ponto em questão é proceder do “polêmico deputado”, não do conteúdo de cada uma dessas histórias.

Na comparação com o “kit gay”, a narrativa de fins de 2014 oferecia uma inovação discursiva indubitavelmente menor. O apelo que essa história em específico suscitava também parecia ser de grau mais baixo. A bem da verdade, diferentemente do que se passava em novembro de 2010, em fins de 2014 Bolsonaro já era um político nacionalmente conhecido. De modo que não precisava mais de uma bomba que lhe abrisse os palcos. No entanto, de um ponto de vista de estratégia política, vejo muitos elementos em comum.

O primeiro deles é na relação da narrativa com o tempo. Como em 2010, a história da Unasul era algo que Bolsonaro levantava no fim de uma legislatura, após as eleições. Em tempos de Congresso já próximo de seu recesso, com menos movimento, pautas e discussões, o capitão tentava fazer seu carnaval. Além disso, seus dois fuzuês de fim de ano eleitoral, o de novembro de 2010 e esse agora de dezembro de 2014, conectavam os tempos: traziam um alarde presente apontando para uma ameaça futura. E, ainda, nos dois casos era possível perceber que as duas denúncias faziam papel de farol, uma vez que antecipadamente anunciavam o tom e a linha em que o “polêmico deputado” se concentraria na próxima legislatura. Isso foi assim tanto em fins de 2010, com o seminário, como em fins de 2014, com a cúpula.

O segundo aspecto comum que percebo é relativo à exclusividade do conteúdo e sua capacidade de se articular com os ventos políticos que sopravam. O “Escola Sem Homofobia” seria um trampolim para Bolsonaro. E, ao mesmo tempo, se entrosava com toda a ação da Frente Parlamentar Evangélica diante das políticas anti-homofóbicas que tramitavam no Congresso. Digo, o “kit gay” era denúncia com a marca do

deputado-capitão, mas conversava com as narrativas que circulavam. A Unasul, por sua vez, era algo que estava na órbita das narrativas da “nova direita” sobre a ação conjunta das esquerdas sul-americanas, mas ninguém tinha se apropriado. O parlamentar é quem revelaria ao público suas entranhas e as “verdades” a seu respeito — claro, o faria “à la Bolsonaro”.

Uma terceira forma de aproximar o seminário “Escola Sem Homofobia” e a Cúpula Extraordinária da Unasul em Quito é que ambos eram eventos concretos, escolhidos para dar cara a uma pretensa política vil que estaria sendo movida nos bastidores pela traiçoeira esquerda. Jair usava as circunstâncias como se fossem uma fresta para que, mediante o apontar dele, se pudesse ver o que os canalhas tramavam quando estavam entre eles. Seminários e cúpulas de chefes de Estado eram povoados por gente com rosto, gente que conversava sobre políticas públicas específicas. O capitão parecia querer ter algo a apontar para poder gritar que, naquele ninho de cobras, havia uma porção de más intenções.

Nos dois casos, essa circunstância estava posta. Em 2010, mais vagamente, o seminário representava os “canalhas” e “ímorais”, numa “sanha LGBT” de promover uma “progressão gay”<sup>428</sup>. Depois do evento de 2014, a Unasul viraria, no dizer do capitão reformado, “o nome fantasia do Foro de São Paulo”<sup>429</sup>. E, bom, o Foro de São Paulo, para um quinhão razoável de brasileiros, já aparecia como o mal encarnado, a face mais perigosa da esquerdopatia.

Há ainda uma quarta e fundamental dimensão em que o seminário e a cúpula, ou melhor, o uso político que Bolsonaro fazia deles, se tocam: nos dois casos o evento serviria para dar à luz uma narrativa que acompanharia o político por muito tempo. No seminário de novembro de 2010 nasceu a história do “kit gay”, que acompanharia o deputado-capitão



até a campanha presidencial. E a tal cúpula de 2014? Aqueles dias na capital do Equador podem não ter marcado a memória popular como o “kit”, mas é onde precisamente se encontra o berço da tese de Bolsonaro a respeito das fraudes em urnas eletrônicas e da necessidade do voto impresso.

Essa história nasceu da reação organizada no gabinete 482 da Câmara, ocupado pelo deputado-capitão, ao que foi discutido — ou teria sido discutido, na versão do parlamentar fluminense — na capital equatoriana. Começou a ser parida ali, em dezembro de 2014, com o petismo reeleito e o Congresso parado; em meio a um inegável adensamento da “nova direita”, energizada mesmo após a derrota de Aécio Neves; no fluxo da movimentação em redes sociais e dos tucanos levantando suspeitas a respeito da votação em urnas eletrônicas; se conectando ao que se dizia a respeito do Foro de São Paulo e dos “países bolivarianos”.

O “kit gay” daria a Bolsonaro popularidade inédita e um impulso importante para que chegasse até o Palácio do Planalto. A tese da fraude eletrônica/voto impresso, por sua vez, é um processo histórico ainda em aberto, repleto de consequências muito vivas para o tempo presente. Em 2014, assim como quatro anos antes, Bolsonaro buscava se posicionar numa vanguarda, trazendo trunfos discursivos de sua autoria, e, aparentemente, disposto a liderar ações no início do ano seguinte. Um último ponto de aproximação possível entre as duas narrativas-denúncia é o seguinte: tal e qual fizera no caso do seminário “Escola Sem Homofobia”, em 2014 Bolsonaro também lidaria habilmente com um tema “quente”.

Em 2010 o deputado-capitão parecia atento, de um lado, ao que se percebia na atmosfera cultural e, de outro, ao cronograma do STF. Ao observador dos assuntos nacionais, àquele ponto, era claro que mais dia menos dia a Suprema Corte teria

que incluir em sua pauta o julgamento sobre a união civil entre homossexuais<sup>430</sup>. Em 2014, similarmente, a história da Unasul se harmonizava ao ambiente cultural e político já um tanto embebido na renovada retórica da direita brasileira. No entanto, mais uma vez, não era só isso que tornava o tema “quente”. Tal qual ocorreu quando mirou os temas sexuais, nas últimas semanas de 2014 Bolsonaro estava lidando com questões que, além de se apresentarem nas mesas de bar, estavam sendo levadas aos tribunais.

Era um dado da realidade que o PSDB havia impetrado na Justiça Eleitoral um pedido de auditoria do resultado do pleito presidencial. A ação foi protocolada quatro dias depois da derrota dos tucanos no segundo turno (e, vale o registro, trinta e seis dias antes do encerramento da Cúpula Extraordinária de Quito). Segundo avaliação do Estadão, o questionamento não apresentava fatos. De acordo com o tradicional jornal paulista, que tinha inclusive apoiado a candidatura de Aécio Neves<sup>431</sup>, foi sobre o piso das “‘desconfianças’ propagadas nas redes sociais” que o partido fundamentou a “descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica”<sup>432</sup>.

O país assistira à eleição presidencial mais acirrada da Nova República. A margem entre Dilma Rousseff e Aécio Neves — de quem Bolsonaro sonhou ser vice<sup>433</sup>, mas acabou esnobado<sup>434</sup> — foi ineditamente apertada<sup>435</sup>. No dia daquele segundo turno entre os dois candidatos, a partir do primeiro minuto em que a votação foi encerrada, a apuração eletrônica corria veloz. Contudo, para que os primeiros resultados não influenciem os que, por razão de fuso horário, ainda podem estar chegando às sessões, é de praxe que não haja divulgação das parciais iniciais.

Naquele 26 de outubro de 2014, antes da votação no Acre estar concluída e os números da votação poderem ser levados ao público<sup>436</sup>, havia grande otimismo entre os tucanos<sup>437</sup>. Rumores circularam pelo país dando conta de que Aécio liderava a disputa e esperava somente a confirmação<sup>438</sup>. O mineiro, de fato, esteve na frente desde a largada da apuração, entre 17h01 e 19h32 (horário de Brasília), quando já havia 89% dos votos apurados. Quando os resultados puderam ser divulgados, às 20h, Dilma estava na dianteira. Meia hora depois, o TSE anunciava que ela estava matematicamente eleita<sup>439</sup>.

A disputa voto a voto e o susto com os resultados anunciados quando já praticamente encaminhados, somados ao fato de o Tribunal Superior Eleitoral ser presidido por Dias Toffoli, ministro cuja carreira nos tribunais superiores era tomada como um símbolo do “aparelhamento” petista das instituições, devem ter colaborado para o clima de suspeita. Seja por qual motivo fosse, não tardou para que denúncias de todo tipo circulassem em redes sociais. Conforme a avaliação do Estadão, era a isso que o pedido do PSDB aludia.

Nas famosas declarações de Aécio Neves de que, após as eleições de 2014, ajuizou ações contra Dilma no TSE para “encher o saco”, não está claro se essa representação está contemplada ou só as que acabaram levando ao julgamento de possíveis irregularidades da chapa Dilma-Temer<sup>440</sup>. No entanto, com o pedido de auditoria, os tucanos respondiam a uma efervescência real entre seus eleitores naqueles dias.

Seria a primeira auditoria de um resultado desde a adoção do voto eletrônico, em 1996. Uma vez instaurada, dali se previa a formação de grupos de peritos, e o seguimento de todos os ritos processuais correriam no mundo oficial. O processo se desenrolaria ao longo de 2015. Bolsonaro, cada vez mais afinado com o termostato das redes sociais, de onde surgiram

as denúncias, marcou um encontro com o tema. Enquanto o PSDB tocava os trâmites nos salões encarpetados, o capitão tentaria atravessar e se apoderar da narrativa sobre possíveis fraudes dos vermelhos nas eleições. A seu modo, a conectaria a elementos históricos do seu discurso e do olavismo, já bastante influente.

Tal como ocorreu com a homossexualidade em 2010-2011, por agendas que iam além do seu controle, as urnas eram um “tema quente” em 2014-2015. O encontro da Unasul, semanas depois das eleições de 2014, seria o gancho para começar sua ofensiva. Através do evento queria conectar-se ao trem da fraude eleitoral que passava na sua frente para, mais adiante, dirigir a locomotiva, assim como fizera com as temáticas sexuais. A União das Nações Sul-americanas, pouco presente no dia a dia das conversas e notícias, era um campo aberto de coisas a se dizer.

Ali pelos idos de 2013 e 2014, quem estivesse no Congresso e ouvisse audiências públicas com ministros de Estado ou intervenção de deputados governistas os ouviria enaltecendo aquele bloco. A mediação entre situação e oposição na Venezuela era lembrada como um papel relevante exercido pelo organismo<sup>441</sup>. Assim como a negociação para equacionar a questão das FARC na Colômbia<sup>442</sup>. Chanceleres e ex-chanceleres celebravam a Unasul “como um mecanismo de governança da América do Sul”<sup>443</sup>, em defesa da “democracia e da estabilidade”<sup>444</sup>, promovendo ações “com total pluralidade (...) de orientações políticas”<sup>445</sup>.

O então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, foi além e elogiou especificamente o trabalho de monitoramento eleitoral da Unasul, sublinhando que “as missões de acompanhamento eleitoral da Unasul têm ajudado a criar um carimbo de legitimidade para os exercícios eleitorais regionais,

independentes de outras manifestações que venham do mundo desenvolvido, da União Europeia, enfim, da Organização dos Estados Americanos, e que eu acho que é muito apropriado no momento, inclusive, em que a América do Sul vive o seu vigor democrático”<sup>446</sup>.

Apesar desse entusiasmo esporadicamente exibido pelos governistas, é compreensível que articulistas, escritores e mesmo Jair Bolsonaro — presente em todas as audiências públicas citadas acima e silente sobre o organismo — não estivessem dando muita bola para a Unasul. Em dezembro de 2014, quem se ocupava de reportar o que se passava no órgão o tratava como decadente.

Por ocasião da reunião de chefes de Estado a que venho me referindo, a BBC e o El País, em suas versões em espanhol, publicaram artigos com o mesmo tema: o contraste entre a sede luxuosa do órgão, inaugurada com aquela Cúpula Extraordinária, e sua inegável perda de relevância e peso político<sup>447</sup>. Os artigos enfatizavam o papel de Lula e Hugo Chávez para, entusiasmadamente, lançar a Unasul. E reportavam como a morte de líderes como Chávez e Néstor Kirchner, da Argentina, contribuiu para o seu esmorecimento. Segundo a BBC, em livre tradução minha, “para alguns analistas, o problema de fundo do grupo sul-americano radica nas diferenças ideológicas entre os países sobre como avançar na integração”<sup>448</sup>. Para quem olhava de perto, havia, portanto, diversidade, impasses... e decadência.

No fim de 2014, a BBC, em sua versão brasileira, anotou que o organismo tinha tido sucesso na defesa da democracia — em turbulências mediadas no Paraguai, na Bolívia, na Venezuela e no Equador —, mas que pairava uma percepção de que o órgão deixava a desejar em questões de infraestrutura<sup>449</sup>. A grande imprensa brasileira parecia mais interessada

em ouvir o que Dilma Rousseff, recém reeleita, tinha a dizer sobre a crise econômica que, no plano doméstico, se agudizava<sup>450</sup>. As falas da mandatária sobre as variações do preço do petróleo e sobre como ainda era tênue a recuperação desde a crise global de 2008 ganhavam mais destaque que qualquer tema discutido na Cúpula Extraordinária. Era disso que tratava a reportagem de O Globo que fechava a cobertura do encontro. A respeito do evento, o jornal carioca avaliava que “pouca coisa foi decidida na cúpula da Unasul. De concreto, houve acordo para criação de uma Escola Superior de Defesa, destinada a militares e civis, e de um conselho para acompanhar as eleições em todo o continente”<sup>451</sup>. Tudo isso seria diferente na versão de Jair Bolsonaro.

O Globo se concentrou no que foi acordado entre os doze países. Para que possamos contrastar com o que diria o capitão, é preciso ir mais fundo naquilo que foi conversado entre as missões e os chefes de Estado. Como o site da Unasul hoje está inoperante (não há de ser sinal de pujança), não é possível dirimir, por fontes primárias, exatamente os termos discutidos na Reunião de Cúpula da Unasul de dezembro de 2014. Além do que O Globo havia destacado como aprovado, segundo as diversas outras fontes consultadas, na reunião do órgão — que, segundo Bolsonaro diria, “não tem muita diferença do pessoalzinho do Foro de São Paulo” — as pautas foram: desenvolvimento de projetos de infraestrutura que dessem aos países membros mais condições de competir globalmente (eram 30 projetos, sete deles considerados prioritários); sinalização sobre a criação de um passaporte único para os países membros, com liberdade de trânsito entre fronteiras e a conceituação do que seria uma “cidadania sul-americana”; análises a respeito de uma moeda única para a região e para a criação de um banco ou fundo de reservas comum;

discussões a respeito de salário mínimo comum e serviços básicos de saúde e educação na região; elaboração de um banco de preços de remédios (viabilizando a melhor compra possível pelos países do bloco) e de um mapa de produção de medicamentos genéricos na América do Sul; formulação de uma proposta alternativa sobre política de drogas a ser levada à ONU; estabelecimento de cooperação para resposta a possíveis desastres naturais; discussão sobre a possibilidade de abertura do espaço aéreo na jurisdição da União; criação de um fundo de bolsas de estudo para desenvolvimento técnico-científico<sup>452</sup>.

O que de concreto estava aprovado na cúpula parecia discutível. Para o El País não havia nada. Para Ernesto Samper, secretário da organização, antes mesmo da chegada dos chefes de Estado algo importantíssimo já estaria ratificado: o conceito de “cidadania sul-americana” (“esse deveria ser o maior registro do que ocorreu”<sup>453</sup>, disse). Veículos como O Globo, a Agência Brasil e o Blog do Planalto destacavam a criação da Escola Sul-Americana de Defesa e a Unidade de Apoio Eleitoral. Dos 20 pontos da declaração final dos chefes de Estado — que, na falta do site da Unasul, recuperei em páginas oficiais dos governos de Uruguai<sup>454</sup> e Bolívia<sup>455</sup> e da então presidente argentina, Cristina Kirchner<sup>456</sup> —, entre agradecimentos e afirmações de princípios, o que mais se aproxima de concreto são mesmo os pontos 15 e 16, relativos a essas duas iniciativas citadas.

A Escola Sul-Americana de Defesa parecia projetada como um espaço de formação de civis e militares em matéria de defesa e segurança regional. Envolveria articulação dos Estados membros. Como se sabe, havia governos mais inclinados à direita ou à esquerda. E, ainda que em muitos casos pudessem ser localizados em um feixe ideológico parecido — a esquerda

realmente era predominante na região —, muitas vezes existiam importantes tensões entre os membros.

A Unidade Técnica Eleitoral, por sua vez, seria uma tentativa de organizar, padronizar e potencializar o trabalho de observação de eleições que vinha sendo feito desde 2011 através de missões eleitorais esparsas enviadas pela Unasul a países membros. A tese de mestrado de Dalia Ximena Díaz López, defendida em Bogotá, em 2018<sup>457</sup>, nos conta essa história em detalhes e aponta numa direção muito similar à fala do ministro Gonzaga Patriota que registrei acima: havia o desejo dos países membros de consolidar a democracia na região, combinado a uma condição de não se manter na dependência dos chamados observadores internacionais, enviados por organismos como a OEA (Organização dos Estados Americanos, com sede em Washington). No modelo que estava colocado, os processos eleitorais permaneceriam a cargo dos Estados soberanos, mas a autenticação da democracia sul-americana passaria também por seus processos endógenos e não só pela chancela externa. A Unidade Técnica seria mais um passo nessa direção, já posta em curso há alguns anos.

Como vimos, os destaques da cúpula variavam um pouco a depender de quem os reportava. Jair Bolsonaro usaria sua voz para lançar a própria versão do que ocorreu em Quito. Em cima do laço, o deputado ainda deu alguma atenção à Escola Sul-Americana de Defesa. Suas manifestações acerca da escola traziam as marcas da retórica que vinha reforçando: “Qual a intenção? O nivelamento do conhecimento marxista aqui na América Latina”<sup>458</sup>. Ou então: “Quem sabe um coronel só saia brigadeiro depois que cursar essa academia marxista. Talvez”<sup>459</sup>. Referia-se à escola enquadrando-a como uma instituição destinada à “doutrinação” e ao “aparelhamento”.



Contudo, em sua narrativa, reavivada em entrevistas e pronunciamentos dali em diante, os destaques do que teria sido aprovado na cúpula eram outros: a abertura do espaço aéreo na região e a exportação de nosso modelo de urnas eletrônicas para todo o continente. A primeira, a do espaço aéreo, não havia sido acordada no encontro (e, naturalmente, não poderia ser efetivada por uma simples assinatura de protocolo em reunião de chefes de Estado, sem que os demais poderes tivessem qualquer chance de avaliar ou sustar uma medida de tamanha importância). A segunda não encontrei mencionada por qualquer fonte que não o “polêmico deputado”. Essas pretensas medidas seriam embaladas junto ao que ele e outros vinham dizendo a respeito do Foro de São Paulo e de países bolivarianos.

Começamos pelo espaço aéreo. Foi difícil encontrar uma fonte que trouxesse a informação de que esse tema foi ou seria tópico de algum debate no encontro de Quito. Havia lido e visto vídeos de Bolsonaro falando a respeito. No entanto, nas notícias da época, ou mesmo no que era possível recuperar do site da Unasul, o tema não aparecia. A princípio pensei que era uma completa falsidade sem qualquer base. Mas, por uma fala dele, descobri que havia lido a respeito no Blog do Planalto<sup>460</sup>. Como esse canal hoje está aposentado, precisei de ferramentas de arquivo de páginas da web para localizar o artigo.

No blog, podia-se ler um elenco de “projetos que comporão uma agenda de avaliação pelos 12 países” e, entre eles, ao fim, estava disposto que era esperada uma “discussão sobre a possibilidade de abertura do espaço aéreo dentro da Unasul”<sup>461</sup>. Como não constava nos resultados mais imediatos de minha pesquisa, daquela menção ímpar no Blog do Planalto interpretei que se tratava de uma questão lateral. Ou melhor, uma

agenda futura de discussão de uma possibilidade (que ninguém mais achou importante reportar). Tudo leva a crer que era muito menos importante, por exemplo, que os projetos de infraestrutura ou outros temas acordados. Até porque algo desse tamanho, a abertura do espaço aéreo, seria notícia em todo lugar. Sobretudo se tivesse tido o alcance que o parlamentar fluminense daria.

Na versão de Bolsonaro, a abertura do espaço aéreo seria como um pequeno planeta naquilo que chamei de “dimensão paralela”. Se conectava a um sistema de outros corpos que existiam lá naquele nível quântico. Sua estratégia política parecia exigir que amontoasse histórias como essa, acreditando que elas poderiam se adensar e, em alguma medida, entrar em condensação, a ponto de gerarem poderosa energia de mobilização.

Não havia em fonte alguma um detalhamento dos planos de abertura do espaço aéreo. Não localizei requerimentos de informação do deputado-capitão por mais detalhes daquilo que havia lido no Blog do Planalto<sup>462</sup>. E quando, no início de 2015, estive cara a cara com o ministro das Relações Exteriores, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em uma audiência pública em que a Unasul era parte da pauta, na sua arguição do chanceler preferiu não abordar qualquer dos elementos de sua narrativa sobre a Cúpula Extraordinário de Quito, em 2014<sup>463</sup>. Parecia, só parecia, que interessava a ele mais levantar suspeitas do que tirar histórias a limpo ou resolver problemas.

As falas de Bolsonaro transformavam em fato uma discussão que pretensamente teria acontecido em Quito. Em suas intervenções, o capitão embaralhava pontos “negociados”<sup>464</sup> e “acertados”<sup>465</sup> — o tempo do verbo, no passado, indicava a intenção de tratar aquelas medidas como se fossem favas

contadas. Mencionava uns tais “protocolos” assinados por Dilma envolvendo vários assuntos de que não se tinha notícia de estarem pactuados<sup>466</sup>. Ao desavisado pareceria que o “polêmico deputado” trazia uma notícia posta. E, convenhamos, sobre os pontos específicos tratados numa reunião de cúpula de chefes de Estado, a imensa maioria de nós, cidadãos brasileiros, estamos todos um tanto desavisados. E os fatos eram outros. O que, efetivamente, parece ter ocorrido: uma referência a um tema aparentemente de baixa prioridade, quase não noticiado de tão lateral, talvez nem mesmo discutido de fato, e, mais importante, não mencionado por nenhum canal como ratificado.

Pelo que vimos, considerando que Bolsonaro tantas vezes agiu para incutir nas pessoas medo do amanhã e sensações análogas, é fácil perceber como seria importante retratar a situação como uma ameaça presente ou quase-presente, isto é algo que estava se realizando naquele instante ou em vias de se realizar. O tempo do alarde é específico. É preciso que ele bafeje as consciências.

Para uma boa conspiração, contudo, convém a presença de alguns elementos mais. Ajuda que o mal em questão tenha direção clara, que essa direção seja dada por alguém (ou um consórcio de alguéns) e, idealmente, que ela se encaixe em outras histórias, reais ou imaginárias, reconhecidas por quem ouve. Como ficará claro, a abertura do espaço aéreo brasileiro às nações da Unasul, na versão de Bolsonaro, tinha tudo isso.

Por “outras histórias” não estou me referindo à sua retórica repetitiva de que Unasul = Foro de São Paulo. Essa era uma operação canhestra, dado que de um lado, na Unasul, temos uma organização de Estados Nacionais, dirigidos por elites políticas ideologicamente diversas, em constante renovação por seguidas rodadas eleitorais, enquanto de outro, no

Foro de São Paulo, temos uma organização não estatal, de partidos e movimentos de um feixe ideológico determinado. A analogia era para lá de imperfeita. Não resistia ao exame mais simplório. Pensando aqui, talvez Foro de São Paulo e Unasul se pareassem melhor se o parâmetro fosse o enfraquecimento que vinham experimentando ao longo dos anos.

No caso, as tais “outras histórias” que ajudam a pôr de pé a potente conspiração de Bolsonaro seriam diversas. O parlamentar fluminense jogaria a pretensa medida da abertura do espaço aéreo sobre uma cama de outras histórias que vinha preparando. A essa altura, havia texto, anos de cosimento. Um agrupamento de retalhos. Uns recolhidos ao vento, outros produzidos na sua oficina — pois, sim, isso que chamei de “realidade paralela” tinha um quê de autoral. Jair parecia querer se posicionar como uma vanguarda, com a prerrogativa de apontar para situações novas antes dos demais, em uma incessante busca por agregar pequenas inovações ao seu discurso. Era como se o capitão buscasse exercer força gravitacional sobre quem passasse em sua órbita, tragando as gentes para um universo simbólico em expansão. A Cúpula Extraordinária da Unasul em Quito foi um passo discreto mas importante de Bolsonaro no traçado dessa (fantasmagórica) arquitetura.

Em dezembro de 2014 mesmo, no calor da hora, o deputado-capitão se punha a discursar sobre aquilo que Dilma teria assinado no Equador. Afirmou que a atitude da mandatária “abre o espaço aéreo dentro da Unasul [atenção ao tempo presente, indicando que algo estava em curso]. Com que intenção? Apenas para o tráfico de drogas facilitar isso através das FARC, que fazem parte do Foro de São Paulo? Ou está em condições de distribuir armas e munições para mais de 11 mil cubanos que já estão dentro do Brasil, bem

como milhares de haitianos, angolanos e bolivianos? O sonho vermelho de vocês, o sonho de ódio, a vontade do poder pelo poder, a ditadura do proletariado, o marxismo, vocês não o abandonam. E vocês desarmam o povo brasileiro exatamente para facilitar essa tomada de poder, se assim vocês acharem necessário, no momento oportuno, e o povo sequer vai ter condições de reagir, porque está desarmado”<sup>467</sup>.

São muitas histórias concatenadas neste trecho. Perceba que seus argumentos sobre o desarmamento, de 2005, talvez aprendidos com Luiz Antônio Fleury Filho (ver volume IV), se conectavam aos pretensos espões cubanos do “Mais Médicos”, às ondas migratórias vindas de recantos diversos e também às FARC e ao Foro de São Paulo. Tudo uma coisa só.

Agora vejamos esse trecho, que inclui uma camada de bolivarianismo no caldeirão: “Entre outros termos acertados com Dilma Rousseff em Quito, em dezembro do ano passado, está a criação de uma academia sul-americana de defesa e abertura de todo o espaço aéreo para o pessoal da Unasul. Ou seja, aquele sonho, que não é mais sonho, é uma realidade, de quando foi criado o Foro de São Paulo em 1990: é uma grande pátria bolivariana e unida”<sup>468</sup>. A realidade, na narrativa de Bolsonaro, era uma pátria sul-americana unida com livre trânsito de drogas e armas. Tudo sob o jugo vermelho.

Mas, diante daquele vilipêndio à soberania do céu onde a imagem do Cruzeiro resplandece, alguém poderia fazer alguma coisa? Explicava o capitão: “Isso aí [a pretensa medida assinada na Unasul] revoga, por tabela, a lei do abate”<sup>469</sup>. Queria dizer que os militares, naquele momento, ficariam de mãos atadas para reagir a aviões estrangeiros que adentrassem nosso espaço aéreo. Digo “naquele momento” me referindo ao presente, porque, talvez, pelo seu sistema, ficava implícito que os militares do futuro, educados na tal “academia

marxista” da Unasul, dariam base à tirania absoluta sem nem pensar em reagir a bolivarianas invasões.

Nessa colcha há inúmeras linhas para serem juntadas pelo discurso de Bolsonaro. Tratava-se de um trabalho de edição contínuo. Do tráfico de drogas e armas em nosso espaço aéreo escancarado, o deputado-capitão poderia seguir assim: “Este Congresso votou aqui, sem ler, a isenção de visto para iraniano entrar em nosso país. Mujica aceitou agora presidiários, terroristas de Guantánamo. Estamos trazendo para dentro do Brasil o que há de pior no mundo: a escória do mundo estamos trazendo para dentro do Brasil!”<sup>470</sup>. Ou então, “semana retrasada, o Congresso Nacional votou aqui, por acordo de Lideranças - acreditem se quiser-, a entrada, trânsito e permanência, por até 30 dias, em qualquer parte do território nacional, de iranianos. Não bastam os agentes cubanos aqui dentro? O que está sendo preparado aqui?”. Note-se: suas indagações não eram questões em um debate, eram insinuações costurando premissas com mendacidade. No dia em que atacou Maria do Rosário, em fins de 2014, era capaz de saltar da ofensa para logo falar da Escola Sul-Americana de Defesa e daí para: “Vamos partir para onde? Para a cubanização, como uma forma de salvar o país? Volta da CPMF; nova alíquota do Imposto de Renda; taxaço de grandes fortunas. Um governo canalha, corrupto, imoral, ditatorial!”<sup>471</sup>.

A saída dos petistas do governo não o faria esquecer aquele investimento retórico. Mesmo depois do impeachment de Dilma Rousseff, seguiria conectando a história do espaço aéreo pretensamente aberto em 2014 a outros “causos” e a uma espécie de subversão geral: “Meus amigos, engana-se quem acha que, com o afastamento de Dilma Rousseff, nós conseguimos o ponto de inflexão na crise política nacional. (...) Dilma, em Quito, em 2014, tomou várias decisões, entre elas

a abertura do espaço aéreo para a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), nome fantasia do Foro de São Paulo. Nós não podemos dormir em berço esplêndido. O Brasil continua ameaçado. A radicalização ideológica, a corrupção — que não acabou ainda, há resquícios dela —, a desordem social e as greves eram os mesmos ingredientes do pré-1964. E a luta armada veio em 1966. A luta armada pode vir agora, influenciada e aparelhada por estrangeiros, por gente do Estado Islâmico e, em especial, por cubanos. Acorde, povo brasileiro! Se querem paz, democracia e liberdade, fiquem atentos!”<sup>472</sup>.

Diferentemente da questão do espaço aéreo, a Unasul efetivamente tinha pactuado o que, então, ganhou o nome de “Unidade Técnica Eleitoral”. Era um desenvolvimento do acompanhamento de eleições que já vinha sendo realizado, por missões de observadores, em diversos países da região. Havia mesmo um fato. Com a Unasul trabalhando para desenvolver metodologia diferente das missões da OEA, o que estava em questão era, por assim dizer, o aprimoramento de uma camada adicional de autenticação dos processos eleitorais realizados soberanamente pelos países membros. Nada mais do que isso.

O sentido que Bolsonaro daria àquele 16º ponto da declaração final da reunião de cúpula era totalmente outro. Mais uma vez em cima do laço, afirmou que Dilma Rousseff “em protocolo, assina agenda, para que no Brasil seja criada uma unidade técnica de coordenação eleitoral. O PT descobriu a Esquerda. Vocês descobriram que, pela urna eletrônica, é muito fácil se perpetuar no poder pela farsa”<sup>473</sup>. Falava da tal “unidade sul-americana de eleições” quase como se fosse um processo eleitoral unificado: “A Dilma assina um protocolo no Equador, na Unasul (...) criando uma unidade eleitoral”<sup>474</sup>.

Perceba que “unidade” aqui parece ganhar um duplo sentido maroto. Uma unidade pode ser uma seção, uma repartição, ou também uma uniformidade, uma homogeneidade. A unidade proposta pela Unasul era do primeiro tipo. Algo como uma divisão especializada. Mas na retórica do capitão ganhava mais o segundo significado, como se fosse a unificação de algo.

Quando falou dela, em seu modo peculiar de se expressar, o capitão assim traduziu para o público o que era “unidade eleitoral”: “Ou seja, descobriram que o voto eletrônico é a chave para a perpetuação de mandatos”<sup>475</sup>. Havia (pretensamente) unidade no uso de uma mesma (alegada) mutreta (supostamente) descoberta pelos canhotos. Dali a uns meses, sobre o mesmíssimo assunto do significado daquela “unidade”, traria uma versão um pouco mais específica: “Ou seja, a Esquerda descobriu que a maneira mais fácil de se perpetuar no poder é manter essa urna Smartmatic”<sup>476</sup>.

O fato era o aprimoramento de missões eleitorais, mas na sua versão o tal protocolo assinado por Dilma seria uma espécie de segredo industrial, com nome próprio, cercado com os mistérios da urna eletrônica, que seria usado a favor dos vermelhos e esquerdistas: “A Smartmatic é o caminho do sucesso para as eleições”<sup>477</sup>; “O PT descobriu que o caminho do poder, escudado na sombra da democracia, é o voto em urna eletrônica. Não foi à toa que decidiram isso lá”<sup>478</sup>. Em dezembro de 2014, com as urnas eletrônicas sob suspeição no Brasil, Bolsonaro inseria esse fantasma onde ele não estava. Não há notícia de que os equipamentos tivessem sido tema importante no encontro de Quito, mas no caminho para 2018 as “Smartmatic” seriam retratadas como parte de um pacto bolivariano.

A propósito, não posso deixar de registrar o dia em que a história era de que a proposta da universalização das maliciosas máquinas em território sul-americano seria uma



iniciativa puxada pela mandatária brasileira. No mundo de Bolsonaro, na sua alongada teia de quimeras, isso remetia à luta travada por ele contra a esquerda desde sua adolescência: “A Dilma Rousseff propôs a criação de uma unidade técnica eleitoral sul-americana – é uma das propostas dela. Além de outros absurdos, foi feita essa proposta. O recado, Dr. José, que chega para mim é o seguinte: o mapa da mina é o voto eletrônico. E eu não digo isso porque, em 1970, com 15 anos de idade, combati o pessoal da Dilma Rousseff no Vale do Ribeira”<sup>479</sup>. Quanto mais elementos colocava no tabuleiro político, mais possibilidades de conectá-los.

Por exemplo, como vimos, naqueles anos ele falaria em “quase 20 mil haitianos nas mãos do MTST em São Paulo”, a serem integrados no Bolsa Família por Haddad. Em uma narrativa em que esse contingente seria usado para “engordar o exército do MTST”, o número de duas dezenas de milhar era chocante. Basta imaginar enfileirados em formação de um pelotão vermelho. Com armas e espírito subversivo, poderiam fazer um estrago. Eleitoralmente, contudo, vinte mil pessoas não fariam diferença real. Então Bolsonaro ajustava a lorota.

Naquele dezembro de 2014 disse: “Lá, nos Estados Unidos, deram direito de votar ao pessoal de fora. Aqui no Brasil é a mesma coisa. O Haddad agora abriu para bolivianos, cubanos, haitianos, angolanos, etc. o direito ao Bolsa Família. E, detalhe – não é só isso –, uma proposta de emenda à Constituição do Deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo, permite aos estrangeiros votarem. Alguns dizem que, só no ano que vem, em torno de 200 mil serão cadastrados no Bolsa Família. E, num curto espaço de tempo, no Estado de São Paulo, eles poderão chegar a 1 milhão”<sup>480</sup>.

Com efeito, na cidade de São Paulo calculava-se que seriam entre 15 e 50 mil os estrangeiros miseráveis aptos a receber o

auxílio<sup>481</sup>. A PEC de Zaratini, que tramitava desde 2013 mas sequer tinha dado o passo básico de ser aprovada pela CCJ<sup>482</sup>, falava na concessão do direito ao voto para estrangeiros residentes no país regularizados há pelo menos quatro anos<sup>483</sup>. Caso a medida caminhasse o suficiente para ser pautada e aprovada, os estrangeiros com a dupla condição de ter Bolsa Família em um bolso e título de eleitor no outro provavelmente comporiam um número eleitoralmente insignificante. Contudo, como vimos antes o deputado-capitão fazer com a magnífica reserva de gás da Amazônia que resolveria o problema energético mundial, inserir na frase um “alguns dizem” e “pode ser que” lhe permite afirmar qualquer coisa. A partir de trucagens discursivas como essas o “polêmico deputado” rapidamente dava seu salto e se punha a falar em um milhão de estrangeiros pagos para votarem em urnas que fraudavam resultados.

Os fluxos traçados por Bolsonaro eram de gentes, mas também de tecnologias e dinheiro. Como se vê aqui: “O PT, juntamente com as FARC, faz parte do Foro de São Paulo, integram o Foro de São Paulo. E esse 1 bilhão que vai para Cuba todo ano, nesse programa chamado ‘Mais Médicos’, pela sua falta de transparência, me dá o direito de dizer que grande parte desse dinheiro retorna para cá para financiar o Foro de São Paulo, para financiar o que Dilma Rousseff foi defender agora no Equador [a tal “unidade técnica de coordenação eleitoral”]”<sup>484</sup>. Dali a dias já diria que “Raúl Castro pode, agora, fazer eleições lá em Cuba com as nossas urnas eletrônicas”<sup>485</sup>. Era um lá e cá frenético. Quem o ouvisse poderia conectar esse bolo todo de bilhão, médicos, FARC, Foros e urnas eletrônicas numa continental farra vermelha e tirânica financiada pelo suor de seu rosto.

Era todo um fabulário. Evidentemente, nenhuma dessas histórias constava na justificativa de sua emenda à PEC 344-A,

que apresentou em 2015 e tratava da impressão de votos<sup>486</sup>. No tocante à questão da pretensa fraude eleitoral, entre dezembro de 2014 e os primeiros meses do governo Dilma II, em termos da atuação política, o que se via era Bolsonaro na moita, de roupa camuflada. Em dezembro de 2014 já havia feito alguns discursos denunciando o que se passou na Unasul, mas só no início de março de 2015 viria a apresentar sua emenda pelo voto impresso. Medindo por seus discursos na Câmara, se percebe que o “polêmico deputado” ainda demoraria mais de um mês para entrar de cabeça na sua própria causa. Isso só ocorreria lá pelos fins de abril.

Nesse hiato, muita coisa aconteceria. Bolsonaro já era um político muitíssimo mais popular do que no verão de 2010-2011. Seu mandato, agora conferido por uma votação quadruplicada, gerava muito mais notícias e acontecimentos. Entre o evento da Unasul em Quito (dezembro) e o deputado-capitão colocar a boca no mundo pelo voto impresso (nos idos de abril), ocorreram: a segunda edição de suas palavras sobre estupro a Maria do Rosário<sup>487</sup>; a diplomação do filho “zero três” como congressista<sup>488</sup>; suas declarações polêmicas sobre diferença salarial entre homens e mulheres à Zero Hora<sup>489</sup>; seu vídeo recebendo beijos na bochecha dados pelo homossexual assumido Amin Khader em tempos de carnaval<sup>490</sup>; todo o contexto do avanço da Lava Jato e da queda de popularidade do governo petista; o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, de sua autoria, sendo protocolado<sup>491</sup>; seu tradicional discurso<sup>492</sup> e o ato<sup>493</sup> de 31 de março celebrando o regime imposto ao país em 1964 (em dia que também participou de bate-papo com Olavo de Carvalho e Allan dos Santos<sup>494</sup>); o caso com Jean Wyllys no avião em que acusou o psolista de “heterofobia”<sup>495</sup> por sair do assento ao lado do seu; sua presença em protestos pró-impeachment em Rio e São Paulo<sup>496</sup>; a condenação pela Justiça

a pagar R\$ 150 mil por declarações homofóbicas<sup>497</sup>; o pedido de desfiliação do PP<sup>498</sup> (anunciado como “o primeiro passo”<sup>499</sup> de sua corrida ao Planalto), entre outros.

Seus verões agora eram mais agitados e a Unasul passaria longe de ser um monotema. Aliás, nos quatro primeiros meses de 2015 ele fez menos discursos se referindo às malfadadas urnas eletrônicas<sup>500</sup> do que alardes sobre o “kit gay”<sup>501</sup> e assuntos afins (em geral, abertos com frases na linha de: “Este é um assunto que eu esperava não tocar mais nele, mas...”<sup>502</sup>). Enquanto isso, a suspeição a respeito da votação eletrônica estava realmente na praça. Era vista, por exemplo, na boca de manifestantes pró-impeachment<sup>503</sup>. O termo “Smartmatic” alcançava picos de buscas na internet<sup>504</sup>. No Congresso, porém, a pauta demorou a ser agarrada de vez pela direita.

Apesar das suspeições lançadas pelo PSDB ainda em outubro do ano anterior, o tema parecia não ser estandarte de ninguém no início da legislatura. Tradicionalmente, no século XXI, na Câmara, o voto impresso fora bola levantada por parlamentares da esquerda. Mais notadamente do PDT<sup>505</sup>, com destaque para Pompeo de Mattos, Alceu Collares, Brizola Neto e Fernando Chiarelli<sup>506</sup>. Vocalizavam uma resistência pedetista provavelmente enraizada no escândalo da totalização eletrônica da Proconsult, que, em 1982, prejudicou a candidatura de Leonel Brizola<sup>507</sup>. Nesse panteão de desconfiados devo fazer também uma menção importante à deputada Janete Capiberibe, do PSB<sup>508</sup>. Pode ser que uma pesquisa mais detida acabe por acrescentar mais nomes aos listados acima. Em todo caso, meu levantamento pareceu suficiente para esclarecer o ponto mais geral: a possibilidade de fraude no voto eletrônico era um tema que, de tempos em tempos, parecia voltar à pauta do Parlamento por ação de seu flanco canhoto<sup>509</sup>.

No início da 55ª Legislatura (2015-2019) as condições estavam dadas para uma reversão desse quadro. Nas redes e nas praças, eleitores mais à direita levantavam possibilidade de fraude na reeleição de Dilma Rousseff. O PSDB havia impetrado ação na Justiça, mas seria a emenda de Jair Bolsonaro, representante assumido da direita política, a elevar a pauta a um outro nível de destaque. Sua proposta de impressão do voto registrado em urnas eletrônicas acabaria inserida nas discussões a respeito da Reforma Política, em curso naqueles primeiros meses de 2015.

A novidade do discurso de Bolsonaro era conectar a desconfiança a respeito de sistemas eletrônicos de altíssima tecnologia, misteriosos aos olhos leigos, a uma densa rede de outras desconfianças, de fundo humano — coisa que ele e outros vinham tecendo há anos. Na versão do capitão reformado, a enigmática tecnologia estaria a serviço de um conluio de gente do mal.

Para erigir sua argumentação, Bolsonaro partia do pé atrás de muitos brasileiros com o equipamento que, há anos, vinha elegendo seus representantes. “A fraude nas urnas eletrônicas está na boca de todos na rua”<sup>510</sup>; “Há algo que está na cabeça das pessoas: elas não acreditam nas nossas urnas eletrônicas”<sup>511</sup>; “Ninguém acredita na urna eletrônica, Sr. Presidente. Ninguém!”<sup>512</sup>. E aqui havia uma argúcia política, pois nesse “ninguém” o parlamentar fluminense não apontava só para os cidadãos cabreiros. Visando apoio para sua medida, mirava a suspeição de seus colegas de Parlamento: “A maioria da população não acredita no voto eletrônico, e muitos Parlamentares com que eu tenho conversado aqui também não”<sup>513</sup>.

Bolsonaro incluía os congressistas entre os suspeitosos. Antes os ressabiados pareciam se concentrar na esquerda política, mas o capitão apostava na possibilidade de que,

nesse novo momento, na aliança derrotada no pleito presidencial, mais à direita, os que desconfiavam do voto eletrônico tivessem crescido: “Não encontro um Deputado aqui que nos diga que confia nas urnas eletrônicas ou que tenha uma maneira de comprovar onde votou e se aquele voto foi efetivamente contabilizado. (...) Eu estava conversando agora com o Deputado Moroni Torgan. Ele disse que o partido dele, o PSDB, com toda certeza, é favorável, porque ele mesmo tem história para contar sobre isso. Eu duvido que haja alguém que não tenha história para contar sobre isso!”<sup>514</sup>. Se com o “kit gay” Bolsonaro iniciou uma legislatura fígando grupos influentes para apoiá-lo em uma bandeira sua, agora mirava novas e mais amplas valências.

Olhando para uma segunda camada, peneirando argumentos técnicos no discurso do deputado-capitão sobre os problemas de nossas urnas, não se encontra muita coisa. Dizia que a “tecnologia é de 1996. A única coisa que mudou na urna eletrônica foi a sua capa, o seu invólucro. Nada mais”<sup>515</sup>. Fazia um contraponto com a urna usada na Argentina, que seria de “terceira geração”<sup>516</sup> (terminologia a que o TSE não se demonstrava muitíssimo afeito) e usaria “o método, a tecnologia, israelense”, tornando-a “quase impossível de ser fraudada”<sup>517</sup>. Já a nossa, conforme Bolsonaro, além de ultrapassada, “está completamente aberta, está escancarada. Não podemos aceitar isso daí” — afirmava sem se preocupar em assinalar quais seriam essas enormes vulnerabilidades. Dizia coisas um tanto inexatas como “o único País do mundo que adota a urna eletrônica é o nosso!”, quando há votação eletrônica em dezenas de países<sup>518</sup>, ainda que exclusivamente eletrônica de fato seja raríssimo<sup>519</sup>.

Bom, dito isso, os argumentos técnicos do “polêmico deputado” iam ficando para trás. Não havia muito mais do que

esses débeis pontos acima. Ao capitão parecia interessar mais investir em uma desconfiança dos agentes humanos: “Não podemos confiar no PT, por ocasião da eleição de 2018. Não podemos! Eles são contra porque não querem transparência”<sup>520</sup>; “O PT tem pavor do voto impresso, que é uma forma de auditar. Eu costumo dizer que o voto impresso está para o PT como a criptonita está para o Super Homem. Eles não querem”<sup>521</sup>. O problema fundamental da urna eletrônica seria, presumidamente, o Partido dos Trabalhadores ter alguma ingerência sobre ela.

Observando suas falas, percebi que era mais ou menos a esse ponto de sua argumentação, logo depois de incluir o PT na jogada, que a Unasul e toda aquela rede de histórias eram pinçadas. Ainda que, como o capitão mesmo dizia, nem a Argentina adotasse o sistema, estaria tudo sendo tramado em nível internacional. A rigor, analisando o que ele próprio disseminava, parece que nós teríamos mais a oferecer aos países bolivarianos-do-Foro-de-São-Paulo-da-Unasul nesse particular, exportando nosso modelo — algo que não ocorreu. A lógica ficava um tanto precária. Se, no fundo, seu argumento era de que o PT detinha tecnologia e poder para operar fraudes e instaurar uma “ditadura pelo voto (fraudado)”, se essa urdidura poderia se resolver internamente, qual o sentido de incluir o encontro de Quito e outras nações na história? A meu ver, um complô internacional da Smartmatic parecia dar gravidade ao caso, agigantando o inimigo e inflando suas pretensas más intenções. Além disso, conectava o caso às narrativas que vinha sustentando e, cada vez mais, passava por países latino-americanos.

Diante desse cenário de malfeitores, os argumentos técnicos perdiam importância. Era o próprio Bolsonaro que, sem corar, afirmava sua imensa ignorância. Em seu discurso, combinava

isso a uma descrença sedimentada. Vejamos o que disse ou deixou escapar em audiências públicas no ano de 2015. Em maio: “Eu não acredito na urna eletrônica. O Ministro falou que não entende nada, não é? Eu entendo menos que o senhor, mas muito menos. Eu mal mexo na Internet aqui. Está o.k.? Mas ninguém acredita nisso”<sup>522</sup>. Em novembro: “O nosso Ministro Dias Toffoli, há 2 semanas, me convidou para conversar com V.Sas. lá, tomar um café e etc. Eu vou. Mas me desculpem, isso é o mesmo que me convidar para assistir, por exemplo, a uma microcirurgia no cérebro de alguém: eu vou ficar de boca aberta ali, porque não entendo nada”<sup>523</sup>.

Na mesma audiência de novembro, em que registrou ser um completo desconhecedor do assunto, declarou um empate entre a técnica e seu direito a discordar: “Eu desconfio do voto eletrônico, apesar de eu ser ignorante nesse assunto de informática. Eu não tenho como comprovar que houve fraude, mas também ninguém conseguiu até hoje me demover da ideia de que não houve fraude. No mínimo, empatamos aí”<sup>524</sup>. Em diversas oportunidades, de setembro daquele ano em diante, Bolsonaro repetiria variações dessa frase. O seu “assim como não tenho prova de que houve fraude, ninguém tem prova para confirmar que não houve”<sup>525</sup> era mais do que um mantra sobre a votação eletrônica. É quase como se definisse uma nova epistemologia.

O deputado-capitão, que há anos tinha na ponta da língua o artigo da Constituição sobre a inviolabilidade de suas opiniões, parecia ficar cada vez mais escolado e à vontade em trazer as suas versões dos fatos e narrativas posicionando-as como se, de partida, no mínimo tivessem o mesmo valor que o seu avesso — mesmo que seu avesso fosse a realidade factual. Afinal, quem pode provar que lá na Unasul esses vermelhos não discutiram a urna eletrônica fraudada e o tráfico



de armas para milhares de agentes secretos infiltrados no Brasil? Pode também atestar que aquilo não é uma fachada do Foro de São Paulo? Tem como demover a ideia de que estamos importando a “escória do mundo” para promover atos terroristas aqui? E assim por diante.

Lançando dúvidas seguidamente era como se pulasse de galho em galho com velocidade, até que não se alcançasse o que propalava na arena pública. Aqueles que o seguiam poderiam se dispor a dar esses saltos (aprofundando-se cada vez mais naquilo que chamei de “realidade paralela”). Porém, aqueles que o checavam e o fiscalizavam se moviam mais lentamente. Não seriam capazes de acompanhá-lo em toda a longa teia que vinha fiando. Havia muito se passando no país e o seu discurso era um tanto quanto específico. Parecia distante do “chão comum” dos problemas reais do Brasil de então. Quem, a sério, tivesse a intenção de acompanhá-lo, entre uma história rocambolesca e outra, acabaria perdido naquele mundo peculiar e, fatalmente, se daria conta de que havia muita coisa mais importante acontecendo no perímetro que vai desde a Praça dos Três Poderes até a Esplanada dos Ministérios.

Naqueles meses, no início do governo Dilma II, furacões bailavam em Brasília. Bolsonaro já era um político nacionalmente conhecido, mas não era considerado um parlamentar influente<sup>526</sup>. Em meio ao processo de ebulição política que resultaria no impeachment, ele seguiria seu caminho sem que seus ataques contra a legitimidade de nossos pleitos fossem percebidos como algo grave.

Nesse espaço, em um momento de importantes ataques à lisura e à credibilidade do Partido dos Trabalhadores, ele avançaria. Estabelecidas suas premissas, uma vez que ninguém o podia “demover da ideia de que não houve fraude”<sup>527</sup>, fazia da aprovação de sua emenda um imperativo: “Eu entendo que,

por ocasião das eleições de 2018, vocês só vão poder confiar na lisura do pleito caso nós venhamos a aprovar aqui algo que permita auditar as urnas eletrônicas”<sup>528</sup>.

Embora a emenda não discriminasse muitos detalhes da operação, o capitão reformado, inicialmente, era enfático ao dizer que não haveria contato do eleitor com a impressão de seu voto. “Você digita os teus candidatos, aparece na tela, tu aperta um botão, teu voto é impresso num papel, você concordou, tu aperta outro botão, ele cai na urna”<sup>529</sup> — assim explicou no Congresso<sup>530</sup> e em programas de televisão<sup>531</sup> no final de abril. Em fins de maio, passou a descrever o processo de modo diferente: “Aquele papel ele leva para o mesário. Ele assina, como antigamente, no passado, e o voto vai para dentro da urna! E acabou a eleição! Havendo dúvida, é só o presidente do partido pedir a recontagem total ou parcial, feita de forma manual, e essa dúvida se acaba”<sup>532</sup>. Em novembro, a manipulação do eleitor era negada: “Em nenhuma das duas propostas, o eleitor tem contato manual com o papel, ele vai direto para a urna”<sup>533</sup>. Seja como fosse, o papel era chave da confiabilidade: “Com o voto impresso, vocês vão ter a certeza de que votaram para Presidente da República, por exemplo, no Lula, no Aécio Neves, no Ronaldo Caiado, no Jair Bolsonaro, em seja quem for seu candidato em 2018”<sup>534</sup>.

É fato noticiado que, em 1993, Bolsonaro falou favoravelmente à informatização das apurações eleitorais<sup>535</sup>. No caso que se tornou conhecido, o jovem deputado-capitão tentou convencer colegas militares que nas eleições do ano seguinte, durante a contagem das cédulas de papel, seriam subtraídos milhares de votos de candidatos ligados às Forças Armadas — algumas manchetes dão conta de que era um entusiasta de urnas eletrônicas<sup>536</sup>, mas nas declarações recuperadas parece se referir à automatização somente na fase da contagem dos

votos<sup>537</sup>, sem aludir necessariamente à realização do voto em uma máquina. Em 1994 chegou a declarar que, se não houvesse fraude no pleito daquele ano, os militares ajudariam a eleger Lula<sup>538</sup>.

Em anos mais recentes, sobre aquele tempo, se disse um adepto arrependido da votação eletrônica: “No passado, no Rio de Janeiro em especial, fraudes no papel, a gente sabia, naqueles 15 dias de apuração, aconteciam de monte. E havia um clamor, sim, Sr. Ministro, de voto eletrônico. Eu inclusive defendia o voto eletrônico no passado, como Santos Dumont defendeu a aviação, e depois praticou suicídio”<sup>539</sup>.

Parece ter mesmo tido idas e vindas com a questão. Nos fim dos anos 1980, em seu primeiro mandato público, como vereador, reclamava de nosso sistema “ultrapassado” de votação que abria flanco para compra de votos. Não era claro se pensava em um moderníssimo sistema digital<sup>540</sup>. Em outubro de 2003, externou opinião em favor do voto impresso. Após o teste com 150 municípios nas eleições de 2002, o TSE fez parecer contrário à experiência. Lula, já no poder, sancionou lei – proposta pelo Eduardo Azeredo (PSDB/MG)<sup>541</sup> – que revogava a implantação progressiva do voto impresso, aprovada no último ano da gestão FHC<sup>542</sup>. Nessa ocasião, Bolsonaro já havia passado à oposição ao petismo<sup>543</sup> e fez um aparte durante discurso de seu amigo Alberto Fraga (Sem Partido-DF): “O PT, que tanto pedia transparência, acabou de sepultar a possibilidade de termos o voto impresso. Ou seja, tudo está sendo armado para que eles sejam totalitários no ano que vem”<sup>544</sup>. A rigor, havia uma base comum entre aquela opinião de então e o que propagou em seus últimos anos como deputado. No entanto, só no verão 2014-2015 – depois de dada sua “Grande Virada”, já manejando um complexo fabulário antigovernista, em meio a um contexto específico – apoderou-se da causa como sua.

A emenda, protocolada em março, em meio à grave crise do início do segundo governo Dilma, sempre foi tratada, por ele e por outros, como de sua autoria. Na semana em que seria votada, e aprovada, assim disse Bolsonaro: “Originalmente, não é minha, eu apenas a apresentei”<sup>545</sup>. Ele era o primeiro de uma lista de 174 signatários<sup>546</sup>. Meses depois, agradeceu ao “Deputado Carlos Sampaio, do PSDB, que aprimorou a nossa emenda, fazendo algumas redações”<sup>547</sup>. E disse que, caso aprovada, gostaria que “ela fosse chamada de Emenda Fernando Chiarelli, colega nosso do PDT, atualmente no PTdoB, que foi o grande inspirador dessa emenda”<sup>548</sup>. O militar reformado relataria conversas com Chiarelli, participando os colegas de que o pedetista estava enfermo, “contando as horas”, e tomaria a aprovação como um prêmio a ele (hoje Chiarelli segue vivo e disputando eleições<sup>549</sup>). “Até agora não encontrei oposição de ninguém”, disse o parlamentar fluminense<sup>550</sup>.

Bolsonaro contava que, aos poucos, ia conversando com colegas parlamentares, sem dizer que era o autor da emenda: “Entramos no assunto, e eles são unânimes. Querem uma forma de comprovar”<sup>551</sup>. A desconfiança dos próprios parlamentares sobre as urnas parecia ser um trunfo importante. De início, reclamou de desatenção por parte da imprensa, do relator encarregado e de Eduardo Cunha, presidente da Câmara, acerca de sua proposta. O capitão reformado conta que precisou trabalhar arduamente nos bastidores para avançar: “No começo – o pessoal lembra isto aqui –, ninguém era favorável àquela minha emenda (...) e eu comecei a conversar perdidamente por aí, discursando, etc.”<sup>552</sup>. Em fins de maio, segundo ele, obteve apoio de alguns líderes<sup>553</sup>. Chegado o dia da votação, em junho, o consenso estava construído. Lideranças se revezavam ao microfone para falar favoravelmente<sup>554</sup>.

Durante a votação, Glauber Braga (PSB-RJ) pediu a palavra e cutucou: “Fiquei impressionado com o ativismo do Deputado Bolsonaro nessa matéria, na defesa exatamente do sistema venezuelano de apuração de voto, porque lá na Venezuela é assim: vai primeiro para o sistema eletrônico e depois você tem a oportunidade de imprimir”<sup>555</sup>. A respeito daquela votação, o deputado Esperidião Amin (PP-SC), colega de partido do deputado-capitão, contaria dali a uns meses: “Eu ainda fiz questão de dizer no plenário: ‘Olha, quero esclarecer que esta emenda é de autoria do Deputado Jair Bolsonaro’, para ninguém depois dizer: ‘Votei a favor sem saber quem era o autor’”<sup>556</sup>. Posteriormente, em um depoimento que o parlamentar fluminense fez questão de destacar em seu canal no YouTube, o deputado Rodrigo Maia enalteceria o trabalho do pepista dizendo “que, no início deste debate, [Bolsonaro] talvez tenha sido um dos poucos Deputados que acreditaram que nós pudéssemos incluir o voto impresso na emenda constitucional”<sup>557</sup>. Naquele 16 de junho de 2015, incluída na Emenda Aglutinativa n. 60, a proposição do capitão foi aprovada com 433 votos “sim”, sete “não” e duas abstenções.

Mais uma vez seu projeto político do período entre legislaturas, lançado logo após as eleições gerais, lograva êxito. Mais uma vez ainda no primeiro semestre da nova legislatura deixava estabelecido um norte de sua ação e uma indicação de quais eram os inimigos a se enfrentar. E, igualmente à sua vitória sobre o que apelidou de “kit gay”, em maio de 2011, faria como se sua luta estivesse destinada a não terminar ali, com aprovação da emenda do voto impresso, consumada em junho de 2015.

Em verdade, Bolsonaro a lançou sabendo que iria enfrentar respostas vindas do “outro lado” — entre aspas porque essa é uma categoria básica de sua compreensão de mundo. Como

veremos, ele próprio enunciaria previsões nesse sentido. Provavelmente se baseava na experiência progressa<sup>558</sup>. Em 2002, quando medida similar foi aprovada, o TSE concluiu que ela “nada agregou em termos de segurança ou transparência” e criou muitos problemas. Tais fatos levaram à sua revogação. Em 2009, a chamada “mini reforma eleitoral” (Lei 12.034) foi aprovada com um dispositivo que garantia, a partir de 2014, o “voto impresso conferido pelo eleitor”<sup>559</sup>. Logo foi questionada pela PGR. A procuradoria teve sucesso em sua ação, alegando risco ao sigilo do voto.

Em 2015, ano da aprovação da emenda que estabelecia a impressão do voto, a maior parte dos ministros que compunham naquele momento o STF já tinha sido provocada, por mais de uma vez, a se manifestar a respeito do tema. A maioria sempre apontava em desfavor da tese da impressão do voto. De modo que, na expressão que um dos ministros daquela corte utilizava amiúde, a quadra não parecia alvissareira para a aprovação em definitivo do voto impresso. Bolsonaro provavelmente não ignorava esse fato. Talvez o maior interesse do capitão fosse promover a suspeição e o enfrentamento.

A resposta das instituições estava prevista. A rigor, antecipadamente ele já a integrava à sua narrativa. Como declarou em maio: “Eu vou falar de uma paranoia – por favor: paranoia. Eu entendo que, caso aprovemos essa PEC, agora ou no futuro, pode até ser ela questionada no Supremo. De acordo com o número de pessoas indicadas pelo Governo – isso é uma paranoia – junto ao Supremo, ele pode declarar inconstitucional essa futura emenda à Constituição, porque ela seria promulgada por nós. Ou seja, estaria garantido a esse sistema que está aí a sua imutabilidade. Essas questões têm que se levar em conta nesta discussão aqui”<sup>560</sup>.

Dali a uns dias, ele explicitaria a palavra que era chave nisso tudo: “No meu entender, a cada dia, fica mais engessado com o *aparelhamento* do Supremo Tribunal Federal. Hoje, sequer uma emenda promulgada aqui nós podemos dizer que vai ser cumprida, porque ela pode ser derrubada lá na frente”<sup>561</sup> (grifo meu). Sua narrativa incorporava os conceitos em voga. Conforme dizia, o “aparelhamento” do Estado impunha urnas suspeitas de fraudar em favor dos seus e fecharia a porta a quem, como ele, ousasse levantar-se contra a (proto)tirania. Mesmo na derrota, o neolíder da causa teria uma vitória.

Em setembro, Dilma Rousseff, considerada uma mandatória boa ou ótima por apenas 10% dos brasileiros<sup>562</sup>, sancionou a Reforma Política aprovada pelo Congresso. A sanção vinha acompanhada de dois vetos mais importantes: ao financiamento empresarial de campanhas e ao voto impresso<sup>563</sup>. A exigência de impressão de votos havia recebido parecer contrário do Tribunal Superior Eleitoral, que previa um custo de R\$ 1,8 bilhão para sua implantação<sup>564</sup>.

Jair fazia uma conta simples, desconsiderando as rubricas detalhadas pelo TSE, e concluía que o contribuinte ia pagar três mil reais por cada impressora: “Isso é uma impressora a laser térmica, com energia solar até”<sup>565</sup>. Seu filho Eduardo, deputado por São Paulo, fazia troça, apostando na via da crítica à corrupção: “Eu não preciso ir à Rua 25 de Março, lá em São Paulo, ou à Feira do Paraguai, aqui em Brasília, para saber que uma impressora que custa 3.500 reais só pode ser do PT”<sup>566</sup>. O patriarca, no entanto, singraria o rio da política: “O PT joga para frente... Esse veto apostado pela Sra. Dilma, publicado ontem no Diário Oficial, em edição especial, deixa bem claro que interessa ao PT o voto pela empresa Smartmatic”<sup>567</sup>. Em face do veto e das outras dificuldades colocadas, Bolsonaro entendia que a luta pelo voto impresso deveria seguir — através

de PEC que tramitava no Senado, para que não houvesse judicialização. Senão, segundo ele, “se nós não aprovarmos lá, o PT vai fazer o seu sucessor na fraude em 2018”<sup>568</sup>.

Os argumentos do deputado-capitão sobre as fragilidades da urna não pareciam um primor técnico. Quando se punha a falar sobre a operação da fraude não era muito diferente. Ilustro com um episódio ocorrido em maio de 2015. Em uma audiência pública sobre o tema, foi informado pelo representante do TSE de que havia uma equipe de 300 pessoas envolvidas no desenvolvimento da urna. Ficou surpreso. Esperava que fosse muito menos. Mas diante de fatos que complicavam sua suposição, não se fez de rogado e a sustentou. Acompanhe como o militar reformado supunha que poderiam ocorrer fraudes: “Esses 300, tem cara ali que é aquele maluco que só fica ali digitando e tal. Agora, o cabeça, o cérebro são poucas pessoas. Um caso hipotético: caso essas poucas pessoas digam, num canto vamos fazer isso, é possível elas fraudarem em dado momento por um programa de tempo... Eu lembro quando assisti, Deputado Esperidião Amin, a um programa do 007. Ele tinha aquele gravadorzinho, não é? Dava uma mensagem para ele, rodava, dava aquela mensagem sobre o que ele tinha que fazer. No final a voz falava o seguinte: Essa gravação se autodestrói em 5 segundos. E saía aquela fumacinha [aparentemente, lembrava-se vagamente do filme “Missão Impossível”]. Naquele tempo! Naquele tempo, se falássemos em celular, seríamos maluco. Hoje em dia, é possível um programa de tempo? Pode responder, por favor”<sup>569</sup>.

Naquela ocasião, o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino, respondeu essa e muitas de suas questões. Falou bastante dos equipamentos e explicou, por exemplo, que as “urnas eletrônicas não são da Smartmatic. O projeto da urna eletrônica é desenvolvido pela equipe do



Tribunal Superior Eleitoral, que simplesmente pega esse projeto e coloca num processo licitatório, em que empresas que ganham essa licitação materializam o projeto do Tribunal Superior Eleitoral. (...) Diferentemente do que acontece inclusive em vários outros países, a Justiça Eleitoral não compra a urna eletrônica no mercado”<sup>570</sup>. Foi passada ao deputado também a informação de que a empresa tinha ganhado licitações para transporte das caixas das urnas.

Nem por isso, dali em diante, Bolsonaro deixaria de se referir à Smartmatic como um segredo industrial trapaceiro do PT e da Unasul/Foro de São Paulo: “Eu não vou discutir aqui o voto fraudado da Smartmatic”<sup>571</sup>; “A Smartmatic é o caminho do sucesso para as eleições”<sup>572</sup>; “Não vai dar para disputar as eleições com o PT apenas na Smartmatic”<sup>573</sup>; “Eles querem eleger Lula, caso ele seja elegível, na base do voto da Smartmatic? Não dá certo isso. Voto tem que ter comprovação”<sup>574</sup>. A verdade é que, apesar do capitão ter repetido o procedimento de simbolizar o problema a partir de um objeto concreto, “Smartmatic” não pegou como um bordão da mesma maneira que “kit gay”. Mas não foi por falta de esforço de Bolsonaro.

## 0 “DEBATE” BOLSONARIANO

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS realizadas naquele período são uma boa janela para ver Bolsonaro e suas máximas em ação. É revelador perceber o modo como se porta diante de *experts* e colegas. Em um pequeno mergulho, usando do contraste com os demais participantes, se evidenciam muitas dimensões do proceder do “polêmico deputado”.

No período de um ano, entre o fim de 2014 e o fim de 2015, localizei três audiências em comissões da Câmara a respeito do sistema eletrônico de votação brasileiro. A de dezembro de 2014 foi um tanto esvaziada. Ela se deu ainda na ressaca do segundo turno entre Aécio Neves e Dilma Rousseff, poucos dias após a “descoberta” de Bolsonaro sobre a Unasul e sobre a urna “Smartmatic”. Os técnicos do TSE não compareceram ao evento solicitado pelo deputado Izalci, do PSDB-DF, alegando que estavam se dedicando à auditoria especial para a verificação do resultado das Eleições 2014, solicitada pelo mesmo PSDB<sup>575</sup>. Bolsonaro também não estava nessa ocasião. Já denunciava o que teria ocorrido — só que não — na Cúpula de Quito, mas não havia protocolado sua emenda sobre voto impresso ou se apoderado da causa, que ainda era galho tucano.

Em 2015, houve duas dessas audiências. A primeira se deu em maio. A esse ponto não só o deputado-capitão já havia protocolado seu projeto (março) como havia começado a se mobilizar mais ativamente por ele (abril-maio). A segunda foi realizada em novembro. E se deu no dia anterior a que o PSDB levasse a público o resultado de sua auditoria, empreendida ao longo de muitos meses e finalizada com a conclusão de que o sistema eleitoral brasileiro seria, sim, vulnerável. Mesmo na segunda das audiências, em que havia tucanos, Jair Bolsonaro parecia o líder da causa. Pela leitura dos documentos, a impressão que se tem é que suas falas pareciam as mais aguardadas entre as dos parlamentares.

Os pedidos para realização dos eventos vieram de Esperidião Amin (PP-SC), no caso da primeira, e Fábio Sousa (PSDB-GO), no caso da segunda. Esse fato talvez atestasse que o negócio do capitão reformado não fosse mesmo participar de debates na presença de técnicos. De um modo geral, não percebi grande diferença nas alegações e exposições das

duas sessões. A de novembro foi um tanto mais longa e teve intervenção de mais deputados. Ambas tiveram debatedores contrários à posição do TSE, mas nitidamente a advogada Maria Aparecida da Rocha Cortiz (debatedora em novembro) conseguiu mais impacto em sua apresentação do que o especialista em TI Celso Luiz de Carvalho de Souza (debatedor de maio). Daqui em diante tratarei a audiência de novembro como principal referência, mas, dado que as diferenças não são tantas, numa tacada só apresentarei algumas coisas que pude observar lendo as dezenas de páginas de transcrições desses dois eventos<sup>576</sup>.

Analisando a documentação a frio, percebe-se como é gritante a diferença entre o proceder de Jair Bolsonaro e o dos demais parlamentares. E o digo me referindo àquilo de que viemos tratando aqui, que é o modo como se relaciona com os fatos e versões. Observando as falas de deputados como Fábio Sousa (PSDB-GO), Rafael Motta (PROS-RN), Éder Mauro (PSD-PA) e Silas Freire (PR-PI), é notável como, apesar de estarem no time dos que suspeitavam das urnas e do processo eleitoral, esses parlamentares demonstravam interesse em inquirir e ouvir o que os debatedores convidados tinham a dizer. A maior parte deles arrolava uma sequência de perguntas sobre questões específicas. Em sua maioria, não eram perguntas afirmatórias. Tinham muitas dúvidas reais, e se concentravam em alguns tópicos. Eram perguntas sobre a empresa Smartmatic; pontos de vulnerabilidades (como a questão de as urnas serem desligadas da internet ou não); limites e ajustes de auditoria, entre outros aspectos.

A suspeição estava posta. Fábio Sousa e Rafael Motta, por exemplo, apontavam para o Planalto, desconfiando, respectivamente, do veto de Dilma Rousseff para o voto impresso e da possibilidade de fraude em votações nas eleições majoritárias.

Silas Freire, por sua vez, além de inquirir possíveis caminhos para fraude, queria entender por qual razão tantas denúncias de manipulação correram pelo país meses antes — veja bem, isso não é o mesmo que tomá-las necessariamente como verdade.

O fato de expressarem interesse e curiosidade não os fazia debatedores menos duros para os representantes do TSE. A rigor, fazia deles dignos da palavra “debatedor”. Todos realizavam muitas indagações. Mas seus modos de encarar os técnicos pareciam indicar que, apesar de suspeitosos, estavam efetivamente interessados em entender as fragilidades e encontrar soluções melhores para o processo eleitoral brasileiro.

E não citei Leo de Britto (PT-AC), que havia votado em favor da emenda do voto impresso, mas era do partido da presidenta. Suas perguntas caminhavam em uma linha diferente da dos demais. Por exemplo, suas colocações incluíam crítica aos “que perderam [e] não conseguem reconhecer o resultado”. Entre outros pontos, expressava uma anuência com a justificativa de veto à medida por seu alto custo. O petista, em suma, como seria de se esperar, parecia mais alinhado ao discurso do governo. O contraste entre Bolsonaro e os demais parlamentares me parece mais elucidativo quando me atenho aos que, como ele, partiam de uma atitude desconfiada.

Rafael Motta, do PROS, seguiu uma linha bem diferente do governista Léo de Britto. Ao invés de despejar argumentos contra ou a favor da medida, simplesmente pediu que os expositores convidados, os do TSE e os críticos a eles, fizessem seus balanços de prós e contras do voto impresso. Queria ouvi-los. Embora o legislador demonstrasse estar atento aos riscos de conluio entre instâncias do Judiciário, do Executivo e empresas contratadas, se interessou em discutir as falhas da classe política como um todo no processo. Quis saber se

os partidos teriam participado dos eventos de auditoria — imaginava que as agremiações poderiam ter feito uma fiscalização “para inglês ver” e, ao fim, assinado que estava tudo nos conformes.

Silas Freire também colocou o dedo nessa ferida e perguntou se era verdade o que tinha ouvido: que somente dois partidos tinham se feito presentes nas situações de auditoria a que foram convidados. Nessa seara, o deputado piauiense aproveitou para criticar o seu partido, o PR, por esse “erro muito grande”. Giuseppe Janino, secretário de TI do TSE, respondeu que só o PDT esteve presente e sugeriu que não fizeram uma análise profunda dos códigos. “Só apareceu na fotografia”, zombou Esperidião Amin, sem criticar o fato de que o PP, sigla em que era colega de Bolsonaro, nem na foto estava.

Aquela audiência ocorreu na véspera do PSDB divulgar os resultados de sua profunda auditoria sobre o processo eleitoral<sup>57</sup>. Seja nessa, de novembro, ou na de maio, os representantes do TSE fizeram muitos apelos para que os partidos se envolvessem mais no aprimoramento do sistema eleitoral brasileiro. O tom que se percebia não era exatamente o de uma cobrança para que as instituições, basilares da democracia e ricas em fundos públicos, exercessem o seu papel. Parecia mesmo um cansado reconvite: “É extremamente frustrante, porque nós criamos vários mecanismos para a atuação dos partidos nos ajudarem efetivamente a tornar o processo... Não há como ampliar isso sem que haja uma atuação das partes interessadas”. Os representantes argumentavam pela auditabilidade do sistema, mas faziam apelos: “Auditoria (...) é feita pelas partes interessadas. (...) Há vários pontos de atuação, de verificação, de auditabilidade no andamento de todo o desenvolvimento do processo, desde o início das escrituras dos programas que serão implementados na eleição, até

mesmo na apresentação dos resultados”. Reafirmavam que “os partidos, o Ministério Público e a OAB, todos são convidados a participar e a acompanhar isso paulatinamente, como é que o software está sendo desenvolvido, a examinar todo o nosso código”. Contudo, o eco parecia pouco.

Os titulares do TSE reconvidavam e diziam o tipo de ação que esperavam da classe política: “Ajudem-nos. Se existem falhas no sistema, que identifiquem. Não simplesmente digam que existem as falhas, mas digam as falhas e tragam também quais são as soluções para evitar que aquela falha possa comprometer a operacionalidade da urna. (...) O que nós pedimos é que não só os partidos políticos, mas a sociedade como um todo traga todo esse tipo de sugestão para análise da Justiça Eleitoral a fim de que, se o sistema puder ser aperfeiçoado, ele seja aperfeiçoado então”. A linha é a mesma nesse outro trecho: “Nós precisamos, realmente, da atuação desses partidos e não só do questionamento do resultado na medida em que não satisfizer as suas expectativas. Nós precisamos, sim, trabalhar conjuntamente para, com esse apoio, com essa atuação, constituir um processo cada vez mais transparente”. Na atmosfera daquela sala da Câmara Federal a disposição de trabalhar junto parecia variar entre o pouco e o negativo.

Além de implorar por participação, as apresentações dos representantes do TSE se voltavam a alguns outros pontos básicos. Primeiro, e mais fundamentalmente, percorriam os caminhos da técnica. Ressaltavam auditabilidade e segurança do voto eletrônico seguindo o fluxo dos slides, explanando sobre suas muitas fases. Na distância média entre uma pedagogia facilitadora e a reiteração da inacessibilidade daquilo tudo aos não iniciados, falavam sobre os códigos-fonte; os TPS (Testes Públicos de Segurança) com hackers; a assinatura digital e a lacração; a geração de mídia e a carga; os testes

“caixa-preta”; as tabelas de correspondência; a “confiança baseada em hardware”; a verificação remota de assinaturas; os testes de “votação paralela”; os *logs*; a biometria; a gravação dos dados aleatoriamente em tabelas; o boletim de urna com a novidade do QR code; a criptografia e o checklist de integridade do boletim de urna e seu processamento nos *data centers* do TSE. Diante de parlamentares que queriam a impressão dos votos para conferência manual, garantiam: “O nosso processo é inteiramente auditável, do início ao fim”.

Destacavam, também, o sistema incólume, sem nenhuma fraude comprovada até hoje; a experiência consolidada em 20 anos; o desenvolvimento das soluções pelas equipes internas do TSE (sem envolvimento de empresas); e a soma de mecanismos de segurança inviabilizando fraudes. Afirmavam o estrito cumprimento de seu papel legal, sem debater se concentravam poder demais — jogando, discretamente, no colo do Congresso a responsabilidade por mudanças no desenho institucional. Deixavam escapar o que era “nossa angústia, o nosso grande desafio”: “Ao mesmo tempo em que temos que dar transparência, nós temos que dar transparência a algo que, constitucionalmente, é sigiloso”.

“Todos esses modelos, digamos assim, têm seus pontos de fragilidade” — diziam com todas as letras. A essa observação faziam acompanhar a ponderação de que o nosso estaria nos atendendo, em nossas peculiaridades, sem fraudes e com auditabilidade. Falando de um sistema atacado por não ser usado por outras nações, apontavam a adaptação dos modelos às necessidades dos países. Salientavam, ainda, a conformidade com preceitos internacionais — o órgão de referência era o estadunidense National Institutes of Standards and Technology (NIST). E não esqueciam de mencionar um estudo das universidades de Harvard e Sydney que fazia boa

avaliação de nossa operação eleitoral em comparação com outros sistemas de sufrágio usados ao redor do mundo.

Nas audiências, os operadores do sistema esgrimavam contra os pontos de contestação trazidos pelos deputados e debatedores. Sobre a Smartmatic, insistiam que nenhuma empresa estava envolvida com o desenvolvimento de qualquer solução relevante e/ou sensível. Também reafirmavam que não era possível invadir a urna, pois estava desvinculada de redes. E que o equipamento que a carregava de dados e programas não representava perigo de invasão, dado que seria “blindado suficientemente”. Quando falaram sobre o programa não oficial que a expositora Maria Aparecida da Rocha Cortiz afirmava ter sido flagrado rodando nas eleições de Londrina, em 2012, o Inserator, minimizaram o caso. Disseram ser uma reminiscência eletrônica, usada no passado e mantida somente nos históricos, incapaz de afetar a operação nuclear da urna.

No tocante ao voto impresso propriamente dito, discutiam a alternativa proposta, tentando desacreditá-la como solução real para os problemas. Contradiavam o valor de imprimir os votos trazendo aspectos das experiências concretas do passado. Para eles, gravar os votos em papel e criar uma apuração analógica que validasse os resultados da urna eletrônica poderia parecer boa ideia, mas, segundo sublinhavam, já foi testado e gerou filas, abstenção e tudo que vem com a intervenção humana: lentidão, erros, fraudes. Argumentavam que seria um alto custo para implantar uma solução ruim. Frisavam, contudo, que fariam o que ficasse decidido. Em relação a isso, registro uma diferença sutil mas importante no conforto/desconforto que transpareciam: enquanto o ministro Henrique Neves disse não ser o caso de “ser a favor ou contra” o voto impresso, o secretário de TI Giuseppe Janino, um tanto



mais apegado, falava em “se nós fomos vencidos (...) executaríamos, respeitando, efetivamente, a decisão do Congresso”.

Os debatedores que representavam a posição contrária, de crítica ao nosso sistema eleitoral, tiveram diferentes graus de sucesso em impressionar sua plateia e exigir explicações de seus contendores. Celso Luiz Carvalho de Souza, expositor em maio, falava mais genericamente, parecendo não querer enfadar seus espectadores com questões técnicas. Sua tônica era a afirmação da insegurança de sistemas eletrônicos, em geral, e da possibilidade de fraude de nossas urnas, em específico. Ele também se ocupou em defender a impressão do voto e um processo de desenvolvimento informático que incluísse mais profissionais, além dos do TSE.

Maria Aparecida da Rocha Cortiz, por sua vez, teve mais tempo para expor suas contestações. Quando teve oportunidade, optou por colocações mais agudas, em torno de fatos mais determinados. Incluía, além de uma apreciação sobre a insegurança de nossos aparatos e sistemas técnicos, uma forte linha crítica a respeito do papel e da atuação da Justiça Eleitoral brasileira.

Concretamente, eram muitos e diversos os seus pontos. Cortiz contestava a informação de que a Smartmatic somente fazia logística. Asseverava que a empresa tinha feito processo de geração de mídia para urna em São Paulo. Afirmava, ainda, que sua contratação não obedecia aos parâmetros da Lei de Licitações. Somava esse ponto ao que trouxera a respeito do software Inserator, encontrado nas urnas das eleições municipais de Londrina, e concluía: “Rodou-se um programa que não era oficial, por meio de uma empresa que foi contratada de forma irregular”. Falava de testes análises do código-fonte conduzidos por professores da UnB e da UNICAMP que os levaram à conclusão de que o Inserator poderia “fazer uma

assinatura digital, colocar um programa lá dentro e mudar o resultado da eleição”.

Conforme seu raciocínio, inserir um programa fraudador na urna seria algo possível, mas necessitaria que se aproveitasse de outra fragilidade que teria detectado: como a urna é desligada da rede, mas o terminal que carrega dados e programas nela não, essa conexão do terminal poderia ser usada para enviar ao equipamento um programa. Sempre conforme Cortiz, esse programa, então, poderia ganhar uma assinatura válida através do Inerator. E assim fraudes seriam possíveis.

Dito isso, lembremos os contrapontos. De acordo com o secretário de TI do TSE, Giuseppe Janino, o tal terminal era “blindado suficientemente”, o Inerator não era nada disso, e havia tantos mecanismos de segurança que “colocam quase como fantasiosa essa possibilidade de o Inerator ter agido num pleito eleitoral”. O que se percebe é que, com exceção do desacordo de Janino e Cortiz sobre a legitimidade e as operações da Smartmatic, um problema jurídico e operacional, o que se via na audiência era que entre eles havia uma querela técnica, em que ambas as partes olhavam para os mesmos pontos. Apesar do representante do TSE falar em fantasia, havia um debate com base em algo real. Afinal, ninguém negava que o Inerator existia e que o terminal tinha conexão com a rede. Havia um chão comum. E ele era feito de problemas públicos reais.

As críticas de Cortiz ainda tinham um outro flanco importante. A advogada protestava contra a própria configuração da Justiça Eleitoral. Na sua visão, marcada pela teoria do Direito, havia ali um problema grave com o tripé jurídico, que exige a separação entre os diversos papéis em um processo. A crítica não ficava restrita ao plano teórico, Cortiz falava de um problema de ordem prática também. A advogada relatava ter muitas petições negadas e atribuía isso ao fato de a

Justiça Eleitoral participar dos processos em papéis múltiplos. Uma vez que, nas ações, a corte ocuparia, simultaneamente, o lugar de juíza e de ré — e, como se não bastasse, ainda fazia uso nos processos de laudos de seus próprios peritos (aqueles que eram os criadores da urna) —, segundo ela “não adianta, eu nunca vou ganhar”, “não vão admitir [problemas] jamais”.

Ao fim, defendia a advogada, por força dessa arquitetura institucional, não podia provar o que dizia, mas, na sua visão, seus opositores também não conseguiam “provar aqui que isso [o Inerator ter sido enviado às urnas e ter rodado] não aconteceu”. Digo, ao seu modo — que, à diferença do de Bolsonaro, se baseava em querelas técnicas —, tentava produzir um empate. E, ainda sobre o que poderia ser provado ou não, ela lançava outra linha de suspeição: afirmava que a Justiça Eleitoral controlava o que deixava ser auditado ou não, limitando-se basicamente à urna, e não ao processo como um todo. Em suma, nem de longe se dava por satisfeita com as réplicas e colocações dos integrantes do Judiciário brasileiro. Era protagonista em um debate afiado.

Sobre esse seu último ponto, o de que a Justiça Eleitoral regulava o que permitia ser auditado e o que protegia aos olhos de todos os agentes externos, não ocorreu a nenhum deputado perguntar se era disso que o pessoal do TSE falava sobre ser fiel da balança entre sigilo e transparência. Nem debater mais francamente, na presença daqueles representantes, alternativas a essa alegada concentração de poderes. Ressoaram as palavras de Cortiz, falando em “barreiras intransponíveis” ao invés de auditabilidade: “A Justiça Eleitoral não admite que ela própria seja fiscalizada, ela tem ojeriza de ser fiscalizada. Eu não digo com isso que ela queira fraudar, mas eu acho que ela tem medo das coisas que podemos encontrar lá dentro”.

Perceba: havia um tanto de suspeição em tudo. Na versão de Cortiz, tínhamos uma empresa irregular, atuando junto a uma instituição que não quer ser fiscalizada, operando conjuntamente um sistema vulnerável. A advogada havia atuado sobre esses pontos e trazia informações a respeito de todos eles. Curiosamente, ela e o deputado Eder Mauro, que pouco falou, foram as únicas pessoas na audiência de novembro que não falaram em voto impresso. Se porventura estivesse equivocada em seus apontamentos e alegações — o escriba não tem a pretensão de saber, e, não percamos de vista, o interesse aqui não é o de cravar o que é certo, e, sim, contrastar modos de argumentação dos participantes com os de Jair Bolsonaro —, é marcante como a expositora se colocava na controvérsia compartilhando premissas e um campo de questões comum. Parecia tentar no debate se colocar como uma atuante fiscal do sistema eleitoral brasileiro *real*.

Evidentemente, sua diretriz não parecia em nada com a de quem estava ali para fabular a respeito de protocolos internacionais assinados em Quito pelo Foro de São Paulo, falando de urnas que funcionavam como no filme do 007, em uma conspiração que envolveria haitianos com título de eleitor, agentes cubanos armados e toda a “escória do mundo” reunida para promover a ditadura comunista.

Um caso intermediário entre todos os anteriores e esse do deputado-capitão, ao qual queremos chegar, é o do deputado Espiridião Amin. A atitude básica de Amin era o pé atrás com o sistema eleitoral. Além disso, deixava claro que estava ali com vistas a um objetivo: o de fortalecer a tese que já defendia a respeito do voto impresso. Suas exposições eram mais afirmativas do que dialógicas.

Em relação aos debatedores, voltava-se basicamente para contestar Giuseppe Janino, do TSE, e levantar bolas para Maria

Aparecida Cortiz. Arrogava para si uma boa base técnica: “Fui analista de sistemas nos anos 70 – já faz tempo –, mas me atualizei em 2010, quando fiz o meu doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Portanto, eu ainda brinco com isso aí”. Mas, ao mesmo tempo, tinha claro que “esta é uma Casa política”. Não escondia que estava ali por uma causa. Qual seja, a do voto impresso.

O deputado catarinense desmerecia por princípio o voto eletrônico: “Não há possibilidade de auditar”. Apresentado a problemas concretos das experiências com o voto impresso, como a de 2002, replicou que “ele [Bolsonaro, com sua emenda] não está querendo repetir aquilo” – sem se alongar em explicar por que deveríamos esperar um resultado diferente da nova iniciativa. Exposto aos preceitos internacionais do NIST a respeito de fraudes, rebateu, contrariado, que “tudo que vale para o papel vale para o eletrônico”. E, para além dos conceitos, referiu-se a um problema concreto em que acreditava que o voto impresso teria sido solução. Contou de uma grave falha com uma urna em Içara (SC) e indicou que cédulas de papel teriam resolvido a questão (o representante do TSE discordou).

De modo mais amplo, Amin falava ainda de casos de repercussão, como o Wikileaks, para sugerir que os aparatos eleitorais brasileiros, como qualquer sistema eletrônico, poderiam ser invadidos. Chama atenção, também, uma intervenção em que lançou um tanto de fumaça no ar: “Sobre fraude no papel, nós sabemos que nos livramos de fraudes bizarras. Agora, fraude eletrônica é um negócio muito mais instigante, muito mais misterioso, e, como se trata de uma inovação, coisa de bruxaria”.

Esse era o experimentado congressista Doutor Esperidião Amim. Em sua fala, o catarinense se distinguia de seu colega de partido, a quem gozava chamando-o de “nosso candidato

a Prêmio Nobel da Paz, Deputado Jair Bolsonaro”. As diferenças, contudo, não eram só da temperatura sanguínea de cada um. Eram de procedimento em um debate democrático.

Chegou a hora de falar do capitão. O primeiro ponto a salientar sobre o proceder de Bolsonaro é que em nenhum momento ele parecia realmente interessado nas exposições. As perguntas que fazia, em maioria, podem ser enquadradas em duas categorias: ou eram retóricas, apontadas para si mesmo, para que desse prosseguimento à sua própria fala, ou não eram questionamentos objetivos, mas só formas de se lançar mais dúvidas no ar (por exemplo: “Será que se descobriu, Sr. Ministro, que a chave do sucesso são essas urnas Smartmatic? Será?”).

Surpreendentemente, não batia bola nem com os debatedores críticos à votação eletrônica. Parecia estar interessado somente em seus próprios termos. Em relação aos representantes do TSE, sua atitude básica era de confrontação.

Líder da causa, assumido ignorante em assuntos de urna eletrônica, diante de especialistas suas indagações reais foram três. Uma era se a equipe de TI do TSE era terceirizada. Àquele ponto, o parlamentar fluminense já era autor de emenda protocolada e desconhecia a operação do órgão responsável pelo tema de sua emenda. Outra era aquela acerca do tamanho da equipe de desenvolvedores que citei anteriormente. O legislador não sabia. O ponto era só para construir a premissa de sua colocação seguinte, e a resposta mostrou que sua imaginação estava equivocada. Por fim, subsequentemente, aquela outra em que mobilizou suas mais hollywoodianas memórias para perguntar se era possível a instalação de um programa de tempo como aquele da fumacinha do 007 (ou “Missão Impossível”, vai saber). Esse pode ser o segundo ponto: além de desinteressado nas exposições, não demonstrava preparo técnico algum sobre a matéria que visava disciplinar.

O que chamei de confrontação é um terceiro ponto. Bolsonaro ia para cima a todo momento e, em verdade, deixava expresso que preferia que a opinião diversa da sua sequer existisse. Assim falou a um representante do TSE: “O senhor (...) não vai levantar uma vírgula de suspeição [contra o seu sistema, então] eu acho que seria até dispensável a sua presença”. Se não estão com ele, não interessam ao debate. No paradigma político do militar reformado, o especialista do tribunal, oficialmente encarregado das urnas eletrônicas, virava alguém supérfluo na audiência pública sobre nossos métodos de votação. E o disse com todas as letras, para, em seguida, quão gentil, acenar com uma tolerância “à la Bolsonaro”: “Mas, tudo bem, não vou entrar no mérito dessa questão aqui”.

Mais tarde, quando Giuseppe Janino trouxe os elementos do National Institutes of Standards and Technology para a discussão de fraude eletrônica vs. fraude impressa, segundo a transcrição, o capitão reformado disse: “(Inaudível) inteligência da gente. Pelo amor de Deus! (...) Eu estou me sentindo agredido com essa explanação de V. Sa”. Outro momento que chama atenção foi quando Janino acabou bruscamente interrompido por Bolsonaro. O representante do TSE afirmava que, se apesar do que ele e outros expunham a respeito da ineficácia do voto impresso, seu emprego fosse aprovado pelo Legislativo, “nós adotaremos, com certeza, o que for definido, sem nenhuma dúvida, apesar...” quando foi cortado pelo militar reformado. Ao sujeito que acenou com uma ponderação em meio à afirmação de que adotaria o que fosse decidido pelo Congresso, o deputado-capitão, intercedendo e subindo o tom, disse: “Os senhores estão interferindo aqui dentro. Os senhores não estão nos respeitando”.

Não só era desinteressado de tudo que não fosse o seu discurso como, na prática, se mostrava refratário a tudo que

lhe dissessem e não ia ao encontro de suas teses. E este é um quarto ponto. Se lhe dissessem que a equipe do TSE tinha centenas de pessoas, invalidava. Se o comunicassem sobre o papel da Smartmatic nas eleições, ele seguiria espalhando sua versão por aí (note-se, trata-se de um caso diferente do de Maria Aparecida Cortiz, que alegava ter fiscalizado os fatos e encontrado algo diferente). Se trouxessem a ele o dado de que, cientificamente, o índice de falha de um elemento eletromecânico como a impressora é maior que o de um exclusivamente eletrônico, ao seu estilo, daria o exemplo: “Eu nunca vi problema com maquininha de cartão de crédito. O homem já foi à Lua. Vai engasgar a maquininha com a qual pagamos uma conta no cartão de crédito?”. E assim por diante.

Um quinto aspecto é um tema que vem nos atravessando aqui, dentro da ideia de “super narrativa”. O líder da causa, de baixíssimo preparo técnico, que ignorava toda a informação que lhe era passada, que só se interessava por seus próprios termos (e nunca pela dialética), que deslegitimava a presença de seu opositor como interlocutor e o confrontava a todo momento ao invés de dialogar, tentava encaixar a discussão e o problema na narrativa que vinha construindo.

É do jogo político? Sim. Espera-se, contudo, que essas narrativas tenham fidedignidade e dialoguem com fatos. No contexto a que estou me referindo, o que se vê é Bolsonaro articulando a alegada insegurança do voto eletrônico ao seu mote preferido de então: tudo que se passasse no país estaria relacionado aos desígnios do PT e fantasmas de comunismos e tiranias. Essa sua linha discursiva tem muito de fábula. A seguir disponho um trecho maior de um discurso já referido páginas antes. O excerto, cheio de significados e repleto de inverdades concatenadas, deixa evidente o quão problemática era sua jogada de fazer questionamentos “à la Bolsonaro” às urnas:



“Agora, o que interessa aqui — é só ver no Google: em dezembro, a Sra. Dilma Rousseff esteve na Unasul, que é o nome fantasia do Foro de São Paulo. Nós vemos o Lula falando abertamente que, se não fosse o Foro de São Paulo, tais e tais companheiros não teriam chegado à presidência pelo voto nos últimos anos. A Dilma Rousseff propôs a criação de uma unidade técnica eleitoral sul-americana — é uma das propostas dela. Além de outros absurdos, foi feita essa proposta. O recado, Dr. José, que chega para mim é o seguinte: o mapa da mina é o voto eletrônico. E eu não digo isso porque, em 1970, com 15 anos de idade, combati o pessoal da Dilma Rousseff no Vale do Ribeira. Não é por isso não. (...) Então, o que pode acontecer? Sra. presidente, vamos supor que, por ocasião de 2018, tenha havido fraude e, na maioria das seções do Brasil, tenham sido inseridos 10%, 15% ou 20% de votos de legenda para o partido X, que botaria 60 a 70 biônicos aqui dentro. Nunca mais mudaríamos nada. (...) Em todos os jornais e revistas do Brasil, nesse final de fim de semana, o Lula está dizendo: ‘Ganhamos as eleições com um discurso e, depois, tivemos que mudar o discurso e fazer o que dizíamos que não íamos fazer’. E a Dilma, poucos meses antes, disse: ‘Faço o diabo para ganhar a eleição’. (...) É o seguinte, se for a Smartmatic, a massa que estou vendo por aí não vai votar. (...) Então, apelo aos senhores aqui. Eu vou continuar, no Senado, trabalhando — peço aos colegas que trabalham no Senado — para que não venhamos ter uma surpresa em 2018 nesses possíveis X votos a mais, inseridos, como se fossem votos de legenda”.

Esse era um discurso muito específico de Jair Bolsonaro. Nenhuma dessas pontas existiam na fala dos outros presentes. Era o seu universo, digamos, todo ele muito próprio. Veja esses elementos: a Unasul como fachada do Foro de São Paulo,

a pretensa decisão assinada em Quito (o caso era outro), a pretensa estratégia (bolivariana) do voto eletrônico (nunca demonstrada, dado que era irreal), o adolescente que combateu Lamarca e a esquerda... nada disso tem lugar na fala dos demais parlamentares. A propósito, sobre o último ponto em particular, considerando o que nos traz Maklouf, duvidando de sua participação na caçada no Vale do Ribeira, trata-se de uma verdadeira geologia de falsidades, com histórias de diversas épocas sobrepostas. Nela entravam ainda a “Smartmatic”, o diabo e a velha ameaça do domínio petista no Parlamento (para quem não viu PT escrito no trecho aí acima, só “partido X”, ele próprio traduziria em discurso de 2017, sobre o mesmo assunto: “Podem-se inserir votos de legenda para o partido X – eu não quero falar PT”<sup>578</sup>).

Por mais de década Bolsonaro se pôs a alertar colegas sobre como a ideologia do Planalto iria avermelhar, com dezenas ou centenas de novos deputados do Partido dos Trabalhadores sendo eleitos na eleição seguinte. Essa imagem de um agigantamento do petismo no Legislativo não era novidade em seus discursos. No passado, o capitão já havia falado disso, mas atribuindo o quadro imaginário a outras razões, tais como: o fisiologismo dos demais congressistas<sup>579</sup>, o carisma de Lula<sup>580</sup>, as ações do governo como o Bolsa Família<sup>581</sup>, projetos de lei como o que poderia determinar que a eleição ao Legislativo fosse por sistema de “lista fechada”<sup>582</sup>, entre outros. Tratava-se de um receio que ele aparentemente tinha – ou, no mínimo, gastava tempo alardeando – e fundamentava de maneiras diversas.

Naquele momento, de “super narrativa”, Bolsonaro encontrava novos apoios para a ideia de que o Partido dos Trabalhadores imporia uma “ditadura pelo voto”. Em seu discurso renovado, não seriam os mecanismos próprios da política – carisma, fisiologismo, “lista fechada”, sucesso de determinada política

pública — que energizariam seus cenários catastróficos de um plenário lotado de tirânicos petistas. Digo, antes enxergava assombrações, mas o ectoplasma se escorava em bases mais concretas. Nesse seu novo momento, não. O desvario se amparava em um lastro fantasioso. Na retórica de seus últimos anos, seria a fraude eletrônica bem arquitetada (com auxílio do Foro de São Paulo em Quito), através especificamente do voto de legenda, que imporá o domínio do partido da estrelinha. Sua nova narrativa se sustentava em uma teia de falsidades.

Assim, nessa análise das atitudes e dos procedimentos revelados pela atuação de Bolsonaro no debate público em questão, chegamos a um sexto e último ponto: seu modo anabolizado de produzir suspeição. O TSE clamava por uma participação de maior qualidade por parte da classe política brasileira no aperfeiçoamento de nosso sistema eleitoral. Ao invés de suspeitas vagas, problemas exatos. Ao invés de discursos de palanque, auditorias tecnicamente fundamentadas. Ao invés de ataques, construção coletiva. Quais são as possibilidades de promover algo assim com Bolsonaro? Alguém que optava por agir como um despreparado, refratário ao que ouvia, que não levava a sério seus debatedores e contava histórias de um mundo à parte, poderia colaborar? Ou melhor, demonstra a mínima inclinação a fazê-lo?

A desconfiança que o parlamentar fluminense lançava sobre o processo eleitoral brasileiro era de outro nível. Não se baseava em fatos, não tinha amparo técnico, se negava a pisar em um terreno comum. Não parece nem um pouco fortuito que sua frase-síntese seja um impasse: “Eu não tenho como comprovar que houve fraude, mas também ninguém conseguiu até hoje me demover da ideia de que não houve fraude”<sup>583</sup>. O capitão conduzia a discussão como quem procura nos levar a um beco sem saída.

Afinal de contas, sem poder compartilhar um mínimo de premissas, como seria possível a qualquer um debater com quem é tão refratário a tudo que está fora de si? Não à toa, após essa sua longa intervenção que reportei, o representante do TSE não fez qualquer comentário alusivo àqueles pontos. É aquele negócio... falar o quê? Fundamentalmente, Bolsonaro estava ali para se opor. Sua estratégia, lapidada há tempos, parecia ser inflar a desconfiança sobre tudo que não fosse ele próprio. Depois de 2014 e 2015, até mesmo temas sexuais virariam desculpas para falar de um pretense “roubo da liberdade” promovido por vermelhos<sup>584</sup>. Imagina a (já muito atacada) urna eletrônica.

## MAIS SOBRE VOTO IMPRESSO

QUANDO ESTIMULAVA O TEMOR acerca de nosso sistema, Bolsonaro o fazia visando determinados alvos. Queria envolver colegas em sua causa. Ao que tudo indica, havia um cuidado de sua parte para configurar sua narrativa de modo a atingi-los. Havia sagacidade política. Na sua versão dos fatos, os programinhas 007 mudariam alguns resultados somente. O militar reformado lançava previsões de que fariam em 2018 o que, segundo ele chegou a sustentar, já teriam feito antes: fraudar eleições majoritárias. Mas não só. Segundo o deputado-capitão, em 2018, esquemas de adulteração de resultados poderiam atingir a Câmara Federal por meio do voto de legenda.

E, bom, essas seriam as tramoias. Há sempre diversos outros cargos em disputas em eleições gerais, mas Bolsonaro delimitava as pretensas trapaças ao plano presidencial e ao voto de legenda. Na audiência pública de novembro de 2015, argumentou sobre os limites da fraude: “Tanto é que, se houvesse

fraude no voto proporcional, eu não teria quase meio milhão de votos no Rio de Janeiro – logo eu”<sup>585</sup>. Perceba, leitor, que para conquistar alianças no Congresso, precisava usar de um discurso que deslegitimasse o processo eleitoral sem deslegitimar aqueles mandatários. Dizer que havia fraude e, ao mesmo tempo, vedar a interpretação de que seus potenciais aliados estavam ali por meio de falcatruas.

O voto de legenda parecia uma via frutífera. Atende a condição acima, de não abrir flanco para o questionamento dos mandatos de possíveis parceiros para sua emenda, e aponta a mira para onde o interessava mais. É que, historicamente, os petistas lideravam no quesito voto de legenda. Voltando-se especificamente a essa modalidade de voto, poderia lançar seus petardos contra os deputados do PT. Pelo clima desde as eleições de 2014, tinha a oportunidade de acertar na principal eleita para cargo majoritário. Sem abrir chance de se complicar muito, nada falaria sobre prefeitos ou governadores. Grosso modo, sua campanha contra o voto eletrônico era uma campanha contra instituições “aparelhadas” (pelo PT), contra Dilma Rousseff (do PT), contra o próximo candidato petista ao Planalto e contra a bancada petista na Câmara, ou melhor, contra os riscos de uma imensa bancada petista eleita em 2018 (ou, mais exatamente, contra o comunopetismo imposto pelo voto).

Para manter alguma congruência em seu argumento (ainda que eivado em falsidades), estabelecia diferenças entre 2014 e 2018: “[A fraude] foi apenas para Presidente, mas pode ser que, em 2018, esse mesmo pessoal do PT, porque tudo é secreto no TSE, comece as sessões com meia dúzia de votos de legenda para o PT. Eles botarão mais de cem aqui dentro, e não teremos mais como mudar o Brasil. Estão aparelhando tudo! Tudo!”<sup>586</sup>. A respeito das eleições anteriores, ele chegou a

dizer com todas as letras que houve adulteração: “Ou alguém aqui pode me comprovar que não houve fraude nas últimas eleições [de 2014]? O resultado foi fraudado”<sup>587</sup>. Nessa intervenção, feita na Câmara em 13 de junho de 2017, ele cruzou a linha do “ninguém pode me provar que não houve” para dizer com todas as letras que a eleição havia sido uma farsa. Mas afirmá-lo expressamente não era recorrente em seu discurso. Seu interesse maior parecia ser sugerir a fraude majoritária em 2014, como muita gente acreditava que poderia ter acontecido, e falar de 2018, espalhando medo.

O futuro ganhador do pleito falava como se o terrível destino fosse quase inevitável: “Se não aprovarmos essa PEC, o partido que está no Governo vai fazer o sucessor em 2018”<sup>588</sup>; “Sem isso [o voto impresso], o PT vai eleger um poste ou - quem sabe? - vai eleger Lula em 2018, para a desgraça do nosso País, para a desgraça da nossa democracia e liberdade”<sup>589</sup>; “Se nós não aprovarmos [a PEC] lá [no Senado], o PT vai fazer o seu sucessor na fraude em 2018. Já digo mais: é Aloizio Mercadante ou Jaques Wagner. Não vai fugir disso aí”<sup>590</sup>.

Isso tudo foi dito em 2015. Em 2017, conquanto a situação de Lula se aproximava de ganhar um desfecho, no tempo em que o STF avaliava conceder (ou não) ao petista um habeas corpus que evitaria que fosse preso até que seu processo passasse por todas as instâncias, Bolsonaro levou seus receios à tribuna: “Temo que este HC venha a ser acolhido (...) e, sem o voto impresso, Cel. Alberto Fraga, ele tem tudo na base da fraude para ganhar as eleições”<sup>591</sup>. Naquele ano pré-eleitoral o capitão também podia ampliar um pouco o escopo: “É lógico que vai ser eleito alguém do PSDB ou do PT sem o voto impresso”<sup>592</sup>. Aquela não era uma fala vezeira. Mas mostra como, pela retórica de nosso personagem, os tucanos haviam passado de autores de movimentos importantes

para questionar frontalmente o sistema eleitoral brasileiro para potenciais beneficiários da “fraude da Smartmatic”. O patriota, sempre se pintando como a única via possível para a democracia brasileira, podia encerrar discurso dizendo: “O Brasil é nosso e eu acredito na minha Pátria, mas sem voto impresso não teremos eleito no ano que vem um Presidente que venha da vontade popular”<sup>593</sup>.

Os caminhos para o domínio petista vinham de todo lugar. Em uma das hipóteses o deputado-capitão lançava: “Até pode nem haver fraude [mas] se for a Smartmatic, a massa que estou vendo por aí não vai votar”<sup>594</sup>. Quem iria votar seria “o pessoal que está ligado a projetos ditos sociais. E aí há esses movimentos sociais todos -, todos esses vão votar no 13 ou naquele outro partido que é satélite lá”<sup>595</sup>. Era a hipótese da hegemonia pela desilusão eletrônica e abstenção eleitoral.

Todavia, a principal conjectura assustadora que o “polêmico deputado” promovia era aquela do voto de legenda: “Nas futuras eleições, na de 2018, por exemplo, pode o partido que está fazendo parte dessa fraude começar a inserir, na maioria das seções do Brasil, 8, 9, 10 a 12 votos de legenda para si. Esse partido, que teria 50, 60 cadeiras, passaria a ter uma bancada próxima de 200 Parlamentares”<sup>596</sup>. Teríamos “uma bancada monstruosa de Parlamentares desse partido. E aí, meus amigos, babau democracia”<sup>597</sup>. Antecipava as consequências: “Não teremos mais como aprovar propostas de emenda à Constituição! O Congresso estará engessado!”<sup>598</sup>. Citava a Venezuela como exemplo de um país que passava por esse processo<sup>599</sup> e usava esse argumento ainda que não houvesse paralelo exato entre o nosso sistema eleitoral informatizado e o que se usava naquele país.

O parlamentar fluminense falava com segurança que “o sistema, como sempre, vai influir no nome a ser eleito no ano

que vem”<sup>600</sup>. E que isso também tinha a ver com vermelhismo, uma vez que, segundo o capitão, “já diziam os marxistas do passado que quem decide a eleição não é quem vota, mas quem conta os votos”<sup>601</sup> — esses velhos caudatários do materialismo histórico não foram nomeados pelo militar reformado.

Em minha pesquisa me deparei com uma situação muito reveladora de onde, naqueles tempos, o militar reformado se situava ideológica e discursivamente. A circunstância em questão é uma discussão que Bolsonaro tentou ter, em maio de 2015, com o então ministro da Defesa Jaques Wagner, durante evento da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional<sup>602</sup>. Naquela ocasião, o ministro havia mencionado o “rompimento da ordem constitucional” de 1964 e Bolsonaro foi para cima. Wagner falava que “essa realidade já se foi, não existe mais e não tem ninguém preconizando a tomada do poder pela via da força”. O deputado-capitão cutucou: “Só pelas urnas eletrônicas”. Wagner respondeu espirituosamente: “Pela urna eletrônica. Concordo”. O parlamentar fluminense insistiu: “Tomada de poder pela urna eletrônica, tanto é que o seu partido não aceita o voto impresso pela urna eletrônica”.

Deu-se uma pequena confusão. Quando alguém disse ao “polêmico deputado” que o resultado das eleições eram expressão da vontade popular, ele fez pouco dela: “Através do gramscismo”. Usando o termo, o capitão não remetia exatamente ao pensamento original do teórico marxista Antonio Gramsci, e, sim, a uma ideia em voga na esteira do sucesso do olavismo e objeto de livro de Sérgio Coutinho que os Bolsonaro recomendavam em seu blog familiar<sup>603</sup>. Queria dizer que a vontade popular era moldada pelo governo, que estava em curso uma espécie de dominação cultural que levava a esquerda a conseguir seguidas vitórias em eleições. Esse mesmo alguém que evocou a vontade popular na frase acima,



o deputado Alfonso Florence (PT-BA), retrucou em sequência que o governo era eleito democraticamente. Bolsonaro quis complementar a frase: “Com urna eletrônica, Bolsa Família e grana da Petrobras também”.

Essas suas intervenções deixavam claro que, no seu entendimento, ou no entendimento que lhe interessava sustentar, estaríamos sob um governo que não era a emanção da vontade do eleitorado, portanto, ilegítimo. Mas são curiosos os mecanismos enumerados pelo capitão para dizer que o governo não seria filho da democracia: crimes de corrupção, um programa social, uma pretensa fraude eletrônica e uma alegada estratégia sórdida e sorrateira de hegemonia cultural. O legal e o ilegal, o verdadeiro e o falso, conviviam como formas de perverter a democracia.

Ao longo do ano de 2015 muita coisa aconteceria com a tese do “voto impresso”. Virou projeto em março, foi defendido mais fortemente um pouco adiante, restou aprovado em junho. Inicialmente, fazia parte de uma Proposta de Emenda à Constituição, o que implicava uma tramitação mais complexa e difícil. A PEC 182/2007 acabaria aprovada<sup>604</sup>, mas com um texto enxutíssimo, sem o voto impresso<sup>605</sup>. Em julho, um dispositivo similar constava no substitutivo ao Projeto de Lei 5.735/2013<sup>606</sup>, que logo foi aprovado. Como vimos, em setembro, quando Dilma Rousseff sancionou toda a legislação sobre reforma política, vetou os dispositivos do projeto sobre doação empresarial a campanhas e do voto impresso<sup>607</sup>. O custo bilionário era a principal justificativa. Bolsonaro, claro, se mostrou indignado: “É um absurdo o Governo, em cima dessa premissa, querer vetar o voto impresso”<sup>608</sup>.

Ainda assim, o parlamentar fluminense achava que não valia insistir: “Não adianta derrubarmos o veto, porque é um projeto que cria despesa e, com toda certeza, será derrubado

no Supremo Tribunal Federal. Então, temos que jogar isso na PEC que está no Senado”. Referia-se à iniciativa capitaneada por Aécio Neves (PSDB-MG) na Câmara Alta<sup>609</sup>. O caminho acabou sendo o que ele não acreditava. Em novembro, duas semanas depois da publicação dos resultados da auditoria do PSDB e da realização de uma das audiências públicas a que me referi acima, o Congresso — em pé de guerra com a presidenta, duas semanas antes de ser aberto o processo de impeachment — derrubou o veto do Executivo ao dispositivo<sup>610</sup>. A Lei 13.165/2015, disciplinando, entre outros pontos atinentes ao Código Eleitoral<sup>611</sup>, a impressão do voto, sem contato manual do eleitor com papel, foi promulgada a seguir<sup>612</sup>.

Para o fim do que viemos discutindo aqui, é importante perceber como o deputado-capitão agiu na tentativa de encontrar apoiadores para sua iniciativa até que fosse aprovada. Acima, mencionei como Bolsonaro tentava mobilizar a desconfiança que os próprios deputados poderiam ter da urna eletrônica e do sistema eleitoral brasileiro. Mirava que houvesse outros inclinados a suspeitar do dispositivo e que eles conferissem base de apoio para a tese do voto impresso. Angariaria aliados conquanto os parlamentares cismados percebessem que a emenda de sua autoria poderia atender o interesse deles próprios — além de, simultaneamente, ir ao encontro dos interesses dos cidadãos em eleições limpas.

Nessa estratégia lapidada para conquistar colegas, o “polêmico deputado” também usou de embustices. É esse o sentido da história que anunciava, sem base alguma conhecida, a respeito da inclusão fraudulenta de votos de legenda ao PT nas “Smartmatic” que seriam usadas nas eleições de 2018. Se isso fosse verdade, naturalmente, dificultaria a reeleição de muitos dos que pleiteavam uma das 513 vagas na legislatura seguinte. Era aí que os pretendia tocar, ainda que não houvesse nenhuma indicação de que o caso fosse algo real.

Não se sabe quantos parlamentares poderiam ter comprado a sua história de uma programação feita para incluir, especificamente nas eleições proporcionais, votos à sigla do Partido dos Trabalhadores, complicando a reeleição deles próprios. O discurso do capitão mirava os mais inexperientes (“digo mais ainda, em especial aos mais novos que estão chegando aqui”<sup>613</sup>). Talvez os aspirantes fossem mais propícios a escutar o homem de sete mandatos que se apresentava como alguém disposto a lhes ensinar o que haveria por trás dos panos.

Se foram muitos os de orelha em pé para a hipótese, jamais saberemos. Ainda que fosse irrelevante em relação à efetividade, o caso não é uma bobagem (entre tantas outras). Traz um fato marcante: o *fake*, o inventado, não era usado para assustar pais e mães de família com temas morais, mas mobilizado na tentativa de persuadir mandatários públicos a votarem leis. O que se dava era a criação de hipóteses fantasiosas cuidadosamente lapidadas para aquele seletto público de legisladores. O argumento sem base técnica, costurado em uma narrativa maior, colocava como horizonte a tomada de controle do Parlamento pelo “outro lado”. E, com base em uma invencionice, chamava a oposição a se mobilizar pelo seu espaço.

Uma vez aprovada, a medida seguiria seu acidentado curso. O TSE, desde 2015, enviava recados à Câmara de que não conseguiria implementá-la a tempo das eleições de 2018<sup>614</sup>. Para Bolsonaro, tudo era um subterfúgio. O tribunal falava em 5% das urnas com o sistema nas próximas eleições gerais. Era um universo muito pequeno. Segundo alegava a corte, seria preciso desenvolver internamente uma nova urna, diferente do modelo utilizado há anos, e realizar licitações para a aquisição de produtos, como os conjuntos de impressão<sup>615</sup> — aliás, a Smartmatic concorreria e acabaria desclassificada do certame<sup>616</sup>. Quando o novo modelo de urna foi apresentada,

previa-se 35 mil operando em 2018. A ideia é que, depois dessa implementação parcial, se chegasse a uma projeção do tempo e do custo para substituir todas as 600 mil existentes no país<sup>617</sup>.

Diante do horizonte nublado para a efetivação do voto impresso, o deputado-capitão discursava inconformado: “Ainda dá tempo de o TSE procurar o Parlamento e arranjar recursos para comprar aquelas impressoras”<sup>618</sup>; “Faço um apelo ao Ministro Gilmar Mendes [então presidente do TSE]: arranje recursos, exija condições para tal”<sup>619</sup>.

Naquele período, não seriam só os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral a falar contra a medida. Os ministros do Supremo Tribunal Federal também contestavam a tese de que a impressão traria mais benefícios que malefícios<sup>620</sup>. Em 2018, nesse clima, coube ao plenário do STF definir o esquema de implantação gradual. Segundo o ministro Luiz Fux, empossado em fevereiro daquele ano como novo presidente da corte, o TSE havia demonstrado ao Tribunal de Contas da União (TCU) a necessidade de introduzir a novidade aos poucos<sup>621</sup>. Em outro flanco, a medida seria questionada no STF pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade<sup>622</sup>. A ADI argumentava, entre outras coisas, que o sigilo do voto teria de ser quebrado toda vez que o aparato eletromecânico quebrasse, pois mesários teriam de manuseá-lo. A ação também trazia outros pontos, como o dos eleitores analfabetos e com deficiência visual que teriam problemas para conferir o papel.

Em junho de 2018, o Supremo, por 8 votos a 2, suspendeu cautelarmente a implantação do voto impresso<sup>623</sup> (a definição final, pela inconstitucionalidade, por motivos como risco ao sigilo do voto e violação de princípios de eficiência e economicidade, viria somente em 2020<sup>624</sup>). Quatro meses depois, em outubro de 2018, como se sabe, Bolsonaro seria eleito pela

urna eletrônica na eleição majoritária que ele vinha tratando de véspera como fraudulenta.

Contudo, esse não foi o único fato a refutar as lorotas que o capitão reformado vinha contando a respeito dos resultados que saíam das urnas em 2018. Mais uma vez, seus papos de 200 ou 100 deputados eleitos pelo Partido dos Trabalhadores se mostraram tiro n'água. Os 54 deputados petistas eleitos até representavam a maior bancada da Câmara. No entanto, a marca ficava pouco acima do mar verde-oliva do PSL, de Bolsonaro, que alcançou 52 cadeiras. E, mais importante, esses números representavam uma queda de quase 20% em relação aos assentos conquistados pelo PT nas eleições de 2014. Em verdade, era preciso recuar até 1994, no auge do Plano Real, um sucesso de público nascido de hostes tucanas, para vermos um resultado pior do partido da estrelinha na Câmara Federal<sup>625</sup>.

Na fábula do capitão, a bancada petista na Câmara seria vitaminada por uma fraude que ocorreria nos votos de legenda. Nem fazia muito sentido. E ele próprio devia saber. Veja bem, sua discussão sobre o voto impresso se deu no bojo da reforma eleitoral de 2015. Na ocasião — como parte da mesma Lei 13.165/2015, que tratava da impressão do voto<sup>626</sup> — se aprovou regra que tornou o voto em legenda menos atrativo para os partidos<sup>627</sup>. Com a nova legislação, votos em profusão para o partido, sem que houvesse nomes bem votados, não davam mais garantia de conquistar cadeiras no Legislativo.

Mas, mesmo que suponhamos que faça algum sentido, os dados da realidade indicam que a tal fraude passou longe de ocorrer. O PT, que em 1994 chegou a ter mais de 50% dos votos de legenda, e em 2002 bateu recorde em termos absolutos com mais de 2,3 milhões de votos ao 13<sup>628</sup>, em 2018 alcançou somente 18% do total dos votos de legenda, com 1,2 milhões de eleitores escolhendo pelo partido na hora de votar para

deputado federal<sup>629</sup>. Havia uma tendência de queda em relação àqueles recordes do passado. Ela mostrou sua cara novamente e os resultados do petismo nesse quesito se mostraram minguados. Por seu turno, o partido pelo qual Bolsonaro concorreu, o nanico PSL, teve salto exponencial nessa modalidade e encostou no Partido dos Trabalhadores. Foram mais de um milhão de 17 nas urnas, 15% de todos os 6,6 milhões de votos de legenda no pleito para deputado federal<sup>630</sup>. Mais uma vez, a história bolsonariana de fraude não se sustentava. O 007 deve ter perdido a hora de acionar o programinha enquanto tomava um chá com a Rainha.

Entre todas as histórias mal contadas ou falseadas nas enunciações de Jair Bolsonaro, seguramente se destacam a do “kit gay” e a que gira em torno da fraude eleitoral por meio das urnas eletrônicas. A primeira furou uma barreira, levou-o a novos espaços e públicos, e ganhou o galardão de fato político mais decisivo em toda sua trajetória pré-Presidência da República. A segunda, embora claramente fosse sua aposta para a legislatura seguinte à marcada pelo “kit gay”, não teve um alcance análogo.

Indubitavelmente, esteve muito presente em seu discurso. Mas, entre 2015 e 2018, o voto impresso não foi, digamos, a “Conceição” de seu cancionista. Naquele tempo, a fraude eletrônica era só uma entre outras histórias cujo efeito era instilar o receio de uma tirania vermelha se fechando (e da qual ele poderia ser o libertador). Levado às mesas como grande lance, o rechaço ao nosso sistema eleitoral vinha de um jogador que agora tinha em mãos um jogo mais variado, que não se fiava tanto em uma única cartada. A trama de fundo anticomunista que vinha costurando conectava muitas histórias.

Complexa como nenhuma outra, ela não parecia ter um centro. Tinha mais a forma de rede aberta e capaz de absorver elementos variados. O melhor exemplo, inclusive, é o que veio

a ocorrer com o “kit gay”. Aquela era uma narrativa consolidada. Contudo, nesse novo momento, o discurso de Bolsonaro inovou sobre o que dizia a respeito do “kit”, transformando-o em uma pequena engrenagem de um grande e insidioso plano de ataque às famílias com vistas à implantação do comunismo. O político não se esquecia dos aspectos de sexualidade e gênero que tanto tinha propalado, mas passava a falar dos materiais didáticos como uma artimanha dos comunistas para afastar jovens das famílias e facilitar que, na condição de indivíduos, fossem cooptados para a esfera de influência do Estado tirânico<sup>631</sup>. Como tudo na fala do capitão naqueles anos, sua história de maior impacto até então acabava absorvida pela “super narrativa” de que, de todo lado, havia gente trabalhando para que nossa bandeira virasse vermelha.

Ao mesmo tempo que estava aberto para absorver mais e mais elementos, o discurso parecia se organizar em torno de estruturas bem definidas. Na fabulação do deputado-capitão a respeito do que ocorreu na Unasul, o já conhecido dualismo entre uma tirania que seria imposta pelos vermelhos através dos votos e/ou através das armas estava absolutamente presente. De um lado, o militar reformado transformou uma brevíssima menção a discussões sobre espaço aéreo em um plano de tráfico de drogas e armas para agentes vermelhos, prontos para ajudarem na tomada armada do poder. De outro, inventou que os protocolos assinados a respeito de missões de observadores eleitorais do bloco significavam uma implementação de urnas fraudulentas em todo o território brasileiro e bolivariano.

Dentre as dezenas de tópicos que foram objetos de discussão na Cúpula de Quito, Bolsonaro parece ter selecionado uma dupla capaz de, depois de fabulada, atender aos dois braços de sua matriz geradora de medo dos comunistas. Com as ideias

de urnas programadas para fraudar votos e de infiltrados a postos Brasil adentro, o discurso de Jair transformava a Unasul em Foro de São Paulo e retratava o órgão como lugar de promoção da “ditadura do proletariado” pela via eleitoral e/ou por uma revolução armada.

Inegavelmente, havia escolhas na construção de seu discurso. Na lista do que foi oficialmente assunto na Unasul constava, por exemplo, a formulação de uma proposta alternativa sobre política de drogas para os países do organismo levarem às Nações Unidas. Bolsonaro poderia perfeitamente ter feito um estardalhaço em torno de um país (e um continente) de drogados. Mas não o fez. Entre o amplo leque, selecionou os dois itens a que me referi. Integrou só eles dois à sua narrativa. E fabulou em cima. A arquitetura organizada sugere que, em maior ou menor medida, havia estratégia. Seu objetivo parecia ser tornar crível que a “cubanização”, a “ditadura do proletariado”, o comunismo, nos enredavam no presente e se imporiam logo adiante.

A trama passava por Quito, mas ia muito além.

## **FALSA ESCRAVIDÃO, SERIAL KILLERS E OUTRAS HISTÓRIAS**

UMA HISTÓRIA QUE NÃO PODE deixar de ser contada é a do investimento de Bolsonaro contra a chamada “PEC do Trabalho Escravo”. Essa Proposta de Emenda Constitucional havia sido apresentada no distante ano de 2001. Ao longo dos anos, passou por relatorias de seu (dito) amigo Moroni Torgan (PSDB-CE) e de seu inimigo Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP)<sup>632</sup>. Foi discutida algumas vezes em plenário, mas o capitão passou a dar atenção a essa PEC somente nos idos de 2012. Aquele era um contexto já pós “kit gay” e instalação da Comissão Nacional



da Verdade. Ali, ele caminhava para adensar seu discurso. Já tinha se aproximado de parlamentares evangélicos e cruzava o portal do que chamei de “dimensão paralela”.

Até então, em seus discursos e falas, a ideia de escravidão aparecia retoricamente associada aos militares, retratados como explorados<sup>633</sup> ou como cativos das regras que dificultavam sobremaneira que deixassem as Forças para assumir empregos melhores (e, portanto, escravos<sup>634</sup>). Em anos mais recentes, o capitão atinou para esse conceito, de profundas raízes na história do Brasil, para falar dos médicos cubanos chegados com o programa “Mais Médicos”. Segundo Bolsonaro, eles seriam, além de agentes infiltrados aqui, escravos do regime de lá<sup>635</sup>. Sobre aqueles profissionais de saúde, chegaria mesmo a ressaltar: “É um trabalho mais do que análogo à escravidão. É um trabalho escravo”<sup>636</sup>.

Foi só de 2012 em diante que passou a falar de escravidão no contexto da tal PEC 438/2001. Uma coisa era cristalina: o militar reformado não se mostrava lá muito interessado no que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) chamava de “escravidão moderna”. Queria mesmo era dizer que a medida era um artifício para a implantação dele, sempre ele: o comunismo.

Notei um fato curioso: os alardes do “polêmico deputado” sobre esta matéria se deram depois de aprovada em segundo turno na Câmara<sup>637</sup>. Quero dizer, a medida tramitou por mais de dez anos e a grita veio quando não havia muito mais a ser feito. Não obstante, muito poderia ser dito sobre esse leite derramado. Talvez isso interessasse mais. Em suas falas, imprimia obviedade no tom de voz para fazer uma concessão: era contra colocar as pessoas no tronco. Bacana. Mas desenvolvia o discurso no sentido de sinalizar que essa coisa de “trabalho análogo à escravidão” nada mais era do que uma

trucagem dos vermelhos<sup>638</sup>. O combate à escravidão através da emenda seria, em suas palavras, uma “grande mentira”<sup>639</sup>. O propósito da medida, de acordo com Bolsonaro, seria claro: “Único objetivo é legalizar o fim da propriedade privada em nosso País”<sup>640</sup>.

O homem cujo hábito de formatar hipóteses forçadas já conhecemos, falava em fazendas inteiras expropriadas por falta de um sabonete no banheiro<sup>641</sup> ou por colchões finos demais nos dormitórios<sup>642</sup>. Defendia que desfechos como esses seriam plenamente factíveis, uma vez que “o Judiciário vem sendo aparelhado. Assim sendo, o fim da propriedade privada vai depender de um fiscal, vai depender de um juiz, de uma pessoa qualquer”<sup>643</sup>. Pronto, quase que por um estalar de dedos do Leviatã Vermelho lá se iam sesmarias inteiras.

Em auditório do SBT, no Programa do Ratinho, em 2014, avisava: “Atenção, empresários, fazendeiros!”<sup>644</sup> (nota: o apresentador que dava o microfone ao parlamentar fluminense era também dono de imensas propriedades rurais<sup>645</sup> e, naquela noite, chegou a contar aos telespectadores de um pretenso abuso na aplicação da lei sofrido por um amigo seu, “coitado”, vítima de um gerente que “estava tratando, vamos pôr entre aspas, ‘mal’ os funcionários”<sup>646</sup>). Naquele palco, e também no de Raul Gil, no ano seguinte<sup>647</sup>, Bolsonaro aproveitava o ensejo e transportava a questão para as cidades, assustando a classe média: “Inclusive, [com a aprovação da PEC da Escravidão] se você tem apartamento, você pensa que tem apartamento”. Em diversas ocasiões afirmou que, por um quarto de empregada mal ventilado, se perderia a casa<sup>648</sup>, além dos bens que estivessem nele — geladeira, liquidificador, periquito e papagaio<sup>649</sup>. Certamente haveria quem se espantasse.

Na versão bolsonariana, amoldando o caso à sua narrativa maior, a medida significava o “fim da propriedade privada. E

nós sabemos aqui que o PT trabalha nessa linha”<sup>650</sup>. Segundo o parlamentar fluminense, o governo teria tido êxito em aprovar essa medida por dois motivos: por conta de seu título alegadamente enganoso<sup>651</sup> — era conhecida como “PEC do Trabalho Escravo” e para ele, vimos, não passava de uma trama comum —, e por força do controle que o Executivo exercia sobre a base através de “boquinhos” em estatais e ministérios<sup>652</sup>. Conforme o deputado-capitão, com a “grande mentira” do combate ao trabalho escravo, “o Governo do PT, os autores aqui, um Deputado do PT e outro do PCdoB vão, aos poucos, articulando-se, aparelhando-se para colocar um fim à propriedade privada. É fim da propriedade privada, que sempre foi o primeiro objetivo, a intenção de comunistas e ditadores, e ponto final”<sup>653</sup>.

Falaria da PEC que alinhava o país às práticas de combate à escravidão moderna como um “golpe de misericórdia na propriedade privada”<sup>654</sup>. Seria um anúncio de futuro: “Estamos com passagem marcada para Cuba, sem volta!”<sup>655</sup>. Quem estava no leme era a esquerda, onde “só tem gente que veio do movimento sindical ou da ociosidade. Eles detestam a propriedade privada. E por isso que eles não têm amor: porque nunca trabalharam”<sup>656</sup>.

Essa sua asserção acima nos leva a uma outra história, ela também com teor de verdade para lá de questionável. Em outra coincidência, encontrei os seus primeiros registros no mesmo 2012 em que o parlamentar fluminense passou a tratar da “PEC do Trabalho Escravo”. De um modo geral, o tema da ociosidade era presente no discurso de Bolsonaro. Era importante em sua crítica aos vermelhos e aos programas sociais petistas que, via de regra, considerava demagógicos. Entretanto, na sua retórica, não era só que os programas sociais davam incentivos à ociosidade. Nem que fidelizavam

como eleitores “o pessoal do Bolsa Família, do MST, a ociosidade, de maneira geral”<sup>657</sup> (além de cooptar outros potenciais aliados, como os tais milhares de haitianos de São Paulo). É que aquelas políticas públicas de combate à miséria, na verdade, estariam sendo utilizadas para mascarar o que seria a “a maior taxa de desemprego do mundo”<sup>658</sup>.

O deputado que, em seus primeiros mandatos, contestava a todo tempo números oficiais com suas próprias contas, no seu novo espírito, de pouquíssimo compromisso com a verdade dos fatos, se voltava contra os dados apresentados pelas autoridades no quesito emprego. Há muitos desses discursos<sup>659</sup>, mas deixo-os com as palavras ditas pelo deputado-capitão no plenário em 14 de outubro de 2014, quando o último dado do IBGE contabilizava<sup>660</sup> uma taxa de 5% de desempregados: “Vejo a Dilma Rousseff falar muito, batendo no peito, é o de que no Brasil o desemprego é baixíssimo. Mentira! Nós temos a maior taxa de desemprego do mundo! E eu tenho duas provas dos nove para confirmar isso aí. O Governo do PT só considera desempregado quem procura emprego. A própria Dilma disse, no último debate, que o Bolsa Família atinge 14 milhões de famílias. Dessa vez, ela acertou a multiplicação. Falou que 56 milhões de pessoas são cobertas pelo Bolsa Família, e a condição número 1 para receber Bolsa Família é não trabalhar. Ou seja, nós temos pouco mais de 25% do povo brasileiro que não trabalha; somando-se aos 5% dos que querem trabalhar e não encontram emprego, só aí temos 30% de desempregados no Brasil. Somando-se àqueles que não procuram emprego porque desistiram, nós nos aproximamos de 40% de taxa de desemprego no País”<sup>661</sup> — calculou o “Instituto Bolsonaro de Geografia e Estatística”. Na campanha de 2018, quando voltou a bater nessa tecla, o IBGE explicou que receber Bolsa Família ou qualquer outro benefício não é um critério que define se

uma pessoa será considerada empregada ou desempregada. A instituição observou, ainda, que utiliza critérios internacionalmente aceitos em seus cálculos<sup>662</sup>.

Transformar uma taxa de desemprego de 5% na “pior taxa do mundo” era um exagero aceitável? Em situação de pleno emprego, afirmar que estamos no fundo do poço, apresentando contas repletas de tapeações para sustentá-lo, parece algo de outra monta e qualidade que uma hipérbole ou imprecisão. Por outro lado, há algum ponto em que se possa desenhar a linha? Esta obra evidencia os procedimentos de Bolsonaro para ensejar debates.

Em relação aos seus proceder, mais que discutir e determinar gravidade de mancadas tais, é importante fazer notar que essa intrujice não estava sozinha. Ao contrário, servia a uma farsa maior. Quero dizer, esse tipo de apreciação pode parecer uma contestação pontual, solta, sem qualquer vinculação com sua “super narrativa”. Mas naquele tempo, muito raramente era o caso. No canal de Bolsonaro no YouTube encontra-se um vídeo de um dos discursos em que apontou nosso número pretensamente recorde de ociosos. Qual o seu nome? Chama-se: “DITADURA DO PROLETARIADO – A VERDADEIRA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL”<sup>663</sup>.

É até difícil imaginar a ligação entre esses termos. Contudo, a retórica do “polêmico deputado” tentando atrelar tudo que se passava, ou pretensamente se passava, no Brasil ao comunismo era bastante insistente. Depois de apresentar suas contas sobre nossos recordes mundiais de inatividade, o parlamentar fluminense abordava como manter aquela massa de desempregados era algo de interesse do governo: “Quanto mais gente beneficiada pelo Bolsa Família melhor para o Governo. Por quê? Essa massa, estimulada e condenada a ficar na ociosidade, vota no PT”<sup>664</sup>. Pensando em termos da

vida real, isso mal tem sentido. Mas dali a uns segundos lá estava o capitão falando em um Congresso que logo poderia ter “400 [deputados petistas] aqui dentro”<sup>665</sup>. Deixemos de lado o despautério de que o caminho para uma hegemonia política inédita no país seria produzir desemprego e sustentar grande parte da população com cerca de 1 dólar por dia — imagine o sucesso dessa política. O fato é que seu discurso conectando absolutamente tudo ao comunismo era imensamente repetitivo.

Uma outra história que me parece não ter sido contada é a que Bolsonaro lançou, ou tentou lançar, a respeito da morte de Luís Eduardo Magalhães. O deputado do PFL, herdeiro do peso político de seu pai, Antonio Carlos Magalhães, morreu em 1998, sob o diagnóstico de infarto. No início de 2014, com intenções de concorrer ao Planalto, o capitão reformado jogou ao vento uma insinuação deste tamanho: “Logicamente, Dilma não tem ficha suja. Ela tem as mãos sujas de sangue, e é um assunto que tem que ser investigado. Eu perguntaria agora aos Deputados desta Casa: quem seria o único obstáculo para o PT chegar ao Governo em 2002, senão Luís Eduardo Magalhães? Repito, qual o único obstáculo para o PT chegar ao poder em 2002, senão Luís Eduardo Magalhães? E deixo os pontinhos aqui”<sup>666</sup>.

Não havia qualquer base fática naquela insinuação. Luís Eduardo Magalhães era hipertenso, fumava dois maços de cigarro por dia e, antes de sofrer a fatalidade, já tinha passado mal na Câmara outras vezes. No dia de seu passamento, segundo declarou seu pai à época, havia caminhado mais quilômetros que o habitual e ainda estava sob a emoção da morte do ministro Sérgio Motta, dada naqueles dias. O deputado passou mal em casa e acabou sendo levado a um hospital em Brasília, onde foi submetido a uma angioplastia de emergência. Não resistiu. Fora vítima de um infarto<sup>667</sup>.

A única coisa verdadeira no que Bolsonaro viria a dizer, mais de 15 anos depois, é que Luís Eduardo era cotado como presidenciável em 2002. Mas nem ACM, nem ninguém que tinha os petistas como adversários, colocava aquela morte na conta do Partido dos Trabalhadores. O deputado-capitão criava histórias suas.

Nessa circunstância de 2014, e em outra oportunidade em que falou sobre o caso<sup>668</sup>, Bolsonaro emplacou na sequência teorias ligando o PT ao assassinato de Celso Daniel. Esse era um caso que o capitão reformado explorava mais fortemente desde 2008, antes de sua “Grande Virada”<sup>669</sup>. O capitão tocava no assunto conforme avançava o plano de formação de uma Comissão Nacional da Verdade. Era como se tentasse neutralizar as acusações de assassinatos promovidos pelo regime militar jogando um cadáver para o lado de lá<sup>670</sup>.

Naquele contexto, seu uso parecia ser mais tático do que estratégico. Quero dizer, inicialmente respondia mais a uma situação dada, a uma conjuntura, do que a uma programação de adensar uma narrativa maior. Depois, como tudo em seu discurso, o caso seria integrado em sua “super narrativa”. Certa vez, perguntado se acreditava que o PT matou Celso Daniel, respondeu de pronto, com todas as letras: “Sim, eu não tenho a menor dúvida disso”<sup>671</sup>. No entanto, sugerir participação do PT no assassinato do prefeito de Santo André não se tratava, nem de longe, de uma criação original sua. A suspeita sobre o caso existia na fala e escrita de muita gente.

Com Luís Eduardo Magalhães era diferente. Aquela lenda parecia ser bola levantada por ele. E, vale dizer, surgia aos ouvidos do público muitos anos depois do fato, ajustando-se ao novo momento político do capitão. Não se tinha notícia de que “os pontinhos” que ele deixava para serem ligados

em seu discurso na Câmara corressem à boca pequena. Em verdade, aceitar que o PT poderia estar implicado no assassinato de Celso Daniel tinha um valor de premissa para sua fabulação a respeito da morte de Luís Eduardo Magalhães. Digo, essa desconfiança representava como que uma porta aberta para que se acreditasse que o assassinato político era parte do *modus operandi* dos vermelhos. Bolsonaro parecia partir desse ponto para criar roteiros seus. Ainda que não fossem lançados a todo momento, seguiram consigo.

Em 2017, anos depois daquele discurso na Câmara mencionado acima, no “Fino Trato Show”, do canal de internet “Terça Livre”, o deputado-capitão chegaria mais longe que no plenário. Gravado no dia da morte de Teori Zavascki, o especial “Um dia com Bolsonaro” seria propício a conspirações. No vídeo é possível vê-lo dizendo: “Vamos voltar um pouquinho no tempo. Quem seria o presidente eleito em 2002, com a saída do FHC? No meu entender, seria Luís Eduardo Magalhães. Ele acabou, três anos antes, morrendo de forma bastante suspeita. O caminho abriu-se para o PT. Você pode ver: o Lula não seria candidato em 2002. Para que ele fosse candidato teriam que matar o prefeito de Santo André [Celso Daniel], e assim foi feito”<sup>672</sup>.

Na sequência da entrevista, passou a descrever circunstâncias e aspectos daqueles assassinatos. Conforme as teorias do militar reformado, aquelas mortes seriam cruciais para que Lula tivesse condições reais de chegar ao Palácio do Planalto. Sem elas, nada feito. E, como se não bastasse, passou a colocar em suspeita a morte do presidente da Bancoop: “Essa do apartamento do Lula, o avião dele caiu em 2010... ninguém mais se lembra disso”<sup>673</sup>. Nesse caso nebulosíssimo, acredito que se referia ao acidente de carro que matou o ex-presidente da Bancoop Luiz Eduardo Malheiro em 2004<sup>674</sup>, resgatando



suspeição que corria pela internet e se notava em textos jornalísticos<sup>675</sup>. Incluía no mesmo pacote, ainda, a aposentadoria de Joaquim Barbosa do STF, como se fosse algo orquestrado pelo Partido dos Trabalhadores<sup>676</sup>.

Bolsonaro concluiu a concatenação sobre esses *serial killers* vermelhos com sua habitual instigação da suspeição: “Então, muita coisa esquisita, desde quando o PT aí viu-se na possibilidade de chegar ao poder, vem acontecendo até hoje. Eles não vão entregar essa rapadura de graça. E, desculpa aqui, eu tenho certeza que estou nessa lista misteriosa, não sei de quem é, mas eu estou nessa lista aí para 2018”<sup>677</sup>. Vê-se que quando se deu o terrível atentado a faca do qual foi vítima, em 2018, o fato já encontrava sentido no que ele próprio vinha falando por aí.

No universo de Bolsonaro, tudo parecia girar em torno da conspirata. Na sua narrativa, envolvia mortes em solo pátrio e as ocorridas em solo vizinho. Em janeiro de 2015, morreu o promotor argentino Alberto Nisman. O fato ocorreu quando ele estava pronto para apresentar no Parlamento de seu país as acusações, postas quatro dias antes de morrer, de que a presidenta argentina Cristina Kirchner e funcionários de seu governo acobertavam um grupo de iranianos acusados de um mortal atentado terrorista em Buenos Aires no ano de 1994<sup>678</sup>. No calor do momento, quando ainda se discutia se a morte de Alberto Nisman se deu em razão de suicídio ou assassinato (a Justiça confirmaria como crime de homicídio somente em 2018<sup>679</sup>), o “polêmico deputado” escreveu sobre o caso em seu Twitter. O post deixava no ar a informação de que o promotor “apareceu morto misteriosamente”, e, a seguir, largava outra camada de suspeita: “No final de 2014, após aprovação na Câmara e Senado, Dilma Rousseff conseguiu (Decreto Legislativo 272) isentar de visto para entrar,

transitar, permanecer e sair do território brasileiro qualquer cidadão iraniano. COINCIDÊNCIA?”<sup>680</sup>.

A norma tratava de isenção de vistos para diplomatas iranianos. Rastreando o histórico da medida se encontram caminhos muito distintos do que fora sugerido pelo parlamentar fluminense. Essas trilhas não passavam pela Argentina. A isenção oficializada em 2014 ratificava acordo firmado em 2009, em meio a encontros entre Lula e Ahmadinejad, e dependeu de uma longa tramitação legislativa<sup>681</sup> — em diversas comissões, no plenário da Câmara, no Senado — até que chegasse para assinatura de Dilma Rousseff. Isso se deu em 2014, meses antes da morte de Nisman.

Não há muitos motivos concretos para acreditar que fosse mais do que coincidência. Todavia, na rede de intrigas montada por Bolsonaro sempre parecia possível adicionar fatos novos que maldissessem o campo opositor. Mesmo que não tivessem qualquer lastro na realidade objetiva. O militar reformado não parecia mais compromissado com ela. O PT poderia ser implicado em fraudes eletrônicas, aliciamentos infantis, mortes aqui e alhures, sem qualquer dificuldade.

O político havia se reinventado. E isso valia para sua relação com a verdade também. Quem atentasse para sua figura depois de 2010, ou até mais próximo da campanha eleitoral de 2018, poderia pensar que fora sempre esse mesmo Bolsonaro. Não é o que uma investigação extensa como essa mostra. Seus temas eram, em grande parte, outros. Alguns de seus procedimentos ainda seriam claramente reconhecíveis no novo momento. No entanto, seu leque de ações ganhou enorme amplitude. No principal deles, parecia muito mais propício a, deliberadamente, partir de um dado ou uma circunstância e fabular os ocorridos reais a ponto de (ou com vistas a) criar fatos políticos absolutamente bombásticos (mas cujo descolamento da realidade ficaria evidente a quem se desse o trabalho de confirmar).

Sua ousadia para apresentar uma, digamos, “versão alternativa” da realidade claramente não tinha par com a dos seus tempos de “sindicalista da caserna”. Ainda assim, ela foi se constituindo aos poucos. Mirando um novo filão, lançava suas tragédias e, com boa resposta do público desde o início (com o “kit gay”), preparava outras. Bolsonaro já era um político experiente. Passava a ter notoriedade e espaço. Além de idiosincrasias, tinha traquejo e voz. Tentava sentir o vento e se adiantar em relação às tendências. Segundo o que minhas investigações sugerem, tinha mais planejamento e estratégia do que se costuma pensar.

Os fatos políticos que criava não eram exatamente uma série contínua mas também não eram como peles que um camaleão vai trocando enquanto segue seu curso. Se os casos não fossem, por sua natureza, intimamente relacionados, aos poucos o capitão ia tentando os agrupar em um todo mais ou menos coerente (ainda que a fidedignidade pudesse faltar). Nitidamente, foi buscando pontes, aproximações e congruências entre seus contos. Com o passar dos anos, tinha um volume impressionante de histórias. Poderia sentar-se e desfiá-las por horas em entrevistas, por exemplo. Acompanhando-o ao longo dos dias, semanas, meses e anos, se vê suas mensagens sendo construídas e lapidadas. E, com o passar do tempo, se acumulando.

Por exemplo, quando, em meados de 2014, Bolsonaro começou a insistir, com pequenas variações, no lema de que “com a reeleição de Dilma estamos de partida para Cuba sem escala na Venezuela”<sup>682</sup>, trazia a carga do contexto cultural e político da época e do discurso que ele vinha construindo há anos. Avançava contra um governo cuja aprovação havia caído muito, cujos críticos tinham cada vez mais voz e que já sentia o efeito dos avanços da Operação Lava Jato em seu encaicho. Mas o discurso de Bolsonaro nunca deixava de ser dele. Era peculiar e assinado.

Cuba sempre esteve em seu discurso. Uma obsessão que ele chegou a assumir em entrevista<sup>683</sup>. Fundamentalmente, a ilha aparecia em meio às suas falas ecoando os riscos do passado (anos 1960) e do presente (Era petista). Era a tal da “cubani-zação” que, segundo ele, seria levada a cabo pela esquerda brasileira (a de ontem e a de hoje). Falava do assunto, nesses termos, de quando em quando<sup>684</sup>. Na década de maior destaque parlamentar do capitão, o país caribenho conquistou um espaço renovado em seu discurso. Essas altas em sua atenção à ilha pareciam impulsionadas por alguns fatos: a viagem de Lula a Havana, em 2010<sup>685</sup>; a revivescência de 1964, imposta pela Comissão Nacional da Verdade, em 2011; e a instituição do programa “Mais Médicos”, em 2013.

Os caminhos do destino ofereceram uma nova oportunidade bastante óbvia. Em 2014 e 2015, em um Brasil que respirava fases da Operação Lava Jato, a participação brasileira, através do BNDES, na revitalização do Porto de Mariel, em Cuba, ganharia imensa atenção. A obra, tocada pela empreiteira Odebrecht, implicada em muitos escândalos, havia sido inaugurada em janeiro de 2014, com presença de Dilma Rousseff<sup>686</sup>. Havia os que defendessem os investimentos como estratégicos<sup>687</sup>, mas, à oposição, a obra oferecia um latifúndio de simbologia. Ora, era o governo do PT investindo recursos públicos em Cuba através da Odebrecht. O caso seria bastante explorado por Aécio Neves na disputa presidencial de 2014<sup>688</sup>, por exemplo.

Bolsonaro falaria de Mariel, contrastando os investimentos no porto com as obras de governos militares: “[Médici] construiu 15 hidrelétricas (...). Que obra o PT fez nessa área até hoje? Nenhuma! A única obra do PT ao longo de 11 anos foi o porto de Cuba. Agora, a outra grande obra que está sendo comprovada é a desconstrução da Petrobras, através de rouba-lheira praticada”<sup>689</sup>. No entanto, observando seus discursos e

entrevistas, chama atenção como Bolsonaro insistia menos em um ponto como esse do que na tese dos médicos cubanos serem na verdade agentes infiltrados.

O deputado-capitão havia praticamente ignorado a obra ao longo de anos. Isso é o exato contrário do “Mais Médicos”, pois, antes mesmo do programa se concretizar, Bolsonaro já colocava a boca no mundo a seu respeito. Dessa última iniciativa, o parlamentar marcava o passo desde antes do convênio com a OPAS estar firmado. Na época, falava que Dilma queria “importar não 6 mil médicos, mas 6 mil ativistas da ideologia cubana”<sup>690</sup>. O programa mal estava saindo do papel, mas ele se adiantava e pensava nos dependentes que poderiam ser trazidos: “A gente sabe um pouquinho como funciona a ditadura castrista. Então, cada médico vai trazer 10, 20, 30 agentes para cá. Podemos ter, a exemplo da Venezuela, 70 mil cubanos aqui dentro!”<sup>691</sup>. “Em 1.500 Municípios do nosso País nós teremos células comunistas para difundir a ideologia cubana”<sup>692</sup>. De acordo com o que propalava, “teremos centenas de Araguaias pelo Brasil”<sup>693</sup>.

Quando o então ministro Aloizio Mercadante propôs a criação de um programa chamado “Mais Professores”, buscando levar professores brasileiros, alguns já aposentados, para municípios de baixo IDH<sup>694</sup>, o capitão fez sua apropriação “à la Bolsonaro” e encaixou o fato em sua narrativa. Dentro da sua dualidade entre os métodos violentos e os não violentos de tomadas de poder, lançou a ideia de que, dentre os imigrantes vindos de Cuba como médicos, muitos abraçariam uma nova profissão com vistas a pôr em marcha o plano revolucionário: “Muitos desses cubanos vão ser professores em escolas do ensino fundamental, ensinando o socialismo”<sup>695</sup>. Referia-se ao “Mais Professores”, que era pouco mais do que uma ideia lançada no ar e, em tese, usaria docentes brasileiros. Essa

sua declaração ocorreu antes do programa “Mais Médicos” ser um fato consumado. O programa original mal havia se consumado e ele não só já acusava, sem provas, de estarmos importando agentes infiltrados usando jaleco como fantasia, como potencializava a paranoia e a levava para o campo da “doutrinação” ministrada por comunistas estrangeiros em nossas salas de aula.

No auge da Lava Jato, o discurso que Bolsonaro organizava era menos tomado por ela do que se poderia esperar. Não há métrica aqui para definir exata e categoricamente isso que trago a seguir. Mas em minha pesquisa percebi como, entre 2014 e 2016, o anticomunismo parecia ter mais peso em suas falas do que qualquer ímpeto em enquadrar a administração petista por desvios de verba pública. Àquele tempo, em todo lugar se discutiam fatos mais ou menos concretos que teriam ocorrido (ou não) e poderiam estar relacionados (ou não) à gestão petista. Enquanto isso, o militar reformado investia mais no fantasioso horizonte da “ditadura do proletariado” se impondo dentro em breve. A fábula tinha prevalência sobre fatos investigados. Nas falas do capitão, a rigor, é quase como se o tema da corrupção estivesse contido no assunto pai-de-todos, qual seja, o comunismo.

Percebendo a arquitetura do que enunciava, havia uma precedência lógica. A foice e o martelo estavam antes de tudo. Identifico a noção de “projeto de poder” como uma espécie de operador básico. Ela fazia uma mediação entre o PT real e o comunismo (imaginário) que nos ameaçava. Tudo mais que existisse, corrupção ou a “sanha LGBT”, agora parecia ficar subordinado à ideia de que havia um “projeto de poder” comunista em curso. A respeito disso o militar reformado sequer esboçava dúvida. No seu dizer, veja você, o “governo que está aí, do PT” era “claramente marxista-leninista”<sup>696</sup>. Nesse ponto que morava o grande perigo.

Por óbvio que o tópico da corrupção, viga central da vida nacional naqueles tempos, discutido com veemência nos bares e nas redes sociais, não era ignorado por aquele que já era um dos principais rostos da oposição ao governo petista. É verdadeiro que ele próprio enfatizaria, e muito, a distância que estava de todos aqueles escândalos. Com o passar do tempo, habilmente, usaria esse discurso até para desviar-se de todos os tipos de acusações que recebesse: “Falam que sou racista, fascista, homofóbico e xenofóbico, mas ninguém fala que sou corrupto”<sup>697</sup>.

No entanto, em meados da década de 2010, costumeiramente, ao comentar denúncias de corrupção, ao invés de fustigá-las ao limite, atordoar seu público com muitíssimos episódios que tomavam os jornais, parecia querer estar um passo à frente. Era como se deixasse o fluxo da mídia e dos demais políticos de oposição fazer esse trabalho e se ocupasse de estar além. Os opositores de Dilma Rousseff se organizavam em torno do quentíssimo tema da corrupção, mas Bolsonaro caminhava por uma outra vertente: “Há algo mais grave do que a corrupção acontecendo, podem ter certeza disso: a questão ideológica”<sup>698</sup>. Naqueles anos usaria variações dessa frase de um modo um tanto enigmático. Falando a públicos potencialmente indignados com aquilo que estavam sabendo pelos jornais, utilizava esse bordão como uma senha para abrir seu baú de histórias contra os vermelhos e, talvez, trazer a bola para uma quadra que fosse sua.

A primeira vez que o percebi usando uma formulação nessa linha foi ainda em dezembro de 2012. Discursava contra duas Propostas de Emenda à Constituição: a PEC do Trabalho Escravo e a PEC da Empregada Doméstica. O capitão, chegado a interpretações forçadíssimas da legislação, enxergava naquela conjugação de emendas constitucionais aquele plano de

sempre: “no meu entender, é o fim da propriedade privada”. Na sua explicação, patrões não teriam como custear suas funcionárias com os novos encargos, acabariam as demitindo e, ato contínuo, seriam denunciados por exploração de trabalho escravo e, inequivocamente, perderiam suas casas. Na ocasião, derivando ainda mais essa elucubração, possivelmente animado por esses projetos e pelo julgamento do “mensalão” em seus finalmentes<sup>699</sup>, fez um jogo entre corrupção e tendências comunistas do governo: “então, à margem dos escândalos retumbantes de corrupção em nosso País, o PT trabalha aqui na questão ideológica, e o PSDB e o DEM não abrem os olhos para isso. Eu sinto isso, porque são partidos de oposição. Então, pessoal, fiquem atentos, porque o que está em jogo aqui é a manutenção, a perpetuação do poder. E temos um partido que é amante de ditaduras. Se não o fosse, não vivia aconchegado com Fidel Castro, com Ahmadinejad, com Evo Morales, com Chávez, etc”<sup>700</sup>.

Depois, em 2013, quando, em decisão apertada, o Supremo aceitou os chamados embargos infringentes dos réus do “mensalão”, abrindo espaço para revisão de algumas condenações<sup>701</sup>, voltou a esse paralelo, em um formato mais próximo ao que, logo adiante, consagraria: “O que está em risco em nosso país não é nem mais a roubalheira, mas a roubalheira da nossa liberdade pelo plano socialista que o PT está impondo ao nosso país, aparelhando tudo, inclusive o nosso Judiciário, lamentavelmente!”<sup>702</sup>. Em maio de 2014, quando a Lava Jato já estava na rua, disse: “Entendo que os desvios bilionários dos ‘companheiros’, dos malfeitos na Petrobras e na Eletrobras, além de verdadeiro assalto aos Fundos de Pensões, só não são piores do que o roubo da nossa liberdade que se avizinha”<sup>703</sup>. Bolsonaro lançava seguidamente versões desse mesmo slogan. Não importava qual fosse o fato em questão e o momento



político. Poderia ser tempo de eleições gerais (2014)<sup>704</sup>, de impeachment (2016)<sup>705</sup>, ou até mesmo de governo Temer (2017)<sup>706</sup>. Logo mais, logo menos, o capitão viria com a ideia de que era preciso ver além da subtração efetuada pelos gatunos e atentar para o cerco produzido pelos tiranos.

As denúncias vindas de Curitiba e outros foros, com documentos públicos ou vazados, poderiam ser fonte abundante de munição. Além de fornecer fatos sob exame judicial, poderiam ser terreno fértil para fabulação de quem quisesse. Entretanto, o deputado-capitão queria criar bases mais profundas. Na campanha presidencial falaria muito de corrupção (dos outros, apresentando-se como incorruptível). Na narrativa que Bolsonaro edificava alguns poucos anos antes do pleito, a principal questão nacional era a liberdade, não o erário. A principal ameaça em nosso horizonte não era, como para muitos, a de sofrermos desfalques e deixarmos responsáveis impunes. Era, de repente, acordarmos em uma Cuba. Ou em uma Venezuela. Em todo caso, o que o militar reformado, insistentemente, colocava no centro de sua retórica, mesmo em meio a escândalos reais, era o fantasma do socialismo.

## **PEDOFILIA: AINDA E UM TOM ACIMA**

EMBORA SEJA NÍTIDO um investimento na retórica anticomunista, com a criação de novas histórias para lá de duvidosas, e uma suavização da linha LGBTQIA+fóbica que caracterizou o mandato anterior<sup>707</sup>, os contos contados em verões passados seguiriam retornando e sendo atualizados.

No início da década, com o “kit gay”, Bolsonaro havia promovido a ideia de que o governo tinha a intenção de “escancarar as portas para a pedofilia”. Em sua fala, o abuso sexual

infantil aparecia atrelado ao universo LGBTQIA+. Logo que o STF permitiu que homossexuais também tivessem direito ao reconhecimento de sua união, o parlamentar fluminense declarou aos jornais que o passo seguinte seria a legalização da pedofilia. Esse pulo, gigantesco, entre uma falsa ideia de “escancarar as portas” do abuso infantil e uma falsa alegação de que essa forma abjeta de violência seria legalizada pelo governo de turno havia ficado como algo episódico. Todavia, em meados de 2015, a fábula voltou a aparecer em sua fala.

A base material para a intrujice recauchutada era o conteúdo do “Humaniza Redes”, projeto ligado à Secretaria de Direitos Humanos. A iniciativa pretendia promover “segurança na rede, principalmente para as crianças e adolescentes, e fazer o enfrentamento às violações de Direitos Humanos que acontecem online”<sup>708</sup>. Era disponibilizado ao público um site, um canal para que denúncias de abusos chegassem ao Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, além de páginas em redes sociais.

Em julho de 2015, o “Humaniza Redes” publicou em seu Facebook o post “Mitos e verdades sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes”. A figura vinha antecedida por uma mensagem alertando que “todas as formas de violência, especialmente a sexual, afetam o crescimento saudável de meninos e meninas. Denuncie!”. O texto no interior da figura, no entanto, tratava do sentido da palavra pedófilo e aludia a um significado distante do entendimento comum. O post explicava que nem todo abusador é um pedófilo; que a pedofilia é um transtorno a ser diagnosticado por um psiquiatra; que havia abusadores não pedófilos; e que o que caracteriza o crime não é o transtorno e sim o ato do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Ainda que pudesse ser tecnicamente adequada, a sutileza nesse deslocamento de sentido não foi bem recebida. Nem de longe. O post, publicado por órgão de um governo que, naquele momento, era aprovado por 9% dos brasileiros,<sup>709</sup> foi massacrado por internautas. Conforme definiu o Correio Braziliense: “Comentários falam sobre apologia, relativização da pedofilia e humanização da figura do pedófilo”<sup>710</sup>.

O caso, exemplo de comunicação oficial muito malsucedida, logo ganharia espaço entre figuras da direita. O articulista Rodrigo Constantino, no dia seguinte à postagem, mancheteou: “Esquerda continua com sua agenda de relativizar a pedofilia”<sup>711</sup>. Logo em seguida seria a vez do Pastor Silas Malafaia se manifestar sobre o acontecido. Em suas redes alardeava: “Assista ao vídeo no qual denuncio apoio do PT à pedofilia”<sup>712</sup>. As críticas de Malafaia eram pesadas e chegavam a falar em “propaganda dissimulada da pedofilia”<sup>713</sup> em material oficial.

Perceba que a crítica girava em torno de ideias como relativização, apoio e propaganda (à pedofilia). Bolsonaro não ficaria nisso. Subiu à tribuna para falar do vídeo que havia recebido de Malafaia — os dois haviam se aproximado no início da década, desde as mobilizações em torno do “kit gay” e do PLC 122/2006<sup>714</sup>. Em seu discurso, o capitão adicionaria seu ponto ao contar o conto. De cara, afirmou: “Dilma Rousseff quer legalizar a pedofilia”<sup>715</sup>. Aproveitou para, em ligeira ameaça, lançar no ar que, se autorizado pela presidência da Câmara, diria o que motivaria a presidenta a se interessar por essa liberação. Apontava sempre para ela: “Vergonha maior do que tudo isso é ter uma Presidente que apoia a pedofilia”<sup>716</sup>.

Na sua interpretação (bastante) particular da postagem, o que estava dito é que “se uma criança estiver num bordel sendo explorada, isso é pedofilia, mas, se um canalha qualquer,

protegido pela Presidente da República, abusar sexualmente de uma criança, isso não é pedofilia”<sup>717</sup>. Passava longe de encarar a questão como um enquadramento semântico malsucedido. Trombeteava que o governo estava nessa para proteger cana-lhas, apoiar o abuso sexual infantil e, no limite do absurdo, tornar inteiramente legal a violência promovida por pedó-filos contra as crianças brasileiras.

Por pior que fosse aquela comunicação, por mais que fosse tremendamente inábil ao afrontar o entendimento comum de um assunto delicado como a pedofilia, não havia cabi-mento que uma iniciativa voltada à proteção da criança, que solicitava e oferecia caminhos para a denúncia da violência sexual, fosse uma espécie de ponta-de-lança na legalização da conduta criminosa. Ao deputado-capitão o que parecia interessar era atualizar sua própria ideia, lançada anos atrás, com a narrativa do “kit gay”. Mantinha uma tensão no ar de que um dia, em breve, pedófilos estariam liberados pelo governo para agir.

Na página de Bolsonaro no Facebook, a figura do post do “Humaniza Redes” apareceu em uma montagem na qual havia um homem abotoando as calças, uma menina chorando ao fundo, e os dizeres “Parabéns PT/Os pedófilos agradecem”<sup>718</sup>. Em seu canal no YouTube o título do vídeo de seu discurso era (falso e) direto: “DILMA ROUSSEFF SINALIZA LEGALIZAÇÃO DA PEDOFILIA”<sup>719</sup>. No post original do “Humaniza Redes”, organicamente, internautas haviam rechaçado o conteúdo acreditando que havia um problema grave ali. Porém, isso era diferente de um legislador dizer que o governo tinha intenção de liberar o abuso sexual infantil em todo o território nacional.

Nesse novo momento do “polêmico deputado”, a pedo-filia não aparecia mais atrelada ao universo LGBTQIA+ — como estava quando ele abordava o assunto lá pelos idos de

2011. A associação do abuso sexual infantil com homens gays perdera espaço. O tópico parecia obedecer a um caminho mais geral de suavização da aposta na LGBTQIA+fobia, provavelmente visando a uma candidatura presidencial competitiva para a eleição majoritária de 2018. Todavia, decididamente, a profanação dos infantes era referida pelo capitão como uma intenção do Partido dos Trabalhadores.

Em janeiro de 2016, na mesma semana em que lançava vídeo voltado a se livrar da pecha de homofóbico<sup>720</sup>, publicou em suas redes um filmete que trazia no título “LIVROS do PT ensinam SEXO para CRIANCINHAS nas ESCOLAS: Para o PT brevemente a PEDOFILIA deixará de ser CRIME”<sup>721</sup>. A pedofilia, naquela versão 2016, era interesse do PT. Note-se, à diferença de sua narrativa nos idos de 2011, nem grupos homossexuais “fundamentalistas” nem pais adotivos homossexuais eram citados.

O vídeo teve ampla audiência. Em 2017, quando seu lugar de pré-candidato já estava assegurado, e o Estadão publicou (ótima) entrevista do jornalista Marcelo Godoy com o deputado-capitão, o texto registrava que aquele era o conteúdo de Bolsonaro mais assistido na web: os dados da rede social indicavam 8,2 milhões de visualizações e um alcance de 38,4 milhões de usuários<sup>722</sup>. No vídeo<sup>723</sup>, o parlamentar fluminense explica por que sua filha Laura, que aparece no início em seu colo, não estava em escola pública. E, com essa deixa, desanca a falar do currículo escolar do MEC.

Em verdade, misturava muitos assuntos em um intervalo de poucos minutos. O filmete documenta bem como o parlamentar tinha um punhado de histórias, muitas com fidedignidade bastante questionável, e as embaralhava em combinações de tal modo velozes que aturdiavam quem o assistisse. No início, Bolsonaro logo fala do “kit gay” nas escolas e

mostra seu panfleto de 2011, aquele que denunciava o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT” (algo que ele já chamou de “kit gay 2”). Adaptando seu recente slogan, afirma que “sempre falei: não é apenas o ‘kit gay’, é a questão ideológica, tão ou mais grave que a corrupção”.

Em seguida, mostra para a câmera o livro “Aparelho Sexual e Cia.” e diz que era “um dos livros que estão chegando nas bibliotecas das escolas públicas, para você, que é pobre”. Ao abrir o livro “informa” que ele seria destinado a crianças de seis anos de idade. Com asco, mostra o seu interior. Segundo suas palavras, naquelas páginas estava posta a absurdidade de que a homossexualidade é um fato normal. De acordo com sua avaliação, “todo ele [o livro] é uma coletânea de absurdos que estimula precocemente as crianças a se interessarem por sexo. E, no meu entender, isso é uma porta aberta para a pedofilia também. (...) Esse é o livro do PT, o livro de Lula, o livro de Dilma Rousseff”. Na sequência, exhibe uma edição da Revista Nova Escola, aquela que se tornou conhecida por ter um menino vestido de princesa na capa, e anuncia que aquele era um livro que seria levado às bibliotecas das escolas. Aproveita o ensejo e assinala que a compra das publicações pelo governo traria lucros para os “companheiros” do PT.

De acordo com o que diz Bolsonaro no vídeo, tudo seria um truque para que as crianças não aprendessem nada e se tornassem dependentes de Bolsa Família no futuro. Então se volta aos beneficiários do programa que eventualmente poderiam estar assistindo e faz uma pergunta direta a eles sobre o que importa mais: o cartão do programa ou a dignidade e a honra de seu filho?<sup>224</sup> No vídeo, em seu estilo caótico, emenda a pergunta sobre dignidade com “e o PT, no seu site ‘Humaniza Redes’, ele prega abertamente que a pedofilia não é crime”. Desenvolve afirmando especificamente que crianças

abusadas enquanto eram “usadas para fins comerciais” não seriam consideradas vítimas de pedofilia.

Tendo dito essas coisas, sumariza: “Esse, como um todo, vamos assim dizer, é a política para as escolas, para crianças a partir de seis anos”. Bolsonaro ainda teria tempo de dizer que as escolas virariam comitês partidários do PT. E de contar lorotas sobre como as crianças educadas no Japão, nessa faixa etária, fazem cálculos que “nossos universitários não fazem aqui”. Despede-se: “Infelizmente, né, até uma próxima oportunidade”<sup>725</sup>.

Houve resposta quase imediata. A Revista Nova Escola, citada pelo parlamentar, tratou de rapidamente lançar um vídeo-checagem<sup>726</sup>. Sobre si — apontada como livro distribuído em bibliotecas de escolas públicas, e fonte de lucro para “companheiros” —, a publicação logo tratou de explicar que era uma conceituada revista direcionada a professores (não um livro para alunos), que era do grupo Abril e não de “companheiros”, e que não registrava a venda de um exemplar sequer para o governo federal. Desmentiam também a própria existência de um “kit gay”; que homossexualidade poderia ser considerada uma anormalidade; a pretensa superioridade das crianças japonesas sobre nossos universitários (salientando, de passagem, que os pequenos nipônicos tinham acesso à educação sexual em suas escolas). Além disso, ainda trazia dados sobre o livro “Aparelho Sexual e Cia.”. O que o político dizia sobre a publicação não correspondia aos fatos. A obra não era destinada a crianças de seis anos, e sim de 11, nem fora comprada pelo MEC para ser distribuída em bibliotecas públicas.

A miscelânea de assuntos e objetos que apareciam emaranhados no curto vídeo deixava evidente: Bolsonaro chegava ao posto de pré-candidato à Presidência da República com, digamos, muita história para contar. Era um acúmulo de

anos. No entanto, seu estoque de engambelações prontas para serem usadas em 2018 não remetia a toda sua carreira parlamentar. Existia uma seleção.

## RETA FINAL E “MELHORES MOMENTOS”

MUITAS DE SUAS ALEGAÇÕES, especialmente as que recuperei e são pré-2010, foram pouco divulgadas. É que quando se tornou um político relevante, mais conhecido, ele já tinha virado algumas páginas de sua trajetória. Só para ficar em um exemplo: a anúncio de uma grande crise militar que engoliria a República é uma dinamite que o capitão reformado guardou na gaveta e não voltaria a lançar nos seus tempos de “Superpop” ou depois, no período em que oficialmente era pré-candidato à presidência. Diversas histórias vinham ficando de lado há tempos.

Outras até podiam ser relativamente recentes, contadas às vistas de milhões, mas ficariam intocadas quando Bolsonaro se lançou ao escrutínio de todo o país. É o caso, por exemplo, de sua ideia de que pais gays esturpariam sistematicamente filhos adotivos<sup>127</sup>. Asserções como essas serviram ao seu pé na porta nos temas morais. Na campanha eleitoral, contudo, o *dress code* exigia que calçasse discretos sapatos ao invés de pesados coturnos. A busca pela apresentação mais acertada exigia calibrar, inclusive, os factoides que levaria aos convidados da “festa da democracia”. Algumas esparrelas poderiam impulsioná-lo para cima, enquanto outras pareciam destinadas a pesar como âncora. Era preciso compor o personagem. Desenhar linhas claras sobre quem o candidato era. Ao fim, o objetivo era que o eleitor reconhecesse o postulante ao Planalto como aquilo que ele, cidadão comum, e o



país como um todo, necessitavam. Era fundamental escolher e formatar os discursos. Fossem os falsos ou os verdadeiros.

Sobre aquilo que efetivamente levaria em sua manga como arma para concorrer ao posto mais alto da nação, se pode dizer que, embora faltasse fidedignidade, a organicidade estava em dia. As histórias integravam algo que ficava entre uma colcha de retalhos e uma verdadeira síntese narrativa. Outro aspecto que chama atenção é como havia direção em seu discurso. Aquilo que, com toda sua experiência e com todo seu estilo peculiar, vinha enunciando nas tribunas e entrevistas apontava para alguns lugares bastante claros. Era com essa massa de embustices-argumentos que seguiria para a campanha. Tratava-se de uma lenta construção, edificada ao longo de anos.

Já em 2016 e, mais nitidamente, em 2017 e 2018, Bolsonaro se ocuparia cada vez menos da Câmara Federal. Seu foco parecia voltado em maior parte a assegurar seu lugar no pleito que viria e em realizar viagens pelo Brasil<sup>728</sup>. Em 2017, por exemplo, não relataria nenhuma matéria<sup>729</sup> e subiria três vezes menos à tribuna do que sua média na década até então (em 2018, antes das eleições, faria somente três discursos no total<sup>730</sup>). Conquanto o capitão tornava-se um “presidenciável”, algumas coisas mudariam.

Em primeiro lugar, ainda que não estivesse oficialmente em campanha, muitas de suas falas já apontavam para o futuro. Eram as clássicas promessas de políticos. E o que ele se propunha a fazer se eleito, naturalmente, passaria a ser assunto relevantíssimo. As notícias da época são cheias de colocações suas a respeito do número de ministérios, de afastamento de países tais e quais, da disseminação do armamento, e afins. Colocações que, dado que eram do reino do porvir, não cabe discutir como verdade ou mentira, fatos

consumados ou contos do vigário. Não faria sentido desdizer ainda que fosse um “vamos explorar nossas riquezas, quem sabe até abrindo uma saída pro mar para Minas Gerais. Nós vamos satisfazer o desejo do mar de ganhar Minas, podem ter certeza disso”<sup>731</sup>. Aceita-se que políticos façam dessas coisas. Que o eleitor formasse seu convencimento sobre se eram factíveis ou não.

Em segundo lugar, dentre essas mudanças na reta final, era claro que cada vez mais Bolsonaro falaria aos olhos de todos e que, como não poderia deixar de ser, isso teria algumas consequências. O crescimento em sua popularidade era incontestável. Em 2016, seu patamar nas pesquisas de intenções de votos estava solidamente colocado acima dos 5%. Em 2017, furaria a casa dos 10% e seguiria escalando até os 20%. Em face desse crescimento, a mídia tratava de seguir os passos e os ditos do presidenciável com mais atenção. O capitão reformado era manchete rotineiramente.

Verifiquei que, no passado, a alta em menções a ele em jornais dependia de escândalos como suas declarações em favor do assassinato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2000) ou o “Caso Preta Gil” (2011). Seu voto para o impedimento de Dilma Rousseff parece ter sido a última ocasião com esse padrão de um pico de menções por um evento chocante (chocante à porção importante da opinião pública, ao menos).

Ao longo de 2016 e 2017, com justiça editorial, o parlamentar fluminense já havia saltado para um outro nível de destaque. Isso implicaria lidar com contestação jornalística às suas afirmações. Na internet é localizável um bom número de checagens de suas declarações do período. Dessarte, o escriba desta brochura, cujo recorte final é a campanha de 2018, já, antecipadamente, vai passando o bastão. É que esse Bolsonaro pré-candidato, em relação à veracidade do que

dizia, foi de fato acompanhado. É um tanto diferente desse mais antigo que desencavo e do qual ligo os pontos.

Há, no entanto, um caso que pretendo analisar de modo mais detido. A partir dele, pretendo mostrar como o que costurei até aqui, acompanhando a constituição de um lorotário ao longo do tempo, se bate com o candidato que todo o país viu.

Até a campanha, as linhas mestras do discurso de Jair Bolsonaro seriam mantidas. Haveria também uma atenção maior de sua parte para possíveis escorregões. Auxiliado por um marqueteiro desde 2016<sup>732</sup>, o “polêmico deputado” manteria apostas que faziam parte de seu discurso, mas as balancearia com uma certa tendência a tentar se mostrar ligeiramente (ligeiramente mesmo) moderado e amadurecido. Encaminhou-se para a campanha com os argumentos que vinha construindo há anos.

Naturalmente, isso incluiria o “kit gay” e outras mistificações, agora já mais examinadas e contestadas na arena pública — ainda que a ele, aparentemente, isso pouco interessasse. Passariam também a fazer parte de suas manobras ensaiadas de prestidigitação algumas defesas suas para as, digamos, controvérsias em que se meteu no passado, muitas delas tratadas com rigor de pesquisa ao longo desta série. Nelas há falsidades aos montes<sup>733</sup>.

Grosso modo, seu espaço na mídia ficava dividido entre a (difusa e confusa) plataforma de governo que alinhavava; as afirmações que, ao longo de anos, foi construindo e lapidando acerca do cenário político e social brasileiro; e as réplicas a respeito do que apontavam de errado em suas condutas. Quero dizer, jogava o seu jogo com ataques e defesas nem tão arriscadas assim. Para a reflexão que desenvolvo aqui, há um ponto chave: na reta final até o pleito, não investiria em

compor nenhum factóide político comparável ao “kit gay” ou ao esquema da “Smartmatic”.

Nessa afirmação não está contabilizado o submundo de informações falsas que circularam nas redes durante a pré-campanha e a campanha. É fato que houve difusão de desinformação e que o candidato do PSL se beneficiou de invencionices disseminadas. A importante querela sobre a responsabilidade de sua chapa no caso prolongou-se por anos e resolveu-se de modo um tanto ambíguo: a absolvição da chapa Bolsonaro-Mourão no Tribunal Superior Eleitoral acompanhada da declaração do ministro Alexandre de Moraes de que “se houver repetição do que ocorreu em 2018, o registro será cassado, e as pessoas vão para a cadeia”<sup>734</sup>, ficou para a história como o atestado de um reconhecimento oficial pela metade de que alguma coisa ilegal ocorreu naquele pleito. Seja como for, nesta obra tais questões passam ao largo. O foco está todo voltado para as inverdades e talvez-inverdades que o capitão botou a sua cara para dizer. Não é pouca coisa. Quando se juntam os afluentes das inexatidões e das possíveis balelas e imposturas, formam-se corredeiras.

Para as eleições de 2018, somados às já tradicionais mentiras de candidato — essas coisas de só ter 15 ministérios sem fazer indicações políticas<sup>735</sup>, por exemplo —, o capitão escolheria alguns dos factóides que vinha utilizando nos últimos anos. Além de retomá-los, poderia dar a eles alguns toques originais para a ocasião. O caso que conto a seguir é sobre lampanas com roupa nova e maquiagem de festa.

Em uma campanha em que o capitão acabaria praticamente ausente de debates televisivos, a exposição máxima de Bolsonaro ao público brasileiro aconteceria em sua entrevista na bancada do Jornal Nacional, da TV Globo, em agosto

de 2018. A entrevista, cronometrada para ter 28 minutos de duração, teria a segunda maior média de audiência daquele dia na televisão brasileira, perdendo somente para a novela das 20h. Havia grande expectativa. Redes sociais e redações jornalísticas ficaram a postos acompanhando o encontro do candidato e jornalistas naquela que é a mais tradicional bancada do país.

Na conversa, basicamente, seriam temas: suas práticas e ele ser (ou não) uma autêntica “novidade” na política; seu “casamento” com Paulo Guedes; desigualdade salarial entre homens e mulheres; direitos trabalhistas; homofobia; política de segurança pública; e o compromisso de sua chapa com a democracia (em face de declarações de seu vice, Hamilton Mourão, sobre os militares terem que “impor” uma solução aos Poderes da República).

Agências de checagem logo publicaram conteúdos apontando imprecisões ou falsidades a respeito de suas declarações. A maioria trazia apurações sobre os pretensos elogios de Joaquim Barbosa à conduta do candidato; ter votado contra a PEC das Domésticas em dois turnos, o exemplo que deu sobre a exportação de pregos do Brasil ao Paraguai; e o que teria (ou não) dito no “Superpop” no tocante à desigualdade salarial entre homens e mulheres<sup>736</sup>.

Curiosamente, as verificações do que, na lupa, seria fato ou *fake* não chegaram ao que Bolsonaro havia dito sobre democracia. Na bancada, o candidato afirmou que o “impor uma solução”, dito pelo seu vice, seria como o que teria se passado décadas atrás: “Isso aconteceu em 1964, que, na forma da lei e da Constituição da época, os militares chegaram lá. Chegaram não, foram eleitos por cinco mandatos”. O militar reformado disse, na bancada, que “nem eu nem ele queremos nada pela força”, mas, “no meu entender, foi um alerta que ele deu”.

O apresentador William Bonner, sempre pontuando que as perguntas eram sobre o tempo presente, não deixou de retrucar que historiadores tratavam o regime de 1964 como oriundo de um golpe militar. O candidato replicou: “Eu deixo os historiadores para lá. Eu fico com Roberto Marinho, com o que ele declarou no dia 7 de outubro de 1984. Vou repetir aqui”. E citou de cor e salteado o editorial de O Globo sobre a posição favorável do jornal à “Revolução de 1964”. Deixemos historiadores para lá e segue o jogo. Sua fala trazia um “alerta” sobre o futuro.

Em que pese terem negligenciado o ponto acima, as agências de checagem foram firmes em apontar problemas em suas declarações quanto ao tópico da homofobia<sup>737</sup>. O assunto havia ocupado quase 20% da entrevista, e algumas de suas declarações seriam classificadas: “Nada tenho contra um gay” — contraditório; “Tinha acabado o 9º Seminário LGBT infantil. Repito: 9º Seminário LGBT infantil” — falso; “Estavam discutindo ali, comemorando o lançamento do material para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como kit gay. Entre esse material estava esse livro [‘Aparelho Sexual e Cia.’]. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem” — *fake*; “O Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT: são 180 itens, entre eles a desconstrução da heteronormatividade, ensinando (...) que homem e mulher está errado” — falso para uma agência, exagerado para outra<sup>738</sup> (que depois acabou se corrigindo, era falso mesmo<sup>739</sup>).

Todas essas inverdades constaram nestas páginas e foram tratadas como tal. No entanto, essas classificações, a meu ver, não dão conta do que se passou durante a sabatina. O procedimento de checagem é sério, necessário, organizado e rigoroso. Coube ao jornalismo tradicional<sup>740</sup> e às novas agências

de *fact-checking*, que realizavam um serviço fundamental ao exercício democrático diante dos desafios contemporâneos, verificar o que dizia um candidato à Presidência da República. Suas apurações convergiam e as tomo como verdadeiras. No entanto, ao lado desse trabalho, feito com agilidade no calor da hora, a reflexão que cá temos, beneficiando-se da distância e de todo o aprofundamento realizado até o presente ponto, colabora para um entendimento mais integral do que se passou na bancada.

No décimo nono minuto da entrevista, a jornalista Renata Vasconcellos trouxe o tema da homofobia e elencou frases do candidato sobre imóveis desvalorizados por gays na vizinhança e filhos que ele preferiria ver mortos que homossexuais. Escorregadio, Bolsonaro disse que “isso [ser tomado como homofóbico] começou a acontecer em novembro de 2010 comigo. Até aquele momento era uma pessoa normal (...) no tocante a isso”. Trata-se de um dado falso: ele fora carimbado como um político homofóbico pela ABGLT ainda em 2006<sup>741</sup>. Na sequência dessa inverdade, o capitão contou mais do tal evento de novembro de 2010 que parecia querer introduzir no assunto.

Segundo seu relato, ele caminhava na Câmara quando avistou “um pessoal vestido a caráter” e quis saber mais. Logo tomou ciência que, naquele fim de 2010, realizava-se na Câmara o “9º Seminário LGBT Infantil”. Conforme dizia, ali se celebrava o lançamento do “kit gay”. Explicou que no material do “kit” constava o livro “Aparelho Sexual e Cia.”. Na bancada, em meio à entrevista, o candidato tinha um exemplar a mão e, contra as regras acordadas, tentava mostrá-lo para as câmeras. Fez questão de aludir ao vídeo em que primeiro apresentou o livro ao público, afirmando que tinha feito uma “matéria” no Facebook, com 40 milhões de acesso em 15 dias.

O dado não batia com a informação do Estadão de que, em 2017, um ano depois da publicação do filme, o vídeo contava com oito milhões de visualizações<sup>742</sup>. Porém, esse era um detalhe menor diante do que acontecia naquele minuto. Em meio àquela tumultuada entrevista seria difícil perceber, mas o relato Jair Bolsonaro operava, diante de todos, uma insólita miscelânea.

Em novembro de 2010, realizou-se o “Seminário Escola Sem Homofobia”, em que foram apresentados os materiais do projeto “Escola Sem Homofobia”, alguns em versões demo. E não existia livro algum. O “9º Seminário LGBT Infantil” foi o evento citado por Bolsonaro na entrevista ao *Jornal Nacional*. Ele nunca existiu. Mas esse era o nome pelo qual o capitão, falseadamente, referia-se ao “Seminário LGBT no Congresso Nacional”, realizado em maio de 2012 — aquele com vídeo editado que argumentei ser um portal para a “dimensão paralela”. O capitão, então, usava um título de evento inexistente, trocando em sua fala o seminário de 2010 pelo de 2012. Ainda por cima, nem em novembro de 2010, nem em maio de 2012, houve menção ao livro “Aparelho Sexual e Cia.”. Seria somente em 2016, alguns anos depois, portanto, que, também ludibriosamente, o “polêmico deputado” passou a falar sobre o livro estar disponível nas escolas brasileiras e ensinar sexo para crianças de seis anos de idade.

Está claro. Não poderia haver confusão alguma daquela monta. O que Bolsonaro levou à bancada foi um bem montado pot-pourri de lorotas. Juntava factoides como se editasse ao vivo um vídeo de “melhores momentos” de sua carreira. Eram todos momentos inventados. Naquela trama, não havia qualquer nesga de compromisso com a realidade factual. A aposta na burla estava elevada ao cubo. Tratava-se, digamos,



de uma realidade composta — tanto no sentido de que era uma composição como no de ser um conjunto de coisas a formar um todo. Porque o que estava ali não era um pequeno catálogo de inverdades. O que foi à bancada do Jornal Nacional, às vistas de todo o país, foi toda uma trajetória de falsificação da realidade.

O que Bolsonaro trazia era um investimento em um repertório que, no momento de sua maior visibilidade até então, deliberadamente embaralhou ao seu gosto e ao seu propósito. Por anos o deputado-capitão alicerçou linhas fortes de uma narrativa. Concorrendo ao cargo mais importante do país, era como se declarasse independência entre os fatos originais e a falsificação que, lá atrás, havia feito deles. Os próprios suportes empíricos poderiam ser trocados que suas histórias ficariam de pé. O evento (falsificado) de 2012, o livro de 2016, o marco do outro evento de 2010, toda a patranhada misturada, aglutinada, desfilando ao vivo. Unidas suas forças, se tornavam ainda mensagens mais potentes.

Naquele dia, Renata Vasconcellos, William Bonner e a direção das câmeras do estúdio impediram que Bolsonaro mostrasse o pretense livro do “kit gay”. Dado que havia regras, talvez previsse que isso aconteceria. A reação do candidato foi convidar os telespectadores a assistirem à *live* que faria depois do programa para mostrá-lo. Lá ninguém o impediria de falar o que fosse. Sete semanas depois, o TSE decidiria que o “kit gay” nunca existiu e proibiria Bolsonaro de seguir com a “difusão de fato sabidamente inverídico”<sup>743</sup>. O factoide que, segundo o próprio, tinha sido uma catapulta em sua carreira política, agora era julgado inválido. Duas semanas depois da decisão, em 28 de outubro de 2018, Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil.

# NOTAS

- <sup>1</sup> Ao longo da série, por razões editoriais, é possível que haja pequenas variações entre os volumes nesta seção introdutória.
- <sup>2</sup> <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-se-compara-a-johnny-bravo-personagem-que-retrata-um-machao-estupido/>. [exceto quando indicado, a data de acesso aos links deste livro se deu em 13/06/2022]
- <sup>3</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/datafolha-maioria-acha-bolsonaro-desonesto-falso-incompetente-despreparado-indeciso-autoritario-e-pouco-inteligente.shtml>.
- <sup>4</sup> <https://www.otempo.com.br/politica/a-minoria-tem-que-se-curvar-1.352269>.
- <sup>5</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/com-que-moral-vaio-me-cassar-aqui/>.
- <sup>6</sup> <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>.
- <sup>7</sup> [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_07.05.2020/art\\_53\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/art_53_.asp).
- <sup>8</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/no-discurso-de-posse-bolsonaro-pede-apoio-para-reconstruir-o-pais>.
- <sup>9</sup> <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esses-politicos-tem-que-entender-que-estao-submissos-a-vontade-do-povo-brasileiro-diz-bolsonaro,70003276359>.

- <sup>10</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>.
- <sup>11</sup> <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/o-papel-da-camara-dos-deputados>.
- <sup>12</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-amplia-discurso-mas-passado-deve-cobrar-fatura-21115247>.
- <sup>13</sup> Processos 02/2011, 12/2013, 20/2014, 06/2016. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/eticaedecoro/processos.html>.
- <sup>14</sup> <https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2014/09/jair-bolsonaro-o-lingua-solta.html>.
- <sup>15</sup> YouTube, Canal Renata Dourado, 26/05/2011, em reprodução de programa DF Acontece, TV Bandeirantes Brasília. <https://www.youtube.com/watch?v=LtOX-AL1l74>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>16</sup> Jornal do Commercio (RJ), 17/12/1990. [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_18/9838](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_18/9838). <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-vida-facil-dos-burocratas-do-humanismo/>.
- <sup>17</sup> Youtube, Canal B N, 10/04/2016, em reprodução de Programa “Câmera Aberta”, TV Bandeirantes, 23/05/1999. <https://www.youtube.com/watch?v=qIDyw9QKIvw>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>18</sup> <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-1682-mentiras-em-um-ano/>.
- <sup>19</sup> <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-disse-cerca-de-sete-informacoes-falsas-ou-distorcidas-por-dia-em-2021/>.
- <sup>20</sup> <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/reveja-jair-bolsonaro-explosivo-desde-1986/>.
- <sup>21</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Cadete e o Capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Todavia, 2019. p. 62 e 69. <https://www.uol/eleicoes/especiais/bolsonaro-candidato-do-exercito.htm#candidato-do-exercito>.
- <sup>22</sup> <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Outubro/tribunal-inicia-julgamento-de-aco-es-contra-a-chapa-bolsonaro-mourao>.

- <sup>23</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/datafolha-60-dizem-nao-confiar-em-nada-do-que-fala-bolsonaro-novo-recorde.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-57-dizem-nunca-confiar-nas-declaracoes-de-bolsonaro-recorde-no-mandato.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/datafolha-50-dizem-nunca-confiar-nas-declaracoes-de-bolsonaro-so-14-sempre-acreditam.shtml>.
- <sup>24</sup> <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6648894>.
- <sup>25</sup> <https://www.dw.com/pt-br/por-que-as-pessoas-mentem-tanto/a-41301892>.
- <sup>26</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2013/09/1337257-em-media-mentimos-uma-vez-a-cada-dez-minutos-de-conversa.shtml>.
- <sup>27</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/plenario-cassa-deputado-francischini-por-propagar-desinformacao-contr-o-sistema-eletronico-de-votacao>.
- <sup>28</sup> <https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>.
- <sup>29</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 10/04/1996. [jobs: discursos anteriores a outubro de 2000 não são acessíveis por links diretos no site da Câmara Federal e ficarão apontados deste modo; os posteriores àquela data serão dispostos através de seu link eletrônico direto]
- <sup>30</sup> Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 21/04/1989, pág. 15.
- <sup>31</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 14/04/1994.
- <sup>32</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 27/10/1999.
- <sup>33</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Cadete e o Capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Todavia, 2019.
- <sup>34</sup> Por exemplo: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=145.1.53.0&nuQuarto=25&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE&Data=14/06/2007&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:12&txEtapa;>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=062.2.54.O&nuQuarto=77&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:48&sgFaseSessao=CP&Data=29/03/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:48&txEtapa.>

<sup>35</sup> <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-lamarca/>.

<sup>36</sup> Podcast “Retrato Narrado”, Spotify.

<sup>37</sup> O Globo, 28/10/1987. <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=ministro+bombas+bolsonaro+f%C3%A1bio&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980&anoSelecionado=1987&diaSelecionado=28.>

<sup>38</sup> Jornal do Commercio (RJ), 06/08/1990. [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_18/6041.](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_18/6041.)

<sup>39</sup> BOLSONARO, Flávio. *Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade*. Rio de Janeiro: Altadena, 2017, p. 65.

<sup>40</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 14/03/1991 e 23/03/1992.

<sup>41</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 01/04/1993, 18/03/1994, 05/05/1994 e 26/01/1995; Tribuna da Imprensa, 18-19/08, 1990, [http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_05/3495.](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_05/3495.)

<sup>42</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 01/04/1993.

<sup>43</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 21/06/2000.

<sup>44</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 11/05/1994, 10/07/1997 e 20/01/1999.

<sup>45</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em de 22/04/1991, 29/04/1991, 24/05/1991, 02/09/1991, 03/10/1991, 04/10/1991, 10/04/1992, 12/06/1992, 23/04/1997, 06/05/1997 e 04/06/1997.

<sup>46</sup> Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).

<sup>47</sup> Manchete (RJ), 31/01/1998. <http://memoria.bn.br/docreader/004120/301884.> Discurso na Câmara dos Deputados em 21/01/1998.

- 48 Tribuna da Imprensa (RJ), 18/10/1991. [http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_05/10180](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_05/10180). Discurso na Câmara de 05/12/1991.
- 49 Discurso na Câmara dos Deputados em 04/10/1991.
- 50 O Globo, 03/10/1991. <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=bolsonaro+irm%C3%A3o+renato&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1991&mesSelecionado=10>.
- 51 Discurso na Câmara dos Deputados em 17/12/1991.
- 52 Discurso na Câmara dos Deputados em 24/08/1992.
- 53 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=291.3.52.0&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:58&sgFaseSessao=BC&Data=27/10/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:58&txEtapa>.
- 54 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=291.3.52.0&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:58&sgFaseSessao=BC&Data=27/10/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:58&txEtapa>.
- 55 Discurso na Câmara dos Deputados em 30/04/1993.
- 56 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 57 Volume IV da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 58 Discurso na Câmara dos Deputados em 26/04/1995 (o da página 2450 do Diário da Câmara de 27/04/1995).
- 59 Volume IV da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 60 Volume V da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 61 Discurso na Câmara dos Deputados em 30/06/1993.
- 62 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1112199908.htm>.

- 63 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/31/trafico-de-cocaina-avioes-fab-mickey-mouse.htm>.
- 64 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 65 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=229.2.52.0&nuQuarto=55&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:48&sgFaseSessao=BC&Data=27/10/2004&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:48&txEtapa>.
- 66 Correio Braziliense, 02/04/2014. [http://memoria.bn.br/DocReader/028274\\_06/139613](http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/139613).
- 67 Discurso na Câmara dos Deputados em 15/03/2000.
- 68 Volume V da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 69 Discurso na Câmara dos Deputados em 18/11/1998.
- 70 YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, em reprodução de Programa do Jô, TV Globo, 21/07/2005. <https://www.youtube.com/watch?v=HfPDOB7MpxY>. [Acesso em 08/12/2021].
- 71 Discurso na Câmara dos Deputados em 23/10/1992 (o da página 23346 do Diário da Câmara de 24/10/1992).
- 72 Discurso na Câmara dos Deputados em 06/01/1999 (o da página 693 do Diário da Câmara de 07/01/1999).
- 73 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 74 Discurso na Câmara dos Deputados em 06/04/1992.
- 75 Discurso na Câmara dos Deputados em 09/04/1992.
- 76 Discurso na Câmara dos Deputados em 23/04/1992.
- 77 Discurso na Câmara dos Deputados em 15/04/1992.
- 78 Discurso na Câmara dos Deputados em 10/06/1992.
- 79 Discurso na Câmara dos Deputados em 16/09/1992.
- 80 Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 11/05/1995.
- 81 Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 19/05/1999.



- <sup>82</sup> Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>83</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=149.1.55.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:20&sgFaseSessao=BC&Data=11/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:20&txEtapa.>
- <sup>84</sup> <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/copa-do-mundo/2018/noticias/2018/05/04/submissa-e-ignorante-os-significados-ocultos-na-carta-da-dona-lucia.htm.>
- <sup>85</sup> Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018)
- <sup>86</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 25/11/1999.
- <sup>87</sup> Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018)
- <sup>88</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/13/fux-compara-propaganda-de-dilma-em-2014-a-fake-news.htm.>
- <sup>89</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44148576.>
- <sup>90</sup> Volume IV da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>91</sup> YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sYCcH4cQTOU.> [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>92</sup> YouTube, Canal Agora é Tarde, 09/04/2014, em reprodução de programa “Agora é Tarde”, TV Bandeirantes, 08/04/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=ddlxxadxezm.> [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>93</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 09/03/1999.
- <sup>94</sup> YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 02/03/2015, em reprodução de Programa “Você na TV”, SBT. <https://www.youtube.com/watch?v=1bijyvltbum.> [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>95</sup> YouTube, Canal Agora é Tarde, 09/04/2014, em reprodução de programa “Agora é Tarde”, TV Bandeirantes, 08/04/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=ddlxxadxezm.> [Acesso em 08/12/2021].

- <sup>96</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 10/03/1999.
- <sup>97</sup> YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sYCCcH4cQTOU>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>98</sup> YouTube, Canal Mateus Ferreira, 27/03/2012, em reprodução de Programa “CQC”, TV Bandeirantes, 26/03/2012. <https://www.youtube.com/watch?v=asjsxlkvtq8>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>99</sup> YouTube, Canal TV Verdade, 26/06/2015, Programa “TV Verdade”, TV Alterosa (afiliada do SBT em Minas Gerais), 26/06/2015. [https://www.youtube.com/watch?V=8pcj\\_-hxqye](https://www.youtube.com/watch?V=8pcj_-hxqye). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>100</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 31/03/1999.
- <sup>101</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 20/06/2000.
- <sup>102</sup> [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=059.4.53.0&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:10&sgFaseSessao=BC&Data=31/03/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-R\]&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:10&txEtapa](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=059.4.53.0&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:10&sgFaseSessao=BC&Data=31/03/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-R]&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:10&txEtapa).
- <sup>103</sup> <https://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2014/apos-veto-do-partido-jair-bolsonaro-promete-sair-candidato-presidencia-em-2018-daria-trabalho-14356424.html>.
- <sup>104</sup> YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. [https://www.youtube.com/watch?v=T6\\_0JX19m-k&t=316s](https://www.youtube.com/watch?v=T6_0JX19m-k&t=316s). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>105</sup> Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>106</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Jair+Bolsonaro&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=%22Bom+Dia+Brasil%22&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=20&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>.

- 107 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=070.1.52.0&nuQuarto=22&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:42&sgFaseSessao=BC&Data=08/05/2003&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:42&txEtapa.>
- 108 Discurso na Câmara dos Deputados em 08/12/1998.
- 109 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=066.4.53.0&nuQuarto=32&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:02&sgFaseSessao=BC&Data=08/04/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:02&txEtapa.>
- 110 Discurso na Câmara dos Deputados em 13/12/1991.
- 111 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 112 Discurso na Câmara dos Deputados em 19/04/1994.
- 113 Discurso na Câmara dos Deputados em 28/05/1997.
- 114 Por exemplo: Tribuna da Imprensa (RJ), 11-12/07/1998. [http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_05/49040.](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_05/49040.)
- 115 <https://www.arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/fernando-henrique-cardoso-segundo-os#pagina-2.>
- 116 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 117 Idem.
- 118 Idem.
- 119 Idem.
- 120 Idem.
- 121 Exemplos em: BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008; GARDNER, D. *Risco: a Política e a Ciência do Medo*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008; FUREDI, F. *The only thing we have to fear is the 'culture of fear' itself*. Spike, 04/04/2007. Disponível em: <http://www.spiked-online.com/newsite/article/3053#.UgBNjtLVBBk>. Acesso em: 19/11/2021.

- 122 <https://www.dw.com/pt-002/guerra-no-iraque-no-princ%C3%ADpio-era-a-mentira/a-43319658>.
- 123 Discurso na Câmara dos Deputados em 10/03/1993.
- 124 Discurso na Câmara dos Deputados em 20/07/1994.
- 125 Discurso na Câmara dos Deputados em 27/05/1991.
- 126 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Jair+Bolsonaro&txPartido=&txUF=&dtInicio=20%2F01%2F1992&dtFim=20%2F01%2F1992&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar#>.
- 127 Discurso na Câmara dos Deputados em 04/12/1996.
- 128 Discurso na Câmara dos Deputados em 30/04/1997.
- 129 Jornal do Brasil, 26/05/1991. [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_11/42738](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/42738).
- 130 O Globo, 07/12/1996. <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?-tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=bolsonaro+nilton+zenildo+est%C3%A1veis&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=&mesSelecionado=&diaSelecionado=>.
- 131 Para além do que consta na seção “Jogo duro retórico” mais pode ser visto no volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 132 Discurso na Câmara dos Deputados em 10/09/1997; na transcrição aparece “pertencem às classes menores favorecidas de na nossa sociedade”, mas o áudio no Arquivo Sonoro da Câmara mostra que o erro é da transcrição e não na fala de Bolsonaro: <https://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=11345>.
- 133 Idem.
- 134 Discurso na Câmara dos Deputados em 24/04/1997.
- 135 Discurso na Câmara dos Deputados em 31/10/1996.
- 136 Discurso na Câmara dos Deputados em 11/05/1995.
- 137 Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 18/11/1991.

- <sup>138</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 20/01/1992.
- <sup>139</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 26/04/1995 (o da página 2450 do Diário da Câmara de 27/04/1995).
- <sup>140</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 23/04/1996.
- <sup>141</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 30/10/1996.
- <sup>142</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 16/08/1995 e 27/04/1995.
- <sup>143</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 30/05/1996.
- <sup>144</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 07/10/1999 e 26/03/1998.
- <sup>145</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 26/04/1995, 27/04/1995 e 25/03/1997.
- <sup>146</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 25/03/1997.
- <sup>147</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 25/11/1999.
- <sup>148</sup> Por exemplo: discursos na Câmara em 04/05/1995 e 24/01/1996.
- <sup>149</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 24/01/1996.
- <sup>150</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 27/04/1995.
- <sup>151</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 28/04/1999; mais detalhes sobre este ponto no volume IV da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>152</sup> Por exemplo: discursos na Câmara em 20/01/1992 e 28/04/1999.
- <sup>153</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 15/05/1996.
- <sup>154</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 20/03/1997.
- <sup>155</sup> Discursos na Câmara em 19/06/1997 e 26/03/1998.
- <sup>156</sup> Em discurso na Câmara dos Deputados em 25/03/1997, Bolsonaro fez menção a frase de Al Gore, então vice-presidente dos EUA: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos”. A ideia de que a Amazônia é um tesouro da humanidade e contribui para o equilíbrio planetário tem diversas expressões, mas não quer dizer necessariamente que a soberania brasileira sobre aquele território deve ser desconsiderada.

- <sup>157</sup> Por exemplo: discursos na Câmara em 30/05/1996 e 09/07/1997.
- <sup>158</sup> Por exemplo: discursos na Câmara em 30/05/1996, 17/10/1996 e 10/12/1998.
- <sup>159</sup> Por exemplo: discursos na Câmara em 11/11/1998 e 10/03/1999.
- <sup>160</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 28/04/1999.
- <sup>161</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 01/07/1998 e 20/01/1999.
- <sup>162</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 26/04/1995 (o da página 2450 do Diário da Câmara de 27/04/1995) e 13/01/1999.
- <sup>163</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 15/04/1992, 11/05/1995 e 09/01/1997.
- <sup>164</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 12/12/1991, 16/08/1995 e 14/01/1997.
- <sup>165</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 20/08/1996 e 31/10/1996.
- <sup>166</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 21/05/1998, 10/06/1999 e 13/09/2000.
- <sup>167</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 19/05/1999.
- <sup>168</sup> Youtube, Canal B N, 10/04/2016, em reprodução de Programa “Câmera Aberta”, TV Bandeirantes, 23/05/1999. <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIlt0>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>169</sup> Por exemplo: discursos na Câmara em 25/03/1997 e 15/04/1998.
- <sup>170</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 20/01/1992.
- <sup>171</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 24/04/1996.
- <sup>172</sup> <https://www.mining.com/web/70-years-of-global-uranium-production-by-country/>.
- <sup>173</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 25/03/1997.
- <sup>174</sup> <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/participacao-dos-estados-na-producao-de-gas-natural/>.
- <sup>175</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 06/05/1999.
- <sup>176</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 24/08/1995.
- <sup>177</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 15/04/1998.

- <sup>178</sup> Volume IV da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>179</sup> <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.GROW?end=2020&locations=CN-1W-US-DE-FR-JP-IT-GB-CA&start=1990>.
- <sup>180</sup> <https://web.archive.org/web/20001012222831/http://www.estadao.com.br/agestado/nacional/2000/jun/12/311.htm>.
- <sup>181</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 07/06/2000.
- <sup>182</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=jair+Bolsonaro&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=&txSumario=Amaz%C3%B4nia&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>.
- <sup>183</sup> YouTube, Canal Mulheres, Programa “Mulheres”, Rede Gazeta, 24/05/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=dtfguuwgudc&t=23s>. YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42LFc](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42LFc). [Acesso em 08/12/2021 para ambos os casos].
- YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42LFc](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42LFc). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>184</sup> YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42LFc](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42LFc). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>185</sup> Volume IV da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>186</sup> Tribuna da Imprensa (RJ), 22/01/1996. [http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_05/35015](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_05/35015).
- <sup>187</sup> Youtube, Canal B N, 10/04/2016, em reprodução de Programa “Câmera Aberta”, TV Bandeirantes, 23/05/1999. <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIlt0>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>188</sup> Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara, 04/05/1999.
- <sup>189</sup> Volume V da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>190</sup> Idem.

- <sup>191</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 11/09/1996 (o da página 10671 o Diário da Câmara de 12/09/1996).
- <sup>192</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 20/01/1999.
- <sup>193</sup> Discursos na Câmara dos Deputados em 19/04/1995 e 28/02/1996, respectivamente.
- <sup>194</sup> Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>195</sup> Idem.
- <sup>196</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=169.3.52.O&nuQuarto=87&nuOrador=3&nuInsercao=44&dtHorarioQuarto=11:52&sgFaseSessao=OD&Data=06/07/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:52&txEtapa>.
- <sup>197</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Jair+Bolsonaro&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=%22projeto+de+poder%22&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>.
- <sup>198</sup> Por exemplo: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=194.3.52.O&nuQuarto=11&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:20&sgFaseSessao=PE&Data=03/08/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:20&txEtapa>.
- <sup>199</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 08/02/1993.
- <sup>200</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 24/04/1996.
- <sup>201</sup> Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).



- 202 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=056.2.53.0&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:58&sgFaseSessao=PE&Data=02/04/2008&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:58&txEtapa.>
- 203 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=194.3.52.0&nuQuarto=11&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:20&sgFaseSessao=PE&Data=03/08/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:20&txEtapa.>  
<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=134.1.53.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:12&sgFaseSessao=BC&Data=06/06/2007&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:12&txEtapa.>
- 204 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-renovadora-nacional-arena.>
- 205 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=238.1.52.0&nuQuarto=17&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:32&sgFaseSessao=BC&Data=23/10/2003&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:32&txEtapa.>
- 206 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=169.3.52.0&nuQuarto=87&nuOrador=3&nuInsercao=44&dtHorarioQuarto=11:52&sgFaseSessao=OD&Data=06/07/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:52&txEtapa.>
- 207 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=076.4.53.0&nuQuarto=10&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:18&sgFaseSessao=BC&Data=15/04/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:18&txEtapa.>

- <sup>208</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=238.1.52.0&nuQuarto=64&nuOrador=2&nuInsercao=14&dtHorarioQuarto=11:06&sgFaseSessao=0D&Data=23/10/2003&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:06&txEtapa.>
- <sup>209</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=023.3.53.0&nuQuarto=89&nuOrador=2&nuInsercao=20&dtHorarioQuarto=16:56&sgFaseSessao=0D&Data=03/03/2009&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:56&txEtapa.>
- <sup>210</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=047.3.53.0&nuQuarto=41&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:20&sgFaseSessao=PE&Data=25/03/2009&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:20&txEtapa.>
- <sup>211</sup> <https://acapa.disponivel.com/jair-bolsonaro-encoraja-racistas-e-homofobicos-a-sairem-do-armario/>
- <sup>212</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-atinge-1-milhao-de-seguidores-no-telegram-e-consolida-dianteira-em-rede-sem-lei.shtml.>
- <sup>213</sup> Por exemplo: Jornal do Brasil (RJ), 01/12/1991. [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_11/63178](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/63178); O Globo, 02/12/1996. <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacao=Data=relevancia&allwords=bolsonaro+censura&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1996&mesSelecionado=12&diaSelecionado=>; Tribuna da Imprensa (RJ), 20 e 21/10/1990. [http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_05/4478](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_05/4478).
- <sup>214</sup> Tribuna da Imprensa (RJ), 06/03/1991. [http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_05/6623](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_05/6623).
- <sup>215</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 05/08/1997.
- <sup>216</sup> Jornal do Commercio (RJ), 05/03/1991. [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_18/11872](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_18/11872).
- <sup>217</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 06/07/1992.

- <sup>218</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 05/12/1991 e 03/12/1996.
- <sup>219</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 10/09/1992.
- <sup>220</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 20/03/1992 e 30/04/1993.
- <sup>221</sup> Por exemplo: discurso na Câmara dos Deputados em 10/09/1992; Jornal do Commercio (RJ), 05/03/1991. [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_18/11872](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_18/11872).
- <sup>222</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 20/03/1992 e 05/05/1998.
- <sup>223</sup> Discurso na Câmara dos Deputados em 18/05/2000.
- <sup>224</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=004.3.51.E&nuQuarto=15&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:28&sgFaseSessao=PE&Data=29/12/2000&txApelido=PAULO%20PAIM,%20PT-RS&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:28&txEtapa>.
- <sup>225</sup> Por exemplo: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=219.3.51.O&nuQuarto=24&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:52&sgFaseSessao=GE&Data=29/10/2001&txApelido=MANOEL%20VIT%C3%93RIO,%20PT-MS&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:52&txEtapa>.
- <sup>226</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=330.2.53.O&nuQuarto=2&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=PE&Data=22/12/2008&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:30&txEtapa>.
- <sup>227</sup> Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 16/03/1994 e 08/03/1995.

- 228 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=05/05/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=18:25:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0462/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=05/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PEC&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa=>
- 229 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=039.3.51.O&nuQuarto=36&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:10&sgFaseSessao=GE&Data=03/04/2001&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PPB-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:10&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=039.3.51.O&nuQuarto=36&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:10&sgFaseSessao=GE&Data=03/04/2001&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PPB-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:10&txEtapa=)
- 230 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=105.3.51.O&nuQuarto=3&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:04&sgFaseSessao=BC&Data=07/06/2001&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PPB-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:04&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=105.3.51.O&nuQuarto=3&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:04&sgFaseSessao=BC&Data=07/06/2001&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PPB-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:04&txEtapa=)
- 231 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=037.4.51.O&nuQuarto=16&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:30&sgFaseSessao=GE&Data=15/03/2002&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PPB-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:30&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=037.4.51.O&nuQuarto=16&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:30&sgFaseSessao=GE&Data=15/03/2002&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PPB-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:30&txEtapa=)
- 232 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=177.4.52.O&nuQuarto=31&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:00&sgFaseSessao=BC&Data=09/11/2006&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:00&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=177.4.52.O&nuQuarto=31&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:00&sgFaseSessao=BC&Data=09/11/2006&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:00&txEtapa=)
- 233 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/03/27/filha-de-jefferson-deputado-do-pros-e-bolsonaro-gastam-r-28-mil-mensais-com-correios.htm>.
- 234 Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 15/10/1997 e 25/11/1999.

- 235 Por exemplo: Jornal do Brasil, 30/07/2000. [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_12/17352](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/17352); O Globo, 09/09/1996. [https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=bolsonaro+rosa+bangu&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1996&mesSelecionado=9&diaSelecionado=.](https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=bolsonaro+rosa+bangu&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1996&mesSelecionado=9&diaSelecionado=)
- 236 Discurso na Câmara dos Deputados em 25/11/1998.
- 237 <https://twitter.com/pereirafabio/status/11400493981>; <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/11407363818>.
- 238 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=191.4.51.0&nuQuarto=5&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:08&sgFaseSessao=PE&Data=30/10/2002&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PPB-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:08&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=191.4.51.0&nuQuarto=5&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:08&sgFaseSessao=PE&Data=30/10/2002&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PPB-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:08&txEtapa)
- 239 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 240 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=266.3.52.0&nuQuarto=31&nuOrador=2&nuInsercao=12&dtHorarioQuarto=11:00&sgFaseSessao=OD&Data=28/09/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:00&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=266.3.52.0&nuQuarto=31&nuOrador=2&nuInsercao=12&dtHorarioQuarto=11:00&sgFaseSessao=OD&Data=28/09/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:00&txEtapa)
- 241 <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/reaberta-agora-lista-de-furnas-inclui-nomes-como-cunha-e-bolsonaro.html>.
- 242 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=003.5.52.E&nuQuarto=125&nuOrador=2&nuInsercao=35&dtHorarioQuarto=18:08&sgFaseSessao=OD&Data=17/01/2006&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:08&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=003.5.52.E&nuQuarto=125&nuOrador=2&nuInsercao=35&dtHorarioQuarto=18:08&sgFaseSessao=OD&Data=17/01/2006&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:08&txEtapa)
- 243 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=191.4.53.0&nuQuarto=25&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:48&sgFaseSessao=BC&Data=11/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:48&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=191.4.53.0&nuQuarto=25&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:48&sgFaseSessao=BC&Data=11/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:48&txEtapa)

- 244 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 245 Idem.
- 246 Idem.
- 247 OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125-152, jan./mar. 2017. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. <https://www.redalyc.org/pdf/766/76650419008.pdf>.
- 248 Por exemplo: TV Boas Novas, programa “Antenados na Geral”, 06/01/2015. <https://www.youtube.com/watch?v=sYCcH4cQTOU>.
- 249 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 16/05/2011. [https://www.youtube.com/watch?v=5DEFrCC9U\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=5DEFrCC9U_0). [Acesso em 08/12/2021].  
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=EDUCA%C3%87%C3%83O&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDHM,%20CE%20e%20CLP&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa>.
- 250 Idem.
- 251 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ%3E>.
- 252 YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 25/11/2010, em reprodução de Rede TV, programa “Manhã Maior”. <https://www.youtube.com/watch?v=b3bbz2cczv4>. [Acesso em 08/12/2021].
- 253 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 15/12/2010, em reprodução de vídeo “Encontrando Bianca” do Projeto “Escola Sem Homofobia”. <https://www.youtube.com/watch?v=ptw-lwsaoms>. [Acesso em 08/12/2021].
- 254 YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 08/02/2011, em reprodução de SBT, “Programa do Ratinho”, 13/12/2010. [https://www.youtube.com/watch?v=sW\\_ZQAwlhmk](https://www.youtube.com/watch?v=sW_ZQAwlhmk). [Acesso em 08/12/2021].

- <sup>255</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ%3E>.
- <sup>256</sup> YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 15/12/2010, em reprodução de vídeo “Encontrando Bianca” do Projeto “Escola Sem Homofobia”. <https://www.youtube.com/watch?v=ptw-1wsaoms>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>257</sup> João Gabriel Maracci. *Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do Kit Gay*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201276>, p. 129-131.
- <sup>258</sup> Doravante, até a página 130, com exceção de onde indicado, todas as informações foram extraídas de:
- <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>;
- <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/29/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-e-que-camara-realizou-seminario-lgbt-infantil.ghtml>;
- <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/29/veja-o-que-e-fato-ou-fake-nas-entrevistas-de-jair-bolsonaro-para-o-jornal-nacional-e-para-o-jornal-das-dez.ghtml>;
- <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/18/veja-o-que-e-fato-ou-fake-nas-falas-dos-presidenciais-no-debate-da-redetv.ghtml>;
- <https://apublica.org/chechagem/2018/10/truco-haddad-nao-criou-o-kit-gay/>;
- <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos/>;
- <https://www.aosfatos.org/noticias/chechamos-declaracoes-de-bolsonaro-no-jornal-nacional-e-na-globonews/>;
- <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/19/kiy-gay-coletanea/>;
- <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/07/07/verificamos-cartilha-educacao-sexual-criancas/>;

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/31/bolsonaro-primeiras-entrevistas/>;

<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/livro-exibido-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nunca-foi-comprado-pelo-mec/>;

<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido/>;

<https://www.e-farsas.com/o-livro-aparelho-sexual-e-cia-faz-parte-do-kit-gay-distribuido-pelo-mec.html>

<https://www.boatos.org/politica/livro-aparelho-sexual-e-cia-kit-gay.html>;

<https://novaescola.org.br/conteudo/1579/uma-analise-do-caderno-escola-sem-homofobia>;

<https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>;

[http://web.archive.org/web/20190118030150/https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/29/o-que-foi-o-kit-gay-material-escolar-sobre-homossexualidade-criticado-por-bolsonaro-e-ines-brasil\\_a\\_23188320/](http://web.archive.org/web/20190118030150/https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/29/o-que-foi-o-kit-gay-material-escolar-sobre-homossexualidade-criticado-por-bolsonaro-e-ines-brasil_a_23188320/).

<sup>259</sup> Por exemplo: OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. <https://www.redalyc.org/pdf/766/76650419008.pdf>; ROMANCINI, Richard. Do Kit Gay ao Monitor da Doutrinação: a reação conservadora no Brasil. *Revista Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 2, 2017. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17628/pdf>.

<sup>260</sup> Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).

<sup>261</sup> Idem.

<sup>262</sup> Idem.

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> YouTube, Canal CanalFull, 20/05/2011, em reprodução de Rede TV, programa “Super Pop”, 19/05/2011. <https://www.youtube.com/watch?v=bbJXRyArOn8>. [Acesso em 08/12/2021].



- 265 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=335.1.54.0&nuQuarto=20&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:57&sgFaseSessao=PE&Data=24/11/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:57&txEtapa.>
- 266 <https://oglobo.globo.com/politica/diferentemente-do-divulgado-kits-anti-homofobia-eram-para-criancas-de-11-anos-2764570.>
- 267 <https://oglobo.globo.com/politica/diferentemente-do-divulgado-kits-anti-homofobia-eram-para-criancas-de-11-anos-2764570.>
- 268 <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>
- 269 <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf.>
- 270 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=006.1.54.0&nuQuarto=14&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:26&sgFaseSessao=BC&Data=10/02/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:26&txEtapa.>
- 271 <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/mec-cortou-beijio-em-filme-do-kit-anti-homofobia-diz-coordenadora.html.>
- 272 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 273 Idem.
- 274 [https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos/.](https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos/)
- 275 Por exemplo: CARDOSO, João Gabriel Maracci. *Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do Kit Gay*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201276>. ROMANCINI, Richard. Do Kit Gay ao Monitor da Doutrinação: a reação conservadora no Brasil. *Revista Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 2, 2017. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

- <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17628/pdf>. e OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. <https://www.redalyc.org/pdf/766/76650419008.pdf>.
- <sup>276</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=EDUCA%C3%87%C3%83O&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDHM,%20CE%20e%20CLP&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa>.
- <sup>277</sup> CARDOSO, João Gabriel Maracci. *Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do Kit Gay*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201276>.
- <sup>278</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=EDUCA%C3%87%C3%83O&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDHM,%20CE%20e%20CLP&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa>.
- <sup>279</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=EDUCA%C3%87%C3%83O&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDHM,%20CE%20e%20CLP&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa>.
- <sup>280</sup> OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. <https://www.redalyc.org/pdf/766/76650419008.pdf>.
- <sup>281</sup> LEITE, Vanessa. “Adolescentes LGBT” e o confronto de moralidades em relação ao gênero e a sexualidade nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st30-3/10463-adolescentes-lgbt-e-o-confronto-de-moralidades-em-relacao-ao-genero-e-a-sexualidade-nas-politicas-publicas-brasileiras-contemporaneas/file>.

- 282 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=EDUCA%C3%87%C3%83O&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDHM,%20CE%20e%20CLP&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa.>
- 283 Por exemplo: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2011/05/920763-kit-gay-era-optimativo-e-so-para-escolas-que-lidavam-com-bullying.shtml>.
- 284 VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll; ISER, 2013. [https://br.boell.org/sites/default/files/publicacao\\_religiao\\_e\\_politica\\_chris\\_vital\\_e\\_paulo\\_victor\\_14mar\\_webfinal.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/publicacao_religiao_e_politica_chris_vital_e_paulo_victor_14mar_webfinal.pdf).
- 285 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=EDUCA%C3%87%C3%83O&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDHM,%20CE%20e%20CLP&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa.>
- 286 Por exemplo: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2011/05/920763-kit-gay-era-optimativo-e-so-para-escolas-que-lidavam-com-bullying.shtml>.
- 287 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42Lfc](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42Lfc). [Acesso em 08/12/2021].
- 288 Doravante, até a página 130, com exceção de onde indicado, todas as informações foram extraídas de: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/kit-gay-o-que-e-mito-e-o-que-e-verdade-b60i8lo4osb19tsf2du8bmr54/>.
- 289 <https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>.
- 290 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 291 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=178.1.54.0&nuQuarto=48&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:34&sgFaseSessao=BC&Data=07/07/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:34&txEtapa.>

- 282 <https://oglobo.globo.com/politica/ala-do-pt-reage-defende-distribuicao-do-kit-anti-homofobia-2763550>.
- 283 <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,stf-aprova-por-unanimidade-reconhecimento-da-uniao-homoafetiva,715367>.
- 284 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/914163-deputado-bolsonaro-leva-panfleto-antigay-a-escolas-do-rio.shtml>.  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/bolsonaro-manda-distribuir-panfletos-antigay-no-rio.html>.
- 285 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=219.4.54.O&nuQuarto=47&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:18&sgFaseSessao=GE&Data=03/09/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:18&txEta>.
- 286 <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/veja-que-fato-ou-fake-nas-entrevistas-de-jair-bolsonaro-para-jornal-nacional-para-jornal-das-dez-23020294>.
- 287 <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/28/jair-bolsonaro-tv-globo/>.
- 288 GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana Vilodre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. R. FACED, Salvador, n. 19, jan./jun. 2011, p. 103-122. <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/5251/4303>.
- 289 CARDOSO, João Gabriel Maracci. *Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do Kit Gay*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201276>.
- 300 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=219.4.54.O&nuQuarto=47&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:18&sgFaseSessao=GE&Data=03/09/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:18&txEta>.
- 301 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).

- 302 <https://www.estadao.com.br/noticias/geral/proximo-passo-sera-legalizacao-da-pedofilia-imp-,715994>.
- 303 <https://www.jn.pt/brasil/deputado-bolsonaro-diz-que-governo-transforma-gays-numa-classe-privilegiada-1879387.html#ixzz4AfPgS6aD>.
- 304 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 305 Idem.
- 306 Idem.
- 307 Idem.
- 308 YouTube, Canal Worldnewsbrasil, 10/04/2011, em reprodução de programa “Superpop”, Rede TV. <https://www.youtube.com/watch?v=flSrzl7JMhM>. [Acesso em 08/12/2021].
- 309 <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/272?sequencia=104>, p. 58334.
- 310 <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-sobre-casamento-gay-nao-querem-igualdade-e-sim-privilegios,99ff52d635aae310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>.
- 311 Programa “Agora é Tarde”, TV Bandeirantes, 01/03/2012. [https://www.youtube.com/watch?v=al68\\_co5yzs](https://www.youtube.com/watch?v=al68_co5yzs).
- 312 YouTube, Canal guuuuui1, 09/09/2011, em reprodução de SBT, programa “Quem convence ganha mais”. <https://www.youtube.com/watch?v=ThgW9jZsTu8>. [Acesso em 08/12/2021].
- 313 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=149.1.55.0&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:20&sgFaseSessao=BC&Data=11/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:20&txEtapa>.
- 314 Diário da Câmara dos Deputados, 15/05/2012, página 16848.
- 315 <https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/367177-seminario-lgbt-vai-discutir-infancia-e-sexualidade/>.
- 316 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao?idProposicao=540152>.
- 317 <https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/367177-seminario-lgbt-vai-discutir-infancia-e-sexualidade/>.

- 318 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018)
- 319 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=164.2.54.0&nuQuarto=12&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:33&sgFaseSessao=PE&Data=14/06/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:33&txEtapa.>
- 320 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=164.2.54.0&nuQuarto=12&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:33&sgFaseSessao=PE&Data=14/06/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:33&txEtapa.>
- 321 <https://www.vice.com/pt/article/ymp3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro.>
- 322 YouTube, Canal Giuliano Berti, 12/04/2013, em reprodução de vídeo DEUS SALVE AS CRIANÇAS, de YouTube, Canal Jair Bolsonaro. <https://www.youtube.com/watch?v=ECThksZUZA.> [Acesso em 08/12/2021].
- 323 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 23/04/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=xvo2V2xBgms.> [Acesso em 08/12/2021].
- 324 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=15/05/2012&hrInicio=09:54:00&hrFim=14:20:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0571/12&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:54&sgFaseSessao=&Data=15/05/2012&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:54&txEtapa.>
- 325 [https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/psicologa-acusa-bolsonaro-de-deturpar-sua-opinioao/.](https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/psicologa-acusa-bolsonaro-de-deturpar-sua-opinioao/)
- 326 <https://www.vice.com/pt/article/ymp3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro.>

- 327 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=EDUCA%C3%87%C3%83O&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDHM,%20CE%20e%20CLP&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa.>
- 328 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Conjunta%20-%20Direitos%20Humanos%20/%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cultura&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=15/05/2012&hrInicio=15:22:00&hrFim=19:04:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0572/12&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:22&sgFaseSessao=&Data=15/05/2012&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=15:22&txEtapa.>
- 329 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=164.2.54.0&nuQuarto=12&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:33&sgFaseSessao=PE&Data=14/06/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:33&txEtapa.>
- 330 <https://twitter.com/DefesaHetero/status/213381685377638400;>  
<https://twitter.com/DefesaHetero/status/213463704379985920.>
- 331 [https://twitter.com/search?q=deus%20salve%20crian%C3%A7as%20until%3A2012-06-16%20since%3A2012-06-13&src=typed\\_query&f=live.](https://twitter.com/search?q=deus%20salve%20crian%C3%A7as%20until%3A2012-06-16%20since%3A2012-06-13&src=typed_query&f=live.)
- 332 [https://www.vice.com/pt/article/yppm3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro;https://cebes.org.br/por-que-comecei-a-gritar-na-camara-dos-deputados-e-tempo-de-guerra-moral-no-brasil/12068/;https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/psicologa-acusa-bolsonaro-de-deturpar-sua-opinioa/.](https://www.vice.com/pt/article/yppm3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro;https://cebes.org.br/por-que-comecei-a-gritar-na-camara-dos-deputados-e-tempo-de-guerra-moral-no-brasil/12068/;https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/psicologa-acusa-bolsonaro-de-deturpar-sua-opinioa/)
- 333 **Por exemplo:** <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=031.3.54.0&nuQuarto=14&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:26&sgFaseSessao=BC&Data=14/03/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:26&txEtapa;>

YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. [https://www.youtube.com/watch?v=T6\\_OJX19m-k&t=316s](https://www.youtube.com/watch?v=T6_OJX19m-k&t=316s). [Acesso em 08/12/2021].

<sup>334</sup> YouTube, Canal CNT, 14/04/2014, programa “Jogo de Poder Nacional”, 20/02/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=hy3vsta-p1a>. [Acesso em 08/12/2021].

<sup>335</sup> YouTube, Canal Mulheres, Programa “Mulheres”, Rede Gazeta, 24/05/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=dtfguuwgud-c&t=23s>; YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42LFC](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42LFC); YouTube, Canal CNT, 14/04/2014, Programa “Jogo de Poder Nacional”, 20/02/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=hy3vsta-p1a>. [Acesso em 08/12/2021 em todos os casos].

<sup>336</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=269.2.54.O&nuQuarto=86&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:50&sgFaseSessao=GE&Data=16/10/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:50&txEtapa>.

<sup>337</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=271.2.54.O&nuQuarto=4&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:06&sgFaseSessao=BC&Data=17/10/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:06&txEtapa>.

<sup>338</sup> Volumes I e V da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018); Instagram Com que Moral, 24/07/2022. <https://www.instagram.com/p/CgaSFJ5g07U/>

<sup>339</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=334.1.54.O&nuQuarto=21&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:40&sgFaseSessao=BC&Data=24/11/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:40&txEtapa>.

<sup>340</sup> YouTube, Canal RR0101001001010010, 02/03/2012, em reprodução de TV Bandeirantes, programa “Agora é tarde”, 01/03/2012. [https://www.youtube.com/watch?v=al68\\_co5yzs](https://www.youtube.com/watch?v=al68_co5yzs). [Acesso em 08/12/2021].



- 341 Correio Braziliense (DF), 05/11/1990. [http://memoria.bn.br/DocReader/028274\\_04/14993](http://memoria.bn.br/DocReader/028274_04/14993).
- 342 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=054.3.54.O&nuQuarto=30&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:58&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20&Data=04/04/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=09:58&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>.
- 343 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=093.3.54.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:20&sgFaseSessao=BC&Data=30/04/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:20&txEtapa>.
- 344 Volume IV da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 345 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1224/13&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:00&sgFaseSessao=&Data=27/8/2013&txApelido=DIREITOS%20HUMANOS%20E%20MINORIAS&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=09:00&txEtapa>.
- 346 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Elei%C3%A7%C3%A3o&dtReuniao=07/03/2013&hrInicio=09:27:00&hrFim=12:09:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0066/13&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:27&sgFaseSessao=&Data=07/03/2013&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:27&txEtapa>.
- 347 <https://cebes.org.br/por-que-comecei-a-gritar-na-camara-dos-deputados-e-tempo-de-guerra-moral-no-brasil/12068/>.
- 348 <https://www.vice.com/pt/article/ypm3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro>.
- 349 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 14/05/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=I-8k4cu1ivU>. [Acesso em 08/12/2021].
- 350 <https://www.vice.com/pt/article/ypm3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro>.

- 351 <https://www.facebook.com/marchadamaconhacuritiba/posts/10200318472182024>.
- 352 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 353 Idem.
- 354 Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=TcOpf2d9mNM&t=1s>
- 355 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 12/09/2017. <https://www.youtube.com/watch?v=-G8GN--sJLM>. [Acesso em 08/12/2021].
- 356 YouTube, Canal Robert Rose, 14/04/2017, em reprodução de Rede TV, programa “Mariana Godoy”, 03/07/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=al68\\_co5yzs](https://www.youtube.com/watch?v=al68_co5yzs). [Acesso em 08/12/2021].
- 357 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018)
- 358 Por exemplo: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=062.2.54.O&nuQuarto=77&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:48&sgFaseSessao=CP&Data=29/03/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:48&txEtapa=>
- 359 <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/as-mentiras-e-o-odio-de-bolsonaro-pelo-meu-pai/>.
- 360 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/07/30/4-falas-de-bolsonaro-sobre-a-ditadura-que-sao-refutadas-por-documentos-oficiais.htm>.
- 361 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 362 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Jair+Bolsonaro&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=cubaniza%C3%A7%C3%A3o&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Jair+Bolsonaro&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparante=&txTexto=%22saneamento+b%C3%A1sico%22&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>.

363 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=056.2.53.0&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:58&sgFaseSessao=PE&Data=02/04/2008&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:58&txEtapa=>.

364 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=134.1.53.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:12&sgFaseSessao=BC&Data=06/06/2007&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:12&txEtapa=>.

365 Idem.

366 Volumes IV e V da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).

367 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 22/05/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=i8sqOOcjQ34>. [Acesso em 08/12/2021].

368 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=014.1.55.0&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:10&sgFaseSessao=PE&Data=25/02/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:10&txEtapa=>.

369 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018)

370 Levantamento através da base de discursos de deputados, no site da Câmara Federal.

- <sup>371</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=200.4.54.0&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:10&sgFaseSessao=BC&Data=15/07/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:10&txEtapa.>
- <sup>372</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=087.1.55.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE&Data=28/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:12&txEtapa.>
- <sup>373</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=284.4.54.0&nuQuarto=54&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:46&sgFaseSessao=BC&Data=09/12/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:46&txEtapa.>
- <sup>374</sup> Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>375</sup> Por exemplo: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=158.4.54.0&nuQuarto=27&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:52&sgFaseSessao=BC&Data=29/05/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:52&txEtapa.>
- <sup>376</sup> Por exemplo: YouTube, Canal TV Leão (programa “De Cara com a Fera”), 17/11/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO\\_1BwsE&t=24s](https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO_1BwsE&t=24s) [Acesso em 08/12/2021]; <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=096.1.54.0&nuQuarto=18&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:34&sgFaseSessao=BC&Data=05/05/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:34&txEtapa;>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=086.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=5&dtHorarioQuarto=05:04&sgFaseSessao=OD&Data=16/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=05:04&txEtapa;>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=066.4.53.O&nuQuarto=32&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:02&sgFaseSessao=BC&Data=08/04/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:02&txEtapa.>

<sup>377</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=066.4.53.O&nuQuarto=32&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:02&sgFaseSessao=BC&Data=08/04/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:02&txEtapa.>

<sup>378</sup> <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/755482623061917696.>

<sup>379</sup> YouTube, Canal Robert Rose, 14/04/2017, em reprodução de Rede TV, programa “Mariana Godoy”, 03/07/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=al68\\_co5yzs](https://www.youtube.com/watch?v=al68_co5yzs) [Acesso em 08/12/2021]; <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.4.54.O&nuQuarto=62&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:02&sgFaseSessao=GE&Data=14/10/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:02&txEtapa.>

<sup>380</sup> Volume IV da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).

<sup>381</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=086.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=5&dtHorarioQuarto=05:04&sgFaseSessao=OD&Data=16/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ.>

<sup>382</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/prefeitura-de-sao-paulo-inclui-estrangeiros-no-programa-bolsa-familia-14733605.>

- 383 YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 02/03/2015, em reprodução de SBT, programa “Você na TV”. <https://www.youtube.com/watch?v=1BIJyvITbUM>. [Acesso em 08/12/2021].
- 384 <http://maismedicos.gov.br/linha-do-tempo>.
- 385 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1356/14>; YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sycch4cqtou>. [Acesso em 08/12/2021].
- 386 YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. [https://www.youtube.com/watch?v=T6\\_0JX19m-k&t=316s](https://www.youtube.com/watch?v=T6_0JX19m-k&t=316s). [Acesso em 08/12/2021].
- 387 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 11/09/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=ZOv7oITRYm8>. [Acesso em 08/12/2021].
- 388 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=014.1.55.O&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:10&sgFaseSessao=PE&Data=25/02/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:10&txEtapa>.
- 389 <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/755482623061917696>.
- 390 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=2274.54.O&nuQuarto=62&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:02&sgFaseSessao=GE&Data=14/10/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:02&txEtapa>.
- 391 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=280.3.54.O&nuQuarto=114&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:46&sgFaseSessao=GE&Data=17/09/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:46&txEtapa>.

- 392 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=222.3.54.O&nuQuarto=40&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:18&sgFaseSessao=BC&Data=08/08/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:18&txEtapa.>
- 393 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 22/05/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=i8sqOOcjQ34>. [Acesso em 08/12/2021].
- 394 <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/no-livro-do-ex-presidente/561381927344131/>.
- 395 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=086.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=5&dtHorarioQuarto=05:04&sgFaseSessao=OD&Data=16/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=05:04&txEtapa.>
- 396 <https://exame.com/brasil/7-falacias-de-jair-bolsonaro-sobre-terrorismo-no-brasil/>.
- 397 <https://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,lula-sugere-as-farc-criar-partido-para-chegar-ao-poder,362096>.
- 398 <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,abin-confirma-ameaca-do-estado-islamico-ao-pais,1856278>.  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/abin-confirma-autenticidade-de-ameaca-terrorista-contr-o-brasil>.
- 399 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=086.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=5&dtHorarioQuarto=05:04&sgFaseSessao=OD&Data=16/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=05:04&txEtapa.>
- 400 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/09/1521190-dilma-diz-lamentar-bombardeio-dos-eua-a-facciao-na-siria.shtml>.
- 401 YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sYcCH4cQTOU>. [Acesso em 08/12/2021].

- <sup>402</sup> YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 17/10/2018, em reprodução de TV Câmara, discurso de Jair Bolsonaro em 05/05/2011. <https://www.youtube.com/watch?v=uppaXhRS5CM>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>403</sup> <https://legis.senado.leg.br/comissoes/pesquisaAnterior/A2012?siglaComissao=CDH&dataReuniaoIni=2008-04-10&dataReuniaoFim=2008-04-12>.
- <sup>404</sup> <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,kadafi-abasteceu-campanha-de-lula-com-us-1-milhao-diz-palocci,70002112919>.
- <sup>405</sup> [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/11/091123\\_ahmadinejad\\_brasil\\_pc\\_cq](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/11/091123_ahmadinejad_brasil_pc_cq).
- <sup>406</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=280.3.54.O&nuQuarto=114&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:46&sgFaseSessao=GE&Data=17/09/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:46&txEtapa>.
- <sup>407</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=158.4.54.O&nuQuarto=27&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:52&sgFaseSessao=BC&Data=29/05/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunic%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:52&txEtapa>; YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sYCcH4cQTOU>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>408</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=120.1.55.O&nuQuarto=15&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:42&sgFaseSessao=PE&Data=21/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:42&txEtapa>.
- <sup>409</sup> <https://exame.com/brasil/7-falacias-de-jair-bolsonaro-sobre-terrorismo-no-brasil/>.
- <sup>410</sup> <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL534155-5602,00-ENTENDA+O+QUE+E+A+UNASUL.html>.



- <sup>411</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Jair+Bolsonaro&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=Unasul&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=20&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>.
- <sup>412</sup> <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL335062-5602,00-ENTENDA+O+CONFLITO+ENTRE+VENEZUELA+EQUADOR+E+COLOMBIA.html>.
- <sup>413</sup> <http://www.infoespacial.com/latam/2011/11/13/noticia-los-ministros-de-defensa-de-unasur-plantean-crear-una-agencia-espacial-conjunta.html>.
- <sup>414</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=214.3.54.O&nuQuarto=5&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:08&sgFaseSessao=BC&Data=17/07/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:08&txEtapa>.
- <sup>415</sup> YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42Lfc](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42Lfc). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>416</sup> Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018)
- <sup>417</sup> Por exemplo: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=125.4.54.O&nuQuarto=28&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:21&sgFaseSessao=PE&Data=08/05/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:21&txEtapa>;  
<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.4.54.O&nuQuarto=62&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:02&sgFaseSessao=GE&Data=14/10/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:02&txEtapa>.

- 418 <https://economia.uol.com.br/agronegocio/album/2013/11/18/vale-do-ribeira-aposta-na-modernizacao-do-plantio-de-bananas-para-nao-perder-mercado.htm?mode=list&foto=1>.
- 419 <https://twitter.com/flaviobolsonaro/status/222329129226342400>; YouTube, Canal Flavio Bolsonaro, 13/07/2012. <https://www.youtube.com/watch?v=Cb0JGA80iLo&t=6s>. [Acesso em 08/12/2021].
- 420 <https://www.oantagonista.com/brasil/entenda-a-historia-das-relacoes-entre-bolsonaro-e-olavo-de-carvalho/>.
- 421 YouTube, Canal Radiovox, 13/02/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=ZMpOJ-NAzg>. [Acesso em 08/12/2021].
- 422 <https://olavodecarvalho.org/uma-nova-fachada-do-foro-de-sao-paulo/>.
- 423 <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/>.
- 424 Por exemplo: <https://twitter.com/Rconstantino/status/366911425026854912>; <https://twitter.com/Rconstantino/status/369568747838644224>.
- 425 <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/as-velharias-ideologicas-agrupadas-no-foro-de-sao-paulo-querem-construir-o-futuro-com-os-escombros-do-muro-do-berlim/>.
- 426 <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/lula-pediu-votos-para-candidata-bolivariana-em-honduras-e-a-populacao-do-pais-lhe-deu-uma-banana-hernandez-do-partido-nacional-deve-vencer-nao-sera-desta-vez-que-o-foro-de-sao-paulo-tomara-o-pequeno-p/>.
- 427 <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/>
- 428 YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 08/02/2011, em reprodução de SBT, “Programa do Ratinho”, 13/12/2010. [https://www.youtube.com/watch?v=sW\\_ZQAwIhmk](https://www.youtube.com/watch?v=sW_ZQAwIhmk). [Acesso em 08/12/2021].
- 429 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.0&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa>.

- 430 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 431 <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-hora-da-razao-imp-,1571206>.
- 432 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>.
- 433 <https://www.infomoney.com.br/politica/se-eu-nao-for-candidato-quer-ser-vice-de-aecio-diz-jair-bolsonaro/>.
- 434 <https://oglobo.globo.com/politica/deputado-mais-votado-no-rio-bolsonaro-reclama-de-ter-apoio-esnobado-por-aecio-14327229>.
- 435 <https://memoria.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/eleicao-presidencial-de-2014-foi-a-mais-acirrada-desde-1989>.
- 436 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/193003-dilma-passou-aecio-as-19h32-com-89-das-urnas-apuradas.shtml>.
- 437 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1539356-minutos-antes-petistas-temiam-derrota-e-tucanos-achavam-que-venceriam.shtml?cmpid=menupe>.
- 438 [https://twitter.com/search?q=a%C3%A9cio%20rumores%20until%3A2014-10-27%20since%3A2014-10-26&src=typed\\_query&f=top](https://twitter.com/search?q=a%C3%A9cio%20rumores%20until%3A2014-10-27%20since%3A2014-10-26&src=typed_query&f=top).
- 439 <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numericos/post/dilma-superou-votacao-de-aecio-19h32-veja-grafico.html>.
- 440 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/06/06/em-grampo-aecio-disse-que-nao-achava-que-acao-no-tse-iria-ate-o-fim-a-dilma-caiu-e-a-acao-continuou.htm>.
- 441 **Por exemplo:** <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Reuni%C3%A3o%20Ordin%C3%A1ria&dtReuniao=14/05/2014&hrInicio=10:26:00&hrFim=12:03:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0579/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:26&sgFaseSessao=&Data=14/05/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=10:26&txEtapa>.

- <sup>442</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=22/08/2013&hrInicio=09:41:00&hrFim=13:33:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1204/13&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:41&sgFaseSessao=&Data=22/08/2013&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:41&txEtapa.>
- <sup>443</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Ministro&dtReuniao=19/11/2014&hrInicio=10:21:00&hrFim=13:30:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1187/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:21&sgFaseSessao=&Data=19/11/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=10:21&txEtapa.>
- <sup>444</sup> Idem.
- <sup>445</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=09/04/2014&hrInicio=11:27:00&hrFim=14:39:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0338/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:27&sgFaseSessao=&Data=09/04/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=11:27&txEtapa.>
- <sup>446</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=22/08/2013&hrInicio=09:41:00&hrFim=13:33:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1204/13&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:41&sgFaseSessao=&Data=22/08/2013&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:41&txEtapa.>
- <sup>447</sup> [https://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/12/141204\\_lujosa\\_sede\\_unasur\\_ac](https://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/12/141204_lujosa_sede_unasur_ac); [https://elpais.com/internacional/2014/12/05/actualidad/1417813902\\_397171.html](https://elpais.com/internacional/2014/12/05/actualidad/1417813902_397171.html).
- <sup>448</sup> [https://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/12/141204\\_lujosa\\_sede\\_unasur\\_ac](https://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/12/141204_lujosa_sede_unasur_ac).
- <sup>449</sup> [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141204\\_Unasul\\_analise\\_mc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141204_Unasul_analise_mc).

- 450 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1558550-dilma-fala-em-recuperacao-tenue-da-economia-internacional.shtml>.
- 451 <https://oglobo.globo.com/economia/dilma-diz-que-recuperacao-da-criese-economica-tenue-14755858>.
- 452 Informações concatenadas nesse bloco extraídas de:
- <https://www.infancia.gob.ec/quito-se-erige-como-la-capital-de-la-patria-grande-con-la-nueva-sede-de-la-unasur/>;
- <https://www.eluniverso.com/noticias/2014/12/08/nota/4323106/unasur-impulsa-siete-proyectos-viales-conectar-sudamerica/>;
- <https://www.abc.com.py/internacionales/unasur-aprueba-el-concepto-de-ciudadania-sudamericana-1312997.html>;
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/es/internacional/noticia/2014-12/cumbre-de-unasur-define-plan-de-accion>;
- <https://web.archive.org/web/20150922151301/http://blog.planalto.gov.br/Unasul-quer-facilitar-a-circulacao-de-sul-americanos/>;
- <https://web.archive.org/web/20150420082341/http://blog.planalto.gov.br/Unasul-cria-unidade-de-cooperacao-eleitoral-e-escola-sul-americana-de-defesa/>;
- [https://elpais.com/internacional/2014/12/05/actualidad/1417813902\\_397171.html](https://elpais.com/internacional/2014/12/05/actualidad/1417813902_397171.html); O Globo, 06/12/2014.
- <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Unasul+dilma&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2014&mesSelecionado=12&diaSelecionado=6>;
- <https://web.archive.org/web/20150222075617/http://unasursg.org/node/125>.
- 453 <https://www.abc.com.py/internacionales/unasur-aprueba-el-concepto-de-ciudadania-sudamericana-1312997.html>.
- 454 <https://www.gub.uy/ministerio-relaciones-exteriores/comunicacion/noticias/uruguay-asume-presidencia-pro-tempore-de-unasur>.
- 455 <https://www.cancilleria.gob.bo/webmre/node/831>.
- 456 <https://www.cfkargentina.com/declaracion-de-la-reunion-extraordinaria-del-consejo-de-jefas-y-jefes-de-estado-y-de-gobierno-de-unasur/>.

- 457 <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/36794>; <https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/36794/Tesis%20DALIA%20XIMENA%20D%c3%8dAZ%20L%c3%93PEZ.pdf?sequence=4&isAllowed=y>.
- 458 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1356/14>.
- 459 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=09/12/2014&hrInicio=14:36:00&hrFim=17:02:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1312/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:36&sgFaseSessao=&Data=09/12/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:36&txEtapa>.
- 460 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=09/12/2014&hrInicio=14:36:00&hrFim=17:02:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1312/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:36&sgFaseSessao=&Data=09/12/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:36&txEtapa>.
- 461 Blog do Planalto, recuperado Via Web Archive. <https://web.archive.org/web/20150420082341/http://blog.planalto.gov.br/Unasul-cria-unidade-de-cooperacao-eleitoral-e-escola-sul-americana-de-defesa/>.
- 462 Por exemplo: buscas por ‘Unasul’, ‘Espaço Aéreo’ e ‘Quito’, respectivamente: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecificas=true&filtros=%5B%7B%22autores.nome%22%3A%22JAIR%20BOLSONARO%22%7D%5D&q=%2aUnasul>;
- <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecificas=true&filtros=%5B%7B%22autores.nome%22%3A%22JAIR%20BOLSONARO%22%7D%5D&q=%2aespa%C3%A7o%20a%C3%A9reo>;
- <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecificas=true&filtros=%5B%7B%22autores.nome%22%3A%22JAIR%20BOLSONARO%22%7D%5D&q=%2aquito>.

- <sup>463</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Ministro&dtReuniao=15/04/2015&hrInicio=10:29:00&hrFim=13:58:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0313/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:29&sgFaseSessao=&Data=15/04/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=10:29&txEtapa.>
- <sup>464</sup> YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42LFc](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42LFc). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>465</sup> YouTube, Canal TV Leão (programa “De Cara com a Fera”), 17/11/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO\\_1BwsE&t=24s](https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO_1BwsE&t=24s). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>466</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=298.4.54.O&nuQuarto=51&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:54&sgFaseSessao=BC&Data=18/12/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:54&txEtapa.>
- <sup>467</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1356/14>
- <sup>468</sup> YouTube, Canal TV Leão (programa “De Cara com a Fera”), 17/11/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO\\_1BwsE&t=24s](https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO_1BwsE&t=24s). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>469</sup> Idem.
- <sup>470</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=2&nuSessao=284.4.54.O&nuQuarto=54&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:46&sgFaseSessao=BC.>
- <sup>471</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=284.4.54.O&nuQuarto=54&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:46&sgFaseSessao=BC&Data=09/12/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:46&txEtapa.>

- <sup>472</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=276.2.55.0&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:10&sgFaseSessao=BC&Data=26/10/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ>.
- <sup>473</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Outro%20Evento&dtReuniao=11/12/2014&hrInicio=14:48:00&hrFim=16:34:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1356/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:48&sgFaseSessao=&Data=11/12/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:48&txEtapa>.
- <sup>474</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=298.4.54.0&nuQuarto=51&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:54&sgFaseSessao=BC&Data=18/12/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:54&txEtapa>.
- <sup>475</sup> YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. <https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf42Lfc>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>476</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=087.1.55.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE&Data=28/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:12&txEtapa>.
- <sup>477</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=17/05/2017&hrInicio=10:18:00&hrFim=12:41:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0495/17&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:18&sgFaseSessao=&Data=17/05/2017&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=10:18&txEtapa>.



- 478 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.O&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa.>
- 479 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa.>
- 480 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=298.4.54.O&nuQuarto=51&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:54&sgFaseSessao=BC&Data=18/12/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:54&txEtapa.>
- 481 <https://oglobo.globo.com/brasil/prefeitura-de-sao-paulo-inclui-estrangeiros-no-programa-bolsa-familia-14733605.>
- 482 <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/599448.>
- 483 [https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/599448;https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1175684.](https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/599448;https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1175684.)
- 484 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Outro%20Evento&dtReuniao=11/12/2014&hrInicio=14:48:00&hrFim=16:34:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1356/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:48&sgFaseSessao=&Data=11/12/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:48&txEtapa.>
- 485 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=298.4.54.O&nuQuarto=51&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:54&sgFaseSessao=BC&Data=18/12/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:54&txEtapa.>

- 486 [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0zbtm3otqtlqk1bf95ownj2fhq12549024.node0?codteor=1306848&filename=Tramitacao-EMC+10/2015+PEC18207+%3D%3E+PEC+344/2013.](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0zbtm3otqtlqk1bf95ownj2fhq12549024.node0?codteor=1306848&filename=Tramitacao-EMC+10/2015+PEC18207+%3D%3E+PEC+344/2013.)
- 487 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=284.4.54.0&nuQuarto=54&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:46&sgFaseSessao=BC&Data=09/12/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:46&txEtapa.>
- 488 <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/546037876409253888.>
- 489 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2014/12/bolsonaro-diz-que-nao-teme-processos-e-faz-nova-ofensa-nao-merece-ser-estuprada-porque-e-muito-feia-cjkf8rj3x00cc01pi3kz6nu2e.html.>
- 490 [https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-curte-carnaval-com-beijo-de-amin-khader/.](https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-curte-carnaval-com-beijo-de-amin-khader/)
- 491 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603173-protestos-apoiam-meu-pedido-de-impeachment-diz-bolsonaro.shtml.>
- 492 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=056.1.55.0&nuQuarto=2&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:02&sgFaseSessao=BC&Data=31/03/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:02&txEtapa=v.>
- 493 <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/582955491111882752.>
- 494 <http://familiabolsonaro.blogspot.com/2015/04/bate-papo-entre-jair-bolsonaro-e-olavo.html.>
- 495 [https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-diz-ser-vitima-de-heterofobia-por-jean-wyllys,b0783932f099c410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html;](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-diz-ser-vitima-de-heterofobia-por-jean-wyllys,b0783932f099c410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html;https://twitter.com/jairbolsonaro/status/585937048693055488.)  
<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/585937048693055488.>
- 496 [https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jair-bolsonaro-atraiu-atencoes-no-protesto-de-copacabana,1651344;](https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jair-bolsonaro-atraiu-atencoes-no-protesto-de-copacabana,1651344;https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2015/04/12-de-abril-os-protestos-pelo-brasil.html)  
<https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2015/04/12-de-abril-os-protestos-pelo-brasil.html>

- 497 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/bolsonaro-e-condenado-pagar-r-150-mil-por-declaracoes-homofobicas.html>.
- 498 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/bolsonaro-pede-desfiliacao-do-pp-para-seguir-sonho-da-presidencia.html>.
- 499 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 14/04/2015. <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=i23AmpT7aPU&feature=youtu.be>. [Acesso em 08/12/2021].
- 500 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=087.1.55.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE&Data=28/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:12&txEtapa>.
- 501 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=050.1.55.0&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:14&sgFaseSessao=BC&Data=26/03/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:14&txEtapa>;  
<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=059.1.55.0&nuQuarto=13&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:36&sgFaseSessao=PE&Data=01/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:36&txEtapa>.
- 502 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=059.1.55.0&nuQuarto=13&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:36&sgFaseSessao=PE&Data=01/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:36&txEtapa>.
- 503 <https://esportes.yahoo.com/noticias/milh%C3%A3o-manifestantes-dilma-apanas-s%C3%A3o-paulo-194910099.html>.
- 504 <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=smartmatic>.

- 505 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=01%2F12%2F2014&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=%22voto+impresso%22&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar.>
- 506 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Fernando+Chiarelli&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=01%2F12%2F2014&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=fraude&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar.>
- 507 <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/11/21/ha-30-anos-jb-revelou-escandalo-do-proconsult-e-derrubou-fraude-na-eleicao.html.>
- 508 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=01%2F12%2F2014&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=%22voto+impresso%22&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar.>
- 509 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=01%2F01%2F2000&dtFim=01%2F01%2F2015&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=%22voto+impresso%22&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar.>
- 510 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=118.1.55.0&nuQuarto=12&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:22&sgFaseSessao=BC&Data=21/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:22&txEtapa.>

- <sup>511</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=124.1.55.O&nuQuarto=83&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=26/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>.
- <sup>512</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=118.1.55.O&nuQuarto=4&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:06&sgFaseSessao=BC&Data=21/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:06&txEtapa>.
- <sup>513</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=149.1.55.O&nuQuarto=2&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:02&sgFaseSessao=BC&Data=11/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:02&txEtapa>.
- <sup>514</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=134.1.55.O&nuQuarto=64&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:06&sgFaseSessao=BC&Data=01/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:06&txEtapa>.
- <sup>515</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=125.1.55.O&nuQuarto=7&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:12&sgFaseSessao=BC&Data=26/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:12&txEtapa>.
- <sup>516</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=363.1.55.O&nuQuarto=35&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:08&sgFaseSessao=PE&Data=24/11/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:08&txEtapa>.
- <sup>517</sup> YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. <https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf42Lfc>. [Acesso em 08/12/2021].

- 518 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Maio/fato-ou-boato-alem-do-brasil-outros-46-paises-utilizam-urnas-eletronicas-nas-eleicoes>.
- 519 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/so-brasil-bangladesh-e-butao-usam-urna-eletronica-sem-comprovante-do-voto-impreso.shtml>.
- 520 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=124.1.55.O&nuQuarto=83&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=BC&Data=26/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:44&txEtapa>.
- 521 YouTube, Canal TV Leão (programa “De Cara com a Fera”), 17/11/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO\\_1BwsE&t=24s](https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO_1BwsE&t=24s). [Acesso em 08/12/2021].
- 522 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=05/05/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=18:25:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0462/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=05/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PEC&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa>.
- 523 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa>.
- 524 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa>.

- 525 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=300.155.0&nuQuarto=86&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:14&sgFaseSessao=BC&Data=07/10/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:14&txEtapa>.
- 526 <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes?task=download.send&id=277&catid=9&m=0>
- 527 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa>.
- 528 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=120.155.0&nuQuarto=15&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:42&sgFaseSessao=PE&Data=21/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:42&txEtapa>.
- 529 YouTube, Canal TV Leão (programa “De Cara com a Fera”), 17/11/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO\\_1BwsE&t=24s](https://www.youtube.com/watch?v=lcbmO_1BwsE&t=24s). [Acesso em 08/12/2021].
- 530 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=087.155.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE&Data=28/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:12&txEtapa>.
- 531 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42Lfc](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42Lfc). [Acesso em 08/12/2021].

- 532 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=125.1.55.0&nuQuarto=7&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:12&sgFaseSessao=BC&Data=26/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:12&txEtapa>
- 533 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa)
- 534 [https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=087.1.55.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE&Data=28/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:12&txEtapa.](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=087.1.55.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE&Data=28/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:12&txEtapa)
- 535 <https://oglobo.globo.com/epoca/ha-25-anos-bolsonaro-defendeu-informatizar-apuracao-das-eleicoes-para-combater-fraudes-23160301>.
- 536 <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2022/08/a-reuniao-em-que-bolsonaro-defendeu-a-urna-eletronica-para-evitar-fraudes.ghtml>.
- 537 **Jornal do Brasil**, 21/08/1993. [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_11/120041](http://memoria.bn.br/docreader/030015_11/120041).
- 538 **Discurso na Câmara dos Deputados em 19/04/1994.**
- 539 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=05/05/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=18:25:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0462/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=05/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PEC&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa>
- 540 **Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**, 17/02/1989, pág 9.



- 541 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao?idProposicao=124899>.
- 542 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10408.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10408.htm)
- 543 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 544 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=241.1.52.O&nuQuarto=51&nuOrador=4&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:40&sgFaseSessao=GE&Data=28/10/2003&txApelido=ALBERTO%20FRAGA,%20SEM%20PARTIDO-DF&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:40&txEtapa>.
- 545 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=149.1.55.O&nuQuarto=2&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:02&sgFaseSessao=BC&Data=11/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:02&txEtapa>.
- 546 [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_autores;jsessionid=node07ouhgk72nyio1b9g71w8gyfvr13355100.node0?idProposicao=969174](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_autores;jsessionid=node07ouhgk72nyio1b9g71w8gyfvr13355100.node0?idProposicao=969174).
- 547 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=163.1.55.O&nuQuarto=12&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:16&sgFaseSessao=BC&Data=18/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:16&txEtapa>.
- 548 **Idem.**
- 549 <https://www.facebook.com/profile.php?id=100014716869974>.
- 550 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Reuni%C3%A3o%20Ordin%C3%A1ria&dtReuniao=28/05/2015&hrInicio=01/01/1900%2010:34:40&hrFim=01/01/1900%2012:51:47&origemDiscurso=ESCRIBA&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=39196&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:34&sgFaseSessao=&Data=28/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=10:34&txEtapa>.

- 551 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=05/05/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=18:25:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0462/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=05/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PEC&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa.>
- 552 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa.>
- 553 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=124.1.55.0&nuQuarto=83&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=BC&Data=26/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:44&txEtapa.>
- 554 Diário da Câmara dos Deputados, 17/09/2015, páginas 167-173.
- 555 Diário da Câmara dos Deputados, 17/09/2015, página 173.
- 556 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa.>
- 557 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=028.1.55.N&nuQuarto=63&nuOrador=4&nuInsercao=178&dtHorarioQuarto=14:02&sgFaseSessao=OD&Data=18/11/2015&txApelido=RODRIGO%20MAIA,%20DEM-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CN&dtHoraQuarto=14:02&txEtapa.>
- 558 [https://www.poder360.com.br/eleicoes/defendido-por-bolsonaro-voto-impresso-tem-historico-de-derrotas/.](https://www.poder360.com.br/eleicoes/defendido-por-bolsonaro-voto-impresso-tem-historico-de-derrotas/)

- 559 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm).
- 560 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=05/05/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=18:25:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0462/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=05/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PEC&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa>.
- 561 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=125.1.55.O&nuQuarto=7&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:12&sgFaseSessao=BC&Data=26/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO.%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:12&txEtapa>.
- 562 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/cni-divulga-nova-pesquisa-sobre-popularidade-de-dilma>.
- 563 <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-sanciona-reforma-politica-com-veto-doacoes-de-empresa-17644020>.
- 564 [https://web.archive.org/web/20150801000000\\*/http://blog.planalto.gov.br/dilma-sanciona-reforma-politica-com-vetos-a-financiamento-empresarial-e-voto-impreso/](https://web.archive.org/web/20150801000000*/http://blog.planalto.gov.br/dilma-sanciona-reforma-politica-com-vetos-a-financiamento-empresarial-e-voto-impreso/).
- 565 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=289.1.55.O&nuQuarto=13&nuOrador=1&nuInsercao=25&dtHorarioQuarto=15:26&sgFaseSessao=OD&Data=30/09/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO.%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:26&txEtapa>.
- 566 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Ministro&dtReuniao=30/09/2015&hrInicio=10:25:00&hrFim=13:03:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1898/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:25&sgFaseSessao=&Data=30/09/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=10:25&txEtapa>.

- 567 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Ministro&dtReuniao=30/09/2015&hrInicio=10:25:00&hrFim=13:03:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1898/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:25&sgFaseSessao=&Data=30/09/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=10:25&txEtapa.>
- 568 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=20/10/2015&hrInicio=15:50:00&hrFim=18:56:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2133/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:50&sgFaseSessao=&Data=20/10/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:50&txEtapa.>
- 569 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=05/05/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=18:25:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0462/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=05/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PEC&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa.>
- 570 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=05/05/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=18:25:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0462/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=05/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PEC&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa.>
- 571 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=16/12/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=17:33:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2761/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=16/12/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa.>

572 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=17/05/2017&hrInicio=10:18:00&hrFim=12:41:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0495/17&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:18&sgFaseSessao=&Data=17/05/2017&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=10:18&txEtapa.>

573 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=297.1.55.0&nuQuarto=106&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:26&sgFaseSessao=BC&Data=06/10/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:26&txEtapa.>

574 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=293.3.55.0&nuQuarto=15&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:42&sgFaseSessao=BC&Data=05/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:42&txEtapa.>

575 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=16/12/2014&hrInicio=15:01:00&hrFim=18:48:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1364/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:01&sgFaseSessao=&Data=16/12/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=15:01&txEtapa.>

576 Doravante, até a página 236, com exceção de onde indicado, todas as informações foram extraídas de: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=05/05/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=18:25:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0462/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=05/05/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PEC&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa;>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa.>

577 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014;>  
[https://www.psdb.org.br/ro/auditoria-do-psdb-nas-urnas-eletronicas-mostra-que-sistema-eleitoral-brasileiro-e-vulneravel/.](https://www.psdb.org.br/ro/auditoria-do-psdb-nas-urnas-eletronicas-mostra-que-sistema-eleitoral-brasileiro-e-vulneravel/)

578 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.0&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa.>

579 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=056.2.53.0&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:58&sgFaseSessao=PE&Data=02/04/2008&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:58&txEtapa.>

580 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=005.1.54.0&nuQuarto=44&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:26&sgFaseSessao=GE&Data=09/02/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:26&txEtapa.>

581 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=266.3.52.0&nuQuarto=31&nuOrador=2&nuInsercao=12&dtHorarioQuarto=11:00&sgFaseSessao=OD&Data=28/09/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:00&txEtapa.>

- 582 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=134.1.53.0&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:12&sgFaseSessao=BC&Data=06/06/2007&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:12&txEtapa.>
- 583 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa.>
- 584 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 585 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=2282/15.>
- 586 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=118.1.55.0&nuQuarto=12&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:22&sgFaseSessao=BC&Data=21/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:22&txEtapa.>
- 587 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=156.3.55.0&nuQuarto=70&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:50&sgFaseSessao=BC&Data=13/06/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:50&txEtapa.>
- 588 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=300.1.55.0&nuQuarto=86&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:14&sgFaseSessao=BC&Data=07/10/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:14&txEtapa.>

- 589 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=120.1.55.0&nuQuarto=15&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:42&sgFaseSessao=PE&Data=21/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:42&txEtapa.>
- 590 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=20/10/2015&hrInicio=15:50:00&hrFim=18:56:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2133/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:50&sgFaseSessao=&Data=20/10/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:50&txEtapa.>
- 591 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=058.4.55.0&nuQuarto=43&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=12:36&sgFaseSessao=BC&Data=03/04/2018&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSL-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=12:36&txEtapa.>
- 592 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=16/08/2017&hrInicio=15:49:00&hrFim=17:05:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1083/17&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:49&sgFaseSessao=&Data=16/08/2017&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=15:49&txEtapa.>
- 593 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.0&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa.>
- 594 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=03/11/2015&hrInicio=15:29:00&hrFim=18:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2282/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:29&sgFaseSessao=&Data=03/11/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=15:29&txEtapa.>



595 Idem.

596 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=125.1.55.0&nuQuarto=7&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:12&sgFaseSessao=BC&Data=26/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:12&txEtapa.>

597 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.0&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa.>

598 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=125.1.55.0&nuQuarto=7&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:12&sgFaseSessao=BC&Data=26/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:12&txEtapa.>

599 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.0&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa.>

600 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.0&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa.>

601 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.0&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa.>

602 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0626/15>.

603 <http://famiabolsonaro.blogspot.com/2014/02/gramscismo-o-novo-metodo-aplicado-para.html>.

604 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao?idProposicao=373327>.

605 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc91.htm).

606 Ficha de tramitação: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=580148>; Original, de 2013: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1102056&filename=Tramitacao-PL+5735/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1102056&filename=Tramitacao-PL+5735/2013); Substitutivo, de 2015: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrar integra?codteor=1359136&filename=Tramitacao-PL+5735/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrar integra?codteor=1359136&filename=Tramitacao-PL+5735/2013).

607 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/dilma-veta-doacao-de-empresas-campanhas-eleitorais.html>.

608 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=289.1.55.O&nuQuarto=13&nuOrador=1&nuInsercao=25&dtHorarioQuarto=15:26&sgFaseSessao=OD&Data=30/09/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:26&txEtapa>.

609 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/28/eleicoes-terao-voto-impresso-a-partir-de-2018>.

610 <https://oglobo.globo.com/brasil/congresso-derruba-veto-impo-e-voto-impresso-nas-eleicoes-18086925>.

611 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm).

612 <https://oglobo.globo.com/politica/apos-derrubada-do-veto-dilma-promulga-voto-impresso-18146942>.

613 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.3.55.O&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=04/10/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa>.

- 614 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=191.1.55.0&nuQuarto=115&nuOrador=2&nuInsercao=45&dtHorarioQuarto=17:54&sgFaseSessao=OD&Data=08/07/2015&txApelido=RODRIGO%20MAIA,%20DEM-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:54&txEtapa>.
- 615 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Junho/justica-eleitoral-trabalha-para-desenvolver-nova-urna-eletronica-que-tera-o-voto-impreso>.
- 616 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/tse-abre-nova-licitacao-para-aquisicao-de-conjuntos-de-impresao-de-votos>.
- 617 <https://www.conjur.com.br/2017-mai-05/apresentacao-urna-ministros-tse-criticam-voto-impreso>.
- 618 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=280.3.55.0&nuQuarto=18&nuOrador=1&nuInsercao=43&dtHorarioQuarto=18:20&sgFaseSessao=OD&Data=27/09/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:20&txEtapa>.
- 619 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=336.3.55.0&nuQuarto=21&nuOrador=1&nuInsercao=137&dtHorarioQuarto=17:58&sgFaseSessao=OD&Data=07/11/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:58&txEtapa>.
- 620 <https://veja.abril.com.br/politica/ministros-do-tse-criticam-voto-impreso-que-deve-custar-r25-bi/>.
- 621 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/plenario-do-tse-define-implantacao-gradual-do-voto-impreso-nas-eleicoes>.
- 622 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/plenario-do-tse-define-implantacao-gradual-do-voto-impreso-nas-eleicoes>.
- 623 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/maioria-do-stf-suspende-voto-impreso-nas-eleicoes.shtml>.
- 624 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/tse-ja-sinaliza-que-eleicao-de-2022-nao-tera-voto-impreso-mesmo-se-congresso-aprovar-a-medida.shtml?origin=folha>.

- 625 <https://www.poder360.com.br/congresso/numero-de-deputados-de-mdb-pt-e-psdb-retrocede-a-nivel-de-duas-decadas-atras/>.
- 626 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm).
- 627 <https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-voto-legenda-pode-nao-ser-uma-boa-opcao/>;  
<https://super.abril.com.br/sociedade/por-que-o-voto-em-legenda-tem-menor-apelo-nas-eleicoes-de-2018/>.
- 628 <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,pt-perde-para-psdb-posto-de-partido-com-maior-votacao-na-legenda-para-camara,1580301>.
- 629 <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,pt-perde-13-em-representatividade-no-voto-em-legenda-para-a-camara-em-16-anos,70002547361>.
- 630 Idem.
- 631 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 632 Sobre uma pretensa amizade com Morgoni Torgan, ver volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).; sobre sua aversão à figura de Greenhalgh, ver volume I.
- 633 Por exemplo: discursos na Câmara em 18/10/1995 e 30/01/1996.
- 634 Por exemplo: discursos na Câmara em 22/10/1996 e 02/02/2006.
- 635 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=280.3.54.O&nuQuarto=114&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:46&sgFaseSessao=GE&Data=17/09/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:46&txEtapa>
- 636 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.4.54.O&nuQuarto=62&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:02&sgFaseSessao=GE&Data=14/10/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:02&txEtapa>.

- 637 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao?idProposicao=36162>.
- 638 YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. [https://www.youtube.com/watch?v=t6\\_0jx19m-k&t=316s](https://www.youtube.com/watch?v=t6_0jx19m-k&t=316s) [Acesso em 08/12/2021]; Discurso na Câmara dos Deputados em 14/10/2014; YouTube, Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sycch4cqto>. [Acesso em 08/12/2021].
- 639 Discursos na Câmara em 23/05/2012; YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=aIZnfeizXZw>. [Acesso em 08/12/2021].
- 640 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=015.4.54.0&nuQuarto=50&nuOrador=1&nuInsercao=14&dtHorarioQuarto=10:38&sgFaseSessao=OD&Data=13/02/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:38&txEtapa>.
- 641 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=325.3.54.0&nuQuarto=7&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:12&sgFaseSessao=BC&Data=17/10/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:12&txEtapa>.
- 642 YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=aiznfeizxzw>. [Acesso em 08/12/2021].
- 643 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=015.4.54.0&nuQuarto=50&nuOrador=1&nuInsercao=14&dtHorarioQuarto=10:38&sgFaseSessao=OD&Data=13/02/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:38&txEtapa>.
- 644 YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=aiznfeizxzw>. [Acesso em 08/12/2021].

- <sup>645</sup> <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/renatokramer/2014/03/1424740-nao-faria-mais-o-que-fiz-diz-ratinho-sobre-comeco-de-carreira-no-conexao-reporter.shtml>.
- <sup>646</sup> YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=aiznfeizxzw>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>647</sup> YouTube, Canal Jair Bolsonaro, em reprodução de Programa Raul Gil, SBT, 25/04/2015. [https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf\\_42LFc](https://www.youtube.com/watch?v=8qjDf_42LFc). [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>648</sup> YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. [https://www.youtube.com/watch?v=t6\\_0jx19m-k&t=316s](https://www.youtube.com/watch?v=t6_0jx19m-k&t=316s); Discursos na Câmara em 17/10/2013, 13/02/2014, 14/10/2014. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>649</sup> YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sycch4cqtou>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>650</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textohtml.asp?etapa=5&nusessao=343.2.54.o&nuquarto=56&nuorador=2&nuinsercao=0&dthorarioquarto=11:04&sgfasesessao=bc&data=12/12/2012&txapelido=jair%20bolsonaro,%20pp-rj&txfasesessao=breves%20comunica%C3%A7%C3%B5es&xtiposessao=extraordin%C3%A1ria%20-%20cd&dthoraquarto=11:04&txetapa>.
- <sup>651</sup> YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sycch4cqtou>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>652</sup> YouTube, Canal SBT, 07/03/2014, em reprodução de Programa do Ratinho, 06/03/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=aIZnfeizXZw>. [Acesso em 08/12/2021].
- <sup>653</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=015.4.54.O&nuQuarto=50&nuOrador=1&nuInsercao=14&dtHorarioQuarto=10:38&sgFaseSessao=OD&Data=13/02/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:38&txEtapa>.

- 654 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.4.54.0&nuQuarto=62&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:02&sgFaseSessao=GE&Data=14/10/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:02&txEtapa.>
- 655 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=181.4.54.0&nuQuarto=9&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:24&sgFaseSessao=PE&Data=11/06/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:24&txEtapa.>
- 656 YouTube, Canal Carlos Bolsonaro, 24/02/2015, em reprodução de Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sycch4cqtou>. [Acesso em 08/12/2021].
- 657 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=011.3.54.0&nuQuarto=33&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC&Data=21/02/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:04&txEtapa.>
- 658 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.4.54.0&nuQuarto=62&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:02&sgFaseSessao=GE&Data=14/10/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:02&txEtapa.>
- 659 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=084.2.54.0&nuQuarto=25&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:48&sgFaseSessao=PE&Data=17/04/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:48&txEtapa;>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=011.3.54.0&nuQuarto=33&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC&Data=21/02/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:04&txEtapa;>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=230.4.54.0&nuQuarto=25&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE&Data=15/10/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:12&txEtapa;>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=221.1.55.0&nuQuarto=23&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=PE&Data=12/08/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:44&txEtapa.>

660 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/09/ibge-desemprego-tem-menor-taxa-para-o-mes-de-agosto-desde-2002.html>.

661 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.4.54.0&nuQuarto=62&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:02&sgFaseSessao=GE&Data=14/10/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ.>

662 <https://oglobo.globo.com/economia/apos-fala-de-bolsonaro-ibge-diz-que-pesquisa-de-desemprego-segue-padroes-internacionais-23215030>.

663 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 22/02/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=YuKQpzLUGz8>. [Acesso em 08/12/2021].

664 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=011.3.54.0&nuQuarto=33&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC&Data=21/02/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:04&txEtapa.>

665 Idem.



- 666 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=025.4.54.0&nuQuarto=32&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:02&sgFaseSessao=BC&Data=20/02/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:02&txEtapa.>
- 667 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc22049803.htm>.
- 668 YouTube, Canal BECC BRASIL ÉTICO CONTRA CORRUPÇÃO, 16/08/2018, em reprodução de “Fino Trato Show”, Canal Terça Livre, 22/01/2017. <https://www.youtube.com/watch?v=h57YEjYnrfQ>. [Acesso em 08/12/2021].
- 669 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 670 Idem.
- 671 Programa “Antenados na Geral”, TV Boas Novas, 23/12/2014. <https://www.youtube.com/watch?v=sYCcH4cQTOU>. [Acesso em 08/12/2021].
- 672 YouTube, Canal BECC BRASIL ÉTICO CONTRA CORRUPÇÃO, 16/08/2018, em reprodução de “Fino Trato Show”, Canal Terça Livre, 22/01/2017. <https://www.youtube.com/watch?v=h57YEjYnrfQ>. [Acesso em 08/12/2021].
- 673 Idem.
- 674 <https://istoe.com.br/as-mortes-que-rondam-o-edificio-do-triplex-de-lula/>.
- 675 Por exemplo: <https://twitter.com/PSDBpinheiros/status/347709852962942976>; <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/dirigente-da-bancoop-morto-em-acidente-teria-recebido-um-alerta-de-seguranca-de-lula/>.
- 676 YouTube, Canal BECC BRASIL ÉTICO CONTRA CORRUPÇÃO, 16/08/2018, em reprodução de “Fino Trato Show”, Canal Terça Livre, 22/01/2017. <https://www.youtube.com/watch?v=h57YEjYnrfQ>. [Acesso em 08/12/2021].
- 677 Idem.
- 678 [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/01/internacional/1527874230\\_913080.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/01/internacional/1527874230_913080.html).

- 679 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/morte-de-alberto-nisman-foi-um-homicidio-determina-justica-argentina.ghtml>.
- 680 <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/557871444483649536>.
- 681 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=485454&ord=1>; <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602601>;
- 682 Exemplos: <https://oglobo.globo.com/brasil/mais-votado-no-rio-para-camara-bolsonaro-mira-presidencia-em-2018-14171857>;  
<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=200.4.54.0&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:10&sgFaseSessao=BC&Data=15/07/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:10&txEtapa>.
- 683 YouTube, Canal Record TV, 19/12/2012, programa “Brasil em Discussão”, Record News, 13/05/2012. <https://www.youtube.com/watch?v=mj7Hlyf3I6A>. [Acesso em 08/12/2021].
- 684 Por exemplo: discursos na Câmara dos Deputados em 16/05/1996 e <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=011.3.54.0&nuQuarto=33&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC&Data=21/02/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:04&txEtapa>.
- 685 Volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 686 [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140127\\_estrada\\_porto\\_mariel\\_kawaguti\\_rw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140127_estrada_porto_mariel_kawaguti_rw).
- 687 <https://www.dw.com/pt-br/porto-de-mariel-indica-que-brasil-previa-fim-do-isolamento-cubano-dizem-analistas/a-18138027>.
- 688 <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes-2014/2014/10/24/noticias-eleicoes-2014.454236/candidatos-debatem-sobre-porto-de-mariel-em-cuba.shtml>.

- 689 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=054.4.54.O&nuQuarto=5&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:08&sgFaseSessao=BC&Data=20/03/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:08&txEtapa.>
- 690 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=118.3.54.O&nuQuarto=60&nuOrador=2&nuInsercao=29&dtHorarioQuarto=13:06&sgFaseSessao=OD&Data=15/05/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:06&txEtapa.>
- 691 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=222.3.54.O&nuQuarto=40&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:18&sgFaseSessao=BC&Data=08/08/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:18&txEtapa.>
- 692 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=118.3.54.O&nuQuarto=60&nuOrador=2&nuInsercao=29&dtHorarioQuarto=13:06&sgFaseSessao=OD&Data=15/05/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:06&txEtapa.>
- 693 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=222.3.54.O&nuQuarto=40&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:18&sgFaseSessao=BC&Data=08/08/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:18&txEtapa.>
- 694 [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/08/22/interna\\_politica,438027/amp.html.](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/08/22/interna_politica,438027/amp.html.)
- 695 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=238.3.54.O&nuQuarto=23&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:44&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=22/08/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Sem%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final.>

- 696 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=135.2.54.0&nuQuarto=22&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:42&sgFaseSessao=PE&Data=23/05/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:42&txEtapa.>
- 697 <https://www.campograndenews.com.br/politica/-jairzinho-paz-e-amor-em-2018-nem-pensar-afirma-bolsonaro-em-nioaque.>
- 698 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=120.1.55.0&nuQuarto=15&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:42&sgFaseSessao=PE&Data=21/05/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:42&txEtapa.>
- 699 <https://veja.abril.com.br/brasil/stf-confirma-pena-de-13-anos-a-deputado-do-pmdb/>; <https://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/12/supremo-conclui-julgamento-do-mensalao-apos-quatro-meses-e-meio.html>
- 700 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=343.2.54.0&nuQuarto=56&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:04&sgFaseSessao=BC&Data=12/12/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:04&txEtapa=>
- 701 <http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2013/09/por-6-5-supremo-decide-dar-nova-chance-12-reus-do-mensalao.html.>
- 702 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=282.3.54.0&nuQuarto=54&nuOrador=3&nuInsercao=72&dtHorarioQuarto=17:46&sgFaseSessao=OD&Data=18/09/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ.>
- 703 [https://web.archive.org/web/20141126165346/https://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/especial-para-o-blog-deputado-jair-bolsonaro-explica-porque-quer-ser-candidato-a-presidencia-se-este-governo-conseguir-mais-um-mandato-o-que-de-melhor-nos-podera-acontecer-ser/.](https://web.archive.org/web/20141126165346/https://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/especial-para-o-blog-deputado-jair-bolsonaro-explica-porque-quer-ser-candidato-a-presidencia-se-este-governo-conseguir-mais-um-mandato-o-que-de-melhor-nos-podera-acontecer-ser/)

- 704 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=219.4.54.O&nuQuarto=47&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:18&sgFaseSessao=GE&Data=03/09/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:18&txEtapa.>
- 705 YouTube, Canal SBT, 25/04/2016, Programa “Conexão Repórter”, 24/04/2016. <https://www.youtube.com/watch?v=sh8o6CqEXd8>. [Acesso em 08/12/2021].
- 706 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=073.3.55.O&nuQuarto=11&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:20&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20&Data=12/04/2017&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=09:20&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final.>
- 707 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?”: a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 708 <https://web.archive.org/web/20150701015622/http://www.humanizaredes.gov.br/o-que-e/>.
- 709 [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/07/01/interna\\_politica.663883/popularidade-do-governo-dilma-rousseff-cai-para-9.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/07/01/interna_politica.663883/popularidade-do-governo-dilma-rousseff-cai-para-9.shtml).
- 710 <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/07/09/interna-brasil.489685/internet-reage-a-post-sobre-pedofilia-em-pagina-do-governo.shtml>.
- 711 <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/esquerda-continua-com-sua-agenda-de-relativizar-a-pedofilia/>.
- 712 <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/620631462950346752>.
- 713 <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/622413181621813248>.
- 714 Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?”: a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).

- 715 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=198.1.55.O&nuQuarto=75&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:12&sgFaseSessao=BC&Data=14/07/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:12&txEtapa.>
- 716 Idem.
- 717 Idem.
- 718 <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/absurdo-pt-sinaliza-legalizar-pedofilia-o-site-humanizaredes-define-pedofilia-co/511831802299144/>.
- 719 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 14/07/2015. <https://www.youtube.com/watch?v=ZsxUkjEcYvQ>. [Acesso em 08/12/2021].
- 720 YouTube, Canal Jair Bolsonaro, 11/01/2016. <https://www.youtube.com/watch?v=mbiNDU3ztyw>. [Acesso em 08/12/2021].
- 721 Facebook Jair Bolsonaro. [https://fb.watch/a\\_D\\_uriqN/](https://fb.watch/a_D_uriqN/). [Acesso em 08/12/2021].
- 722 <https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>.
- 723 Facebook Jair Bolsonaro, 10/01/2016. <https://www.facebook.com/watch/?v=576132129202444>. [Acesso em 08/12/2021].
- 724 Para compreender a construção desse (falso) dilema, ver volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?”: a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 725 Facebook Jair Bolsonaro. [https://fb.watch/a\\_D\\_uriqN/](https://fb.watch/a_D_uriqN/). [Acesso em 08/12/2021].
- 726 YouTube, Canal Nova Escola, 15/01/2016. <https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU>.
- 727 <https://www.jn.pt/brasil/deputado-bolsonaro-diz-que-governo-transforma-gays-numa-classe-privilegiada-1879387.html>.
- 728 Volume V da série “Com que moral vão me cassar aqui?”: a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 729 <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecific=true&filtros=%5B%7B%22relatores.nomeRelator%22%3A%22JAIR%20BOLSONARO%22%7D%5D&q=%2a.>

- 730 <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Jair+Bolsonaro&txPartido=&txUF=&dtInicio=01%2F01%2F2018&dtFim=28%2F10%2F2018&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>
- 731 [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/09/14/interna\\_politica,900614/bolsonaro-promete-aos-mineiros-saida-para-o-mar.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/09/14/interna_politica,900614/bolsonaro-promete-aos-mineiros-saida-para-o-mar.shtml).
- 732 <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2016/04/bolsonaro-o-meme-de-si-mesmo.html>
- 733 Por exemplo, as inverdades em suas alegações sobre sua votação no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 constam no volume I da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- 734 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/tse-julga-improcedentes-aco-es-contr-a-jair-bolsonaro-e-hamilton-mourao>.
- 735 [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/05/interna\\_politica,994655/bolsonaro-diz-que-se-eleito-governo-tera-no-maximo-15-ministerios.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/05/interna_politica,994655/bolsonaro-diz-que-se-eleito-governo-tera-no-maximo-15-ministerios.shtml).
- 736 <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/28/jair-bolsonaro-tv-globo/>;  
<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/29/veja-o-que-e-fato-ou-fake-nas-entrevistas-de-jair-bolsonaro-para-o-jornal-nacional-e-para-o-jornal-das-dez.ghtml>;
- <https://www.aosfatos.org/noticias/checamos-declaracoes-de-bolsonaro-no-jornal-nacional-e-na-globonews/>.
- 737 <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/28/jair-bolsonaro-tv-globo/>;  
<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/29/veja-o-que-e-fato-ou-fake-nas-entrevistas-de-jair-bolsonaro-para-o-jornal-nacional-e-para-o-jornal-das-dez.ghtml>; <https://www.aosfatos.org/noticias/checamos-declaracoes-de-bolsonaro-no-jornal-nacional-e-na-globonews/>.

- <sup>738</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/28/jair-bolsonaro-tv-globo/>;  
<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/29/veja-o-que-e-fato-ou-fake-nas-entrevistas-de-jair-bolsonaro-para-o-jornal-nacional-e-para-o-jornal-das-dez.ghtml>.
- <sup>739</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/30/ombudsman-2-bolsonaro/>.
- <sup>740</sup> Por exemplo: <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2018/08/30/livro-exibido-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nao-foi-comprado-pelo-mec.htm>.
- <sup>741</sup> Volume II da série “Com que moral vão me cassar aqui?": a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro (1988-2018).
- <sup>742</sup> <https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>.
- <sup>743</sup> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/16/tse-manda-tirar-do-ar-ideos-de-bolsonaro-sobre-o-kit-gay.ghtml>.